
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Linha de pesquisa:
EDUCAÇÃO: POLÍTICAS, GESTÃO E O SUJEITO CONTEMPORÂNEO

ÍTALO MATHEUS MALIGERE DE SOUZA

**SINGULARIDADE E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS
DE CONSTITUIÇÃO DO EDUCADOR NA GREVE DO MAGISTÉRIO
PÚBLICO ESTADUAL DE 2015**

**RIO CLARO - SP
Setembro de 2019**

ÍTALO MATHEUS MALIGERE DE SOUZA

**SINGULARIDADE E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS
DE CONSTITUIÇÃO DO EDUCADOR NA GREVE DO MAGISTÉRIO
PÚBLICO ESTADUAL DE 2015**

Dissertação apresentada como requisito para o Exame de Qualificação ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, - Instituto de Biociências – Campus de Rio Claro – SP.

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Dias

**RIO CLARO - SP
Setembro de 2019**

S729s

SOUZA, Italo Matheus Maligere de

Singularidade e resistência : Um estudo sobre os processos de constituição do educador na greve do magistério público estadual paulista em 2015 / Italo Matheus Maligere de SOUZA.

-- Rio Claro, 2019

219 f. : il., fotos + 1 CD-ROM

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientador: Romualdo Dias

1. Greve de professores. 2. Processo de subjetivação. 3. APEOESP. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A singularidade e resistência: um estudo sobre os processos de constituição do educador na greve do magistério público estadual de 2015.

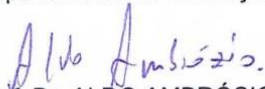
AUTOR: ÍTALO MATHEUS MALIGERE DE SOUZA

ORIENTADOR: ROMUALDO DIAS

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. ROMUALDO DIAS
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP



Prof. Dr. ALDO AMBRÓSIO
Departamento de Ciências Humanas e Educação / Universidade Federal de São Carlos - Campus de Sorocaba - SP



Prof. Dr. SILVIO RICARDO MUNARI MACHADO
Departamento de Educação / Universidade Federal de São Carlos - SP

Rio Claro, 25 de julho de 2019

AGRADECIMENTOS

Estudar no Brasil não é fácil.

É ao mesmo tempo um exercício de malabarismo social, uma prática de conciliações na agenda e um aprendizado sobre penúria financeira.

O processo de ser um estudante de mestrado é cansativo.

Mas o cansaço é diminuído com o apoio de pessoas que nos são próximas.

Elas florescem o percurso e nos refrescam a mente.

Elas são muitas.

São familiares, amigos do trabalho, colegas do mestrado, orientador, amigos virtuais, alunos e amigos pessoais.

Os obrigados são destinados para todos que de alguma forma acompanhou esse meu processo.

Vai para aqueles que me injetaram ânimo, me colocaram a pensar por perspectivas diferentes e se orgulharam por terem depositado expectativas sobre mim.

Agradeço ao professor Romualdo que me permitiu explorar o tema com total liberdade no pesquisar. Agradeço também pelas recomendações de leitura, pelas partilhas de cantores e aos alertas sobre o neoliberalismo e a produção de subjetividades.

Aos meus irmãos, mãe, vó e sobrinhos: Obrigado.

RESUMO

Este trabalho analisa algumas marcas de possíveis processos de singularização ocorridos em professores que aderiram à greve do magistério público estadual paulista, em 2015. Compreendemos a greve como um movimento coletivo de resistência frente as imposições estatais no que se refere à Educação pública, a Escola e o papel do professor. A atmosfera de conflitos foi constatada por meio das narrativas criadas sobre o evento pelos dois lados envolvidos: Governo do Estado de São Paulo – por meio do jornal Folha de São Paulo – e sindicato dos professores (APEOESP) – através dos boletins informativos. A divergência sobre a educação deve-se à divergência ideológica que norteia a atuação governamental ou sindical. Nesse sentido, há uma preocupação no trabalho em compreender como o avanço do neoliberalismo na política se relaciona com o sindicato e com a educação. Por fim, no final da pesquisa foi resultado de conversas que tivéssemos com 4 professores grevistas da cidade de Limeira-SP. A partir do diálogo eles expuseram suas trajetórias no magistério, suas experiências no sindicato e suas impressões sobre a greve de 2015.

Palavras-chave: Greve de professores; Processo de subjetivação, APEOESP.

ABSTRACT

This paper analyzes some marks of possible singularization processes that occurred in teachers who joined the strike of the São Paulo state public teaching profession in 2015. We understand the strike as a collective movement of resistance against state impositions regarding public education, the School and the role of the teacher. The atmosphere of conflict was verified through the narratives created about the event by the two sides involved: São Paulo State Government - through the newspaper Folha de São Paulo - and teachers' union (APEOESP) - through the newsletters. The divergence over education is due to the ideological divergence that guides the government or union action. In this sense, there is a concern at work in understanding how the advance of neoliberalism in politics relates to the union and education. Finally, at the end of the research it was the result of conversations we had with 4 striking teachers from the city of Limeira-SP. From the dialogue they exposed their career in teaching, their experiences in the union and their impressions of the 2015 strike.

Keywords: Teacher strike; Subjectivation process, APEOESP.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Reivindicações.....	p. 14
QUADRO 02	Número de professores nas assembleias estaduais em 2015	p. 74
QUADRO 03	Greves de professores a partir dos anos 2000	p. 81
QUADRO 04	Governadores de São Paulo p. 102.....	P 99
QUADRO 05	Metas contidas no Novo Plano Estadual da Educação.	p. 100
QUADRO 06	As 10 ações contidas no Novo Plano Estadual da Educação	p. 101

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01	Calendário de mobilização.....	p. 22
IMAGEM 02	Acampamento de greve.....	p. 27
IMAGEM 03	Ocupação da Alesp.....	p. 37
IMAGEM 04	Ocupação da Alesp.....	p. 37
IMAGEM 05	Acampamento Alesp	p. 37
IMAGEM 06	Assembleia em 17/04/2015.....	p. 38
IMAGEM 07	Passeata em 17/04/2015.....	p. 38
IMAGEM 08	Holerites fixados no prédio da SEE-SP.....	p. 39
IMAGEM 09	Professores tentando ocupar a SEE-SP.....	p. 40
IMAGEM 10	Tropa de Choque na assembleia de professores ocorrida em 24/04/2015.....	p. 41
IMAGEM 11	Tropa de Choque na assembleia de professores ocorrida em 24/04/2015.....	p. 41
IMAGEM 12	Tropa de Choque na assembleia de professores ocorrida em 24/04/2015.....	p. 41
IMAGEM 13	Tropa de Choque no ato de professores ocorrido em 08/05/2015.....	p. 49
IMAGEM 14	Professores acorrentados à grade da SEE-SP.....	p. 55
IMAGEM 15	Atritos entre professores durante a assembleia em 03/06/2015.....	p. 56
IMAGEM 16	Balões sendo esvaziados após a decretação do fim da greve.....	p. 63
IMAGEM 17	Professora correndo da tropa de choque paraense em manifestação do dia 29/04/2015.....	p. 73
IMAGEM 18	Ataques desferidos contra manifestação de professores no Paraná pela tropa de choque. Imagens extraídas da internet.....	p. 73
IMAGEM 19	Ataques desferidos contra manifestação de professores no Paraná pela tropa de choque. Imagens extraídas da internet.....	p. 73
IMAGEM 20	Tabela extraída da Revista Retratos da Sociedade brasileira.....	p. 86
IMAGEM 21	Tabela extraída da Revista Retratos da Sociedade Brasileira.....	p. 87
IMAGEM 22	Tabela extraída da Revista Retratos da Sociedade Brasileira.....	p. 88
IMAGEM 23	Jornadas de Junho 2013.....	p. 89
IMAGEM 24	Contra a PEC 241. Maio 2015.....	p. 89
IMAGEM 25	Ato contra a PEC do fim do mundo. Out/2016.....	p. 89
IMAGEM 26	Estudantes contra reorganização escolar.....	p. 89
IMAGEM 27	Imagem do mapa das habilidades.....	p. 105

LISTA DE SIGLAS

AAP	Avaliação de Aprendizagem em processo
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico coletiva
BI	Boletim Informativo Apeoesp
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUT-PR	Central Única dos Trabalhadores do Paraná
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FSP	Folha de São Paulo
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IAMSPE	Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MASP	Museu de arte de São Paulo
ONG	Organização não governamental
PM-SP	Polícia Militar – São Paulo
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PL	Projeto de Lei
TJ-SP	Tribunal de Justiça de São Paulo
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento do Estado de São Paulo
SEE-SP	Secretaria Estadual de Educação – São Paulo
STF	Supremo Tribunal de Justiça
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UDEMOMO	Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 01 A greve do magistério público estadual paulista em 2015.....	14
1.1. Antecedentes.....	16
1.2. A Greve.....	21
1.3. Enfrentamentos de abril.....	33
1.4. Maio e as batalhas jurídicas.....	46
1.5. Junho e a suspensão da greve.....	54
CAPÍTULO 02 A APEOESP: entre a crise sindical e o avanço neoliberal.....	67
2.1. Não seria a evidência de uma crise sindical?.....	68
2.2. Neoliberalismo e sindicato.....	76
2.3. A educação e o avanço do neoliberalismo – apontamentos acerca da educação da rede estadual do ensino público de São Paulo.	85
2.4. Neoliberalismo e Educação no Brasil.....	95
2.4.1. Avanço do neoliberalismo na educação pública de São Paulo.....	98
CAPÍTULO 03. Micropolítica: professores e suas trajetórias	109
3.1. A chegada ao magistério.....	114
3.2. A trajetória com o sindicato.....	120
3.3. A greve de 2015.....	135
3.4. As trajetórias e seus processos.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE	
Conversa com Leila.....	169
Conversa com Jaqueline.....	185
Conversa com Valéria.....	192
Conversa com Pedro.....	206

INTRODUÇÃO

Em 2015 estava no meu segundo ano como professor de história da rede de ensino público do Estado de São Paulo. Não tinha muita experiência em sala de aula e nem mesmo possuía um conhecimento tão grande do que seria a escola, os estudantes e o papel do professor. Como muitos outros me constitui professor por meio do cotidiano da sala de aula, da vivência no ambiente escolar e das relações que estabelecia com os colegas de trabalho e alunos – uma constituição que, aliás, segue em continuidade e passível de mudanças.

Todo esse meu trajeto na carreira docente era percorrido em uma realidade de precarização, sucateamento e descaso que se impunha em todas as relações que, na condição de professor, vivenciava. Não me lembro ao certo se houve um motivo central que me levou a aderir à greve no ano de 2015. Trabalhava em uma escola localizada na região de bairros periféricos da cidade Limeira e que tinha em seu corpo docente muitos professores que eram sindicalizados.

Diferente deles eu não era sindicalizado e conhecia o sindicato Apeoesp por conta das discussões empenhadas na sala dos professores. Destaca-se que, embora não fosse sindicalizado, eu já tinha aderido à paralisações sindicais lideradas pela Apeoesp, até mesmo porque quase todos os demais professores paravam também. Entretanto, eu apenas aderiria e não participava, ou seja, não frequentava os atos e as mobilizações.

Esse cenário se modifica em 2015, no cenário da greve. Me recordo que durante o mês de fevereiro os professores se lançaram num processo de reflexão e debate sobre aderir ou não a greve. Questões pessoais de cunho econômico sempre apareciam e deixava a todos cautelosos sobre as consequências financeiras que sofreríamos. No dia em que a greve foi deflagrada, juntamente com vários outros professores parei, mas não fui à Assembleia Estadual de professores que votou pelo início da greve, fiquei em casa esperando a decisão da votação.

Já tinha decidido comigo mesmo que a decisão da Assembleia seria a minha decisão. Então, me coloquei em greve e permaneci até o último dia. Por meio da greve foi que criei uma relação de proximidade com o sindicato. Passei a frequentar o espaço da subsede diariamente e ali permanecer horas, tanto em reuniões para definir atuação do comando de greve e panfletagem como para discutir e conversar com os

outros grevistas. Conheci inúmeras pessoas com quem nutro afeto e troco mensagens vez ou outra. Além disso, aprendi muito através dos diálogos estabelecidos com outros grevistas e das experiências que obtive na participação nos atos.

Considerando essas mudanças passadas por conta das vivências que tive, optei por estudar a greve de professores da rede pública do ensino estadual de São Paulo, ocorrida em 2015. O foco não seria a greve, mas analisar os grevistas a partir das marcas que eles possuem do movimento. O projeto de pesquisa foi feito de modo bem tímido devido aos novos autores que eu conhecia e acessava pela primeira vez, construindo assim um referencial teórico totalmente novo para mim. Nesse sentido, o trabalho que se apresenta contém suas limitações com relação a apropriação e uso do referencial teórico.

A construção do trabalho foi feita usando a metodologia da cartografia, ou seja, um modo de fazer pesquisas que visa acompanhar o movimento, o processo, evidenciado os pontos de tensão, de continuidade e descontinuidade desse processo. A cartografia não opera com a coleta de dados, mas como pistas que nos ajudam a compreender melhor o movimento com suas tensões. O uso das pistas está vinculado à maneira como o pesquisador, aqui nomeado de cartógrafo, realiza suas perguntas e atribui importância a ela. Logo, a própria pesquisa torna-se um caminho único que não dá para ser reproduzido em outra pesquisa. Afinal, a pesquisa é resultado da postura que o cartógrafo possui e da maneira como ele se interessa por umas pistas, muito mais que outras.

Na tentativa então de realizar uma cartografia não apenas da greve, mas dos processos de subjetivação que possivelmente ocorreram nos grevistas, se construiu três capítulos. No primeiro foi realizado um processo de contextualização histórica do que foi a greve. As pistas usadas foram, sobretudo, os boletins informativos do sindicato dos professores APEOESP (Associação dos Professores Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e as reportagens de jornal publicadas pelo jornal Folha de São Paulo (FSP).

O uso dessas pistas consiste no fato de cada instituição, o sindicato e a empresa privada de comunicação, criar uma narrativa do evento focado nos interesses que possuem nele. Os interesses do sindicato parecem autoevidentes, uma vez que é uma instituição que aglomera os professores e que estava por trás da

deflagração da greve, em assembleia estadual de professores. Por outro lado, os interesses na greve de professores do jornal FSP não são tão claros, afinal esse jornal se trata de uma das maiores empresas privadas de comunicação no país. Apontamos aqui que o jornal realizava reportagens e textos em prol dos interesses do governo do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, no primeiro capítulo será feita essa recapitulação da greve por meio do manejo desses jornais e boletins informativos do sindicato. Frisa-se que o fato de existirem narrativas diferentes sobre o mesmo evento e que elas, em várias ocasiões, se contrapunham, atribui à greve um contorno de batalha acerca das narrativas, acerca da instituição que transmitiria com fidedignidade aos leitores a verdade dos fatos.

O cuidado nesse capítulo residiu na maneira de explorar as informações das duas instituições sem silenciar uma ou outra. Por conta disso, o capítulo foi escrito numa dinâmica de contrapor o que as reportagens da FSP e os boletins informativos informavam. Realizar uma escrita dessa forma foi significativa em dois pontos: para expor essa batalha de narrativas, todavia para complementar informações que não são mencionadas no jornal ou no boletim. Esperamos que ao ler o capítulo o leitor consiga sentir as tensões dessa greve.

No capítulo dois o objetivo se consistiu em expor ao leitor o referencial teórico que operamos por meio de uma análise sobre o avanço do ideário neoliberal e seus efeitos no sindicalismo e na educação. Entender como o avanço do neoliberalismo na sociedade constitui uma ameaça aos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, aos sindicatos é importante para compreendermos que as greves não são apenas um movimento de trabalhador, mas um movimento contra um ideário que instaura na sociedade.

Destaca-se que esse ideário necessita de indivíduos que estejam em sintonia com os seus valores. Logo, a escola possui um papel central na disseminação dos valores neoliberais e na formação de sujeitos que, em certa medida, compactuem com o neoliberalismo. O avanço do neoliberalismo também pode ser visto por meio da política educacional que visa definir o funcionamento da rede de ensino público do Estado de São Paulo.

Diante dessa conjuntura, analisar uma greve deflagrada pelo maior sindicato de professores da América Latina significa tentar observar um conflito que não se limita apenas ao aumento salarial, mas é uma batalha contra uma ideologia que avança pela sociedade. Esse capítulo também é uma tentativa de mapear esse avanço e também expor esse conflito.

Por fim, o terceiro capítulo foi escrito com base em conversas com quatro professores¹, da cidade de Limeira, que realizaram a greve no ano de 2015. As informações que cada um desses professores expôs permitiu o acesso às suas trajetórias na educação, o seu encontro com o sindicato Apeoesp e a maneira como interpretam a greve de professores de 2015. O capítulo está subdividido em três seções intituladas como: “A chegada no magistério”, “trajetórias sindicais” e “A greve de 2015 e os grevistas”.

Na primeira subdivisão o objetivo foi expor ao leitor como cada um dos professores chegou ao magistério e iniciou a sua constituição como professor. Na segunda seção o objetivo centrou-se em explorar como cada um desses quatro professores chegou ao sindicato Apeoesp e como eles interpretam essa instituição atualmente. Já na terceira parte se expõem as impressões e percepções que esses professores carregam da greve de 2015. Em linhas gerais todo o terceiro capítulo consiste numa tentativa de realizar uma análise micropolítica através dos processos de subjetivação que esses professores passaram.

Espera-se que esse trabalho possa propiciar ao leitor uma experiência de leitura de uma cartografia tanto da greve e dos processos quanto da subjetivação que esses professores passaram. Espera-se também que o leitor consiga visualizar os efeitos do avanço neoliberal no Brasil e, sobretudo, no estado de São Paulo. Esse trabalho é resultado de um processo investigativo em que o cartógrafo se lançou em inúmeras descobertas metodológicas e teóricas. Por isso, é uma pesquisa tímida de uma pessoa que se encontra com novo e se modifica a partir desse contato.

¹ Esse trabalho conta com um apêndice formado pelas 4 conversas transcritas. Destaca-se que toda vez que um trecho da conversa for utilizada no trabalho na forma de citação ela será referenciada citando o apêndice desse trabalho e o número da página.

CAPÍTULO 01 – A greve do magistério público estadual paulista em 2015

No ano de 2015 a rede pública do ensino do Estado de São Paulo contava com aproximadamente 4 milhões de alunos e 230 mil professores. Entre os meses de março a junho do mesmo ano, essa estrutura educacional passou por grandes abalos devido a uma greve de professores. O movimento foi deflagrado pelo sindicato dos professores Apeoesp (Associação Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) em assembleia composta por membros da categoria docente. O evento ocorreu na tarde da sexta-feira do dia 13 de março, em frente ao prédio do Masp (Museu de Arte de São Paulo), na cidade de São Paulo, e contou com 15 mil professores que votaram pelo início da greve (APEOESP, BI, nº 16, 13/03/2015). As principais reivindicações dessa greve, segundo boletim informativo emitido pela Apeoesp, eram:

QUADRO 01 – Reivindicações da greve²

- Aumento salarial de 75,33% para a equiparação com as demais categorias com formação de nível superior, rumo ao piso do DIEESE para PEB I com jornada de 20 horas semanais de trabalho;
- Conversão do bônus em reajuste salarial;
- Pela aplicação da jornada do piso;
- Reabertura das classes e períodos fechados;
- Imediato desmembramento das salas superlotadas;
- Máximo de 25 alunos por sala, desde o primeiro ciclo do Ensino Fundamental ao Ensino Médio;
- Nem duzentena nem quarentena para os professores categoria O;
- Por uma nova forma de contratação de professores temporários, com garantia de direitos;
- Garantia de atendimento médico pelo IAMSPE para os professores categoria O;
- Convocação e ingresso de todos os concursados;

² Elaborado a partir de informações listadas no Boletim Informativo nº 17, publicado em 13/03/2015.

- Garantia de Professores Coordenadores Pedagógicos nas escolas de acordo com a Resolução 75/2013;
- Garantia de condições adequadas de infraestrutura em todas as escolas;
- Pelo fim da lei das faltas médicas, fim da perseguição aos professores nas perícias médicas;
- Pela aceleração dos processos de aposentadoria;
- Água em todas as escolas;
- Fim do projeto excludente de escola de tempo integral; por uma educação integrada;
- Fim do assédio moral;
- Fim do corte de verbas para as escolas;
- Pela ampliação dos repasses para as escolas;
- Aumento no valor do vale alimentação e no vale transporte;
- Continuidade do transporte escolar gratuito para os estudantes.

A greve chegou ao fim em sua 14ª assembleia, composta por aproximadamente 8 mil docentes, ocorrida no vão livre do Masp, em São Paulo, na tarde da sexta-feira do dia 12/06/2015 (APEOESP, BI, nº 61, 12/06/2015). No total foram 92 dias de greve, sendo esta a mais longa na história do magistério público do estado de São Paulo.

Faz-se necessário regressarmos para um período anterior à deflagração do referido movimento, pois isso permitirá observarmos que a decisão tomada na assembleia do dia 13 de março teve um percurso. Afinal, o ato de um trabalhador interromper o seu ofício e cruzar os braços é um ato radical e ações desse porte não são tomadas pelo trabalhador de uma hora para outra, supõe-se que sejam bem pensadas.

Nesse sentido, nas linhas abaixo será realizada uma tentativa de reconstituir o antecedente da greve para que se visualize a construção do movimento, bem como o que levou os indivíduos a sua adesão. Para tanto serão utilizadas reportagens do jornal Folha de São Paulo e também os boletins informativos emitidos pela APEOESP. Acredita-se aqui que cada uma dessas instituições criou uma narrativa sobre o evento, por meio dos seus discursos nos impressos. Cada nota ou reportagem continha não apenas posicionamentos sobre como entendiam a greve e expunham

ao público leitor o movimento, mas também aspectos como qual seria o papel de professor que a defendia e o que entendiam por educação.

A dualidade com que as narrativas se opõem revela os lados que optaram por estar situados. O sindicato Apeoesp, instituição que deflagrou a greve dos servidores, tinha como posicionamento apoiar os docentes contra o Governo do Estado de São Paulo e a Secretaria da Educação de São Paulo. Por outro lado, o jornal Folha de São Paulo seria o emissor de reportagens que estariam mais alinhadas aos interesses governamentais – isso ficará mais evidente no transcorrer do texto. Os textos produzidos sobre o evento, pelos respectivos polos, carregam em si a pretensão de se consolidar como portadores da verdade do movimento e disputavam qual delas prevaleceria na sociedade. Para nós essas batalhas discursivas aqui são compreendidas como conflitos inerentes das relações de poder.

A narrativa da paralisação será construída nesse texto seguindo a cronologia do evento, por meio do uso de informações tanto dos boletins informativos do sindicato quanto das reportagens do Jornal Folha de São Paulo. No decorrer do texto também será exposto como cada um desses polos se posicionava sobre a greve. Além disso, acredita-se que as publicações criavam pontos de tensão experimentados principalmente por aqueles que compunham o movimento. Essas tensões se justificam, no ponto de vista adotado por este trabalho, devido ao fato das instituições ocuparem espaços opostos. Isso resultou em uma batalha criada sobre a narrativa e que deve ter afetado os grevistas de alguma forma. Ao propor não apenas tecer uma narrativa acerca do evento, mas apontar pontos de tensão nele, tentaremos elaborar um mapa da paisagem que permita ao leitor perceber as diversas linhas de tensão, de medo e de fuga contidas no movimento grevista (KASTRUP, 2015).

1.1. Antecedentes.

O ano de 2015 se inicia com as notícias de que algumas salas de aula no período noturno, espalhadas por diversas escolas em todo o território do Estado de São Paulo, seriam fechadas (APEOESP, BI, nº 02, 13/01/2015). Outra questão problematizada no boletim versa sobre a admissão de professores em caráter temporário cuja relação trabalhista se consolida por meio de um contrato de trabalho que não garante a esses docentes os mesmos direitos que professores efetivos possuem (APESOESP, BI, nº 01, 05/01/2015).

A primeira menção de uma possível greve do magistério ocorre em uma reportagem do boletim informativo emitido pela Apeoesp no dia 19/01/2015. Nele há em negrito há seguinte mensagem: **“Sem atendimento de nossas reivindicações, vamos à greve!”**. A reivindicação explorada nesse boletim é justamente a defasagem salarial da categoria comparada a outras profissões que têm a mesma qualificação e trabalham para o mesmo “patrão”, o Estado. Segundo o boletim:

Não há, até o momento, previsão de reajuste salarial em 2015. Os reajustes anuais previstos na lei complementar 1143/11 encerram-se em 2014. Porém, estudo realizado pela subseção do DIEESE/CEPES da APEOESP em 2014 mostrou que os professores têm a menor média salarial entre os profissionais com formação de nível superior no estado de São Paulo. Para a equiparação com essas categorias, como prevê a meta 17 do Plano Nacional de Educação, nossa reivindicação é de um aumento de 75,33% em nossos salários. (APEOESP, BI, Nº 4, 19/04/2015).

O trecho acima nos direciona para a discussão sobre o tema da remuneração do trabalho docente. Esta era e continua sendo defasada. Em 2015, o salário-base para um professor que possuía jornada completa, ou seja, 40 horas semanais, era de R\$ 2.415,89³. O aumento reivindicado pelo sindicato era de 75,33%, o que equivaleria a um aumento de R\$ 1.819,88, resultando em salário-base de R\$ 4.235,77. Destaca-se que a questão salarial não é uma reivindicação presente apenas nesta greve, mas um item que aparece em várias paralisações de professores⁴.

Após o anúncio feito pela Apeoesp desta possível greve não foram encontradas reportagens no jornal folha de São Paulo que versassem sobre a possibilidade deste movimento e seus impactos na sociedade. Os anúncios foram feitos apenas pelo sindicato, que noticiou sobre uma possível paralisação novamente nos boletins informativos datados dos dias 21, 26, 27 e 29 de janeiro de 2015. No dia 29 de janeiro – uma quinta-feira antes do retorno dos estudantes para as aulas, iniciadas no dia 02 de fevereiro daquele ano – ocorreu na Praça da República⁵, na cidade de São Paulo,

³ Dados extraídos do jornal FOLHA DE SÃO PAULO, ver: BILENKY, Thaís. Professores de São Paulo mantem greve; até pais de alunos tem sido afetados. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 abril de 2015, Cotidiano C6, Disp.: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20191&anchor=5987034&origem=busca&pd=68f25b370fecc31964a740ee8fa192c5>. Acesso: 04/08/2017

⁴ O trabalho de Amilton Gerolomo aponta inúmeras greves de professores da rede estadual de São que ocorreram e que foram deflagradas pela APEOESP. VER: GEROLOMO, Amilton Carlos. **Trabalhadores do Ensino e Sindicato: uma relação de conflito. Os professores da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo e a APEOESP de 1978 a 1987**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2007

⁵ Em frente à praça da República está o prédio da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP).

uma assembleia de professores (já programada no desde o ano anterior) que contou com a presença de cinco mil professores (APEOESP, BI, nº 08, 29/01/2015). Estes deliberaram sobre a possibilidade da greve e instituíram uma data posterior para tal decisão. No dia 13 de março seria feita nova assembleia de professores que decidiriam, por meio de votação, sobre a realização da greve.

Além dessa possível greve foi estabelecido um calendário de mobilizações entre os dias 29 de janeiro até o dia 13 de março de 2015. O objetivo desse calendário era de que o sindicato, por meio de suas subseções e seus representantes, disseminasse em cada localidade do Estado de São Paulo sobre a possibilidade de greve, sobre as reivindicações e sobre a importância da adesão dos profissionais da educação nesse possível movimento. A greve só seria decidida após uma votação em Assembleia Geral de professores programada para ocorrer no dia 13 de março de 2015. Segundo o boletim:

A greve é um movimento coletivo. Quem decide e realiza a greve são os professores. Por isso, o diálogo é nossa principal ferramenta. Visitar escolas, realizar reuniões, distribuir os materiais da entidade, apresentar dados e argumentos constituem a forma pela qual iremos construir um forte movimento, em busca de conquistas importantes para nossa categoria. Não podemos permitir que o Governo Estadual continue a promover o corte de gastos na educação, fechamento de classes, desrespeito aos nossos direitos, desempregos, queda na qualidade do ensino (APEOESP, BI, Nº 8, 2015, p. 01).

O que adquire destaque nesse trecho é justamente a importância que o sindicato atribui aos professores. Afinal, não é o sindicato que realiza a greve, mas sim os professores com sua adesão e predisposição para participar dos atos. Ao longo do trecho fica evidente a intenção do sindicato sobre o apoio à greve por meio de um discurso que enfatiza a importância do coletivo para que o movimento dê certo e tenha suas reivindicações atendidas.

Frisa-se que no jornal Folha de São Paulo não houve notícia sobre essa assembleia ocorrida no dia 29 de janeiro. Considerando a importância da educação, o tamanho da rede pública de ensino do Estado de São Paulo – na época eram mais de 4 milhões de alunos matriculados, mais de 5 mil escolas e aproximadamente 230 mil professores, entre outros funcionários – e o impacto de uma greve de professores não só na escola, mas na organização dos pais, salienta-se que este jornal deveria ter feito ao menos uma nota em seus impressos, uma vez que se trata de um periódico de grande circulação no Estado e no país, porém o veículo optou pelo silêncio.

Mesmo com a ausência de reportagens na Folha de São Paulo o sindicato e os seus professores se mobilizaram, entre os dias 29 de janeiro e 13 de março, para organizarem a greve. Contudo, nesse interim o governador Geraldo Alckmin (PSDB) autorizou a publicação do decreto 61.132 no diário oficial que estipula um conjunto de medidas para economizar recursos, tendo em vista uma deterioração do cenário econômico do país⁶. É possível notar, por meio dos boletins informativos emitidos pela Apeoesp, como o decreto possui um efeito efervescente sobre o sindicato que estava em estado de greve.

Nesse sentido, a ação governamental tornou-se um instrumento usado pelo sindicato para engrossar suas críticas ao governo estadual e sua política educacional. O congelamento anual nos salários dos trabalhadores do funcionalismo público afetaria diretamente os profissionais que integram o Quadro do Magistério, uma vez que esses são funcionários públicos. Devido a esse episódio, o sindicato em seu boletim taxou o decreto como “Um absurdo!” (APEOESP, BI, Nº 14, 04/03/2015). Além disso, o mesmo boletim trouxe uma contra argumentação diante da justificativa de que de que havia uma “deterioração do cenário econômico nacional”, dada pelo governador para a publicação do decreto. A crítica à justificativa se inicia antes mesmo do argumento para rebatê-la, afinal, para o sindicato essa deterioração não era algo constatado, mas uma suposição. Assim está registrado no texto:

O governador faz no decreto uma avaliação sobre uma suposta “deterioração do cenário econômico nacional”, um pretexto para esconder sua incapacidade para administrar as finanças do Estado mais rico da federação, tentando jogar o ônus de sua incompetência sobre o funcionalismo e os serviços públicos (pois outro Decreto, nº 61.131 determina uma série de outros cortes). Em nenhum momento, quando a economia brasileira experimentou altas taxas de crescimento, propiciando uma grande arrecadação ao Estado, este crescimento foi repassado para os nossos salários. Ao contrário, continuamos com altas perdas salariais e necessitamos de um aumento de 75,33% para equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior (como determina a meta 17 da PNE), rumo ao piso do Dieese por jornada de 20 horas semanais de trabalho. (Idem, ibidem).

Além de afirmar a incapacidade do governador Geraldo Alckmin (PSDB) de gerir as finanças do Estado de São Paulo e de criar uma deterioração econômica em todo o país para não deixar sua incompetência às claras, o boletim também realizou uma propaganda da assembleia que ocorreria no dia 13 de março. Neste anúncio

⁶ Decreto Estadual de São Paulo 61.132 de 25/02/2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61132-25.02.2015.html>. Acessado em 04/01/2015 às 15h 54.

havia os seguintes dizeres: **“Nossa união é nossa força. Vamos anular nas ruas o decreto do governador”** (idem, ibidem). Neste trecho percebemos novamente a estratégia do sindicato em mobilizar os professores para uma possível greve por meio de um discurso que enfatiza a coletividade e a força que ela possui quando está unida.

O mesmo boletim informa que os professores representantes do sindicato Apeoesp tinham dificuldades de adentrar nas escolas em visitas realizadas para falar sobre a assembleia do dia 13 de março e sobre a possível greve (APEOESP, BI, nº 13, 13/03/2015). Os motivos que levaram tais representantes a serem barrados nas escolas provoca alguma inquietação. Afinal, por quais motivos a direção da escola barrava tais pessoas? Seriam os conflitos de ideias ou seriam as ordenações de instâncias superiores (como as diretorias regionais de ensino ou a própria SEE-SP) que não desejavam ter de lidar com uma greve de professores?

As respostas para tais questionamentos não são claras. Porém, o boletim informativo da Apeoesp publicado na quarta-feira do dia 11 de março (dois dias antes da assembleia geral) é significativo para observarmos o posicionamento deste sindicato com a relação às dificuldades de professores adentrarem nas escolas em suas visitas para discutirem com os funcionários sobre a possível greve. Neste documento as informações que preenchem as páginas são referentes ao Direito à greve que o trabalhador pode usufruir sem ser penalizado. O título da matéria é: “Orientações Jurídicas sobre o direito constitucional de Greve” e em seus primeiros parágrafos é feita uma exposição sobre quais documentos da legislação nacional podemos visualizar que o Direito à greve é legítimo e incontestável.

APEOESP tem direito de convencer os professores a aderirem à greve”.

“Qualquer militante da APEOESP que seja impedido de entrar nas unidades escolares para cumprir a tarefa de divulgar a greve deve formular requerimento neste sentido e, além disso, lavar boletim de ocorrência narrando esta situação, fazendo que conste expressamente a afronta aos artigos 8º, III da Constituição Federal e Artigo 6º, I da Lei 7783 com as modificações introduzidas pelo STF. (APEOESP, BI, Nº 15, 11/03/2015)

Diante do trecho, publicado dois dias antes da assembleia que decidiria sobre o início da greve, conjectura-se que o sindicato já estava ciente de que o movimento ocorreria e por tal razão já se resguardava, ao passo em que se armava, a partir de amparos legais na jurisdição brasileira. Logo, informar sobre a constitucionalidade do direito à greve e apontar como uma violação a esse direito a proibição de representantes do sindicato de entrarem nas escolas para conversar com seus pares

sobre estes acontecimentos e sobre as suas reivindicações se constitui como uma estratégia, elaborada pelo sindicato, para iniciar este movimento de resistência. É como se ele estivesse enviando uma mensagem para dois receptores diferentes: o primeiro seria o professorado e a mensagem seria: façam greve, porque por lei você não pode ser punido; O outro seria a SEE-SP, ou o governo do Estado de São Paulo, e a mensagem seria: será uma batalha conforme as regras constitucionais.

1.2. A Greve.

Na sexta-feira do dia 13 de março de 2015, em assembleia de professores agendada desde 29 de janeiro, 15 mil docentes se reuniram na Avenida Paulista, em frente ao vão Livre do Masp na cidade de São Paulo. Após deliberarem sobre condições de trabalho, realizaram uma votação em que decidiram em favor do início da greve (APEOESP, BI, Nº 16, 2015). No boletim informativo da Apeoesp emitido no dia 15 de março aparece como alerta o fato de que a greve não tem data para ocorrer e nem mesmo para acabar, visto que estas são decisões coletivas tomadas por membros da categoria docente. Além disso, foi exposto um apelo aos professores afirmando o seguinte:

É fundamental o papel de cada professor, cada diretor, conselheiro estadual, conselheiro regional e representante de escola da APEOESP neste processo de mobilização. A greve começou. Agora, trata-se de dialogar nas escolas para obter a adesão de todos. A luta não é da direção do Sindicato, pois o Sindicato somos todos nós e a luta é de todos em defesa da escola pública. Por isso o diálogo com pais e estudantes também é muito importante. Precisamos conquistar o apoio deles, pois a melhoria da educação pública é uma causa de toda a sociedade. (idem, ibidem)

Nesse trecho é interessante observar a estratégia retórica do sindicato de utilizar a expressão “o Sindicato somos nós”. Com ela nota-se que a diretoria administrativa da entidade atribui importância ao posicionamento do professor para o sucesso ou fracasso da greve. Destaca-se que ao apontar que “a luta por uma educação pública de qualidade é de todos os cidadãos”, vemos uma estratégia de tentar expandir a greve dos professores por meio do apoio da sociedade que deseja uma educação pública de qualidade.

Além da deflagração da greve foi aprovado na assembleia um calendário e um programa de mobilizações para serem realizadas pelos docentes até a próxima

assembleia, agendada para às 14hs da sexta-feira do dia 20/03/2015. As ações propostas seguem abaixo ⁷:

Calendário de mobilização:

- **Segunda-feira, 16/03:** visitas às escolas e conversa com professores e estudantes.
- **Terça-feira, 17/03:** reuniões com a comunidade escolar para explicar os motivos da greve e pedir o apoio de todos. É fundamental o diálogo com os pais dos estudantes.
- **Quarta-feira, 18/03:** greve em todas as escolas, panfletagens, audiências públicas nas Câmaras Municipais, divulgação da greve e das reivindicações nas mídias locais.
- **Quinta-feira, 19/03:** assembleias regionais
- **Sexta-feira, 20/03:** assembleia estadual, 14 horas, vão livre do MASP (avenida Paulista).

Imagem 1: APEOESP, BI, nº 16, 13/03/2015.

Por meio da visualização do calendário de mobilizações nota-se que o sindicato, juntamente com os professores grevistas, tinha como meta espalhar, para todas as regiões do Estado de São Paulo, informações sobre a greve de professores. Essa estratégia pretendia tanto aumentar o número de adesão dos profissionais ao movimento como também sensibilizar a sociedade para apoiar a greve dos professores.

Após a deflagração da greve de professores o jornal Folha de São Paulo publicou uma notícia pequena, mas que carrega em seu corpo um pronunciamento da Secretaria Estadual de Educação-SP sobre o movimento. Segundo o jornal, a SEE-SP “acredita que a decisão de um dos sindicatos de professores, a Apeoesp, não representa os mais de 230 mil professores da rede” (JORNAL FSP, COTIDIANO, C3, 14/03/2015). A declaração da pasta se constitui como uma desmoralização à greve visto por meio do ataque a Apeoesp e sua relevância expressiva para a categoria docente⁸. Na mesma matéria há uma resposta do sindicato frente ao discurso

⁷ Na mesma assembleia os professores foram convidados para realizar um ato em defesa da democracia, de direitos trabalhistas e também da Petrobrás. O ato foi realizado por vários setores da sociedade e organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras centrais sindicais. Isso revela que o Sindicato também se relaciona em outros assuntos para além das problemáticas relacionadas a escola pública estadual de SP.

⁸ O quadro do magistério da SEE-SP é composto por vários cargos (supervisores, diretores, professores, agente de organização escolar, entre outros). Cada qual possui o seu sindicato que possui suas reivindicações próprias. No total existem cinco instituições, que são: a APASE – Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo – (<http://www.sindicatoapase.com.br/>), constituído majoritariamente por supervisores de ensino; a UDEMO – Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo – (<http://www.udemo.org.br/index1.html>), constituído por diretores de unidades de ensino; a AFUSE – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Ensino de São Paulo – (<http://www.afuse.org.br/p4/>), constituído por agentes de organização escolar (merendeiras, inspetoras e secretárias); o CPP – Centro do Professorado Paulista – (<https://www.cpp.org.br/>), composto por várias categorias e; APEOESP – Associação do Ensino Oficial do Estado de São Paulo –

governamental. Conforme exposto no jornal, e segundo o sindicato, eram mais de 175 mil professores associados à Apeoesp, ou seja, esta instituição era, e continua sendo, a maior entidade docente não só do Estado de São Paulo, mas também de toda América Latina.

Além dessas declarações sobre a greve feita pela SEE-SP, o governador do Estado de SP, Geraldo Alckmin (PSDB), se pronunciou sobre o assunto em um evento realizado na cidade de Cedral -SP. Segundo ele, “não vai haver greve, quero dizer que todos os alunos compareçam às aulas, que os pais não deixem de mandar seus filhos. Todo o ano é essa novela da Apeoesp, ela tenta fazer greve, mas não tem legitimidade” (idem, ibidem).

Ademais, sobre a questão salarial dos professores ele asseverou:

No meu mandato, nos últimos quatro anos, demos 45% de reajuste. Não houve perda de inflação no período, e ainda houve ganho real. O piso é 26% maior do que o piso nacional. Claro que os professores merecem mais, e nós estamos programados para sempre ter reajuste superiores à inflação. (idem, ibidem)

Em resposta às declarações do governador Geraldo Alckmin o sindicato emitiu, no dia 16 de março, um boletim se pronunciando. Nele consta o seguinte texto:

Não é o Governador que confere legitimidade ao nosso sindicato. Quem confere legitimidade à APEOESP é você, professora, e você, professor. Nossa categoria construiu este sindicato e elege livre e soberanamente sua direção e seus conselheiros. Não aceite que o ninguém tire isso de você. (...)

Por outro lado, se o próprio governador admite que os professores têm, todos os anos, motivos para realizar uma greve, está admitindo que seu governo não prioriza nem valoriza a educação e os professores. E é de fato o que ocorre. (APEOESP, BI, nº 17, 16/03/2015)

Como forma de rebater as declarações do governante frente ao plano salarial, a publicação também evidencia a política econômica referente à Educação com os cortes de recurso. Nesse sentido, o boletim expõe que os professores deveriam informar à sociedade qual era o cenário da rede pública de ensino estadual de SP. Segundo o trecho a seguir:

Temos que informar a todos que, neste ano, Alckmin fechou mais de 3.390 classes (levantamento parcial em 73 regiões) e superlotou salas de aula com até 60 alunos (ensino regular) e até 91 alunos (Educação de Jovens e Adultos). Ele cortou verbas das escolas, onde falta até papel higiênico. Reduziu o número de coordenadores pedagógicos, piorando a qualidade do ensino. Não há verba para manutenção das unidades escolares e em muitas delas os banheiros não podem ser usados por falta d' água. É uma vergonha! (idem, ibidem)

O cenário caótico exposto no trecho serve para enfatizar como as escolas e os alunos encontram-se abandonados de políticas públicas educacionais que priorizem a educação pública de qualidade. Devido à ausência de políticas educacionais que busquem a qualidade do ensino e não a economia de recursos, é possível visualizar como o corte de verbas fere não apenas a infraestrutura dos prédios escolares, como também há o desrespeito da figura do aluno enquanto um ser humano que merece ser tratado com o mínimo de dignidade. Esse desrespeito emerge com a falta de água para o consumo ou mesmo para higiene básica nos banheiros, ou com a falta de papel higiênico nesses ambientes.

A partir da exposição dessas mazelas do cotidiano escolar o texto do boletim informativo prossegue. O contorno que ele adquire salienta que a greve dos professores reivindica mais condições de trabalhos que possibilitem um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. Obviamente que além da reivindicação concernente às condições de trabalho está a questão salarial. Logo, o texto continua afirmando que:

Precisamos esclarecer à população que os professores querem condições de trabalho, querem o desmembramento das salas superlotadas, querem condições de ensino-aprendizagem para os estudantes. Querem respeito, querem dignidade e querem equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior, como determina o Plano Nacional de Educação. Isto significa um plano para um aumento de 75,33%, que é o índice que permite esta equiparação. O que o Governador oferece? Nada! Reajuste zero. Não aceitamos. Por todos esses motivos, estamos em greve! O Governador diz que o piso salarial de São Paulo é 26% maior do que o piso nacional, mas de forma desonesta não diz que em 2009 o salário-base dos professores da rede estadual de ensino era 59% maior que o piso nacional, o que demonstra a desvalorização dos nossos salários. (Idem, ibidem).

Observamos em todo o texto a estratégia do sindicato em sensibilizar a sociedade acerca da importância da greve para melhorar a educação. Esta sensibilização se daria por meio do argumento de que a greve não se limitaria apenas às reivindicações referentes à carreira docente, mas modificações no projeto educacional como um todo. Segundo o sindicato Apeoesp a reivindicação “pela qualidade da educação interessa a toda a sociedade. Por isso, devemos pedir o apoio dos pais e solicitar que não enviem seus filhos às escolas enquanto durar a nossa greve” (idem, ibidem).

Destaca-se que neste mesmo boletim foram denunciadas as estratégias do governo para desarticular a greve dos professores. Uma delas foi disseminar, nas

redes sociais, notícias com informações dúbias a respeito da prova do mérito. Segundo o boletim:

Fontes ligadas ao Governo Estadual tem difundido nas redes sociais uma informação truncada, para confundir os professores e a população. De acordo com essa informação, os professores receberiam 10,5% de reajuste salarial. Porém, atenção: só terão direito a este reajuste (previsto no plano de carreira) aqueles professores que tenham sido aprovados na prova de mérito realizada em 2014. Trata-se, portanto, de um número pequeno de professores, que está sendo apurado. (idem, ibidem).

Outra estratégia da SEE-SP para estancar a greve consistiu na contratação de professores eventuais, em caráter emergencial, para que pudessem substituir a ausência de professores que aderiram ao movimento grevista. As admissões permitiriam o funcionamento normal da escola uma vez que os alunos teriam suas aulas.

Em menos de uma semana de greve percebe-se as ações do governo do Estado de São Paulo e do sindicato Apeoesp para invalidar ou validar a greve bem como o uso dos jornais, pelos dois lados, como um veículo não somente informativo, mas como um instrumento de ataque e defesa da paralisação de professores e suas reivindicações. Um exemplo a ser citado diz respeito às informações sobre o percentual de professores que aderiram à greve, disponibilizadas pelo sindicato e pela SEE-SP, e veiculada no Jornal Folha de São Paulo publicado em 17 de março de 2015.

A Secretaria da Educação do governo Alckmin afirma que as ausências dos professores estão constantes, próximas de 2,5%, conforme os índices de faltas enviados diariamente pelas escolas. Já a Apeoesp afirmava que a adesão ao movimento crescia e estava em 60%, conforme dados levantados por suas subseções (JORNAL FSP, COTIDIANO, C1, 17/03/2015). A diferença entre os números disponibilizados pela SEE-SP e a Apeoesp sobre o índice de ausência de professores na rede causa um desencontro dos dados. Diante destes números tão díspares, 2,5% para um e 60% para outro, fica difícil saber qual informação é verídica.

Afinal, teria a greve tão pouca adesão que nem mesmo alterou os índices diários de ausência de professores computados pela SEE-SP? Ou ainda, com 2,5% de adesão pode-se pensar que o movimento seria mesmo uma greve? Ou seria um movimento composto por mais da metade de professores da categoria, como alegava o sindicato quando mencionou os 60% de adesão? Para além dessas questões e suas

possíveis respostas temos um exemplo, por meio da enorme diferença entre os percentuais apontados pelas instituições (Apeoesp e SEE-SP), de como os impressos não se limitavam apenas a informar o leitor, mas também a deslegitimar as informações emitidas pelo seu opositor.

A atmosfera conflituosa entre as instituições perdurou durante toda a greve e pode ser vista por meio das publicações de ambos os lados, afinal o conflito transparece nelas. Mas eles não são os únicos instrumentos que ambos os lados utilizaram para promover ou não a greve dos professores. Ao findar uma semana do movimento foi realizada uma nova assembleia. Esta, assim como a maioria delas, também ocorreu no Vão Livre do Masp, na cidade de São Paulo, na sexta-feira do dia 20 de março de 2015.

Neste evento professores decidiram pela continuidade da greve, bem como ações que possibilitassem uma visibilidade ao movimento, como, por exemplo, a decisão de montar um acampamento em frente ao prédio da sede da Secretária da Educação do Estado de São Paulo (APEOESP, BI, nº 20, 20/03/2015). Tal prédio encontra-se na praça da República, localizada no centro de São Paulo, um local de alta circulação de cidadãos durante o dia todo. O objetivo com o acampamento era dar visibilidade à paralisação diante dos transeuntes que passassem por ali.

A foto abaixo foi tirada na montagem da estrutura para o acampamento. Nela temos acesso à localização geográfica em que estaria alocado o acampamento, bem como do tamanho dele; como o objetivo era dar visibilidade à greve dos professores, sua estrutura era grande. O local de sua alocação, considerando o movimento grevista e sua atmosfera de tensão, também teve uma finalidade, a de confrontar e pressionar. Confrontar a SEE-SP e o governador que alegavam que a greve inexistia e pressionar para a abertura de negociações tendo como pauta as reivindicações do movimento.



Imagem 2: Acampamento APEOESP Fonte: Acervo Digital APEOESP

Com o passar do tempo a greve no magistério passa a suscitar opiniões. Foi o que aconteceu com o jornal Folha de São Paulo. Até 25 de março, embora publicasse notícias a respeito do movimento, o periódico não havia exposto de modo claro sua posição quanto a ele. Contudo, no dia 26 de março foi publicado, neste jornal, um artigo de opinião assinado pela equipe editorial, intitulado *Desedução pela greve*. O título em si já demonstra uma opinião contrária à greve. No texto é mencionado o bônus salarial pago pela Secretaria da Educação, cujo montante foi de um bilhão de reais, aos funcionários de unidades de ensino que conseguiram atingir as metas educacionais estabelecidas pelo governo⁹. Tal fato é seguido pelo posicionamento do jornal sobre a carreira docente, seus vencimentos e a relação da educação para o país. Vejamos o que o texto diz:

Esta **Folha** há muito defende a valorização salarial da carreira docente, para que se torne capaz de recrutar e manter os melhores talentos egressos das universidades. Parte dessa melhoria deve vir na forma de premiação por desempenho, como tem feito o governo paulista, mas também é crucial elevar as quantias de referência.

(...)

Trata-se, afinal, de uma profissão decisiva para o futuro do país. Quem trabalha duro para educar e qualificar a população merece contrapartida adequada. (Jornal FSP, Editoriais, A2, 26/03/2015)

⁹ Anualmente, alunos matriculados na rede pública de ensino do Estado de São Paulo e que se encontram no 6º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino médio realizam uma avaliação nomeada de SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Esta prova contempla principalmente os saberes relacionados à língua portuguesa e a matemática. Com base no desempenho individual de cada aluno o governo estadual chega a uma média coletiva que serve para que a SEE-SP estabeleça metas que a escola deve alcançar nas avaliações que serão aplicadas aos alunos no ano seguinte. Quando a escola consegue atingir essas metas, ou mesmo ultrapassá-las, os funcionários recebem um bônus. Ver: PINTO. Marcio Alexandre Ravagnani. **Política Pública e Avaliação: O saresp e seus impactos na prática profissional docente**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Unesp - Franca. 2011.

O excerto deixa claro que o jornal reconhece que há uma desvalorização na carreira docente e que pode ser visualizada por meio da remuneração deste profissional. Segundo o editorial, bons salários seriam atrativos para que os melhores formandos de universidades se insiram na carreira docente. No entanto, parte da remuneração do docente deveria ser oriunda não do salário pré-estabelecido, mas de premiações pelo desempenho do profissional.

Embora o jornal reconheça a importância do aumento nos vencimentos, há uma desqualificação da greve. Conforme o texto,

A Apeoesp, no entanto, ultrapassa todas as medidas do razoável. Nesta paralisação, reivindica reajuste de 75,33% nos proventos, de maneira a equipará-los com os ganhos de outras categorias estaduais que exigem nível superior.

(...)

O pleito é descabido. O professorado tem obtido reajustes anuais; o último começou a ser pago em agosto. A inflação acumulada em 12 meses está em 7,7% (IPCA). (Idem, ibidem)

A posição do jornal quanto à paralisação é evidente. Os instrumentos discursivos que são utilizados têm como objetivo menosprezar as reivindicações realizadas pelo sindicato. O argumento enfatizando o aumento salarial ocorrido em menos de um ano era o mesmo utilizado pelo governo estadual e pela SEE-SP. Porém, o texto também aponta que o aumento reivindicado era algo descabido uma vez que o estado passava por uma “crise aguda da economia” e uma “queda na arrecadação de imposto”, assim sendo, tais fatos impossibilitavam o atendimento da reivindicação concernente à equiparação salarial.

Uma crise financeira é um grande obstáculo para a administração pública. Diversos cortes de orçamento são realizados e novos impostos são criados por meio de decretos de leis. O decreto paulista 61.132 de 25 de fevereiro de 2015, criado pelo governador de São Paulo Geraldo Alckmin, foi exatamente uma medida tomada neste contexto e que tinha como perspectiva a chamada “deterioração do cenário econômico”. Questiona-se aqui a postura do político frente à mencionada crise. Se o país estava com sua economia em uma deterioração que impactaria as finanças estaduais, por qual razão conceder um bônus para os docentes no valor de 1 bilhão de reais? Não seria isso uma contradição? Além da contradição evidente no discurso e prática governamental, talvez o pagamento desse bônus tenha sido mais uma tática governamental para enfraquecer o movimento grevista.

O jornal prossegue, alegando que diante deste cenário:

Até um desvairado militante esquerdista tem de reconhecer que nenhum governo, com a crise aguda da economia e a invetável queda na arrecação de impostos, pode dispor de recurso para expandir gastos de forma desmensurada.

(...)

O irrealismo patente do movimento reforça a conclusão de que seu objetivo seja menos corporativista que político. Satélite da CUT e do PT, a Apeoesp se mostra inclinada a manobrar a categoria para fastigar o governo estadual do PSDB. (idem, ibidem)

Nesse trecho, percebemos um ataque direto do jornal ao sindicato. Ao enquadrá-lo como uma instituição que tem seu funcionamento de acordo com as premissas da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, foi removida do sindicato a ideia de que seria uma instituição em prol dos interesses do magistério público. Frisa-se que, no ano de 2015, havia no país uma atmosfera política e social de dualidade entre pessoas que apoiavam o Partido dos Trabalhadores e as que não apoiavam. A vitória da ex-presidente Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores, nas eleições presidenciais de 2014, por 51,65%¹⁰ dos votos válidos aumentou esta rivalidade¹¹. No Estado de São Paulo ela obteve 35,69% dos votos válidos, ou seja, não foi a candidata que os paulistas desejavam. Logo, ao realizar uma associação entre Apeoesp, CUT e PT, o jornal Folha de São Paulo utiliza dessa rejeição que o partido possui no estado para enquadrar o sindicato dos professores como um “satélite” petista, e com isso mobilizar a sociedade para que não apoiasse a greve do magistério público.

Não bastassem os ataques remetidos ao sindicato e a greve, o texto também dispara contra os professores que optaram em aderir ao movimento. Em suas linhas finais foi escrito que “cruzando os braços poucas semanas depois de iniciado o ano letivo, os professores em greve deixam a seus alunos a lição de que o ensino figura entre as últimas de suas prioridades” (idem, ibidem). A irresponsabilidade do professor grevista para com o ensino só revelaria, segundo o editorial do jornal, o seu descompromisso com a educação. Ou seja, a imagem que o jornal cria do grevista é de um profissional egoísta, que não se importa sobre os prejuízos da paralisação no aprendizado dos alunos.

¹⁰ Dados obtidos através do site <https://www.eleicoes2014.com.br/> acessado em 16/01/2018 às 20h06.

¹¹ O portal virtual do Uol, ao realizar um raio-x sobre o resultado dessas eleições, tem em sua página inicial uma foto de Dilma Rousseff (PT) com os dizeres: “Em país dividido, Dilma é reeleita”. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/presidente#capa>, acessado em: 16/01/2018 às 20h22.

Esse parágrafo do artigo de opinião é o que faz críticas mais evidentes ao professor grevista. Contudo, há no texto outros trechos que rotulam o grevista de outras maneiras. Por exemplo, ao afirmar que o sindicato usa da greve para “manobrar a categoria” propicia duas hipóteses acerca do professor grevista: a primeira considera o docente como um sujeito manipulado por uma instituição que usa do seu poderio para defender um partido político, ou estaria fazendo a greve porque é um “desvairado militante esquerdista”, que não mede seus atos, mesmo quando eles são prejudiciais ao aprendizado de alunos.

O artigo *Desedução pela greve!*, publicado pelo editorial do jornal Folha de São Paulo, foi um ataque a greve, ao sindicato e aos grevistas. O objetivo de desmoralizar o movimento diante da sociedade fica claro em suas linhas. Obviamente que essa publicação obteve resposta. Utilizando do espaço “Painel do leitor” do jornal FSP, na data de 27/03/2015, a presidente do sindicato Maria Izabel Azevedo Noronha – conhecida como Bebel – encaminhou suas considerações sobre o texto. Conforme ela diz, o editorial:

“Desedução pela greve” (“Opinião”, 26/03) é agressivo e demonstra posicionamento político contra os professores. A APEOESP não é satélite da CUT e do PT. Nosso sindicato é legítimo e representa 188 mil professores. Não estamos fustigando o governo. Exercemos o direito de greve para melhorar salários e condições de trabalho. Devemos nos conformar com nossos baixos salários? Lutamos por um plano de composição salarial para a equiparação com categorias com formação de nível superior, conforme determina lei nacional. Há tempos pedimos negociação. A intransigência é do governo. (Jornal FSP, Painel do Leitor, A3, 27/03/2015)

A resposta da líder sindical enfatiza que a Apeoesp não é uma instituição que seria um braço do partido político Partido dos Trabalhadores ou de outras organizações. O sindicato estaria, segundo ela, a serviço da categoria. Logo, a greve não seria um movimento cuja causa estaria atrelada às motivações políticas partidárias, mas aos interesses da categoria.

No entanto, o espaço “Painel do Leitor” desta edição da Folha de São Paulo contou com opiniões de outros indivíduos sobre o movimento. As considerações que apresentam deixam claro que seus autores possuem um posicionamento semelhante ao dos editores do jornal. Abaixo seguem as outras duas opiniões que foram emitidas neste dia:

Será que a Apeoesp acredita que a população vai cair na conversa de 75% de aumento? O salário dos professores merece ser dobrado, triplicado. No entanto, a forma como foi iniciado esse movimento se mostrou oportunista de saída. Foi-se o tempo em que profissionais serviam de massa de manobra

para sindicatos ligado a partido. Os professores merecem e exigem respeito. Victor Siqueira Cassiano Daltin (Catanduva – SP).

A luta dos professores por reconhecimento profissional e melhores condições de trabalho merece todo o nosso respeito e apoio. Mas há a tentativa sórdida do sindicato de usá-los como massa de manobra para desgastar o governo estadual e tentar equilibrar o pêndulo da popularidade da presidente e do PT. Victor Hugo Panchamel (Itapevi-SP). (Idem, ibidem)

Os comentários disponíveis são contrários à greve. As críticas das duas opiniões são voltadas ao sindicato - este seria sórdido e oportunista na medida em que usa de poder para defender o Partido dos Trabalhadores. A paralisação é vista como uma ação em prol desse ponto de vista. Os professores não são alvos de ataques, pelo contrário: ao alegar que se acabou o tempo em que trabalhadores serviam como “massa de manobra”, pode-se inferir uma espécie de elogio à suposta “independência” do professorado.

No entanto, mesmo que as afirmações tendam a tratar o sindicato como algo sórdido, oportunista, que usa do professorado para realizar uma greve que objetiva defender um partido político, elas não consideram que os indivíduos que decidiram pelo início do movimento foram os professores em assembleia. Aliás, estes decidiram pela continuidade do movimento em assembleia que ocorreu no mesmo dia da publicação destas opiniões. As opiniões sobre o movimento demonstram que ele estava causando algum impacto na sociedade e que possuía minimamente uma visibilidade. Ser alvo de críticas é algo que ocorre em qualquer mobilização social e elas podem ser utilizadas para se repensar as estratégias e as ações. Entretanto, acreditar que a Apeoesp possui um poder de manipulação tão grande sobre os membros da categoria ao ponto de os levarem a greve e sofrerem todos os ônus dessa decisão, para defenderem um partido político, desconsidera que sujeitos possuem motivações próprias para aderirem à paralisação que quase sempre não estão atreladas a motivos político-partidários.

A continuidade da greve, decidida em assembleia no dia 27 de março, não foi a única decisão tomada no evento. Nele foi relatado que a SEE-SP havia convidado o sindicato para uma reunião, na sede da própria Secretaria, para o dia 30 de março, cujas pautas seriam as reivindicações. Diante disso, foi decidido que na data deste encontro professores se concentrariam em frente ao prédio, como uma forma de pressionar uma negociação benéfica para a categoria. Infelizmente, a reunião não trouxe avanços para a negociação das reivindicações. A SEE-SP, sobre a reivindicação salarial, alegou que só poderia discutir sobre o assunto após o mês de

abril, período em que teria em mãos o comportamento da arrecadação e então, com base nestes dados, estudaria o orçamento estadual (APEOESP, BI, Nº 23, 30/03/2015).

Após a reunião, o sindicato, em seu boletim informativo emitido no dia 31/03, propõe a intensificação das mobilizações em todo o Estado. O objetivo era aumentar a visibilidade do movimento, conseguir mais apoio de setores da sociedade e com isso pressionar o governo estadual a negociar as reivindicações almejadas. Os atos sugeridos pelo sindicato consistiam em: visitas às escolas para que mais professores aderissem à greve; visitas à igrejas, comunidades e outros espaços que pudessem apoiar a paralisação; conseguir o maior número de moções de Câmaras Municipais favoráveis aos docentes; realização de apitação em frente às Diretorias de Ensino espalhadas pelo estado; e aumentar a “Operação Caça-Alckmin”¹² e entregar a ele uma carta contendo a pauta das reivindicações (APEOESP, BI, Nº 30, 13/04/2015).

Salienta-se aqui que durante os dias 13 de março até o dia 31 de março a greve, por meio dos impressos do sindicato, tinha como meta convencer os professores da rede a aderirem à paralisação. Ao longo das leituras dos boletins informativos, emitidos pelo sindicato, e pelas reportagens publicadas pela FSP, percebe-se que o movimento adquiriu novas características a partir da reunião do dia 30/03. Durante todo o mês de abril os professores grevistas buscaram conseguir por meio de seus atos uma negociação com o governador. Esses atos tornaram-se mais abruptos uma vez que não se limitava apenas a expor a causa da paralisação, mas também quebrar aquilo que foi nomeado pelo sindicato como “bloqueio midiático”. Tais aspectos, embora aparecessem ao longo do mês de março, não são sinalizados com tanta veemência.

Abaixo se tenta reconstruir os acontecimentos que ocorreram na greve durante o mês de abril, enfatizando pontos como:

- Atos mais incisivos quando pensamos a relação de confronto entre professores grevistas, sindicato Apeoesp e governo estadual de SP;

¹² A Operação caça-Alckmin consistia numa ação proposta pelo sindicato aos professores grevistas de irem ao encontro do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). A busca se dava a partir da presença do governador em eventos que ele participava pelas cidades paulistas. Como a paralisação abrangia todo o estado havia grevistas em todas as regiões, logo eles deveriam ir até a presença do governador caso este tivesse algum compromisso em sua cidade. O encontrarem o governador, era sugerido realizar protestos em prol das reivindicações da greve.

- Atos que objetivavam trazer visibilidade à greve, e assim conseguir o apoio da sociedade por meio da comoção;
- Críticas feitas à grande imprensa por realizar coberturas tendenciosas sobre a greve ou mesmo tratar pouco sobre esse tema em suas publicações – isso foi nomeado pela Apeoesp como bloqueio midiático.

Além disso, na medida em que os acontecimentos ocorridos durante o mês de abril forem expostos, observa-se como as reportagens da FSP e como os boletins informativos do sindicato eram contrastantes em suas capturas sobre a greve. Acredita-se que esse contraste propiciou às pessoas envolvidas neste movimento uma vivência de tensões, conflitos e descobertas, ou seja, já temos aqui algumas marcas que nos remetem para aquela materialidade a respeito dos processos de subjetivação.

1.3. Enfrentamentos de abril.

Após a reunião com a SEE-SP os professores seguiram em greve. Entretanto, segundo a reportagem veiculada pelo portal de notícias www.g1.com.br, o sindicato recebeu uma liminar concedida pela juíza Laís Helena Bresser Lang Amaral, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que o proibia de realizar propagandas que incentivassem os pais a não levarem seus filhos à escola¹³. A decisão foi tomada após o Estado de São Paulo entrar com uma ação civil pública. Nas palavras dela, segundo o canal: “A incitação dos pais dos alunos para que deixem de enviar os filhos à escola revela-se ilícita e extremamente prejudicial ao interesse dos menores”. (idem). Ficou decidido também que caso o sindicato desrespeitasse estaria submetido a multas diárias de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A decisão judicial foi dada ao sindicato após veicular uma propaganda da greve em canais de televisão¹⁴. A propaganda além de falar sobre a paralisação continha o seguinte pedido: “Senhores pais, não levem seus filhos à escola enquanto durar a greve”. Obviamente que o pedido do sindicato foi uma estratégia para fortalecer a greve por meio

¹³ Para ler obter mais informações sobre essa decisão judicial ler a reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/justica-proibe-apeoesp-de-pedir-pais-que-nao-levem-alunos-escola.html>

¹⁴ Para assistir à propaganda, acesse ao seguinte endereço virtual: <https://www.youtube.com/watch?v=oai3s3Wkszs>. Acessado em: 20/01 às 15h44.

do esvaziamento da escola de professores e alunos. Contudo, a estratégia foi proibida por lei sob pena de multas. A decisão judicial é importante quando pensamos que há uma judicialização do movimento com o avançar da sua duração.

Nesse sentido, abril se inicia com uma reunião sem negociação (30/03) e com uma estratégia sindical sendo proibida por lei. Contudo, isso não inibe os professores que decidem dar continuidade ao movimento na assembleia realizada no 02/04. Segundo o boletim informativo da Apeoesp, emitido neste dia 02/04, além da continuidade da greve ficou decidido que a assembleia seguinte seria realizada na sexta-feira, 10/04, em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Infere-se aqui que esse local é carregado de simbolismos para os professores e para o sindicato, marcado pelo enfrentamento e também pela violência. A decisão de realizar uma assembleia em frente ao Palácio dos Bandeirantes não foi aleatória, mas se considerou a importância política do prédio, sendo que ali funciona a sede do governo estadual. Logo, realizar um evento em frente ao local em que o governador cumpre seu labor foi uma decisão que demarca uma postura de enfrentamento e não submissão.

Outro simbolismo que existia para o professorado sobre atos em frente ao Palácio dos Bandeirantes possui suas raízes na greve do magistério estadual ocorrida em 2010. Nesse ano, a mobilização durou 35 dias e contou com uma assembleia em frente à sede do governo estadual. Contudo, este evento foi marcado, sobretudo, pela violenta ação policial militar empenhada para reprimir o evento. O conflito entre os docente em greve e polícia militar teve como resultado muitos feridos e uma lembrança violenta da assembleia realizada neste local¹⁵.

No espaço da assembleia do dia 02/04 também ficou decidido que professores fariam, ao longo da semana, protestos nas ruas e interditariam algumas rodovias do estado, com o objetivo de dar visibilidade ao movimento (APEOESP, BI, Nº 26, 02/04/2015). Destaca-se que realizar ações que impulsionasse a visibilidade do movimento era necessário, uma vez que, segundo o sindicato Apeoesp, ocorria um bloqueio midiático criado pela grande imprensa para não falar sobre a greve. Acreditava-se que a mídia noticiaria sobre a greve a partir do momento em que

¹⁵ Sobre os motivos da greve dos professores de 2010 ver: SILVA, JUAN CARLOS DA. A política educacional do governo José Serra (2007-2010): Uma análise da atuação da APEOESP. Dissertação de Mestrado. Unicamp 2013.

professores grevistas tivessem atos mais abruptos e que destoassem da figura que se tem deste profissional, bem como das ações que se espera dele.

É notório perceber que ao decidirem por atos que são negativamente julgados pela sociedade e por setores da mídia, os docentes grevistas sabiam que teriam como respostas notícias sobre a greve e julgamentos sobre suas escolhas. Tal efeito era esperado e se almejava com ele dar visibilidade à greve perante a sociedade e também comovê-la ao ponto de conseguir mais apoio e assim obter uma negociação de suas reivindicações.

Outra decisão da assembleia, ocorrida no dia 02/04, foi que todos os atos realizados deveriam ser fotografados e, em seguida, postados pelos participantes nas redes sociais tendo como legenda a *hashtag* “#governadornegociecomosprofessores”.

No decorrer desta semana foi emitido um boletim informativo que evidenciava que a greve tinha conseguido apoio de artistas como Letícia Sabatella, Tico Santa Cruz e Emicida, e também de instituições desportivas como a torcida organizada “Gaviões da Fiel”¹⁶. Tal apoio e suas respectivas manifestações traziam à greve uma visibilidade perante a sociedade que, infelizmente, não era conseguida na grande imprensa. Essa visibilidade se processava na medida em que organizações ou indivíduos famosos utilizavam seus perfis em redes sociais para demonstrar apoio à greve.

O fechamento das rodovias, deliberado na assembleia, ganhou espaço no jornal do dia 10 de abril, na FSP (JORNAL FSP, COTIDIANO, C3, 10/04/2015). O título da reportagem foi “Professores estaduais fecham rodovias de SP em protestos”. No entanto, foi uma reportagem bem pequena e que não enfatizava os motivos da greve, mas apenas o fechamento da rodovia, sinalizando o bloqueio midiático exposto nos boletins do sindicato dias antes.

¹⁶ Destaca-se aqui a manifestação e apoio da atriz Letícia Sabatella, postada em várias redes sociais: “Caro governador, em tempos de secura, em uma cidade câncer, a cultura de seus cidadãos, a educação, são bálsamos que traçam horizontes vitais. Professores merecem respeito e consideração. Estamos, em todo o País, atentos à greve e ao melhor encaminhamento para essa questão. Ganhe o nosso apoio futuro, apoiando os professores agora. Muita paz e sabedoria”, escreveu a atriz.

Neste dia, 10 de abril, ocorreu a assembleia dos professores no Palácio dos Bandeirantes. O medo que existia com relação às lembranças de violência vivenciadas na greve de 2010 não impediu que a assembleia tivesse 60 mil professores, segundo o sindicato (JORNAL FSP, COTIDIANO, C6, 11/04/2015). Foi informado aos grevistas que no dia 15 de abril ocorreria uma audiência pública sobre os motivos da greve na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). O objetivo era expor para os deputados estaduais as reivindicações e conseguir apoio deles para conseguir uma negociação com o governador do estado Geraldo Alckmin (PSDB). Entre as deliberações do evento ficaram decididos a continuidade da greve, do acampamento instalado na Praça da República e uma passeata, que se daria após o ato, rumo à sede da rede Globo, localizada na avenida Jornalista Roberto Marinho. O objetivo era “protestar contra a cobertura parcial que a emissora vem realizando (APEOESP, BI, Nº 29, 12/04/2015).

Por sua vez, a FSP publicou uma reportagem no jornal do dia 11/04 falando sobre a assembleia, que enfatizava como a greve causava prejuízos a diversos alunos espalhados pelo Estado. Por exemplo, ao longo da publicação eles apontavam que “se os alunos no colégio Caetano de Campos, no centro de SP, já estavam desmotivados com o vestibular, a greve reforçou o desânimo. Sobretudo na última semana, em vez das seis aulas diárias, os estudantes têm tido três, quatro, às vezes nenhuma, segundo eles relatam” (JORNAL FSP, COTIDIANO, C6, 11/04/2015). Outra afirmação é que alunos não frequentavam a escola para não afetarem os horários dos pais com dispensas mais cedo por falta de aula. Segundo o jornal, “Para a auxiliar de limpeza Antônia Gomes, 72 anos, não é possível deixar o trabalho mais cedo para buscar a neta na escola, por conta disso alegava ela ao jornal: “Às vezes eu falo para ela não ir. Não vai ter aula ou chamada, não vão contar faltas”. (idem, ibidem).

Considera-se aqui que, ao enfatizar os danos que a greve causa para os alunos e o processo de aprendizagem, a imagem que o jornal disseminava em seus impressos sobre o movimento era negativa. Afinal, embora expusesse o movimento em suas páginas, era destacado apenas um lado. Além de não escutar os professores grevistas ou mesmo o sindicato para saber como resolveriam as perdas sofridas pelo alunato, a reportagem não expunha, por exemplo, que uma das reivindicações da

paralisação consistia na redução do número máximo de alunos por sala de aula¹⁷, objetivando assim maior qualidade no processo de ensino aprendizagem ofertado aos alunos.

No dia 15 de abril, como previsto, ocorreu a audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. No entanto, ao término do evento, professores grevistas juntamente com o sindicato decidiram ocupar o local. Lá permaneceram até o dia seguinte. A intenção da ocupação era “pressionar o governo a abrir negociações imediatamente com a categoria” (APEOESP, BI, Nº 32, 15/04/2015). Esperava-se também romper o já mencionado bloqueio midiático imposto pela grande imprensa à greve.



Imagens 3 e 4: Ocupação da ALESP. Fonte: Acervo Digital APEOESP



Imagem 5: Acampamento ALESP. Fonte: Acervo Digital APEOESP

O evento, embora tenha sido uma novidade entre as práticas adotadas por grevistas neste movimento, fora noticiado pela FSP em poucas linhas apenas no dia 17 de abril. O título da matéria é "Greve em SP afeta 12 das 20 melhores escolas no Enem", e o texto enfatiza novamente os prejuízos que alunos tinham por conta da

¹⁷ O número de alunos máximo por salas em 2015, e atualmente, era de 35 no Ensino Fundamental ciclo II e 45 no Ensino Médio. A reivindicação do sindicato era de 25 alunos por salas independentemente do nível de ensino.

greve (JORNAL FSP, COTIDIANO, C6, 17/04/2015). Ao salientar que os alunos ficavam sem aula devido à ausência dos professores, há uma tentativa do jornal de apontar um possível descaso dos docentes grevistas e do sindicato. A publicação traz como contraponto uma afirmação da presidente do sindicato alegando que não haveria prejuízo aos alunos, pois as aulas seriam repostas depois do término da greve.

Após desocuparem a ALESP, no final da tarde do dia 16 de abril, os grevistas voltaram a se reunir na tarde da sexta-feira do dia 17/04 para a realização da sexta assembleia desde a deflagração do movimento, em 13/03/2015. Tal assembleia foi marcada pela presença de 60 mil professores, segundo o sindicato (APEOESP, BI, nº 33, 17/04/2015). Nela foi exposto pela diretoria do sindicato um balanço da ocupação da ALESP, apontado como uma ação importante e “acertada, pois, além de dar visibilidade à greve em razão da grande cobertura da imprensa, conseguimos com que o presidente da Casa, Fernando Capez, se comprometesse em intermediar as negociações” (idem, ibidem).



Imagem 6: Assembleia em 17/04/2015. Fonte: Acervo Digital APEOESP

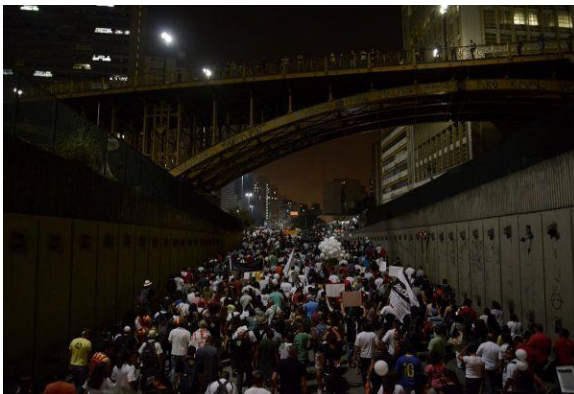


Imagem 7: Passeata em 17/04/2015. Fonte: Acervo Digital APEOESP

Além disso, há informações que uma nova reunião de negociação com a SEE-SP havia sido conseguida pelo movimento. A data marcada foi o dia 23/04 na sede da SEE-SP. A diretoria administrativa do sindicato, além de informar, solicitou que os professores na data da reunião se concentrassem em frente ao prédio, sitiado na Praça da República na cidade de São Paulo, e fixassem neles seus holerites. Esse “envelopamento” tinha como objetivo expor à sociedade o quanto um docente recebia mensalmente.

Ao longo da semana o sindicato Apeoesp recebeu mais uma decisão judicial que impossibilitava suas estratégias de conseguir visibilidade ao movimento e, conseqüentemente, pressionar o governo. Desta vez, ela ficou impossibilitada de realizar fechamentos completos ou parciais de rodovias, sob pena de multas no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) após a notificação que ocorreu no dia 22/04. Essa decisão judicial mais uma vez serviu para evidenciar a maneira como o governo do Estado de São Paulo buscava minar e impedir sua expansão.



Imagem 8: Holerites fixados no prédio da SEE-SP. Fonte: Acervo Digital APEOESP

Após a reunião entre o sindicato Apeoesp e a SEE-SP, ocorrida em 23 de abril, a presidente do sindicato expõe para os professores ali concentrados que não houve nenhum avanço na negociação e nem mesmo nenhuma proposta referente ao reajuste salarial. Destaca-se aqui que, ao longo de março, o secretário da educação Herman Woodward afirmou que só poderia se posicionar sobre reajustes salariais de professores em abril, após a análise econômica sobre o orçamento do Estado. Contudo, mesmo abril tendo chegado não houve apresentação de nenhuma proposta.

Em vista desse resultado na negociação, um grupo de professores grevistas começou a tentar ocupar o prédio sede da SEE-SP. A ação além não ter êxito foi abordada de modo negativo pela grande imprensa. Por exemplo, o jornal FSP publicado no dia 24/04 tem uma matéria nomeada como “Professores devem manter

greve após quebra-quebra” (JORNAL FSP, COTIDIANO, C5, 24/04/2015). Destaca-se que além do texto, o jornal FSP do dia 24/04 também conta com imagens. Estas também enfatizam a violência. As imagens seguem abaixo:



► **FORÇA BRUTA** Professores em greve tentam invadir a Secretaria Estadual da Educação, no centro de SP, após reunião com o governo acabar sem acordo; manifestantes quebraram vidros e polícia reagiu com bombas de efeito moral Cotidiano C5

Imagem 9 (ao lado):
Professores tentando ocupar a SEE-SP. Imagem da internet.

A atenção atribuída pelo jornal à tentativa de ocupação não analisa o que levou esse grupo de grevistas a tentar ocupar o prédio, nem mesmo questiona a razão de nenhuma proposta ter sido apresentada pelo secretário. A matéria foca apenas no tumulto, que segundo o sindicato foi uma ação isolada (APEOESP, BI, nº 34, 23/04/2015). Conforme afirmado pelo sindicato:

Embora não tenha havido nenhuma ação deliberada de nosso sindicato, é forçoso reconhecer que diante da atitude da Secretaria Estadual da Educação, de nada oferecer à nossa categoria, os professores ficaram indignados, expressando de diversas maneiras esta indignação, demonstrando seu total descontentamento e revolta. (idem, ibidem)

Embora a afirmação do sindicato não demonstrasse nenhum apoio à manifestação violenta desses grevistas, também não os condenava. Pelo contrário, buscava compreender a ação considerando a imprudência governamental de não apresentar nenhuma proposta referente às reivindicações da greve, mesmo tendo passado 44 dias de mobilização. A crítica feita sobre a cobertura do evento pela grande mídia expõe uma ação tendenciosa que buscava depreciar a luta dos professores.

O resultado dessa reunião altera os ânimos dos grevistas e isso será sentido nas próximas assembleias. Contudo, não são apenas os professores em greve que tomam uma atitude diferente com relação às manifestações, mas o governo do Estado de São Paulo também modifica suas ações. Essas deixam de ser limitadas a negar a existência da greve, ou as liminares judiciais que impedem as ações do sindicato, e

passam a ser vistas no policiamento ostensivo, por meio da presença da tropa de choque em atos e nas assembleias.

Essas modificações na postura de ambos os lados podem ser visualizadas na assembleia do ocorrida no dia 24/04, uma sexta-feira, no Vão livre do Masp, em São Paulo. O evento contou com 50 mil docentes e não ocorreu no local marcado. A justificativa para isso deve-se ao fato de que o prédio do Masp estaria com problemas estruturais (APEOESP, BI, nº 35, 24/04/2015). Para impedir que professores grevistas se instalassem no local, além de faixas de sinalização havia policiais do batalhão da tropa que se mantiveram em fila no espaço. Por conta desse impedimento, o evento ocorreu nas duas faixas da Avenida Paulista, resultando em multas ao sindicato pelo fato da ação ter bloqueado as duas vias, ou seja, descumpriu uma decisão judicial.



Imagem 10 (acima): Tropa de Choque na assembleia de professores ocorrida em 24/04/2015. Fonte: Acervo Digital APEOESP.



Imagem 11 (acima): Tropa de Choque na assembleia de professores ocorrida em 24/04/2015. Fonte: Acervo Digital APEOESP.



Imagem 12: Tropa de Choque na assembleia de professores ocorrida em 24/04/2015. Fonte: Acervo Digital APEOESP.

As deliberações ocorridas na assembleia foram pela continuidade da greve, pela continuidade do acampamento instalado na Praça da República no início do

movimento e pela continuidade da Operação “caça Alckmin”. Em meio à assembleia, professores foram informados que o sindicato havia iniciado uma ação judicial junto ao Tribunal de Justiça para que não houvesse descontos no pagamento dos professores grevistas referentes aos dias parados (*idem*).

Ao término da assembleia foi realizada uma passeata cujo percurso era da Avenida Paulista até a Praça da República. Contudo, no meio do trajeto houve um enfrentamento entre tropa de choque e um grupo de grevistas. O enfrentamento foi contido por outros professores. Após o incidente o trajeto foi retomado e concluído. Porém, novamente um grupo de professores tentou ocupar o prédio da SEE-SP. Conforme é relatado no jornal FSP, “o objetivo era ocupar o prédio até que o governo apresentasse uma proposta de reajuste. A reação da Polícia Militar, que atirou bombas de efeito moral, e a cisão do movimento entre os favoráveis e os contrários à invasão atrapalharam o plano” (JORNAL FSP, COTIDIANO, C5, 25/04/2015).

Esta semana foi extremamente conturbada para o sindicato e os grevistas. Ela contou com uma decisão judicial desfavorável às ações do sindicato – a liminar que impedia o fechamento de rodovias –, uma reunião de negociação que não terminou com um acordo entre ambas as partes para que a greve pudesse ser encerrada e, por fim, uma nova tentativa de ocupação do prédio da SEE-SP após a passeata iniciada depois da Assembleia de professores no dia 24/04. Obviamente que tais atitudes chamaram a atenção da sociedade que expuseram suas opiniões na sessão “Painel do Leitor” do jornal FSP, datado de 25/04. Um dos comentários, por exemplo, dizia:

Após assistir os atos de selvageria e vandalismo praticados por pessoas que aparentemente transtornadas, não imagino algo de proveitoso, qual didática e que matérias aqueles professores podem transmitir. Se realmente forem educadores, não vejo boas perspectivas para o nosso país. (JORNAL FSP, PAINEL DO LEITOR, A3, 25/04/2015).

O comentário feito por esse cidadão nos remete à tentativa de ocupação ao prédio da SEE-SP, feita por alguns professores, após a reunião do dia 23/04. Embora o episódio tenha sido isolado e não era resultante de uma decisão deliberada pelo sindicato, ele causou más impressões na sociedade. É certo que uma parte dessas impressões também está associada à maneira parcial e tendenciosa com que o jornal FSP narrou o acontecimento em suas páginas no dia 24/04 – lembremos o título da matéria era “Professores devem manter greve após quebra-quebra” e contou com três fotos sobre o incidente (JORNAL FSP, COTIDIANO, C5, 24/04/2015).

O comentário, embora aponte para uma maneira como a greve estava sendo encarada socialmente, não traduz o todo. Salieta-se aqui que esta opinião foi a que os editores do jornal FSP decidiram publicar e que talvez ela seja uma entre outras tantas opiniões – negativas ou positivas sobre a greve, os grevistas e o sindicato. Compreendemos que a seleção deste comentário para compor a publicação foi uma estratégia da equipe editorial do jornal para prejudicar o movimento com relação ao apoio popular sobre ele. Destaca-se que na mesma edição é publicado pelo editorial um artigo opinião. Este foi nomeado de *Mestres indisciplinados*.

O texto aborda a greve enfatizando dois assuntos: a tentativa de ocupação empenhada após a reunião do dia 23/04 e a reivindicação de reajuste salarial de 75%. Sobre o episódio ocorrido depois da reunião o texto afirma:

Usando máscaras improvisadas com camisetas, os mais desvairados empregaram uma barra metálica como aríete contra as portas gradeadas do Caetano de Campos, um edifício tombado. Houve bombas e pedradas na refrega com a polícia. A invasão fracassou.

(...)

Algo mais que vidraças se quebrou ali. Ao recorrerem à violência para buscar impor pontos de vistas na negociação com o governo Geraldo Alckmin (PSDB), os mestres indisciplinados danificaram imagem de toda uma categoria. (JORNAL FSP, EDITORIAL, A2, 25/04/2015).

O trecho nos permite observar a maneira como o editorial expôs sua posição sobre o episódio: ao nomear os professores envolvidos de “mestres indisciplinados”, o posicionamento contrário à ação fica claro pelo jornal. Por meio de seus atos, os grevistas mais exaltados teriam prejudicado toda a categoria. Isso se deve ao fato de que a violência empregada em manifestações por parte dos manifestantes é uma prática condenada socialmente. É certo que a atitude tenha despertado na sociedade impressões negativas, mas não podemos nos esquecer da cobertura feita pelo jornal. Nesse sentido, talvez o ato em si tenha sido potencializado pelas reportagens apresentadas por diversos jornais ou sites do estado.

Foi sinalizado pelo editorial que embora professores merecessem receber vencimentos maiores, pois exercem uma função necessária à sociedade, o país se encontrava em meio a uma crise econômica. Tal situação impossibilitava aumentos na folha de pagamento. Para a FSP, “mesmo que venha de forma escalonada, o aumento de 75% aos professores implicaria despesa adicional bilionária, pois são 230 mil professores na rede paulista” (idem, ibidem). Ou seja, mesmo que a FSP concordasse sobre a importância da profissão e sobre a necessidade de uma remuneração boa, ela ressaltava o quanto isso impactaria os cofres públicos.

O texto da FSP obteve uma resposta da presidente do sindicato Apeoesp. A devolutiva foi publicada na secção Painel do Leitor do dia 26 de abril. Conforme o texto, a FSP:

associa aos professores atos violentos que a Apeoesp sempre condenou. Nossas manifestações são pacíficas. Nosso foco é a conquista das reivindicações. O jornal deveria questionar o governador e o secretário da Educação sobre por que não apresentam propostas que possam levar ao fim da greve. Em vez de adotar um lado, o jornal deveria promover um debate entre as partes sobre a questão. (JORNAL FSP, PAINEL DO LEITOR, A3, 26/04/2015)

A mensagem da presidente do sindicato aponta para a parcialidade com que o jornal realiza suas coberturas sobre a greve. Embora ela não mencione abertamente que o lado escolhido pelo periódico seja alinhado aos interesses da SEE-SP e do governo de São Paulo, isso pode ser deduzido. Afinal, na greve existem dois lados: o do sindicato e dos grevistas com suas reivindicações e o da SEE-SP e o governo com suas respostas. Na medida em que o jornal FSP, em seus editoriais ou mesmo reportagens, aponta para as consequências da greve ao aprendizado dos alunos ou mesmo sobre o fato de reivindicar 75% de aumento ser inconcebível, o jornal adota um lado, claramente o do governo.

Diante do fato de que as reportagens de jornais como a FSP ou o Estadão criavam uma narrativa que enfatizava apenas o lado ruim da greve, elencando aspectos como prejuízo aos alunos e uma crise financeira no país, o sindicato Apeoesp elaborou uma carta endereçada aos pais de alunos. O objetivo era reexplicar os motivos da greve e porque ela se estendia por tanto tempo. A estratégia do documento era sensibilizar aos pais através da exposição dos motivos pelos quais docentes estavam em greve.

A carta foi publicada no boletim informativo do dia 27/04/2015 e tinha como dizeres frases que pontuavam que a greve não era um movimento para brigar com o governador do estado, mas uma ação feita para reivindicar direitos e melhorias na escola pública (APEOESP, BI, Nº 37, 27/04/2015). Para enfatizar o quanto a educação estava sofrendo com o descaso governamental apontavam que:

Somos professores de mais de cinco mil escolas estaduais de São Paulo e enfrentamos graves problemas para desenvolver nosso trabalho. Trabalhamos muito e ganhamos muito pouco. O Governo Estadual fechou pelo menos 3.390 classes neste ano. As classes estão superlotadas, houve demissão de professores, foram cortadas verbas para as escolas, que sofrem com falta de material e de manutenção. (idem, ibidem)

Ao enfatizar os atos governamentais que prejudicam o bom funcionamento da escola e também o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, o sindicato, através da carta, busca sensibilizar os pais dos alunos. Essa carta abordava a greve de uma maneira diferente das abordagens realizadas pelas reportagens e pelos editoriais do jornal FSP. Não se aponta uma queda na arrecadação, mas o fato de o ambiente escolar não funcionar da melhor forma possível para acolher os alunos. Não apontava que a greve prejudicava os alunos por conta das aulas vagas, mas alertava que a escola possuía salas superlotadas devido ao fechamento de mais de 3 mil turmas.

Ressalta-se que mesmo a greve ultrapassando os seus 40 dias no fim de abril, a intenção de sensibilizar os pais por meio da narrativa continuava tanto por parte do sindicato como também dos grandes jornais. O posicionamento do sindicato em resposta a equipe editorial do jornal ilustra o certame e as tensões que existiam na greve no que concerne imprensa e sindicato. Os posicionamentos diferentes e cada um detendo sua interpretação e narrativa a respeito do movimento coletivo geraram uma atmosfera de tensão que, sem sombra de dúvida, impactava o professor que estavam em greve desde o primeiro dia.

Os conflitos no qual o sindicato se envolveu não foram somente com a SEE-SP, ou com a grande imprensa, mas também houve na greve uma dimensão jurídica. Esta é constituída de várias batalhas sobre aquilo que o sindicato e os grevistas poderiam ou não realizar. Por exemplo, as liminares que proibiam a Apeoesp de incentivar os pais de alunos a não levarem seus filhos à escola, ou atos de protesto dos grevistas que ocasionassem a interdição de rodovias. Nesse sentido, o sindicato teve que lutar não apenas contra a SEE-SP, ou com a narrativa da greve criada pela mídia através de suas reportagens. O sindicato enfrentou também batalhas jurídicas que minavam suas estratégias de impulsionar a adesão à greve e sua visibilidade à sociedade.

Se no mês de abril temos um movimento grevista marcado por atos mais incisivos, e por isso taxados como violentos (como fechar rodovias, ocupar a Alesp, tentar ocupar o prédio da SEE-SP após uma reunião de negociação sem avanços), o mês de maio talvez seja o período em que a dimensão jurídica adquire proporções gigantescas por parte do sindicato, dos grevistas e da SEE-SP. Afinal, a batalha pelo pagamento dos dias parados dos grevistas suscitou tensões enormes na greve. Essa situação impactou os grevistas, afinal, estes seriam diretamente prejudicados com as

decisões jurídicas adotadas, uma vez que dependiam dos vencimentos para garantir a sobrevivência.

Nas páginas abaixo seguiremos expondo a greve e suas tensões e enfatizaremos os conflitos jurídicos que ocorreram no mês de maio.

1.4. Maio e as batalhas jurídicas.

O mês de maio se iniciou com uma greve que já contava com 48 dias. Por meio dos boletins informativos emitidos pelo sindicato Apeoesp, em fins do mês de abril nota-se uma preocupação da Apeoesp com relação ao desconto dos dias parados que o governo de São Paulo promoveria aos professores grevistas. É relatado no boletim informativo do dia 28 de abril que as subsedes do sindicato deveriam organizar fundos de greve, destinados a ajudar financeiramente os grevistas (APEOESP, BI, Nº 39, 28/04/2015). Além disso, foi revelado que a instituição esperava uma decisão judicial sobre os descontos dos grevistas.

No dia 04/05 o sindicato emite um boletim informando que uma decisão jurídica proibia que professores grevistas entrassem nas escolas para falar sobre a greve aos professores que não tinham aderido à paralisação. Para a instituição sindical:

A democracia pressupõe o direito de organização e de manifestação de opinião. Garante ainda o direito dos trabalhadores em lutar pela melhoria de suas condições de vida. No caso dos professores a luta é ainda mais ampla, pois estamos lutando por educação pública de qualidade. Esta luta vai continuar. Se não pudermos entrar nas escolas, conversaremos com os professores na porta das unidades, na calçada, na praça, onde der. Não vamos nos intimidar. (APEOESP, BI, Nº 42, 04/05/2015).

O posicionamento da Apeoesp é claro: pretende dar continuidade a mobilização dos professores usando do enfrentamento das artimanhas estatais. O prosseguimento se daria de todas as formas possíveis e por meio de todas as instituições. Talvez seja através desta chave de leitura que compreendamos os motivos que levaram a Apeoesp recorrer às instâncias jurídicas cada vez com maior frequência. Se o pagamento dos dias parados dos grevistas estava submetido a uma decisão judicial, o sindicato consegue uma nova reunião de negociação com a SEE-SP, mas esta se daria no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), realizada no dia 07 de maio.

Nesta data, o jornal FSP publicou uma nova matéria a respeito da greve dos professores. A notícia teve como título “Greve tem baixa adesão em grandes escolas” e busca evidenciar o impacto da greve passado 53 dias. Nas escolas consultadas existiam professores em greve, mas a adesão era baixa. Segundo foi informado por

ela, foram consultados naquela semana “os 15 colégios com mais matrículas na capital. Dos 12 que responderam, apenas duas afirmaram que não havia nenhuma paralisação. Entre as escolas que informaram dados exatos, a média de professores parados ficou em cerca de 15%” (Jornal FSP, 07/05/2015, Cotidiano B6).

Observa-se que na data de negociação entre o sindicato e a SEE-SP, um dos principais jornais do Estado realizou uma matéria sobre a adesão de professores ao movimento. A notícia apontou que o número de grevistas era baixo. Outro dado que o jornal traz são afirmações emitidas pelo próprio governador. Ele teria afirmado, conforme o impresso: “Se o governo puder, quer dar o máximo. Agora, não tem como dar reajuste de oito em oito meses” (idem, ibidem). Ele também teria se posicionado quanto aos descontos dos dias parados dos grevistas. De acordo com o jornal ele teria defendido “o desconto de salário dos grevistas sob o argumento de que o governo não tem a “liberalidade” de pagar quem não dá aulas” (idem, ibidem).

Embora o governador tenha apontado que o pagamento dos dias parados aos grevistas não possuísse “liberalidade” alguma, o sindicato dos professores emitiu, no dia 06 de maio, um boletim informativo afirmando que o Ministério Público do Estado de São Paulo havia se posicionado contrário ao desconto dos dias parados. Nesse embate, no dia 07/05, após a reunião de negociação no TJ-SP, o sindicato teve conhecimento que a juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara da Fazenda Pública, havia concedido uma liminar garantindo aos grevistas o pagamento dos dias parados. Segundo o portal de informações do G1, a juíza afirmou no despacho que:

A greve é um direito assim previsto pela Constituição Federal. Até que haja solução sobre a legalidade ou não do movimento, afigura-se prematuro o desconto salarial pelos dias da paralisação e de corte do ponto. Defiro, pois, a liminar. Arbitro a multa diária de R\$ 5.000,00, por dia de descumprimento. (Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/liminar-obriga-governo-de-sp-pagar-salario-de-professores-em-greve.html>. Acessado em: 26/02/2018 às 10h).

A reunião de negociação do TJ-SP, ocorrida no dia 07 de maio, terminou sem nenhum acordo. A SEE-SP alegou que só poderia tratar sobre aumento em julho, depois de estudar o orçamento estadual. Além disso, afirmou que estudava novas maneiras de contratação de professores e que em breve informaria ao sindicato. No boletim informativo do dia 08/05 a Apeoesp pontuou que:

Desde o início da nossa greve, em 13 de março, o Governo vem batendo em algumas teclas para tentar nos caracterizar como intransigentes e indispostos ao diálogo e à negociação.

(...)

Dizia que apresentaria, em abril, depois em maio, uma proposta de política salarial para quatro anos. Dizia que tinha prontos projetos de lei para acabar com a duzentena e para garantir assistência médica aos professores da categoria O no IAMSPE.

(...)

Pois bem, tudo isso caiu por terra na audiência de conciliação realizada no Tribunal de Justiça em 07 de maio. (APEOESP, BI, Nº 45, 08/05/2015)

O discurso elaborado pelo sindicato enfatizava as promessas que a SEE-SP fez desde o início do movimento, mas não concretizou nenhuma. A desconsideração com que o órgão governamental abordava uma greve que já contabilizava 55 dias suscitava questionamentos no sindicato, tais como:

Diz que vai propor uma política salarial para quatro anos e, no entanto, não se dispõe a propor um índice de ajuste salarial para 2015, alegando que precisa estudar o orçamento e a arrecadação. E para os demais três anos? Não precisa ter dados do orçamento e da arrecadação? (idem, ibidem).

O discurso realizado pelo sindicato demonstrava as contradições estatais entre promessas e efetivação. Destaca-se que os questionamentos levantados pela Apeoesp foram frutos das contradições apresentadas na justificativa estatal e pelo não cumprimento do que se prontificara a fazer. A falta de avanço nas negociações talvez tenha tido como consequência a decisão de 50 mil professores, em assembleia realizada no dia 08/05 no vão livre do Masp-SP, de continuarem a greve.

Após a assembleia os professores realizaram uma passeata em sinal de protesto. O percurso adotado, segundo o jornal FSP, tinha como destino a marginal Pinheiros. Esta ficou interdita por uma hora e meia, além dela “trechos das avenidas Paulista e Rebouças e da Rua da Consolação foram bloqueados” (JORNAL FSP, COTIDIANO, B5, 09/05/2015). O evento foi marcado não só pelo sentimento de angústia de professores, mas também contou com ostensiva presença dos profissionais da tropa de choque. A presença deles foi apontada pelo sindicato como uma ação para intimidar os grevistas. A foto abaixo, publicada na FSP, permite visualizarmos os membros do batalhão e sua quantidade significativa.



Imagem 13: Tropa de Choque no ato de professores ocorrido em 08/05/2015. Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 09/05/2015.

No final da noite do dia 08 de maio, após a assembleia marcada pela presença da tropa de choque, o Estado acionou a justiça com um recurso contra a liminar da juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara da Fazenda Pública, concedida favoravelmente aos professores no dia 07/05. A instância acionada para recurso foi o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e o recurso foi aceito pelo desembargador José Maria Câmara Júnior, da 9ª Câmara de Direito Público. Segundo o portal de informação G1.com, o desembargador teria afirmado que prevalece a orientação do Órgão Especial do TJ no sentido de que a greve autoriza o corte no ponto dos servidores e, portanto, não há porque protestar pela remuneração por trabalho não desempenhado¹⁸.

Por se tratar de uma decisão monocrática, ou seja, tomada apenas por um único membro do TJ-SP, o sindicato poderia recorrer da decisão do desembargador apelando para uma decisão do colegiado sobre o assunto. Isto foi feito, e segundo o boletim informativo do dia 11 de maio, a Apeoesp alertava que levaria o processo até as instâncias do Supremo Tribunal Federal caso o governador não realizasse o pagamento dos dias parados. No dia 13 de maio, por meio da decisão do colegiado do TJ-SP, a Apeoesp consegue uma decisão favorável. Consta no boletim informativo do dia 13/05 o seguinte:

Por uma votação de 17 votos a favor e 6 contra, os desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiram favoravelmente à APEOESP em Mandado de Segurança impetrado em março pelo Sindicato para que não sejam descontados dos professores estaduais os dias parados na greve que se iniciou em 13 de março. (APEOESP, BI, Nº 48, 13/05/2015)

¹⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/justica-cassa-liminar-que-impedia-desconto-de-professores-em-greve.html>. Acessado em 27/02/2018 às 10 hs.

Embora a decisão tenha sido favorável e tenha contado com uma ampla margem de votos, não foi uma decisão final, ou seja, o governo do Estado poderia recorrer à outra instância jurídica a nível federal. O recurso poderia ser realizado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Supremo Tribunal Federal (STF). As boas novas conquistadas no colegiado do TJ-SP não durariam muito, pois o Estado já alertara que tentaria reverter a liminar¹⁹.

Na tarde de 13 de maio ocorreu uma nova reunião entre Apeoesp e SEE-SP, na sede do prédio responsável pela pasta da Educação no estado de São Paulo (APEOESP, BI, Nº 47, 13/05/2015). Nesta reunião o secretário da Educação Herman Woorwald apresentou algumas propostas como, por exemplo:

- Plano salarial para os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 que seria disponibilizado a partir de julho;
- Criação de um projeto de Lei que deveria ser submetido à Alesp, sobre a redução do prazo (duzentena) na recontração de professores admitidos via contrato (rotulados como categoria “O”);
- Inclusão de professores contratados no plano médico lamspe;
- Estudo em conjunto do sindicato das salas de aulas superlotadas.

As propostas acima, embora não evidenciassem um avanço significativo nas negociações, foram apresentadas na assembleia de professores ocorrida no dia 15/05. Tal evento ocorreu no Vão livre do Masp, na cidade de São Paulo, na tarde da sexta-feira e reuniu cerca de 45 mil grevistas. Juntos deliberaram sobre as propostas apresentadas pela SEE-SP e decidiram pela continuidade do movimento. Segundo o sindicato:

o fato do Secretário da Educação ter apresentado algumas propostas, muito aquém de nossas reivindicações, é resultado da mobilização, resistência e persistência dos professores, porém o governo não apresentou índice de reajuste salarial e não atendeu os demais itens da pauta. (APEOESP, BI, Nº 50, 15/05/2015)

Para a APEOESP as propostas da SEE-SP deixavam claro o quanto o movimento estava pressionando o governo estadual para atender as reivindicações dos grevistas. Contudo, o que foi apresentado pelo secretário da educação não foi o suficiente para que os professores deliberassem o término da greve. Até mesmo

¹⁹ Reportagem disponível em site: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/05/tribunal-de-justica-de-sp-manda-alkmin-pagar-os-dias-parados-em-greve-dos-professores-666.html> Acessado 27/02/218 às 10h30

porque um dos principais pontos do conflito, a questão salarial, não teve um índice proposto. Vale lembrar que a reivindicação dos professores consistia em um aumento salarial de 75% para equiparar o salário dos docentes aos vencimentos de profissionais estaduais que possuíam o mesmo nível de escolaridade, ou seja, superior completo. A Apeoesp também defendia que os 75% poderiam ser implantados de forma gradual, mas que para isso deveria ser apresentado em um plano de aumento salarial do governo com os índices anuais, não apenas promessas.

Após a assembleia, como de hábito, os professores realizaram uma passeata protestando. O caminho adotado passou pela sede da SEE-SP – na Praça da República – e, em seguida, rumou para o prédio do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) – instalado no Palácio da Justiça. Neste prédio a presidente do sindicato, Maria Izabel de Noronha, protocolou um documento solicitando que o Governo Estadual cumprisse as determinações adotadas pelo colegiado o TJ-SP, sobre o pagamento dos dias parados, e estornassem os valores que haviam descontado nas folhas de pagamento do mês de maio (idem).

No dia 18/05, na segunda-feira, a Apeoesp entrou com uma reclamação judicial contra o desconto no pagamento dos grevistas. Esta reclamação foi feita no Supremo Tribunal Federal (STF) e a ministra sorteada para verificar o caso foi Carmen Lúcia. Diante disso, o sindicato possuía duas ações judiciais, referentes ao pagamento dos dias parados, movidas contra o Estado de São Paulo: a primeira julgada pelo colegiado do TJ-SP e favorável a solicitação da Apeoesp – embora esta decisão pudesse ser recorrida pelo Estado –; a segunda se consolidava com essa reclamação feita junto ao Supremo Tribunal Federal.

Em meio a essa batalha judicial, no dia 19 de maio o sindicato foi notificado com uma multa no valor de R\$ 300.00,00 (trezentos mil reais) por interditar rodovias, descumprindo a proibição judicial que havia sido estabelecida no dia 22/04 (JORNAL FSP, COTIDIANO, B4, 20/05/2015). Diante dessa soma, a APEOESP afirmou que recorria da multa por meio da alegação de que os bloqueios não foram administrados pela Instituição, mas por grevistas que agiram de modo independente e sem as devidas deliberações do coletivo da categoria (APEOESP, BI, Nº 52, 19/05/2015).

As decisões judiciais desfavoráveis ao sindicato continuaram ao longo do mês. No dia 20 de maio, o sindicato foi informado que o governador Geraldo Alckmin havia

recorrido ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ). O recurso era referente à decisão tomada pelo colegiado do TJ-SP, no dia 13 de maio. O recurso foi encaminhado ao presidente desta casa, o ministro Francisco Falcão, que atendeu à solicitação do Governo do Estado São Paulo e suspendeu a decisão do colegiado do TJ-SP.

Segundo o portal online do jornal Valor, a justificativa que o governador alegou no pedido de recurso era que o pagamento dos salários dos grevistas criaria uma instabilidade econômica ao estado. Conforme noticiado “o governo argumentou que a decisão do TJSP trazia um prejuízo mensal de R\$ 23 milhões aos cofres do Estado com o pagamento dos dias parados dos professores, além de R\$ 18 milhões para contratação de substitutos para evitar a paralisação do ensino”²⁰. Para o presidente do STJ, Francisco Falcão, “impressiona os valores despendidos pelo Estado, trazidos na petição inicial. Tudo para evitar a interrupção do já notoriamente precário ensino público” (idem). Para Francisco Falcão, o desconto nos vencimentos dos grevistas não violava o direito constitucional de greve, mas impedia que o Estado comprometesse o orçamento por gastos não previstos.

Ao suspender o pagamento dos dias parados, o então presidente do STJ desferiu um grande golpe nos grevistas e no movimento. Paralisados desde o dia 13 de março, ou seja, há 66 dias, o desconto na folha de pagamento somado ao não avanço nas negociações acarretaria em um refluxo do movimento. Esse refluxo foi sentido na quantidade de professores que participaram da assembleia do dia 22 de maio. A continuidade da greve foi decidida, conforme o sindicato, por 20 mil docentes (APEOESP, BI, Nº 55, 22/05/2015). Um número muito menor do que as assembleias anteriores (por exemplo, a última deliberação ocorreu em 15 de maio e contou com a participação de 45 mil. (APEOESP, BI, Nº 50, 15/05/2015).

Mesmo com a greve sendo marcada por um refluxo, nas reportagens da FSP os fatos não deixavam de apontar o prejuízo que o movimento acarretava na formação escolar do alunado. No mesmo dia da assembleia (22/05), o periódico publicou uma matéria intitulada de “Ensino fraco faz estudante da rede pública buscar cursinho mais cedo”, que aponta o fato de alunos da rede pública frequentarem cursinhos pré-vestibulares particulares (JORNAL FSP, COTIDIANO, S377, 24/05/2015). O texto

²⁰ Reportagem disponível no site valor através do endereço: www.valor.com.br/brasil/4059352/stj-autoriza-corte-de-salario-de-professores-grevistas-em-sao-paulo Acessado em: 27/02/2018 às 13h

ênfatiza que essa busca por cursinhos pré-vestibulares ocorre porque o ensino público tem uma qualidade baixa. Nas palavras iniciais da reportagem: “Descrentes do ensino público, alunos da rede estadual não confiam no próprio currículo para começar a vida adulta e veem na greve dos professores um fator a mais para o desânimo diário”. (idem, ibidem).

Destaca-se que para ressaltar como a greve prejudica a formação dos estudantes de escolas públicas a matéria traz o exemplo de uma estudante de 17 anos. Segundo o jornal, a aluna afirmou que a falta de motivação com a escola piorou com a greve. Para ela, “acordar cedo para ter só duas aulas? Desanima”. Seu plano para depois que terminar o colégio é trabalhar como cabeleireira. (idem, ibidem).

Ao apontar os impactos negativos da mobilização para os discentes o jornal promove uma imagem pessimista sobre paralisação. Talvez essas notícias e a visibilidade que elas atribuíram ao movimento tenham criado na sociedade uma atmosfera pouca empática para com os grevistas. Além disso, com quase 80 dias de mobilização e sem avanço nas negociações, tendo contas para pagar, mas sem receber os salários, alguns grevistas passaram a debandar do movimento. O refluxo novamente foi visto na assembleia do dia 29 de maio. Embora os professores tenham decidido pela continuidade do movimento, o sindicato colocou como pauta para semana seguinte a discussão sobre a suspensão da greve (APEOESP, BI, Nº 57, 29/05/2015).

Destaca-se que foi decidido neste evento o fim do acampamento montado em frente à sede na SEE-SP. O acampamento, ao ser alocado em frente à SEE-SP, tinha como função dar visibilidade do confronto dos professores entre o Governo de São Paulo para a população. A decisão pela suspensão dele talvez possa ser vista como um indício de que a greve estava nos seus últimos dias. Afinal, o número de adesões ao movimento diminuiu e não existia uma ação, como ocorreu entre os meses de março e meados de abril, em prol do aumento do número de grevistas e nem mesmo do apoio da sociedade.

Maio foi um mês que marcou o movimento quando pensamos nas proporções jurídicas que ocorreram. As decisões tomadas pelas instâncias jurídicas do país deram os contornos daquilo que poderia ou não ser feito por ambas as partes. Para cada decisão uma penalização, materializada por meio de valores monetários. Nesse

embate judicial muitas foram as decisões contrárias ao sindicato. Cita-se, como exemplo, a proibição de interditar rodovias e a proibição de grevistas entrarem na sala dos professores para dialogar com seus pares que não tinham aderido ao movimento. Maio termina sem a resolução a respeito do pagamento dos dias parados aos grevistas. Sobre isso existiam duas ações, uma levada ao coletivo do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – após a liminar concedida pelo presidente desta Casa suspendendo a decisão do coletivo do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Como dito anteriormente, as condições em que se encontravam o movimento evidenciavam poucos espaços de manobra para a sua continuidade. O mês de junho será marcado pelos encaminhamentos finais da greve. A suspensão do acampamento e a proposta de se discutir durante a semana as decisões tomadas na assembleia do dia 29/05 apontam para os últimos suspiros do movimento.

1.5. Junho e a suspensão da greve.

No dia 01 de junho ocorreu uma nova reunião entre Apeoesp e SEE-SP. O encontro aconteceu na sede da SEE-SP, na Praça da República - SP. A reunião ocorreu após os professores realizarem protestos em frente à Instituição, ou seja, ela não estava previamente agendada. Segundo o sindicato,

os aguerridos professores estaduais em greve, apesar da presença ostensiva da Polícia Militar, realizam uma concentração nesta segunda-feira, 1º de junho, na frente da Secretaria Estadual de Educação, pressionando por negociações.”

“Na parte da manhã a manifestação arrancou uma reunião do Secretário da Educação com uma comissão do Sindicato. (APEOESP, BI, Nº 58, 01/06/2015).

Mesmo os professores grevistas sendo vistos como aguerridos, dispostos a pressionar o governo estadual para obter avanços na negociação e enfrentando a Polícia Militar, a reunião se encerra sem conquistas. Nos assuntos abordados durante o encontro com o secretário da educação, Hermann Woorwald, foi incluída a questão da reposição de aulas após a greve. A preocupação com a reposição dos dias não trabalhados sinalizava uma dupla preocupação: a primeira diz respeito ao fato de que se os dias não fossem repostos, os grevistas não teriam direito a receber o que lhes fora descontado devido à greve; a segunda demonstra uma preocupação dos docentes e do sindicato para com a Educação, afinal eles sabiam que ao aderir ao movimento os alunos deixaram de ter suas aulas.

De acordo com uma reportagem veiculada no jornal FSP em 29 de maio, como a greve estaria nos seus últimos momentos os pais já estariam preocupados e cobrando a reposição das aulas que seus filhos não tiveram por conta da paralisação (JORNAL FSP, COTIDIANO, B1, 29/05/2015). Mesmo com pressões de alunos, pais e do sindicato para saber como se processaria a reposição, a SEE-SP se posicionou na reunião de 01/06 afirmando que esta discussão seria realizada pela SEE-SP após o término da greve (APEOESP, BI, Nº 58, 01/06/2015). Obviamente que este posicionamento carregava em si uma estratégia da SEE-SP para terminar com a greve o mais rápido possível.

Mesmo que a reunião não tenha resultado em avanços na negociação é importante compartilhar um episódio que ocorreu ao lado de fora da SEE-SP, durante o encontro do sindicato com o secretário de Educação. Um grupo de seis professores grevistas decidiu aguardar o término do diálogo com a SEE-SP acorrentados às grades que cercam o prédio. Conforme o sindicato, a decisão deles se acorrentarem seria uma “resposta à forma desrespeitosa que a categoria vinha sendo tratada” (Idem, ibidem).



Imagem 14: Professores acorrentados à grade da SEE-SP. Fonte: Acervo Digital APEOESP.

A imagem, embora denote a perseverança destes professores em protestar, fazendo jus aos adjetivos de “guerreiros” e “aguerridos” usados pela Apeoesp em seus boletins informativos, também evidencia uma realidade triste. Uma realidade em que pessoas que atuam na formação de outros seres humanos decidem se acorrentar com o objetivo de chamar a atenção da Imprensa para uma greve que reivindica, entre tantos itens, a não precarização na educação pública. A foto, ao mesmo tempo em que expressa a resistência desses professores, também traz consigo uma tristeza humilhante quando pensamos no ponto em que os professores chegam para tratar

com o governo de um assunto sério que é a Escola Pública. Questiona-se aqui qual é o projeto de sociedade, de cidadania, de educação que o estado de São Paulo possui, que faz com que uma greve, em seu octogésimo primeiro dia, leve professores a se acorrentarem, em uma praça cercada de policiais, para conseguir uma negociação sobre o que o movimento reivindica?

Na quarta-feira, dia 03 de junho, mesmo com a ausência de negociações e diante de todas as consequências da greve, 15 mil professores participam da Assembleia. Como as outras, esta ocorreu no Vão Livre do Masp, na cidade de São Paulo. Os professores deliberaram e a maioria aprovou a continuidade. O evento não foi calmo. Segundo noticiado pelo jornal FSP, houve tumultos, troca de socos e um professor foi visto com nariz sangrando (JORNAL FSP, COTIDIANO, B3, 04/06/2015). Para ilustrar o conflito entre os professores o jornal expõe em sua primeira página a foto abaixo.



Imagem 15: Atritos entre professores durante a assembleia em 03/06/2015. Fonte: Acervo Digital APEOESP.

A foto retrata possivelmente o conflito entre dois grupos de professores grevistas: os que apoiavam a continuidade do movimento e os que eram contrários. É impossível dimensionar a carga emocional em que cada professor presente nesta assembleia possuía. No entanto, as condições em que se encontravam, as circunstâncias do movimento nos permitem acreditar que era um ambiente de pura tensão, nas quais o sentimento oscilava.

Ao expor esta imagem na primeira página o objetivo do jornal teria sido não apenas tratar sobre a greve de professores estaduais, mas realizar um sensacionalismo acerca da violência que ocorreu na assembleia. A reportagem não explora o que levou profissionais de uma mesma categoria a trocar golpes um contra

o outro. Entendemos esta ação como mais uma estratégia da Imprensa em divulgar para a sociedade uma imagem negativa da greve, do sindicato e da Apeoesp. Ao limitar seu papel a um veículo que apenas informou que houve golpes trocados entre professores o jornal se posicionou. O posicionamento reside na abstenção do periódico em abordar os sentidos da violência deixando para que a sociedade julgasse os atos conforme sua moralidade. Segundo a Apeoesp:

os conflitos gerados no decorrer do evento devem-se ao fato de que os grevistas se encontravam em situações difíceis, pois embora soubessem que a adesão do movimento havia caído e que a grande maioria se encontrava em péssimas situações financeiras existia o desejo de não suspender a paralisação pela maioria. (APEOESP, BI, Nº 59, 03/06/2015).

O boletim informativo do sindicato se inicia da seguinte forma:

Nesta quarta-feira, 03 de junho, a greve dos professores estaduais atingiu 83 dias. A maior paralisação dos professores da história do nosso Sindicato.

(...)

Nossa greve expõe à sociedade todas as deficiências da educação pública do Estado de São Paulo, resultado das políticas de um Governo Estadual que desrespeita professores e estudantes e não está empenhado em resolver os problemas que nos levaram à greve, nem apresenta propostas para a nossa categoria. (idem, ibidem)

Ao mencionar que o governo do Estado de São Paulo desrespeita professores na medida em que negligencia uma greve que já dura 83 dias, o boletim aponta o que os professores, de certa maneira, demonstraram ao se acorrentar nas grades do prédio da SEE-SP, em 01/06/2015. A falta de apresentação de negociações com o sindicato, após tantas reuniões, revela a falta de empenho governamental em resolver problemas. Dificuldades que vão desde a falta de papel higiênico nas escolas até as salas de aulas superlotadas. Ou ainda os problemas na carreira docente, que vão desde a violência com a qual esses profissionais estão sujeitos na sala de aula²¹ até seus salários defasados.

As agressões trocadas entre os grevistas tiveram uma grande repercussão, notícias foram feitas com base na cena. Na seção “Painel do Leitor” do jornal Folha de São Paulo, datado de 05 de junho, há a opinião de um leitor sobre o ocorrido, vejamos: “Se a foto estampada na “primeira Página” da **Folha** nesta quinta-feira (4/6) realmente mostra professores, é melhor tirar as crianças da escola. Nas ruas, elas

²¹ Na segunda-feira, dia 04/05/2015, um professor estadual, da cidade de Rio Claro – SP, foi alvo de agressão física realizada por um aluno da escola em que trabalhava. O aluno o agrediu com um tijolo de concreto, o que ocasionou a fratura do seu nariz. A vítima, até o dia 01/05/2015, estava em greve, ele voltou no mesmo dia em que foi agredido. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/05/aluno-atira-tijolo-de-concreto-e-quebra-nariz-de-professor-em-rio-claro-sp.html> Acessado em 05/03/2018 às 17h.

poderão encontrar alguns referenciais melhores”. (JORNAL FSP, PAINEL DO LEITOR, A3, 05/06/2015).

Esse comentário também negligencia os motivos que levaram professores grevistas a agir com violência e os condena por isso. Embora o comentário repudie a ação dos docentes pautadas na violência, ele também define um comportamento de alguém que seja docente. Além disso, existe também no comentário a ideia de que o comportamento dos professores é visto pelos alunos como exemplo de um modo de agir e se portar socialmente.

Na mesma secção há outro comentário. Este diz o seguinte:

Lamentável a postura da **Folha**. Assim como deu destaque quando alguns exaltados tentaram invadir a Secretaria da Educação, o jornal estampou na “Primeira Página” a briga entre professores durante a manifestação de quarta. A **Folha** poderia dar espaço às reivindicações dos professores que são fundamentais para a melhora das escolas. Poderia deixar o governo mentir só. Nos 45% concedidos de 2011 a 2014, não há um centavo que não represente incorporação de gratificações. Os 45% corrigiram os salários da inflação acumulada em 2010. (Idem, ibidem)

O comentário acima é uma crítica à postura do jornal em relação à abordagem da greve que foi propagada. Para o leitor, o periódico coloca na primeira página as fotos relacionadas à greve quando existe o uso de violência por parte dos professores. O comentário aponta também que ao invés de abordar assuntos como esses, deveriam ser explorados quais são as reivindicações dos docentes e as denúncias que eles têm feito sobre o estado alarmante da escola pública estadual.

O editorial da Folha de São Paulo do dia 08/06 publicou mais um texto sobre a greve. Intitulado “Dividir e Subtrair”, abordou novamente a greve sinalizando que o movimento todo não passou de algo político no qual os manifestantes optaram por atos violência.

Segundo o texto, a categoria de professores estaria:

Composta por 230 mil pessoas, vê seu futuro comandado por algumas centenas, ou uns poucos milhares, de militantes que afluem quase semanalmente à avenida Paulista. Mais para atrapalhar o trânsito e chamar a atenção do que para devolver alguma racionalidade à série de desastros iniciada há quase três meses.

(...)

Que essa paralisação se tenha tomado a mais longa da história da Apeoesp (sindicato dos docentes paulistas) poderia até ser comemorado como um feito por grevistas mais iludidos ou inflexíveis. Mas a verdade é que ela se encaminha para um final melancólico.

(...)

Os professores estão divididos: os mais transloucados entre os que ainda comparecem às assembleias impuseram a continuação da paralisação, numa votação conturbada.

(...)

Nas escolas, porém, a já limitada adesão passou a definir assim que o ponto dos faltosos foi cortado. A própria presidente do sindicato defendeu o retorno às aulas, mas terminou derrotada. (JORNAL FSP, EDITORIAL, A3, 08/06/2015).

Para o jornal as manifestações oriundas da greve apenas atrapalhavam o trânsito e chamavam a atenção, mas não seria esse o objetivo que grevistas possuem ao realizar passeatas em ruas? Lembremos que durante o final de março até meados de abril um dos focos do sindicato e dos grevistas era dar visibilidade ao movimento perante a população.

Outro ponto ressaltado no editorial foi que a paralisação tinha como composição professores iludidos e inflexíveis, e que esses estariam comemorando o fato desta greve ser a maior da história. Devemos lembrar que houve, até a data específica, várias reuniões entre o sindicato Apeoesp e SEE-SP. Nelas, o sindicato apresentou sua lista de reivindicações e esperou por propostas concretas que não apareceram. Tais negociações, inclusive a última do dia 01 de junho de 2015, acabavam com promessas de que a SEE-SP apresentaria propostas sobre aumento salarial, por exemplo, em um futuro próximo e após obter as conclusões das análises feitas por equipes específicas.

O desinteresse por parte da SEE-SP em não apresentar propostas pode ser encarado como uma estratégia governamental para enfraquecer o movimento por meio da diminuição no número de grevistas, algo que foi ocorrendo com o prolongar do movimento. Afinal, os professores estavam em greve há mais de 80 dias, sem receber salários, sem avanço nas negociações, com contas se acumulando, cansados física e psicologicamente.

O texto do editorial continua. Segue apontando as razões pela greve ter durado tanto e os motivos que levaram a sua deflagração, no dia 13/03/2015.

O governo Geraldo Alckmin (PSDB) tem sua parte de responsabilidade, por certo, alega que não pode dialogar antes de finalizar o novo plano salarial, até julho, quando se completa um ano do último reajuste.

(...)

A recusa a negociar a demanda exorbitante dos docentes por um aumento de 75% decorre de considerar que a greve tem motivação política. Com efeito, ela foi decidida em meio a manifestação de sindicatos e outros grupos que nada tinham a ver com educação em apoio à presidente Dilma Rousseff (PT). (Idem, ibidem).

Para o jornal, o governador do Estado de São Paulo também possuía culpa no prolongamento da greve. Os motivos, segundo o jornal, repousam na ausência de contraproposta por parte do político diante das reivindicações dos grevistas. Isto não teria sido feito, conforme o periódico, porque Geraldo Alckmin via a greve como um

movimento político partidário, cujo objetivo silenciado seria a defesa do governo de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores (PT). A afirmação de que a greve seria um movimento em defesa do PT já havia sido feita no primeiro editorial sobre a paralisação que a Folha publicou (*Deseducação pela greve!*, em 26/03/2015). Inclusive, neste primeiro texto, para desqualificar o movimento, o sindicato Apeoesp foi apontado como um “satélite” do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única de Trabalhadores (CUT)²².

A justificativa de que a paralisação dos professores foi algo vinculado à defesa da presidente Dilma Rousseff (PT) não possui fundamentos que a sustente. No interior do sindicato existem correntes que são alinhadas ao PT, como também existem correntes que são alinhadas a outros partidos. Além disso, dentre os grevistas existia uma diversidade no pensamento político que se manifestava desde o apoio à gestão de Geraldo Alckmin até quem defendia uma organização sindical que fosse menos burocrática e mais atenta ao que reivindica a base. Ou seja, tanto na diferença do sindicato como na composição dos grevistas é impossível conceber que todos são alinhados ao Partido dos Trabalhadores e que haviam aderido à greve para defendê-lo.

Acredita-se que os motivos que levaram cada professor a construir o movimento estão diretamente associados à precarização do ambiente de trabalho, a desvalorização da carreira e o sucateamento do ensino. Justificar que a paralisação era algo partidário soa como uma estratégia da Folha da São Paulo e do governo do Estado de São Paulo para desqualificá-lo perante a sociedade em geral. Afinal, existia um sentimento na sociedade de antipetismo, de repúdio a tudo aquilo que se associava ao Partido dos Trabalhadores (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016).

²² Uma parcela da sociedade acredita que professores compactuam com aquilo que eles consideram pensamento político de esquerda. Por exemplo, o projeto de Lei 867/2015, conhecido como Escola sem Partido, é um exemplo concreto deste pensamento. A lei parte do pressuposto que há no interior da escola uma doutrinação esquerdista dos professores para com os alunos. Diante disso, o PL estipula punições a professores que doutrinam alunos, alegando que o professor em seu labor deve ser neutro e imparcial. (Ver: FRIGOTTO, 2016. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/viewFile/24722/17673; PROJETO DE LEI 867/2015, Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>). Além disso, intelectuais reconhecidos no Brasil por conta de terem sua imagem e pronunciamentos disseminados em veículos de comunicação (telejornais, rádio, redes sociais, etc) também propagam que professores tendem a ser de esquerda. Este é o caso do Professor Doutor em Filosofia Luiz Felipe Pondé, que em um vídeo publicado em seu canal no youtube.com – com 270 mil inscritos – busca explicar porque docentes são de esquerda (vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=z5JrIKy4em0>). O mesmo intelectual publicou no ano de 2016 um artigo no Jornal Folha de São Paulo explicando que por conta dos professores serem petistas, nosso país demoraria muitos anos para superá-lo. (A história do Brasil do PT, por Luis Pondé, Jornal Folha de São Paulo, 18/04/2016)

Nesse sentido, associar a greve a algo que era repudiado por uma parcela da sociedade pressupõe que a meta do periódico seria estender esse repúdio ao movimento grevista.

O texto do editorial da FSP aproveita o espaço para sinalizar que o discurso emitido pelo sindicato salienta uma falsa preocupação com a situação da educação pública no Estado. Conforme o texto:

Os líderes do professorado dizem defender a qualidade do ensino, mas a justificativa soa insincera. Mestres que se dispõem três meses de aulas patenteiam que o aprendizado não coroa sua escala de prioridades.

(...)

Mesmo com baixa adesão, a greve desarranja ainda mais a caótica rotina das escolas estaduais. Os professores só fizeram aumentar a revolta de pais e estudantes com a decisão canhestra da última assembleia, e deles agora se espera que não reincidam no erro. (idem, ibidem).

Segundo o trecho, os professores grevistas não defendiam uma melhora na qualidade na educação. Ao contrário, o trecho nos permite deduzir que, caso esses docentes tivessem uma preocupação com a Educação, não entrariam em greve e nem mesmo permaneceriam no movimento por quase três meses. Isso porque a paralisação, mesmo com pouca adesão prejudica a rotina escolar e o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Entretanto, caso os grevistas não se preocupassem com a situação que se encontrava a escola pública e o projeto educacional do governo do Estado de São Paulo a lista de reivindicações seria mais enxuta. Por exemplo, não haveria itens como redução do número de alunos por sala de aula, água e papel higiênico nas escolas, reabertura das salas de leituras que foram fechadas, ou pelo fim da política de bônus pago aos professores pelo desempenho dos alunos na avaliação SARESP. A greve do magistério em si pode ser encarada como uma denúncia acerca da realidade em que se encontra a educação pública no Estado em questão. Não podemos reduzi-la a apenas as reivindicações salariais – mesmo quando sabemos que professores, por serem mal remunerados, trabalham por até três períodos, possuindo uma rotina de trabalho extenuante e que pode influenciar na qualidade das aulas lecionadas – porém compreendê-la como um movimento que deveria ser composto não apenas por docentes, mas por todos os setores da sociedade.

Ao finalizar seu texto enfatizando que a greve apenas aumentou a revolta dos pais e dos estudantes, vê-se um trabalho que se constitui como algo que é prejudicial, pois busca colocar pais de alunos e professores como inimigos. Pais, professores e alunos estão na mesma situação quando pensamos uma realidade educacional

sucateada pela falta de investimentos. A Folha deveria trabalhar em busca do fortalecimento do laço entre pais, professores e alunos, demonstrando a importância do espaço escolar na formação humana de qualquer indivíduo.

Esse editorial, assim como outros emitidos pelo jornal, situam o leitor para qual era o posicionamento da Folha a respeito da greve, dos grevistas e da Apeoesp. Infelizmente, as reportagens de um dos maiores jornais do país quase sempre enfatizaram a greve com algo desastroso e prejudicial ao alunado. No dia 12/06 a greve chegou ao fim, em uma decisão tomada em assembleia composta por oito mil professores. No Boletim informativo da Apeoesp é informado que:

Depois de 92 dias de paralisação, os professores da rede estadual de ensino, reunidos em assembleia estadual no vão livre do MASP, decidiram suspender a greve iniciada no dia 13 de março. Por ampla maioria de votos, a greve foi suspensa, mas a luta pela valorização dos professores e pela qualidade da educação pública continua.

(...)

Os professores também decidiram pela realização de assembleias e manifestações sempre que forem necessárias.

(...)

Nesses três meses de greve, a APEOESP realizou grandes assembleias, que chegaram a reunir entre 50 e 60 mil professores, caminhadas por diversas avenidas, fechamento de rodovias e grandes avenidas em todo o Estado. Também foram organizados um acampamento em frente à secretaria da Educação, a ocupação da Assembleia Legislativa e professores se acorrentaram em frente à SEE para denunciar a truculência do governo entre muitas ações. Todas elas escancaram para a sociedade as mazelas da educação pública estadual. (APEOESP, BI, Nº 61, 12/06/2015)

O trecho aponta que a greve, embora não tenha conseguido atender todas as reivindicações da lista, não foi um movimento pequeno, mas que obteve uma adesão grande que se perdeu ao longo da extensão temporal. Para além dos combates travados, o movimento carrega consigo a sensação que se não foi vitorioso, todavia ao menos serviu para denunciar a situação da educação e escola pública no Estado de São Paulo. Esse ponto foi muito realçado ao longo dos atos empenhados, tanto pelo sindicato como pelos grevistas. Aliás, mesmo com o fim da greve os grevistas optaram por continuar tais denúncias para a população, por meio de um calendário de mobilização que propiciasse uma continuidade para essa ação.

Embora a greve tenha sido suspensa, a batalha acerca da narrativa entre a Apeoesp e o jornal FSP acabou apenas no dia 13/07/2015. Nesta data, o impresso publicou duas reportagens: a primeira, com direito a uma foto na capa, tinha o título, “Derrotados, professores encerram greve mais longa da categoria em SP” (JORNAL FSP, COTIDIANO, B1, 13/06/2015). O adjetivo empregado enfatiza a perspectiva de que havia entre sindicato e governo do Estado de São Paulo um duelo, no qual

supostamente os derrotados são o sindicato e os professores que aderiram à greve. Não há na matéria nenhuma menção ao fato do governo não ter apresentado propostas consistentes acerca das reivindicações. Existe apenas a alusão de que professores perderam. Tal posicionamento foi convalidado através da imagem exposta na primeira página.

A imagem apresenta balões infláveis do sindicato Apeoesp, não ao ar e cheios, mas no chão sendo murchos. A simbologia empregada na foto enfatiza não só a mensagem de que professores grevistas e sindicatos perderam o duelo, mas também perderam o duelo acerca da narrativa do evento (idem, ibidem).



Imagem 16: Balões sendo esvaziados após a decretação do fim da greve. Fonte: Jornal Folha de São Paulo 13/06/2015

Membros do sindicato dos professores esvaziam balões na av. Paulista, após assembleia

A outra reportagem contida no jornal recebeu o título de “Reposição de aulas poderá ocorrer até janeiro de 2016” (JORNAL FSP, COTIDIANO, B4, 13/06/2015). Saber sobre a reposição das aulas não era algo que interessava apenas aos pais de alunos, ou às escolas e seus estudantes, mas também era de interesse do sindicato e dos grevistas. Afinal, por conta do corte de ponto, muitos grevistas encontravam-se e com as suas dívidas todas em atraso. Embora o assunto abordado carregasse consigo a sua pertinência, o jornal em nenhum momento considerou os pontos levantados na greve acerca da qualidade da educação. Pelo contrário, a publicação, assim como outras feitas anteriormente, aponta que a paralisação apenas prejudicou os estudantes que agora teriam que se desdobrar para não perder o conteúdo não explorado durante a greve.

Por sua vez, a batalha judicial iniciada ao longo da greve referente ao pagamento dos dias parados só teve fim após o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), dar um veredito positivo ao pagamento. Isso ocorreu em 02/07/2015. A decisão deste ministro suspendeu a decisão monocrática deferida

pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Francisco Falcão, em 20/05/2015. A justificativa utilizada pelo ministro Ricardo Lewandowski, de acordo com o portal de notícia G1.com, foi que a “garantia constitucional do salário assegura seu pagamento pela Administração Pública, principalmente nas situações em que o serviço poderá ser prestado futuramente, por meio de reposição das aulas, como só acontece nas paralisações por greve de professores”²³.

Mesmo após o término da greve ela não acabou para muitos grevistas. Após o fim do movimento os profissionais passaram a pleitear junto a SEE-SP um calendário de reposição de aulas. Tal pleito foi uma negociação difícil, pois a SEE-SP se recusava a conceder a possibilidade de reposição dos dias parados. Alegava que as aulas já haviam sido ministradas aos alunos e pagas a quem substituiu. Logo, para o órgão estatal, o grevista substituído não tinha o que repor, além do que a SEE-SP pagaria por um trabalho já efetuado.

O que se buscou apresentar aqui foi uma terceira narrativa sobre a greve, originando um texto que foi construído por meio de informações publicadas pelos rivais sindicato Apeoesp e o jornal Folha de São Paulo. Ao longo do texto, além de enfatizar os acontecimentos da greve buscou-se apontar tensões entre as duas narrativas da paralisação, tentando criar uma paisagem com seus movimentos, suas linhas de tensões e de forças, conforme se propõe realizar quando operamos com a cartografia (KASTRUP, 2015). Inferiu-se que, para além da disputa trabalhista, a greve originou uma batalha a respeito das narrativas e qual seria aceita pelo público.

Outro aspecto importante consiste na presença da justiça no embate. A inflexibilidade do governador em escutar os grevistas e apresentar propostas para os problemas apontados por eles acarretou em várias ações judiciais. Tais ações não resolviam o certame, mas ditavam o que poderia acontecer e, em casos de descumprimento das limitações, punições ou multas seriam aplicadas. A justiça não resolveu o conflito, mas de certa forma permitiu que o movimento se prolongasse.

A sociedade, embora tenha tido sua atenção disputada tanto pela imprensa alinhada aos interesses governamentais quanto pela Apeoesp e grevistas, teve um papel de observador. Na mesma medida em que condenava a greve, achava ruim a situação da Educação Pública. Mas, de fato, não aderiu a um lado, nem mesmo marchou junto, apenas repetiu que a escola é um espaço importante.

²³ Reportagem disponível no site da g1: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/stf-manda-governo-de-sp-pagar-dias-parados-de-professores-grevistas.html>. Acessado :15/03/2018 às 10hs

Neste espaço socialmente importante, a mobilização teve o papel de denunciar o quanto mudanças no sistema são necessárias, não apenas para efetivar o acesso ao prédio escolar, mas para garantir que a formação do sujeito humano e de seus conhecimentos seja feita com esmero e qualidade. A mobilização expôs à sociedade um projeto político que negligencia uma greve ao ponto de deixá-la durar por mais de 90 dias. A coautoria dos supostos prejuízos aos estudantes não teve uma única participação, mas contou com a negligência de um Estado inflexível e autoritário.

As marcas deixadas pela participação do evento são muitas, possuem rastros financeiros e sociais. As tensões oriundas da batalha acerca da narrativa também podem ter impactado cada grevista, uma vez que sindicato e Imprensa, ao falarem sobre a greve, versavam sobre os professores e seus afazeres, apontavam quais deveriam ser suas atribuições. Se para o sindicato o professor seria aquele profissional que luta pela educação em um cenário de sucateamento do serviço público, para a Folha de São Paulo o bom professor seria aquele que continuaria o trabalho no interior da sala de aula e compreenderia que o país vivia um momento difícil na economia, o que impossibilitaria qualquer modificação na Educação.

Professor aguerrido, guerreiro e que luta são alguns dos adjetivos elencados pelo sindicato Apeoesp em seus boletins para definir o docente. Já o jornal FSP utilizava expressões como: mestres indisciplinados, militantes petistas ou cutistas ou inflexíveis. As qualificações sobre um mesmo indivíduo são contrastantes e revelam o quanto a Apeoesp e a Folha possuíam posicionamentos diferentes sobre a greve. Para o primeiro, o professor que aderiu à greve se preocupava com a Educação, pois estava lutando para melhores condições de trabalho, o que resultaria em maior qualidade deste serviço. Por outro lado, para o jornal a adesão à paralisação apenas enfatizava o quanto esses professores não possuíam comprometimento com a Educação e a sociedade, pois ao concordar com a greve prejudicavam milhares de estudantes em seus estudos e famílias em suas rotinas.

As duas instituições, a partir das suas narrativas, tentavam convencer o público de qual seria mais verdadeira. Cada narrativa com um posicionamento diferente e enfoque diferente. Elas se complementam e nos ajudam a compreender o desenrolar da greve com a sua intensidade e tensões. A narrativa fidedigna, a mais verdadeira não existe. O que existe são interesses que orientam cada uma dessas narrativas. Interesse sindical e interesse estatal via jornal Folha de São Paulo contrastam em suas histórias sobre o mesmo evento. No capítulo seguinte buscaremos expor como professores grevistas

sentiram a greve, vivenciaram as tensões da batalha acerca da narrativa, ficaram atônitos com as reuniões de negociações e angustiados pela suspensão do movimento.

CAPÍTULO 02 – A APEOESP: entre a crise sindical e o avanço neoliberal

Nas páginas anteriores foi realizada a tentativa de reconstruir a trajetória da greve de professores e alguns acontecimentos que ocorreram durante os três meses de sua duração. Foram apontados os conflitos não apenas entre o sindicato Apeoesp e o Estado de São Paulo, mas as disputas entre o jornal Folha de São Paulo e a instituição sindical. Há outro dado relevante sobre a greve que consiste na sua dimensão jurídica, adquirida na medida em que o sindicato APEOESP acionava a justiça para julgar o não desconto dos dias parados.

A greve dos professores está inserida em um contexto político e econômico mais amplo, que podem oferecer uma compreensão maior sobre as disputas que se desenrolaram no movimento. Um ponto de partida para as conturbações políticas talvez seja o ano de 2013, com as jornadas de junho. Os questionamentos levantados pelas ruas naquele ano criaram uma atmosfera particular para o processo eleitoral do ano de 2014. O fim das eleições presidenciais evidenciou uma sociedade dividida entre um sentimento de amor e ódio ao partido político vencedor, o Partido dos Trabalhadores (PT).

A deflagração da greve teve sua agenda própria e não foi consequência dos eventos que ocorreram anteriormente. Embora o movimento dos professores não seja uma continuação desses eventos, ele sofreu impactos da efervescência instaurada nessa atmosfera. Em muitos casos, até mesmo como forma de depreciar a greve perante a sociedade, associou-se à mobilização dos professores a um movimento cujos interesses seriam de cunho político e partidário. Por exemplo, o jornal Folha de São Paulo em seus editoriais enfatizava que a APEOESP era um satélite do Partido dos Trabalhadores, logo, a greve seria algo de interesses desse partido.

A história da APEOESP se mistura em muito com a história do PT. Porém, as ações que a instituição sindical promove não se vinculam com os interesses do partido, todavia ao de sua categoria. O interessante não é o julgamento que busca deslegitimar as reivindicações pautadas na greve, mas serve para considerarmos que, quando ela ocorreu, o país borbilhava temas políticos que envolveram a sociedade.

O apoio da opinião pública era algo que tanto os grevistas quanto a APEOESP desejavam conseguir. Vários atos dos grevistas foram feitos com esse objetivo, podendo ser citadas as panfletagens realizadas pelos grevistas nas ruas ou mesmo a

procura pelo apoio de artistas, instituições e câmaras de vereadores. Afinal, acreditava-se que com o apoio popular favorável à causa grevista o governo paulista cederia mais facilmente às reivindicações.

Nesse sentido, o sindicato realizou várias atividades que envolviam os grevistas para obter apoio da sociedade. Estes se dedicavam a uma dupla tarefa: conquistar o apreço popular e aumentar o número de professores em greve: passeatas, panfletagens, rodas de conversas e interdição de ruas foram algumas das estratégias utilizadas com esse objetivo. Destaca-se que a preocupação com o aumento no número de adesão docente para compor a greve é um dado que suscita questões.

Afinal, por qual razão uma parcela da categoria docente não aderiu à greve de imediato? Será que esses professores não se sentiam atraídos pela pauta da mobilização? Ou será que tinham uma visão positiva das condições de trabalho? Por qual razão o sindicato deve convencer uma parcela de sua base a aderir a um movimento em que os benefícios reivindicados são para os componentes dela mesmo? Será que essa parcela de professores não deposita confiança na instituição sindical? Nesse sentido, qual é a legitimidade que o sindicato APEOESP possui entre o professorado?

Inúmeros questionamentos podem ser realizados a partir dos dados referentes aos professores que não aderiram ao movimento grevista. Entretanto, as respostas carregam consigo uma gama de fatores que as tornam complexas. Abaixo será realizado um processo de reflexão que busca construir um caminho com possíveis respostas.

2.1. Não seria a evidência de uma crise sindical?

A dimensão colossal da rede de ensino estadual carrega consigo particularidades que a tornam um objeto delicado para análise. As escolas em que esses profissionais atuam estão dispostas nas mais variadas regiões do estado. Não há uma realidade singular a todas as escolas estaduais, mas múltiplas realidades que se relacionam com a diversidade econômica, social e cultural nas quais estão inseridas. Somente os pontos elencados já dificultariam uma atuação homogênea e coesa de todas as escolas estaduais.

Acrescenta-se que no ano de 2015 o Estado de São Paulo, em toda sua extensão territorial, empregava mais de 180 mil professores. A pluralidade existente entre esses profissionais – desde percurso formativo que os levaram à docência até ao sentido que ele atribui para a educação na sociedade – resulta numa dificuldade de traçar um perfil de atuação desse profissional. Para acentuar as diferenças entre os professores existem os diferentes vínculos de trabalho, então, conseqüentemente, há entre o professorado uma hierarquização dos membros da categoria docente do estado de São Paulo.

Considerando os aspectos relativos à diversidade da categoria, à extensão da rede e suas divergências nas condições de trabalho, percebemos a meticulosidade que envolve a atuação do sindicato. Considera-se como sendo meticulosa em razão de ter que agir para congregar todas essas diversidades, que são complexas, ao ponto em que cada um dos professores que as vivenciam passem a se verem como iguais e reivindicar juntos uma mesma causa.

Sabe-se que a falta de adesão de uma parcela do professorado à greve foi significativa. Dentre essa parcela talvez haja um grupo que decidiu por não aderir ao movimento para não se submeter a uma atmosfera de tensões que não suportariam. Dentre as possíveis conjecturas se levanta a hipótese de que há um grupo de docentes que optaram por não aderir à greve por não compreender como um movimento eficaz para a conquista de direitos. Há ainda a hipótese de que haja ainda um terceiro grupo de docentes que não aderiram à greve por não confiar no sindicato, por não confiar na APEOESP.

A crise que possivelmente é vivenciada pela APEOESP fragiliza a confiança que membros da categoria depositam na instituição. Entretanto, o espaço sindical não é o único que passa por uma crise de legitimidade no Brasil. O ano de 2013, com as Jornadas de Junho, foi significativo para observarmos o quanto há uma crise generalizada em todas as instituições. Para além do preenchimento das ruas por jovens, com os seus diversos cartazes empunhados ao ar, ou do uso de novas mídias para organizar, controlar e noticiar os atos, ou da emergência dos *blacks blocks*, houve nas jornadas de 2013 uma efervescência do debate político. “O gigante acordou”, “Não tem partido”, e “não me representa”, foram frases de efeito largamente empregadas nos atos. Cada jargão carrega consigo o desejo de modificações, mas também sinaliza o quanto os manifestantes estavam insatisfeitos com os rumos que a política brasileira trilhava.

Diante dos gritos das ruas, do sentimento de desconfianças, os espaços institucionais devem ser revistos. As marcas que as mobilizações ocorridas durante as Jornadas de Junho deixaram são difíceis de serem dimensionadas. Os efeitos que elas suscitaram ainda estão presentes na sociedade e não terminaram. Acredita-se que o que foi movimentado em 2013 se estende também aos sindicatos, e consequentemente, à APEOESP.

Nesse sentido, estudos que versam sobre crises institucionais são importantes. Afinal, tentam compreender como os indivíduos se afastam de instituições, esvaziando-as de sentido, tornando-as pouco legítimas perante a sociedade. O trabalho de Certeau, dessa maneira, é expressivo. Em “A Cultura no Plural” ele expõe uma reflexão a partir do cenário francês do período de 1968-1973, marcado por grandes manifestações na França e pela descoberta das atrocidades cometidas por Stalin na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As manifestações empenhadas pelos franceses questionavam as instituições, os papéis sociais e a moralidade, na medida em que colocavam em evidência a pluralidade de culturas, de subjetividades, de movimentos que existem em uma sociedade.

Os acontecimentos de maio de 1968 na França possibilitaram que Certeau explorasse o conceito do que consiste a autoridade. Para ele, “as autoridades são como o ar que torna uma sociedade respirável” (CERTEAU, 1995, p. 23). Afinal, orientam os indivíduos para a vida em sociedade, pois “permitem uma comunicação e uma criatividade, pois fornecem a uma *referência* comum e à outras *vias possíveis*” (Idem, ibidem). Ou seja, na medida em que orientam a vida social – ditando o que pode ou não melhorar – criam uma linguagem comum, uma comunicação norteadas por referências.

Certeau aponta as autoridades como algo que também se degenera, pois se tornam viciadas suscitando desconfiança entre seus representados – organizações como sindicato, instituições monetárias ou políticas, escolas, etc. A consequência é uma crise de autoridade nas instituições. Essa crise acarreta em uma fragilidade para as instituições, as figuras e espaços que representam autoridade.

No entanto a existência de uma crise não pode ocasionar na exclusão da autoridade pela sociedade sem processo reflexivo sobre o que isso pode acarretar. Para ele:

Ainda que a cólera e o utopismo sejam a consequência de uma lógica e, muitas vezes os sinais de um protesto bastante fundamental – afirmo -, não temos o direito de nos deixar arrastar por ele: por senso político, por cautela

em não substituir uma responsabilidade compartilhada pelo terrorismo de uma “elite”, por respeito às fidelidades e às opções espirituais necessariamente ligadas ao risco de existir em sociedade. (ibidem, p. 24)

A crise que as instituições sofrem, inclui-se aqui o sindicato, não deve ser tratada de forma leviana e superficial ao ponto que culmine na destruição total desse espaço. Para Certeau (1995) o caminho não é a destruição do sindicato, mas a reestruturação dele para que reconquiste uma autoridade legitimada perante aos seus associados. A crise será superada quando os indivíduos passarem a se posicionar sobre o problema, não de uma forma banal, ingênua e inconsciente ao ponto de desconsiderar a vivência em sociedade. De acordo com Certeau,

Entre duas formas de inconsciência, a que se recusa a ver os destroços e a que se exime de reconstruir, a que nega o problema e a que renuncia a buscar uma solução, devemos sondar atentamente as vias da lucidez e da ação. Há uma relação entre constatar o descrédito e executar o trabalho. Considerar novamente esses dois momentos que se opõem será talvez revelar com maior clareza, nas autoridades, a condição latente e móvel de toda organização social. Se, como creio, elas permitem que cada um articule sua relação com os outros, com sua relação com a verdade, representam o que não é nunca adquirido e aquilo que é, portanto, impossível de dispensar uma credibilidade. (ibidem, p. 25)

A passagem reafirma a importância das tomadas de posições, desde que sejam lúcidas e visem reconstruir o que foi destruído. A credibilidade das instituições advém da maneira como ela age na sociedade perante os cidadãos. Frisa-se que, como uma sociedade passa por modificações, as instituições devem permanecer atentas a esse movimento de mudanças. As instituições são mutáveis uma vez que sua atuação se desenvolve no presente e se vincula com a vida social que constantemente se modifica.

Os laços que as instituições devem estabelecer com os cidadãos não devem ser consequências de ações institucionais impositivas. A credibilidade para as instituições não advém do medo, ou pela violência, mas de uma postura pautada em um processo ininterrupto de construção que atribua à autoridade uma lucidez compreendida por todos. Como ilustração cita-se a polícia militar do Estado de São Paulo, uma instituição zeladora da segurança pública e da ordem social; A partir dela podemos observar uma crise institucional, resultado de uma falta de credibilidade social e do excesso de autoritarismo. Em 2015, o Datafolha realizou uma pesquisa

com 1092 paulistanos e apurou que “60% dos moradores da capital acreditam que a corporação passa mais temor que confiança”²⁴.

Tal revelação é problemática na medida em que revela o desprestígio de uma instituição que deve zelar pela segurança, suscitando o medo entre uma grande parcela da população. Questiona-se o que suscita esse medo com relação à polícia. A resposta é complexa e possui variantes. No entanto, é certo que ao mesmo tempo em que a polícia militar age violentamente, também sofre com essa violência.

Durante o ano de 2015 em vários estados brasileiros ocorreram greves de professores. Em todos esses movimentos esteve presente a figura do policial com diversas formas de atuação. Como exemplo, citam-se dois episódios: o primeiro diz respeito à greve em São Paulo e o segundo diz respeito à mobilização estadual do estado de Paraná. No estado paulista todas as assembleias foram marcadas pela presença da polícia militar e em alguns episódios houve a tropa de choque, como nas assembleias dos dias 24 de abril e 08 de maio²⁵. Nesses dias, ou mesmo durante o transcorrer desta greve, a polícia militar não utilizou da agressividade para reprimir os grevistas. A coerção e intimidação ocorreram por meio da presença do número excessivo de policiais (ou seja, um aparato repressivo que, embora não tenha agido, estava ali em constante vigilância).

Por outro lado, na greve dos professores paranaenses a atuação policial foi violentamente repressiva. O episódio de truculência policial, ocorrido em 29/04, em frente à ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – chocou a todo o país. A atuação policial foi amplamente repudiada devido ao excessivo uso da força para reprimir professores grevistas²⁶. De acordo com Murilo Côrrea:

foram utilizados jatos d’água sob pressão, spray de pimenta, bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio, munição de elastano, com o apoio tático

²⁴ Pesquisa realizada pelo Datafolha na cidade de São Paulo e se tornou matéria sobre o medo dos paulistanos para com a polícia militar no site do g1.com. O link da reportagem é: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/paulistanos-tem-mais-medo-do-que-confianca-na-pm-diz-datafolha.html>. Acessado em 17/09/2018.

²⁵ De acordo com Leon Costa e Ivanilda Junqueira, a tropa de choque é integrada por “somente os policiais especializados que têm como função principal a atuação em controle e dispersão de multidões. Eles geralmente são facilmente reconhecíveis por estarem equipados com escudos, capacetes, cassetetes, uniformes com acessórios de proteção, e normalmente fazem uso de munições químicas, spray de pimenta, “bombas” ou granadas de efeito moral, gás lacrimogênio, balas de borracha, entre os mais conhecidos” (2017, p. 203)

²⁶ Segundo Assis et al, devido à violência empregada na repressão houve uma comoção da sociedade em prol dos professores. Na era da internet o episódio foi assistido em tempo real por milhares de pessoas que acompanharam pelas redes sociais. Conforme elas apontam: “Durante as semanas seguintes muitas outras iniciativas voluntárias aconteceram, muitas pessoas trocaram seu perfil nas redes sociais por imagens de luto, com a frase “luto pela educação”, dentre elas professores, estudantes, enfim, a sociedade em geral” (ANO, PÁGINA).

de um helicóptero e de drones (veículos aéreos não tripulados). Embora as mídias tradicionais tentassem caracterizar o evento como um “confronto” – o que simbolicamente supõe equivalência de forças –, e a Assessoria de Imprensa do Estado, como o próprio governador, tenham considerado a atuação de suas polícias justificada, o dia 29 de abril ficou conhecido pela desproporcionalidade e pela violência de um massacre que deixou mais de 200 manifestantes e cerca de 20 policiais feridos. (CÔRREA, 2015, p. 322)

As fotos abaixo são apenas algumas imagens do transcorrido nesse dia



Imagem 17: Professora correndo da tropa de choque paraense em manifestação do dia 29/04/2015. Extraída da internet.



Imagens 18 e 19: Ataques desferidos contra manifestação de professores n Paraná pela tropa de choque. Imagens extraídas da internet. FONTE: imagem extraída da Internet

A atuação da tropa de choque durante a greve, num cenário em que a própria instituição militar não transmite segurança para uma parcela da população, acena para uma autoridade que se legitima pela opressão e intimidação. Difícil dizer se esta instituição perdeu seu crédito para com a população por conta dos seus atos. O concreto é que há uma crise de autoridade e não envolve apenas a polícia militar, mas expande-se para todas as demais instituições da sociedade. Para Certeau:

Quaisquer que sejam as suas modalidades ou sua extensão em outra parte, o descrédito das autoridades é vivenciado por nós. Os sintomas multiplicam-se. Eles impedem que o problema seja eliminado, isolando-o em um determinado setor, político, religioso ou social. Ressurgindo em toda a parte, eles afetam todos os “valores”, os do regime, os da pátria, os das Igrejas ou os da Bolsa. Dissemina-se uma desvalorização. (CERTEAU, op. cit., p. 26)

Os problemas relacionados à crise das instituições e a maneira como os indivíduos as encaram existem, e talvez possam ser superados a partir da tomada de posições dos indivíduos para reformularem esses espaços. O próprio sindicato APEOESP adotou algumas estratégias durante a greve para que os professores assumissem uma posição e assim aumentassem a adesão ao movimento grevista. “O sindicato somos nós”, “juntos venceremos o governo estadual” são frases que exemplificam algumas das estratégias tomadas pelo sindicato. Usando dessa retórica, o sindicato enfatizava a importância de cada professor não só para greve, mas para o funcionamento do sindicato.

Os apelos não atraíram mais professores, ou não sensibilizaram um número suficiente de docentes para interromper o funcionamento das escolas da rede estadual como um todo. Ressalta-se que conforme a greve se prolongava, o número de grevistas tendia a diminuir. O número de participantes das assembleias possibilita visualizar esse dado.

QUADRO 02 – Número de professores nas assembleias estaduais em 2015²⁷

DATAS	Nº PESSOAS (EM MIL)
13/mar	15
20/mar	40
27/mar	60
02/abr	60
10/abr	60
17/abr	60
24/abr	50
30/abr	50
08/mai	50
15/mai	45
22/mai	20
29/mai	20
03/jun	15
12/jun	8

²⁷ Elaborado a partir de informações levantadas nos boletins informativos da Apeoesp.

O corte do ponto e o não pagamento respondem parcialmente à queda de grevistas no movimento e a não adesão de alguns professores. Todavia, há outra resposta que se vincula a legitimidade que o sindicato possui perante os professores. A estratégia retórica não fez com que o número de grevistas aumentasse. Diante da não funcionalidade do “sindicato somos nós” indagamos: qual é o espaço que há no sindicato para a pluralidade que compõe o professorado paulista? Afinal, em 2013 eram mais de 180 mil docentes que o “nós” abarcava. Nesse sentido, qual é o espaço para o dissenso preservado no interior do sindicato? Qual é o espaço reservado para escutar o professorado em toda a sua pluralidade?

Houve na própria greve um movimento feito por professores grevistas, nomeado como “professores pela base”²⁸, que realizava críticas à falta de espaço ao dissenso no sindicato APEOESP. Dentre as críticas que eles teciam, eram remetidas à direção sindical e versavam sobre a burocracia que estruturava a instituição. Uma burocracia que restringia o acesso da base, ou seja, os filiados, para tomar decisões sobre o sindicato. Além disso, se criticava a falta de transparência econômica quanto à arrecadação sindical e os gastos que ele possuía.

As observações feitas pelos “professores pela base” apontam o quanto a afirmação “o sindicato somos nós” não é tão simples quanto parece. Afinal, o sindicato, como toda instituição política, possui em seu interior disputas pelo poder por grupos que o compõem, mas são divergentes. O “não escutar” indivíduos que compõem seu espaço pode resultar em um processo de esvaziamento da instituição. Não há sentido em permanecer num *locus* em que não se é ouvido. Nesse sentido, Certeau assevera:

A bem da verdade, o fato mais característico é de uma outra espécie. As instituições produzem hoje mais emigrados do que meio-soldos: os que partem são mais numerosos do que os nostálgicos

(...)

Monumentos cujos conservadores nomeados julgam guardar a verdade ocupando-os, muitas instituições parecem abandonadas exatamente por aqueles que se querem fiéis a uma exigência da consciência, da justiça ou da verdade. Aquele que emigra, por vezes com grande barulho e protestos, porém o mais das vezes silenciosamente e como uma água a escorrer, é a *adesão* – a dos cidadãos, a dos filiados a um partido ou a um sindicato, a dos membros de uma Igreja. O próprio espírito que animava as representações as abandona. Ele não desapareceu. Está em outro lugar, no estrangeiro, longe das estruturas que sua partida transforma em espetáculos lamentáveis ou em liturgias da ausência. (Ibidem, p. 29-30)

²⁸Atualmente existem alguns perfis na rede social Facebook que se intitulam “professores pela base”, mas possuem uma atuação regional pelo estado de São Paulo. Além disso, quando se realiza uma pesquisa nesta rede social com os dizeres “professores pela base” temos como resultado várias postagens feitas por perfis de professores da rede estadual de São Paulo.

As passagens enfatizam o perigo que existe para a sobrevivência de uma instituição quando não há nela o ato da escuta de todos os seus membros. Existe um grande risco quando a instituição ouve apenas uma parcela de seus filiados, acatando-as em verdades e impondo-as como regras a todos os seus membros. A consequência é o abandono dos não representados. Talvez isso responda a não adesão de uma parcela do professorado à greve. Logo, estamos diante de uma crise de legitimidade da instituição que fragiliza sua autoridade perante a sociedade.

Uma estrutura viciada em si acaba afastando indivíduos por imposições e por sua prática de silenciar. O movimento que a APEOESP realizou no início da greve, cujo objetivo demarcou como aumentar o número de grevistas, sinaliza em determinados aspectos uma crise na própria instituição sindical quanto à legitimidade e à credibilidade que possui diante da categoria. Obviamente que o corte de ponto e as tensões que existem em uma greve foram motivos que justificam a não adesão de vários professores. Mas não são os únicos.

Talvez o sindicato tenha deixado de ter sentido para a categoria e isso é emblemático, pois essa é uma instituição que só existe para resguardar direitos trabalhistas e conquistar melhores condições de trabalho. Logo, se ela deixou de ter sentido para uma parcela da categoria que representa e vivencia assim uma crise de legitimidade, ela se torna uma instituição frágil e com pouca eficiência em sua atuação. Mas qual o interesse em fragilizar o sindicato dos professores?

2.2. Neoliberalismo e Sindicato.

O receituário neoliberal foi aplicado no Brasil em várias frentes. Criou um solo no qual é possível observar o florescimento de uma racionalidade neoliberal na maneira como os indivíduos interpretam e atribuem sentido à vida, a si, ao mundo e a maneira como estão no mundo.

Segundo Cardoso, a grande consequência do neoliberalismo é vista na redução da economia nacional a interesses do mercado empresarial. Os lucros avultosos nas tramitações comerciais desviam os olhares para o impacto do neoliberalismo sobre os indivíduos. O Estado, ao se esquecer - ou deixar de lado - uma preocupação sociológica sobre o convívio social, arca com o preço de sociedades mais desumanizadas (CARDOSO, 2003, p. 79). Para Cardoso:

Desemprego, informalidade e aumento da desigualdade social, tudo isso é encarado como custos do ajuste, custos a serem debelados no mundo melhor

que ele promete. Sua causa, como mencionado, seria a rigidez da legislação trabalhista. Daí a receita flexibilizadora. O fracasso adveio dos problemas 'da vida real', não do mundo. (ibidem, p. 88)

O trecho nos permite observar duas características presentes na dinâmica de sociedades organizadas pelo neoliberalismo: flexibilidade e empregabilidade. Os dois aspectos estão intimamente ligados à organização do mundo do trabalho que deve ser estruturado de acordo com os interesses do mercado. Nesse sentido, medidas estatais que visam preservar ou garantir direitos trabalhistas não devem ser instituídas.

A flexibilização, por exemplo, consiste num conjunto de ideias que apontam para acordos trabalhistas, individuais ou coletivos, como algo mais eficaz que as legislações que norteiam as relações trabalhistas. A eficácia residiria na liberdade sentida por patrões e trabalhadores de negociarem suas próprias cláusulas contratuais, decidindo assim os pontos que norteariam as relações trabalhistas.

Num contexto mundial em que o capitalismo ganha contornos globais, a temática sobre direitos trabalhistas torna-se um entrave para sua expansão e consolidação. Inúmeras são as razões que fundamentam o fim dos direitos trabalhistas e a flexibilização das relações de trabalho. Os direitos trabalhistas se consolidam como uma ação estatal sobre o mercado. Para neoliberais isso compromete o pleno desenvolvimento da economia uma vez que instaura limites para a competitividade, algo que é a essência da Nova Ordem Mundial.

No mundo globalizado os direitos trabalhistas são vistos como barreiras protecionistas que afastam o capital estrangeiro e sufocam o capital nacional. O custo para se inserir em um país repleto de direitos ao trabalhador desanimaria o empresariado estrangeiro, que procuraria empreender em territórios sem os custos dos direitos trabalhistas; essa escolha resultaria para ele em maiores lucros. Para o capital nacional, o custo pelos direitos trabalhistas em seu país resultaria em queda da sua capacidade de competir com o capital estrangeiro.

Para Priscila Campana, as crises econômicas vivenciadas em diversos países latino-americano nos anos 1980, aliados a um recrudescimento do socialismo estatal, fizeram com que aceitasse ao receituário neoliberal (2000). De acordo com ela:

Explicitamente, o Brasil e outros países latino-americanos aderiram às políticas neoliberais depois de 1989 no chamado Consenso de Washington, sucumbindo às diretrizes impostas pelo Banco Mundial, FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. E as diretrizes apontavam para as privatizações, para a desregulamentação dos mercados, redução do Estado e a abertura às importações. (CAMPANA, 2000, p. 135)

Nesse sentido, a opção adotada pelos países para superarem as crises econômicas em que se encontravam foi pelo neoliberalismo. A pauta sobre a necessidade do Estado mínimo teve sua adesão justificada através de um destaque retórico e discursivo que enfatizava os interesses nacionais – “a nação precisa crescer”, “só assim sairemos da crise” – de modernização da economia. Nas palavras de Cardoso, a “sobrevivência *no* novo capitalismo global confunde-se com a sobrevivência *do* capitalismo global” (CARDOSO, op. cit., p. 97).

Em 1998, um ano eleitoral, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso realizou um discurso ao povo brasileiro para dar respostas à crise econômica na qual o país se encontrava. O texto lido evidenciava que o Brasil só conseguiria superar a crise econômica com o aumento de impostos e redução da atuação estatal²⁹.

Superar a crise econômica a partir do receituário neoliberal disseminado por instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, não era a única saída, mas foi a opção adotada dentre outras. Por meio de um discurso de que o país necessitava se modernizar, que o Estado brasileiro possuía muitos gastos, que deveríamos seguir crescendo e atraindo o setor privado, o Brasil se tornou neoliberal.

O discurso realizado pelo ex-presidente FHC constitui-se como um exemplo de como a sobrevivência *no* novo capitalismo global se confundiu com a sobrevivência *do* capitalismo global (ibidem, p. 97). O discurso enfatizava que se alinhar era o interesse da nação, ou seja, como se esse também fosse o interesse dos cidadãos. Afinal, com o Estado mínimo teríamos um cenário atrativo para a iniciativa privada, nacional ou internacional, o que aumentaria as vagas de emprego.

A flexibilização nas relações de trabalho, embora ameaçasse os direitos trabalhistas, era ofertada para o povo num cardápio repleto de vagas de empregos criados pela iniciativa privada. Como salientou Boltanski, “a crítica liberal vê no direito do trabalho o principal entrave do direito ao trabalho” (BOLTANSKI, 2013, p. 253). Ou seja, se o trabalhador quiser trabalhar deveria abrir mão dos direitos trabalhistas, pois eles afastam a iniciativa privada com seus investimentos.

Pautas que abordam a necessidade de flexibilizar as relações trabalhistas não estiveram em voga na realidade brasileira apenas nos anos de 1990, mas ressurgem

²⁹ DISCURSO DE FHC

no cenário atual. No ano de 2015, concomitante à greve de professores, para superar o déficit federal e criar empregos, a Câmara de Deputados Federais passou a discutir o projeto de lei 4330, que versava sobre a terceirização nas relações trabalhistas – posteriormente o projeto foi sancionado e passou a vigorar através da Lei nº 13.429/2017, conhecida como Lei do trabalho temporário. Em meio a uma crise econômica que diminui vagas de trabalho e aumenta o desemprego, novamente adotaram-se soluções neoliberais.

Os debates suscitaram diversos posicionamentos na sociedade. O teor oscilava entre os que apontavam a flexibilização das leis trabalhistas para a criação de novas vagas de trabalho, como a FIESP, e os que viam no PL 4330 uma medida em prol dos interesses empresariais e que precarizava as relações de trabalho, como os sindicatos e a Central Única de Trabalhadores (CUT).

Para a FIESP, as mudanças não diminuiriam os direitos trabalhistas nem mesmo pioraria as condições de trabalho, pois as mudanças apenas regulamentariam algo que já ocorria na prática. Segundo o diretor da instituição, Paulo Skaf:

A terceirização é uma realidade no país, pois temos cerca de 1 (um) milhão de empresas prestadoras de serviços, que geram quase 15 milhões de empregos formais. O que o Projeto de Lei 4330 faz é regulamentar uma situação que já existe e que, por não estar regulamentada, traz insegurança tanto para o trabalhador quanto para as empresas³⁰.

Além disso, para a FIESP o resultado da regulamentação seria a criação de mais de 3 milhões de empregos. Ou seja, algo que diminuiria a alta taxa de desemprego que o país enfrentava.

Por outro lado, a CUT apontava que a flexibilização das leis trabalhistas, principalmente as modificações na forma de contratação de trabalhadores, teria grandes impactos negativos aos contratados. Segundo ela, trabalhadores terceirizados ficam 3,1 anos a menos no emprego do que os indivíduos contratados diretamente pela empresa, os trabalhadores terceirizados ficam mais expostos a acidentes no trabalho devido à ausência de um tempo reservado ao treinamento deles para executarem as tarefas. Regina Cruz, presidenta da CUT-PR, aponta que “Daqui em diante, a experiência para o movimento sindical será horrível. Precisávamos regulamentar a situação dos terceirizados, não ampliar esse modelo de contratação.

³⁰ A reportagem com a entrevista concedida pelo Diretor da FIESP, Paulo Skaf, pode ser acessada no site: <http://gazetadebarao.com.br/2015/04/16/por-que-sim-a-terceirizacao/>. Acessado 18/12/2015 às 15hrs.

É um retrocesso, rasgaram a CLT³¹. Além disso, que é comum ocorrer tratamentos diferenciados no interior das empresas onde existem trabalhadores terceirizados e os não-terceirizados.

Esse duelo entre interesses empresariais e sindicatos vinculou-se à essência de cada um desses polos. Os sindicatos surgiram para conquistar e garantir direitos dos trabalhadores. A luta por melhores salários, melhores condições de trabalho, folga remunerada e licença saúde foram causas quase sempre levantadas por essas instituições. Aliás, são os sindicatos, juntamente com seus trabalhadores, que impedem que o patronato, com sua sede de lucro máximo, naturalize a exploração no trabalho.

Logo, existe um grande interesse presente no ideário neoliberal em enfraquecer os sindicatos. Países sem sindicato são vistos como uma sociedade em que os trabalhadores não possuem uma instituição que os mobilize coletivamente (ANTUNES, 1988). A inexistência dessas instituições equivaleria a uma sociedade em que as implementações de medidas neoliberais não encontrariam resistências, ou encontrariam menos, por parte dos trabalhadores. Considerando o projeto neoliberal e seus interesses em expansão no país, podemos compreender a greve dos professores como um movimento de embate direto a esse modelo.

A APEOESP, segundo informações disponibilizadas no site da instituição, possui 180 mil sócios, sendo hoje um dos maiores sindicatos da América Latina e que possui sua sede na Capital e está representada em 93 regiões do Estado de São Paulo, onde mantém subsedes – 10 na Capital, 17 na Grande São Paulo e 66 no Interior. Destaca-se que nem todos os professores em exercício na rede pública estadual de ensino são filiados à instituição sindical. Diferente das outras categorias, os docentes quando ingressam no magistério podem decidir pela filiação ou não, nesse cenário se filiar é uma escolha do professor. Logo, são 180 mil docentes que por alguma razão decidiram estabelecer um vínculo com o sindicato.

Por agregar milhares de filiados e se estender por todo o estado de São Paulo e sua rede pública de ensino, a APEOESP protagoniza diversas atividades – desde Congressos sobre educação até mesmo paralisações mensais para realização de assembleias. Devido à sua dimensão, esse sindicato se consolida como sendo uma grande oposição ao governo estadual e suas medidas neoliberais elaboradas para a

³¹ A reportagem com a entrevista pode ser acessada no site: <http://www.sindipetro-rs.org.br/index.php/artigos?limit=3&start=780> Acessado 18/12/2015 às 15:30hrs.

educação estadual. Desde o ano 2000 até o ano de 2018, por exemplo, foram deflagradas seis greves por esse sindicato, evidenciando o seu enfrentamento com o governo do Estado de São Paulo e o partido político que o administra desde 1995, o PSDB.

QUADRO 03 – Greves de professores a partir dos anos 2000³²

ANO	DIAS EM GREVE
2000	43
2008	22
2010	35
2013	22
2015	92

Entretanto, mesmo o sindicato possuindo esse perfil combativo e uma grande estrutura – com sedes em várias cidades, veículos de comunicação e milhares de filiados – sua atuação não foi eficaz para impedir o avanço de medidas neoliberais na rede pública do ensino. Cita-se a Lei Complementar 1093/09, que versa sobre a contratação de professores em caráter temporário para suprir as vagas em aberto no quadro do magistério.

A contratação temporária de docentes instaura uma dicotomia no interior da categoria. Essa divisão torna-se mais realçada pelo tratamento diferenciado que o governo relega aos docentes que são admitidos via concurso público, professores efetivos, e aos que são admitidos via contrato de trabalho temporário, professores categoria “O”. Embora ambos executem o mesmo trabalho, os benefícios concedidos aos docentes efetivos não são estendidos aos docentes temporários. Por exemplo, os professores contratados não possuem acesso ao convênio médico e nem ao plano de carreiras.

A divisão de professores da rede pública em diversas categorias repercute no sindicato a partir das dificuldades que se cria para mobilizar os docentes. Afinal, embora as precarizações das condições de trabalho afetem a todos, existem diferenças empregatícias que impactam de modo diferente os docentes. Para contemplar os apelos de todas as categorias existentes no professorado paulista, o sindicato acaba por ter uma extensa lista de reivindicações. Há por parte do sindicato um interesse em conseguir confluir os apelos das diversas categorias, um desejo que

³² Elaborado a partir de informações levantadas nos boletins informativos da Apeoesp.

se torna mais evidente, principalmente, em atos como paralisações ou greves, ou seja, atos que necessitam da adesão do professorado. Infelizmente, esse desejo não se torna realidade de forma tão fácil.

O neoliberalismo avança, mesmo existindo instituições sindicais que possuem grandes dimensões. O avanço do neoliberalismo está associado ao interesse de determinados setores da sociedade que estão comprometidas com a lucratividade dos seus investimentos. No Brasil, esses setores passaram a se organizar a partir dos anos 90 e atuar no cenário político em defesa dos seus interesses. O pesquisador Wagner Mancuso (2007) aponta que um evento marcante para o empresariado nacional foi a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em maio de 1995. Para ele,

A mudança que aconteceu foi uma mudança de contexto, posto que a vigência de um ambiente empresarial mais competitivo, em função da abertura econômica, serviu como fator indutor da mobilização em relação ao tema do custo Brasil. A perspectiva de um aprofundamento ainda maior da abertura comercial desenhava-se com as negociações da ALCA. Diante da mudança de contexto e dispondo dos recursos procedentes dos pilares tradicionais do sistema, a estrutura corporativista mostrou-se capaz de assumir o papel do “empreendedor político” – ou seja, o ator que decide, por conta própria, assumir o custo necessário para deflagrar e organizar a ação coletiva, com vistas à provisão do benefício desejado por todos. (MANCUSO, 2007, p. 137)

A partir da abertura do Brasil às políticas neoliberais, o empresariado nacional passou a se organizar e compor uma agenda política. No campo político a atuação empresarial se faz presente de várias formas, sobretudo no poder legislativo, por meio da defesa de seus interesses acerca da legislação relacionada ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, os anos de 1990 se configuraram com uma reorganização política do empresariado nacional, mas o inverso ocorre quando observamos a trajetória política do trabalhador por meio de dados sobre filiação sindical e desfiliação. Observa-se nos anos 90, por exemplo, uma elevação nas taxas correspondentes à desfiliação de trabalhadores em sindicatos do ramo industrial. Nesse período Cardoso:

Em 1992, por exemplo, eram 47 mil filiados a menos em toda indústria (incluindo extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública). Tomando-se apenas a indústria de transformação, a queda em 1992 tinha sido de 45 mil filiados (relativamente a 1988). Em 1993 os valores eram de menos 99 mil e 79 mil, respectivamente. Em 1995, 98 mil e 47 mil. Mas em 1996 perderam-se 350 mil filiados na indústria em geral e 211 mil na de transformação, cifras que sobem a 506 mil e 414 mil em 1998, sempre em relação a 1988. (CARDOSO, 2003, p. 229)

A queda no número de filiados repercute no poder econômico que o sindicato possui. Afinal, os trabalhadores filiados contribuem financeiramente com a manutenção dos sindicatos por meio do pagamento do imposto sindical. Quando

trabalhadores se desfiliam dessas instituições, eles deixam de contribuir com os sindicatos que sofrem uma queda na arrecadação. Segundo Cardoso, a queda do imposto sindical faz com que o movimento sindical diminua sua capacidade combativa, pois “sem dinheiro não há sindicalismo forte” (ibidem, p 231).

A redução no montante arrecadado pelo imposto sindical obviamente diminui a capacidade de mobilizações sindicais. Menos mobilizações, ou mobilizações frágeis, são barreiras vulneráveis para conter o avanço de medidas neoliberais alinhadas aos interesses de um empresariado mais organizado.

Diante deste cenário os sindicatos de professores possuem um espaço interessante. De acordo com Cardoso, na década de 90 essas instituições foram as que mais contaram com filiações (ibidem, p. 235). Se houve aumento no número de filiados, ocorreu também um aumento no poder econômico do sindicato, melhorando sua capacidade de mobilização.

Em 2015, a APEOESP possuía mais de 180 mil professores filiados. Embora não tenhamos dados específicos sobre o perfil desses docentes, é possível imaginar a movimentação econômica desta instituição. Segundo o Estatuto da APEOESP, cada professor filiado colabora mensalmente com um valor correspondente à 2% do salário. Essas informações ajudam a compreender como o sindicato APEOESP conseguiu mobilizar professores em greves durante três meses.

A manutenção de um movimento de greve necessita de recursos financeiros, pois existem despesas para o sindicato – desde investimento em material de panfletagens até à locação de ônibus para locomover professores grevistas. Além dessas despesas existem outras, como as multas que o sindicato recebeu quando os atos adotados por membros da categoria docente contrariaram as decisões judiciais. As multas desferidas contra o sindicato, na maioria dos casos, possuíam cifras altíssimas. Por exemplo, no dia 18/05/2015, a justiça multou a APEOESP no valor de R\$ 300 mil “por desrespeito a uma liminar que proibia bloqueios parciais ou totais de rodovias paulistas durante os protestos da categoria” (JORNAL FSP, COTIDIANO, B4, 20/05/2015).

Os valores elevados previstos nas punições ao sindicato talvez tenham desencorajado inúmeros atos ao longo da greve. Nesse sentido, as multas impunham ao sindicato limitações. As definições do que os grevistas e a APEOESP poderiam fazer e as consequências, previstas através de multas, foram determinações do poder

judiciário, ou seja, talvez haja na atuação dos membros do poder judiciário um ativismo político que norteia as decisões jurídicas sobre diversos assuntos.

Se por um lado o medo de receber multas prejudicava o sindicato diminuindo as possibilidades de ações, por outro lado as multas acarretavam um certo benefício ao governo estadual. Afinal, na medida em que o sindicato diminuía seus atos por conta das multas, diminuía-se também a visibilidade do movimento perante a sociedade. Destaca-se que as multas com seus valores elevados diminuíram o poder econômico dessa instituição, conseqüentemente, com a queda dos recursos financeiros, diminuiu também a capacidade de mobilização sindical.

A greve dos professores não se resume a apenas um evento reduzido a reinvenções dos docentes, mas revela um duelo maior, um conflito entre um sindicato de professores relevante por conta da sua história e também pelo número expressivo de filiados, contra o avanço do neoliberalismo em todos os espaços sociais via projeto político defendido pelo governo paulista.

Enfrentar um projeto político que correspondia, em certo grau, aos interesses empresariais, corroborado pelo governo estadual, fez com que o sindicato e os grevistas tivessem que lidar com inúmeras barreiras. Citam-se os veículos de comunicação, como FSP, por exemplo. Este jornal possuía um posicionamento contrário à greve, pois logo ao noticiar sobre esse evento as reportagens tinham uma postura que oscilava entre o “não falar sobre” ou “falar sobre enfatizando o quanto ele causava prejuízos aos alunos, à sociedade e ao aprendizado”. Outro exemplo de obstáculo que a APEOESP enfrentou consiste no poder judiciário e suas sentenças que impunham limitações aos atos da greve.

O cenário da paralisação demonstra o quanto o sindicato e os grevistas se lançaram contra um projeto político que possuía apoio de diversos setores da sociedade (empresarial, midiático e jurídico). Diante disso não se pode reduzir a greve a um simples embate em prol de aumento salarial para a categoria, mas algo que possuía uma amplitude política muito maior. Talvez o sindicato APEOESP não estivesse preparado para um embate com tamanha proporção. A busca pela adesão se constitui como um indício do despreparo da instituição para enfrentar um projeto político neoliberal com tantos apoiadores. A própria atmosfera política do ano de 2015 não favorecia o sindicato e a greve, uma vez que a sociedade associava as decisões sindicais às questões relacionadas ao partidarismo político.

Talvez todas essas considerações tenham sido realizadas pela APEOESP antes da deflagração da greve. Contudo, não há como ter conhecimento acerca da durabilidade de uma greve e a essa, com seus 92 dias, foi a maior da história da educação pública do magistério paulista. As proporções que ela tomou demonstram o que estava colocado em pleito: qual projeto político e educacional vigoraria. O próprio governo estadual talvez possuísse seus interesses em derrotar o sindicato em um contexto de greve, ou seja, derrotar uma instituição na maior atividade que ela realiza. O interesse governamental na derrota consistia em que a APEOESP se constituiu como um grande obstáculo para a implantação de um projeto educacional alinhado aos interesses neoliberais na escola pública. Logo, para vencer o combate foi necessário não apresentar contrapropostas ou alegar que a greve era um movimento em prol de partido político; ou realizar corte no pagamento dos grevistas, acionar a justiça para multar as atividades sindicais.

A derrota de uma greve que durou 92 dias teve impacto no sindicato. Houve consequências econômicas – afinal uma greve demanda um custo –, mas houve impacto também na maneira como os filiados passaram a observar o sindicato num contexto em que há crises institucionais. Crises estas que fragilizam os vínculos de confiança entre o sujeito e a instituição. Ou seja, após a greve de 2015 qual seria a capacidade de mobilização que a APEOESP possui? Ou mesmo será que houve uma queda no número de filiados?

A fragilidade do maior sindicato de professores da América Latina se materializa como menos obstáculos para o avanço de medidas neoliberais relacionados à educação, à escola e à formação do sujeito. Diante disso, nas próximas páginas será realizado um trabalho de apontar qual o interesse do neoliberalismo na educação e como ele se permeia na educação paulista.

2.3. A educação e o avanço do neoliberalismo – apontamentos acerca da educação na rede estadual do ensino público de São Paulo

O Brasil possui inúmeros obstáculos quando pensamos a realidade educacional. Podemos citar alguns exemplos, a evasão escolar no ensino médio, ou o analfabetismo funcional, a superlotação das salas de aulas ou as péssimas condições dos prédios escolares. Tais obstáculos possuem relações estreitas com o

passado do país escravagista e marcado pela ausência de preocupações em educar os indivíduos.

A tardia preocupação com uma educação que fosse encarada como direito de todos os indivíduos possui suas conseqüências no atual cenário político e social do país. Por outro lado, embora tenhamos inúmeras defasagens quando pensamos a situação educacional, tal tema preenche pautas de reivindicações populares. Cita-se, como exemplo, uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 2018, acerca da realidade educacional brasileira³³. A pesquisa faz parte de um conjunto de outras pesquisas que são publicadas numa revista virtual chamada de “Retratos da Sociedade Brasileira”. Esta constatou que em uma lista com 25 itens, a qualidade da educação figura como o quinto dos principais problemas do país, em 2017. Além disso, melhorar a qualidade da educação deveria ser visto, segundo os entrevistados, como prioridade governamental. Vejamos a imagem da tabela da pesquisa.

Prioridades para o ano

Percentual de citações entre três prioridades e ranking

PRIORIDADES PARA O ANO	2014*		2015**		2016***		2017		2018	
	%	RANKING	%	RANKING	%	RANKING	%	RANKING	%	RANKING
Melhorar os serviços de saúde	49	1º	51	1º	36	1º	38	1º	37	1º
Aumentar o salário mínimo	23	4º	28	4º	21	8º	26	4º	33	2º
Controlar a inflação	14	9º	29	2º	31	2º	28	3º	32	3º
Reduzir os impostos	17	8º	18	8º	22	6º	25	5º	30	4º
Promover a geração de empregos	18	7º	14	9º	26	3º	32	2º	30	4º
Melhorar a qualidade da educação	28	3º	24	5º	23	5º	22	7º	25	6º
Reduzir os gastos públicos	14	9º	11	10º	15	9º	17	9º	23	7º
Combater a corrupção	20	6º	24	5º	26	3º	23	6º	23	7º
Combater a violência e a criminalidade	31	2º	29	2º	22	6º	20	8º	18	9º
Ampliar os programas de combate à pobreza, como o bolsa família, etc.	9	11º	10	11º	10	12º	9	10º	10	10º
Aumentar o combate às drogas	23	4º	20	7º	15	9º	8	11º	5	11º

Nota: A tabela apresenta as onze medidas com maior número de citações de prioridade para 2018. Para dados completos de 2018, consulte tabela na página 11. Para dados de anos anteriores consulte: *RSB 16 – Problemas e Prioridades do Brasil para 2014; ** RSB 22 – Problemas e Prioridades; *** RSB 28 – Problemas e Prioridades; ****RSB 36 – Problemas e prioridades.

Imagem 20: Tabela extraída da Revista Retratos da Sociedade brasileira, nº 41, jan/2018, p. 8.

Conforme os dados apresentados na tabela, a educação sempre esteve entre aquilo que deveria ser prioridade para o governo naquele ano. Nota-se que há uma queda dela ao longo dos anos. Em 2014, a educação aparecia como 3ª prioridade, no

³³ A pesquisa foi feita com base em entrevistas com 2000 pessoas, em 127 municípios, entre 07 a 10 de dezembro 2017.

entanto, em 2018 ela passa a ser a 6ª prioridade. Essa oscilação é importante, pois possibilita inúmeras indagações sobre os motivos que podem estar por trás dessa queda. No entanto, a qualidade a respeito da educação ainda figura como um problema e uma prioridade para os brasileiros.

Em março de 2018, a CNI publicou outra pesquisa na revista Retratos da Sociedade Brasileira”, nº 42. A pesquisa entrevistou 2000 pessoas, em 126 municípios, no período entre 15 e 20 de setembro de 2017. Ela nos traz dados interessantes sobre a maneira como os brasileiros associam a educação e outros problemas da sociedade brasileira como, por exemplo, à violência e à corrupção.

De acordo com a pesquisa, 74% dos brasileiros acreditam que a baixa qualidade do ensino prejudica o desenvolvimento do país. Essa porcentagem aumentou, visto que em 2010 eram 61% que defendiam tal hipótese. A oscilação também está presente quando os entrevistados responderam sobre a qualidade da educação nos níveis fundamental e médio nas escolas públicas ou privadas, em pesquisas realizadas desde 2010. Vejamos a imagem das tabelas abaixo:

Qualidade do ensino no nível fundamental – 2010, 2013 e 2017

Percentual de respostas (%)

Tipo de resposta	Escola pública			Escola particular		
	2010	2013	2017	2010	2013	2017
Ótimo	6	7	7	21	22	24
Bom	44	43	27	53	55	41
Regular	31	31	36	11	11	17
Ruim	7	9	11	1	2	2
Péssimo	8	9	16	1	1	2
Não sabe/ não respondeu	3	2	4	12	9	14

Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Qualidade do ensino no nível médio – 2010, 2013 e 2017

Percentual de respostas (%)

Tipo de resposta	Escola pública			Escola particular		
	2010	2013	2017	2010	2013	2017
Ótimo	6	6	6	21	21	23
Bom	42	42	25	52	55	41
Regular	33	32	37	12	11	17
Ruim	7	8	11	2	2	2
Péssimo	6	7	15	1	1	3
Não sabe/ não respondeu	5	5	6	12	9	15

Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Imagem 21: Tabela extraída da Revista Retratos da Sociedade Brasileira, nº 42, 03/2018, p. 9.

Conforme os dados presentes nas tabelas, pode-se constatar que: 1) as escolas particulares são melhores que as escolas públicas; 2) Embora haja uma queda nos indicadores referentes ao tipo de respostas “ótimo” ou “bom”, tanto na escola particular como na pública essa oscilação é muito maior na segunda; 3) Ao

repararmos nos itens “ruim” e “péssimo”, nota-se que as variações são alarmantes na escola pública.

A pesquisa também se estendeu sobre as preocupações dos alunos para o mercado de trabalho.

Preparação do aluno do ensino médio para o mercado de trabalho – 2010, 2013 e 2017

Percentual de respostas (%)

Tipo de resposta	2010	2013	2017
Bem preparado	14	14	12
Razoavelmente preparado	43	41	30
Pouco preparado	26	26	32
Despreparado	13	16	23
Não sabe / não respondeu	3	3	3

Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento.

Imagem 22: Tabela extraída da Revista Retratos da Sociedade Brasileira, nº 42, 03/2018, p. 11

A partir dos dados dessa tabela, nota-se que houve um aumento nos números referentes aos tópicos “pouco preparado” e “despreparado”, conforme o avançar dos anos. A soma dos dois itens no ano de 2017 apresenta um índice que abrange 55% dos entrevistados. Destaca-se que o fato dos adolescentes verem o modelo de ensino médio como desinteressante e pouco formativo para o mercado de trabalho foi uma das justificativas adotadas pelo ex-presidente Michel Temer para aprovar uma reforma educacional no ensino médio.

Para além dos dados dessas pesquisas, podemos constatar a preocupação dos brasileiros com a educação após a observação de imagens de manifestações. A educação, enquanto política de estado, se tornou um tema debatido entre a sociedade. É certo que temos muito para avançar e construir, para tanto é necessário sempre lembrarmos que a história da educação no Brasil foi marcada pela exclusão secular, privando a grande maioria da população do acesso escolar. Nesse sentido, guiados por essa necessidade, não é raro encontrar em protestos políticos cartazes com reivindicações pela educação.



Imagem 23: Jornadas de Junho 2013. Foto da internet



Imagem 24: Contra a PEC 241. Maio 2015. Foto do site El país



Imagem 25: Ato contra a pec do fim do mundo. Out/2016. Foto do site Brasil Atual



Imagem 26: Estudantes contra reorganização escolar. Nov/2015. Foto do Spotinik.

As imagens acima mostram alguns episódios da história recente em que a educação se tornou uma reivindicação. A presença de reivindicações é um dado importante para observarmos o desejo dos cidadãos por melhorias na educação. Não é de forma irrefletida que os políticos do nosso país - em épocas de eleições - exploram em suas campanhas desse lema. Os políticos buscam, segundo Gomes e Setton (2016), criar um marketing político para comover e conquistar eleitores. Nesse sentido, a educação é utilizada como elemento de campanha, pois com certa frequência a população evidencia, seja em manifestações ou mesmo em enquetes, o desejo de ter uma educação pública de qualidade.

Mesmo que haja um excesso discursivo acerca da educação em campanhas eleitorais, os políticos possuem preocupações com essa pauta. A discussão sobre até que ponto os interesses dos governantes se coadunam com os interesses da população deve ser feita, mas não devemos reduzir a falta de semelhança entre eles como uma ausência de preocupação ou mesmo projeto por parte dos governantes. Frisa-se aqui que o debate sobre a escola, sobre o que se ensina, sobre a formação do aluno enquanto cidadão, as atribuições dos docentes, e muitos outros temas se constituem como pautas de debates sobre políticas educacionais.

Para Cipriano Luckesi,

A educação é um típico "que-fazer" humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática (LUCKESI, 1994, p. 30-31)

A citação acima permite estabelecermos uma reflexão acerca da relação que existe entre política, educação e sociedade. O *locus* social é um espaço de vivência coletiva que é estruturado em grande medida por meio de um debate político. É esse discurso legitimado que diz o que se pode ou não fazer, o que deve ser punido ou não, o que será tido como direito e dever do cidadão, etc. Nesse sentido, a própria educação é atravessada em toda sua extensão por questões que são políticas, ou seja, se a educação será um direito ou um serviço, ou mesmo qual seria a finalidade da escola, são questões cujas respostas possuem caráter político.

Pontua-se que não há predominância de um discurso político educacional na sociedade, existem vários discursos que se debatem entre si e visam se legitimar pelo maior número de pessoas possível. O fato de a escola ter como público indivíduos que estão explorando sua capacidade cognitiva e oferecendo, na medida do possível, acesso ao conhecimento acumulado, faz dela um espaço de disputa política.

O avanço do neoliberalismo na sociedade se estende também à escola, ela também passa a ser palco de interesses neoliberais. Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo adquire espaço como ideologia política após a guerra fria, ou seja, com a queda da URSS e fim do socialismo de estado. Ele não se caracteriza apenas pela busca do lucro nas relações, mas também pela racionalidade que o norteia associado ao capitalismo financeiro. Tal capitalismo “está profundamente ligado à construção política de uma finança global regida pelo princípio de concorrência generalizada” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 202). As nações devem ser competitivas e concorrentes entre si. Os melhores destaques podem ser visualizados por meio da balança econômica positiva.

A lógica concorrencial não se restringe apenas à dinâmica macroeconômica dos países, mas deve se aplicar no interior de cada um desses territórios. Os indivíduos devem ser educados para concorrerem entre si e conquistarem locais de destaque na sociedade. No ideário neoliberal existe uma novidade na maneira como os indivíduos são encarados, trata-se de uma espécie de “reação em cadeia”.

Sociedades neoliberais produzem sujeitos-empresendedores que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre si. Tal dinâmica demanda, segundo a lógica do processo autorrealizador, uma adaptação às condições cada vez mais duras que os indivíduos mesmo produziram na dinâmica de competitividade.

Esse indivíduo almejado no ideário neoliberal é um sujeito alinhado à nova concepção de sociedade e sua relação com o Estado e as empresas privadas. Para Dardot e Laval, o Estado passa a ser mal visto, pois suas interferências na sociedade são compreendidas como ações que prejudicam a constituição desse novo sujeito (2016). Na medida em que o Estado possui uma atuação social ele acaba por produzir indivíduos acomodados em receber, mas que não estão habituados em se esforçar para conseguir. Logo, na visão neoliberal, essa atuação estatal tem como consequência uma sociedade sem competição, que não alimenta o desejo do indivíduo de se superar.

Nesse sentido, o bom estado é aquele que deve intervir na sociedade para garantir a equidade do mercado e não a equidade social entre os cidadãos. Conforme Dardot e Laval:

para os economistas auto-americanos o mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é autoconstrutivo. (ibidem, p. 140)

O sujeito da sociedade neoliberal não se vê mais como um trabalhador, mas como uma empresa, um empresário, que oferta seu serviço no mercado. Nas palavras de Dardot e Laval, a partir de dois trechos, “o sujeito é especialista de si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empresário de si mesmo” (ibidem, p. 331). Também:

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. (ibidem, p. 333).

Esse novo sujeito é parte de uma sociedade em que todas as instituições estão permeadas pelos ideais neoliberais. Não se poupa nem mesmo o espaço escolar. De acordo com Laval,

A educação, da mesma forma que a estabilidade política, a liberdade de circulação financeira, o sistema fiscal favorável às empresas, a fraqueza do direito social e dos sindicatos e o preço das matérias primas, se tornou um

“fator de atratividade” dos capitais cuja importância cresce nas estratégias “globais” das empresas e nas políticas de adaptação dos governos. A esse título, ela se torna entre outros um ‘indicador de competitividade’ de um sistema econômico e social. (LAVAL, 2004, p. XI-XIII).

O trecho aponta como a educação foi submetida aos interesses econômicos vinculados ao mercado e deixou de lado a perspectiva de transmitir o conhecimento e aguçar a capacidade crítica dos cidadãos. O novo indivíduo deve ter mais autonomia perante o mercado, para isso é mais valorizada a pré-disposição dele em aprender do que a quantidade de conhecimento que ele possui. Até mesmo porque no mundo atual a escola não é a única fonte de saber (ibidem, 2004, p. 10).

De acordo com Laval, a

economia foi colocada mais do que nunca, no centro da vida individual e coletiva, sendo os únicos valores sociais legítimos os da eficácia produtiva, da mobilidade individual, mental e afetiva e do sucesso pessoal. Isso não pode deixar ileso o conjunto do sistema normativo de uma sociedade e seu sistema de educação (ibidem, p. 15).

A escola deve cumprir o seu papel. Este não se resume mais a ser uma instituição de saber, mas uma espécie de *locus* em que o aluno desenvolverá a capacidade de conseguir se lançar em um processo de aprendizagem ao longo da vida. Afinal, a escola é encarada como formação inicial, ou seja, uma etapa preparatória desse sujeito para a sociedade competitiva a partir de sua eficiência. Logo, “a escola deve, em função disso, abandonar tudo o que se pareça com uma ‘acumulação’ de saberes supérfluos, impostos, aborrecidos” (ibidem, 2004, p. 49).

Mais do que ser um detentor do saber, o indivíduo nessa nova tessitura social deve ser flexível quanto aos seus saberes, habilidades e competências. O indivíduo deve explorar as possibilidades que o tornem “útil” na organização produtiva. O aluno, nesse sentido, no âmbito escolar, deve desenvolver competências que possam ser exploradas no mundo do trabalho e que lhe renderão um bom destaque no mercado.

O funcionamento escolar associa-se mais aos interesses econômicos do que a perspectiva da escola como espaço de produção e disseminação do conhecimento. Frisa-se que a extensão do neoliberalismo na escola não se limita apenas na modificação de um currículo ou na idealização do cidadão-empREENDEDOR que a escola deve formar. Ela também pode ser observada na redução do investimento público em educação e no crescimento de produtos escolares ofertados pela iniciativa privada, como escolas particulares.

O aumento do número de escola privadas deve ser compreendido no interior da lógica de mercado como algo positivo, pois possibilita aos cidadãos ávidos pelo

consumo opções de escolha. Como os serviços ofertados não são os mesmos, existem escolas de inúmeros formatos, a contrapartida exigida é o pagamento. A educação se transforma em produto, em mercadoria, e como todas as outras, os seus investidores anseiam pelo lucro.

A lógica por trás desse crescimento de escolas privadas insere-se na diminuição do papel do Estado e suas intervenções na sociedade e no mercado. De acordo com a teoria neoliberal, um Estado menos intervencionista permite que se crie uma sociedade em que haja mais possibilidade para o empreendimento em todos os setores da vida social. A escola, nessa dinâmica, também se torna um ramo possível do mercado. O discurso que justifica a proliferação de escolas pauta-se no argumento referente à responsabilização dos pais em relação à educação. Conforme Laval,

A educação é um bem de capitalização privada que traz benefícios essencialmente pessoais, mas que supõe também sacrifícios por parte da família. Mesmo os mais pobres, diz esse autor, são capazes de financiar os estudos de suas crianças se elas aceitam fazer os esforços necessários. A ausência de financiamento público colocará as famílias frente a frente com suas responsabilidades e a falta de educação das crianças só será devida à despreocupação dos pais que escolhem um bem-estar imediato às expensas do bem-estar futuro de seus filhos. (ibidem, p. 97)

A constituição de uma sociedade repleta de escolas tratadas como mercadorias que podem ser usufruídas conforme a liberdade de escolha de cada um em decidir o que é melhor para si ou para seu filho é vista como benéfica para a sociedade neoliberal, pois sobrepõe a “soberania do consumidor” diante do “despotismo econômico de governo” (DARDOT e LAVAL, 2016).

Segundo Laval, para os neoliberais,

Só esse novo quadro estaria em condições de despolitizar e desburocratizar o ensino para torná-lo, verdadeiramente, um negócio privado de consumidores buscando maximizar seus interesses. Trata-se, de fato, de retirar a educação da esfera pública, regida pela autoridade política, para confiá-la inteiramente ao mercado ao qual cada um – o que oferta e o que demanda – age por si mesmo, sem que as decisões dos que vencem as eleições lhes sejam impostas (ibidem, p. 99).

A busca dos indivíduos pelos seus interesses sofre uma limitação que configura toda a capacidade de escolha individual. Na forma de mercadoria, o que garante o acesso à educação não é apenas o interesse do indivíduo, todavia a condição financeira que ele dispõe para realizar o pagamento. Para Laval,

esse tipo de política ‘esquece’ geralmente que a escolha do consumidor, que é sua justificativa fundamental, oculta a desigualdade muito concreta das possibilidades de escolha em matéria de informação e de dinheiro, sem contar que as desigualdades de ‘poder de compra’ escolares são redobradas pela desigualdade dos sucessos escolares, segundo as classes sociais. A diversificação da oferta, em si legítima, suscita a prática de ‘boa escolha’,

variável segundo as classes e não permite igualar, por ela mesma as condições de ensino”. (Laval, 2004, p. 159).

O ilusório poder de escolha do indivíduo não existe quando o acesso a algo só é viabilizado por meio de pagamento. Além disso, outra consequência diz respeito ao aumento da desigualdade social em decorrência das desigualdades escolares, fruto de inúmeros modelos de escolas que passariam a ofertar um serviço de acordo com a capacidade de compra de seus frequentadores. Os neoliberais não visualizam problemas nisso, pois defendem que a ideia da não interferência do Estado, nem mesmo na escola, possibilita a configuração de uma sociedade não apenas mais livre, mas também um espaço que incentiva seus indivíduos à competição.

Segundo Dardot e Laval,

o grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua 'sede de lucro', porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil. É o Estado que corrói as molas da moralidade individual. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 210)

A preocupação com a interferência do Estado na formação do indivíduo inclui a escola. Sob uma perspectiva neoliberal, a escola não seria o espaço apenas para inculcar o poder de escolha no estudante ou na família, pois também se importa com a aptidão do estudante que sai dela para ingressar no mercado de trabalho, ou seja, a escola deve se preocupar, entre tantas tarefas, em formar para o mercado de trabalho. Inserem-se nessa discussão as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho a partir de inúmeros avanços tecnológicos e informáticos. Essas modificações impõem ao trabalhador o domínio de novas aptidões que lhe garantirão uma vaga no competitivo mercado de trabalho.

Em uma sociedade neoliberal o indivíduo deve garantir a sua própria empregabilidade. Logo, a escola deve fomentar que o estudante desenvolva tais características. Maschelin e Simons realizam a seguinte reflexão:

A chamada escola responsável se permite ser julgada sobre o valor agregado que produz, e, em última instância, até que ponto ela faz com que os jovens sejam 'empregáveis'. A ênfase deve-se apoiar diretamente sobre a produção de resultados de aprendizagem – de preferência, competências – que os alunos possam aplicar em um ambiente de trabalho, mas também em um ambiente social, cultural e político. (2013, p. 18)

Uma das críticas tecidas por defensores do neoliberalismo acerca da escola consiste em afirmar que a escola não prepara o estudante para o mercado de trabalho, ou seja, não garante a ele a possibilidade de ser “empregável”. A pesquisa realizada

pela CNI, exposta no início desse texto, por exemplo, tem como resultado um quadro intitulado “*Preparação do aluno do Ensino Médio para o mercado de Trabalho – 2010, 2013, 2017*”. Segundo o resultado da pesquisa, apenas 12% dos entrevistados sentem que a escola prepara bem o aluno para o mercado de trabalho.

O avanço do neoliberalismo é sentido em vários países do mundo. De modo sorrateiro ele se instala na sociedade e segue disseminando entre os indivíduos sua visão sobre a organização social, o papel do Estado e o espaço para o indivíduo. No caso brasileiro, cada vez mais essa ideologia adquire visibilidade, principalmente no campo político. Inúmeros são os políticos que se intitulam como neoliberais, ou mesmo em seus discursos defendem mais liberdade para atuação do mercado e menos interferência no Estado. João Dória, eleito governador do estado de São Paulo nas eleições de 2018, por exemplo, diversas vezes se proclamou como não sendo político, mas um gestor, ou empresário.

2.4. Neoliberalismo e Educação no Brasil.

Luiz Carlos Freitas aponta que no Brasil os empreendedores se beneficiaram com a ausência de escolas. Para ele,

Com regra, as elites historicamente sonegavam até mesmo a dimensão do conhecimento às camadas populares. Ao longo de décadas o empresariado conviveu muito bem com o analfabetismo e com a baixa qualidade da educação, até que a complexificação das redes produtivas e do próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada. (FREITAS, p. 1088)

Manter o acesso ao conhecimento restrito a uma pequena parcela do país beneficiou apenas esse seleto grupo. Obviamente que os impactos de uma população carente de educação marcaram, como ainda marcam, a história do país. Prevalece, nesse contexto, a organização do território nacional sem se importar com o desenvolvimento e o benefício de todos, mas pensada na forma de lucro de alguns poucos.

Infere-se que, conforme o autor, até mesmo quando o debate da educação ganhou destaque na sociedade, isso foi feito com a redução de todo o conhecimento produzido pela humanidade na forma de direito à educação básica. De acordo com as palavras dele,

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o ‘básico’ expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado ‘adequado’ para uma dada série escolar nas disciplinas

avaliadas – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e não o currículo prescrito, a base nacional comum, que definem o que será considerado como “básico”. (ibidem, p. 1090)

As diretrizes curriculares estabeleceram o que seria relevante para os alunos aprenderem, essa seleção como conhecimento básico para que o indivíduo conseguisse obter um desenvolvimento satisfatório no trabalho. Ou seja, não era uma discussão centrada na importância do acesso de todos a todo conhecimento. Para Freitas,

É como se garantir ao aluno o acesso ao básico, redimisse a sociedade de ter promovido a desigualdade social que o vitimou, abrindo-lhe as portas do sucesso, agora, na dependência de seu empenho. Daqui para a frente, depende dele. No entanto, a promoção da pobreza que colocou a ele e seus pais, desde os primeiros anos de vida, em condição de desvantagem social, não é problematizada pelos reformadores. (ibidem, p. 1090-1091)

Percebe-se que a escola seria um caminho para que o indivíduo consiga superar não apenas a pobreza, mas toda a desigualdade que marcou sua existência. Para isso é necessário o esforço individual, empenho e dedicação do estudante. De acordo com os neoliberais, não caberia à escola, ou mesmo ao Estado, erradicar as desigualdades no país, mas ao indivíduo superá-las através do seu esforço. Nesse sentido, por meio da escola e do conhecimento disponibilizado nela o indivíduo pode superar as desigualdades existentes no país, contudo, não se problematiza: 1) o que gera todas as desigualdades e mesmo a pobreza; 2) quem se beneficia com a permanência delas e quem é prejudicado por elas.

A não promoção desses debates, em uma sociedade marcada pela desigualdade econômica e social, não é por acaso. Restringir o combate à pobreza à dimensão individual de cada cidadão e não o abordar como um problema que deve ser combatido por meio da política pública é, em grande medida, reproduzir e manter o problema. O esforço individual do sujeito empenhado em superar a pobreza não resolve o problema da pobreza a nível nacional, no máximo se cria uma biografia do indivíduo que passa a ser superestimada perante a população. Ou seja, o indivíduo esforçado alça o posto de exemplo de superação de um problema que deveria ter empenho político para ser dirimido.

Para Freitas o que adquire destaque na organização escolar atualmente é o interesse empresarial marcado pela presença cada vez mais incisiva das avaliações de larga escala, conforme ele aponta:

Na luta pelo controle do processo pedagógico das escolas, o Estado é cada vez mais disputado por forças sociais liberal-conservadoras que procuram assumir, por meio de avaliações externas, o controle e o fortalecimento dos processos de avaliação internos da escola (formais e informais) e a partir destes subordinar as categorias do processo pedagógico a seus interesses, vale dizer, preservar e aumentar o controle sobre os objetivos, o conteúdo e até sobre os métodos da escola. A organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola ficou cada vez mais padronizada, esvaziando a ação dos profissionais da educação sobre as categorias do processo pedagógico, de forma a cercear um possível avanço progressista no interior da escola e atrelar esta instituição às necessidades da reestruturação produtiva e do crescimento empresarial. (ibidem, p. 1092)

As avaliações externas são uma maneira do Estado e dos empresários possuírem um controle sobre o que se ensina no interior da escola. É cada vez mais comum que o resultado obtido pelos desempenhos dos estudantes nessas avaliações se transforme em metas. Tais metas acabam balizando todo o trabalho docente ao longo do ano. Pontua-se que as próprias avaliações são elaboradas de acordo com o conhecimento delimitado em uma diretriz curricular que estipula o que é o ensino básico. O resultado das avaliações externas e os índices obtidos por cada escola são dados públicos e não é raro observá-los sendo utilizados para hierarquizar escolas.

Fabiana Filipe, ao estudar as avaliações externas na educação, aponta que há um grande perigo, pois, seus resultados são utilizados para a responsabilização unilateral, no caso o responsável pelo índice alcançado torna-se o professor. Além disso, para ela, “as avaliações em larga escala são legitimadas e tomadas como instrumentos indispensáveis para o alcance da qualidade total da educação que é compreendida pela eficiência, eficácia e produtividade” (2016, p. 84). Os resultados dessas avaliações passam a ditar todo o planejamento escolar para se atingir uma determinada meta. O cumprimento da meta, ilusoriamente, soa como conquista de qualidade educacional.

O avanço do neoliberalismo na educação coaduna com os interesses empresariais. Estes veem no espaço escolar uma forma de obter lucro, seja pela via de produção de materiais didáticos ou pela introdução de serviços terceirizados. Para entender o avanço do neoliberalismo, cita-se o trabalho da ABAG – Associação Brasileira de agronegócio. Rodrigo Lamosa e Carlos Loureira apontam que a ABAG possui um braço pedagógico, que serve “tanto como suporte técnico-científico para seus associados, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do agronegócio” (LAMOSA e LOUREIRA, 2014, p. 540). Acrescenta-se:

A ABAG pode ser considerada uma vanguarda desse movimento empresarial de inserção na escola pública, pois realiza, desde 2001, em ‘parceria’ com a

Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e, desde 2008, com diversas prefeituras municipais do mesmo estado, o programa Agronegócio na escola. O programa está situado em uma região caracterizada por constantes conflitos entre o agronegócio e movimentos sociais sem-terra, responsáveis por vários assentamentos. O programa, portanto, se insere na estratégia da ABAG em reorganizar a sociabilidade da classe dominante no campo brasileiro, operando novas táticas políticas com o objetivo de difundir a nova imagem do patronato rural, representado no atual contexto pelo agronegócio. A estratégia de inserir nas escolas um programa de educação ambiental do Agronegócio visa a 'promover a valorização da imagem do agronegócio', segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada pelo conflito social e ambiental. (ibidem, p. 545)

Por meio do trecho citado podemos visualizar claramente a ofensiva do setor empresarial na educação pública. A partir dele se observa que, ao se voltar para a escola, a intenção da ABAG consistia na disseminação de uma imagem positiva do agronegócio perante os alunos. Ao utilizar o espaço escolar para disseminar uma imagem do agronegócio que se oponha a imagem disseminada por movimentos sociais, a ABAG usa a escola como um espaço da qual ela pode fazer propaganda de si e dos qual os alunos são os seus telespectadores. A vilania desse ato reside na maneira como a escola e os alunos são utilizados pelo empresariado, afinal as ações tomadas por eles só se concretizam quando há algum tipo de vantagem para si por de trás.

Talvez a ação realizada pela ABAG envolvendo projetos educacionais seja algo rotineiro para associações de empresários ou indústrias. Adentram as escolas públicas e disseminam seus valores e suas visões de mundo. O cenário carente das escolas propicia um terreno favorável para a investida empresarial. No entanto, vimos que essa investida não se dá somente via projetos educacionais desenvolvidos por empresários, pode ser visualizada por meio de pesquisas desenvolvidas sobre a educação como a feita pela CNI, cujos dados foram parcialmente apresentados no início desse texto. No próximo tópico será realizado o esforço de traçar alguns passos trilhados pela rede estadual de ensino de São Paulo desde os anos de 1990 até hoje. O objetivo desse trajeto é expor o avanço do neoliberalismo no contorno da educação paulista.

2.4.1. Avanço do neoliberalismo na educação pública de São Paulo

Desde 1995 o Estado de São Paulo possui como governador um político do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). O longo período em que o mesmo partido

político ocupa posto governamental permite que busquemos por ações de continuidades de uma gestão para outra. Afinal, mesmo que se tenha mudado o indivíduo político no cargo de governador, o partido era o mesmo. Nesse sentido, há uma partilha de visão de mundo e sobre como o Estado deve funcionar. Abaixo segue uma tabela com os nomes dos governadores ao longo desse período.

QUADRO 04 – Governadores de São Paulo³⁴

GOVERNADORES DE SÃO PAULO	
Mário Covas	1995-2001
Geraldo Alckmin	2002-2006
José Serra	2007-2010
Geraldo Alckmin	2011-2014
Geraldo Alckmin	2014-2018
João Dória	2019-2022

Nota-se que, dentre os políticos que governaram o estado de São Paulo, Geraldo Alckmin foi o que mais permaneceu no cargo do executivo. Foram três mandatos, sendo dois deles consecutivos. Contudo, todos eram do mesmo partido. Nesse sentido,

os ex-governantes do Estado de São Paulo ligados ao PSDB partilham uma mesma visão de sociedade, isto é, uma visão neoliberal. Os governantes peessedebistas utilizam a mesma lente para olhar as desigualdades sociais: a ideologia neoliberal. Para os governantes do PSDB, as mazelas sociais são problemas conjunturais, podendo, portanto, ser plenamente consertáveis por um Estado burguês. (SILVA, 2013, p. 43)

A continuidade do governo do PSDB faz com que a implementação dos ideais neoliberais ocorra com mais facilidade. Essa implementação também se expande para a educação. Para Juan Silva, é como se o estado de São Paulo fosse uma “anti-sala” das reformas educacionais mais profundas, servindo como modelo para reformas posteriormente em outros estados neoliberais (ibidem, p. 50).

Na gestão Mário Covas, por exemplo, foi criada a política de avaliação SARESP, o que imprime, segundo Juan Silva, “uma nova lógica ao sistema dando maior ênfase a publicização dos resultados educacionais, ao produtivismo e a competitividade no interior e entre as escolas da rede de ensino estadual” (ibidem, p. 58). Outra marca de Mário Covas foi o processo de municipalização da 1ª fase do ensino fundamental: a partir dessa reorganização da rede, cada município passou a ser responsável pela escolarização dos estudantes. O Estado, dessa forma, passou a ter menos responsabilidade sobre o processo educacional.

³⁴ Quadro feito a partir de dados consultados na internet no site do governo do Estado de São Paulo.

O primeiro governo de Geraldo Alckmin foi basicamente um governo de consolidação dos projetos e mudanças criados pelo ex-governador, Mário Covas. Talvez a grande ação voltada para educação lançada nesse governo tenha sido o programa “Escola da Família”. O objetivo desse programa era voltado para a promoção da cidadania a partir da abertura de algumas escolas aos fins de semana, cujo espaço seria palco para o desenvolvimento de cursos e oficinas para a comunidade ao entorno da instituição. As oficinas ficavam sob a responsabilidade de estudantes universitários que recebiam bolsas de estudos em universidades e faculdades privadas para atuarem nas escolas atendidas pelo programa “Escola da Família”. Segundo Renato Hidaka (2012), após o fim do governo, Geraldo Alckmin enfatizava em seus discursos políticos a importância do programa associando-o a queda da depredação dos prédios escolares onde o programa havia sido implantado.

A partir de 2007, durante o governo de José Serra, há uma mudança radical na rede por meio da elaboração e imposição de uma nova diretriz curricular para rede pública de ensino paulista. O novo currículo se insere dentro das propostas da SEE-SP, inseridas no Novo Plano Estadual da Educação. Tal plano era estruturado a partir de 10 metas e 10 ações para alavancar a educação pública no estado. As metas e ações eram as seguintes:

QUADRO 05 - Metas contidas no Novo Plano Estadual da Educação³⁵

- Meta 1:** todos alunos de 8 anos plenamente alfabetizados;
- Meta 2:** redução de 50 % da taxa de reprovação da 8ª série;
- Meta 3:** redução de 50% da taxa de reprovação do Ensino Médio;
- Meta 4:** implantação de programas de recuperação da aprendizagem para alunos com dificuldades de aprendizagem do 1º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio;
- Meta 5:** aumento de 10% nos índices de desempenho dos ensinos fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais;
- Meta 6:** o atendimento de 100% da demanda de EJA de Ensino Médio com oferta diversificada de currículo profissionalizante;
- Meta 7:** implantação do Ensino Fundamental de nove anos em regime de colaboração com os municípios, com prioridade à municipalização do Ciclo I do Ensino Fundamental;
- Meta 8:** utilização da estrutura da Rede do Saber para programas de formação continuada;

³⁵ Informações extraídas de Silva (2013, p. 84)

Meta 9: descentralização e/ou municipalização do programa de merenda escolar nos 30 municípios com merenda escolar ainda centralizada;

Meta 10: elaborar programa de obras e infraestrutura física das escolas.

QUADRO 06 – As 10 ações contidas no Novo Plano Estadual da Educação³⁶

- 1) **Programa Ler e Escrever** com ênfase sobre a formação continuada de Supervisores, Professores Coordenadores de Oficinas Pedagógicas (PCOPs) e diretores, e aperfeiçoamento do *Projeto Bolsa Alfabetização*.
- 2) **São Paulo Faz Escola** visa à elaboração de material didático e implementação de uma nova proposta curricular.
- 3) **Programas de Recuperação da Aprendizagem** com ênfase na revisão de conteúdos, realizada nos 42 dias iniciais do ano letivo de 2008, além do *Projeto de Recuperação de Ciclo* denominado de PIC para as séries iniciais, Recuperação da Alfabetização e Ensino Médio Intensivo.
- 4) **São Paulo Faz Escola** com ênfase na diversificação curricular para o Ensino Médio.
- 5) **São Paulo Faz Escola** com ênfase na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- 6) **Sistemas de avaliação** com ênfase no aperfeiçoamento do SARESP visando a sua adequação a metodologia utilizada na Prova Brasil do MEC; promover a equivalência do SARESP à *Nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo*; alterar seus procedimentos de aplicação.
- 7) **Gestão por Resultado e Política de Incentivos** com ênfase na política de bonificação por resultados (BR) instituída por meio da Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008 (SÃO PAULO, 2008); criação do IDESP e alinhamento dos indicadores de qualidade da rede estadual aos indicadores dos países membros da OCDE.
- 8) **Ensino Fundamental de Nove Anos e Municipalização**.
- 9) **Programa de Alimentação Escolar**.
- 10) **Plano de Investimentos e Infraestrutura** com ênfase na extinção das escolas padrão Nakamura, cobertura de quadras poliesportivas, kit multimídia para as salas dos professores, kit material escolar para os alunos.

De modo geral as metas apontam as questões relacionadas à aprendizagem e as ações são feitas para alcançar as metas estabelecidas. Nesse sentido, a elaboração do currículo do Estado de São Paulo, a reestruturação do Saresp a partir da criação do IDESP, a política de gestão de resultados e a bonificação de professores a partir dos índices atingidos pelos alunos no Saresp são ações que devem ser compreendidas como partes desse Novo Plano Estadual da Educação.

³⁶ Informações extraídas de Silva (2013, p. 86-87)

Ao elaborar um plano destacando questões relativas à aprendizagem e propor metas e ações que atrelam o debate sobre a educação a índices alcançados em avaliações externas, todo o potencial da escola é reduzido. O primeiro passo para a implantação do Novo Plano Estadual da Educação e da sua política de gestão por resultados foi a implantação de um currículo básico para toda rede estadual de ensino. Destaca-se que:

O foco do São Paulo faz escola seria a implantação de um currículo pedagógico único para todas as mais de 5 mil escolas da rede pública estadual. Com o programa todos os alunos da rede estadual recebem o mesmo material didático e seguem o mesmo plano de aula. Para a SEE/SP a adoção de uma proposta curricular única auxiliaria na melhora da qualidade do ensino da rede pública, uma vez que coloca todos os alunos da rede estadual no mesmo nível de aprendizagem. (SILVA, 2013, p. 98)

O currículo estendido e aplicado à rede pública permitirá que não apenas haja uma padronização acerca do que se ensina, mas também sobre o processo avaliativo por meio dos exames como o Saresp. Para implementar o currículo e fazer com que os professores passem a planejar suas aulas tendo como base esse documento, o governo estadual criou um material didático para todas as séries e disciplinas. O material ficou conhecido como caderno do professor e do aluno e continha os conteúdos que deveriam ser explorados em aulas. Essa exposição dos conteúdos recebia o nome de situação de aprendizagem, ou seja, para cada conteúdo há uma situação de aprendizagem descrevendo a metodologia que o professor deveria empregar na aula e propondo atividades para serem desenvolvidas.

Após a implantação do currículo e a distribuição de materiais pedagógicos percebe-se que o governo estadual passou a intervir cada vez mais na atuação docente. As críticas são rebatidas enfatizando a necessidade de se criar um currículo e que ele fosse seguido por todos da rede. Nesse sentido, o legado do governo Serra e do Novo Plano da Educação consistiu na elaboração desse currículo e na criação do IDESP.

A nova gestão de Geraldo Alckmin teve início em 2011 e terminou em 2018, ou seja, durou dois mandatos de 4 anos. Esse tempo permitiu que a política educacional criada na gestão de José Serra se consolidasse. Entretanto, houve também a elaboração de um novo programa educacional nomeado como “Educação – Compromisso de São Paulo”. A marca do programa foi a presença dos empresários nesse compromisso. Segundo Andressa Mesko,

os empresários participariam através da ‘consolidação’ de uma fórmula da engenharia do desempenho que busca excessivamente a garantia dos

resultados, sobretudo o controle dos processos 'de todos os sujeitos que participam da escola'. (MESKO, 2018, p. 73)

Para Mesko (2018), o programa permite que a escola pública intensifique o processo de neoliberalização, pois a instituição se organiza de acordo com alguns preceitos neoliberais, como: 1) associar a escola a um “quase-mercado” em que os pais dos alunos matriculam seus filhos de acordo com o desempenho da escola em avaliações; 2) A nova gestão para instituições públicas delineia o papel do diretor da escola como um profissional que gerencia resultados e metas corporativas; 3) permissibilidade para que ONG's, institutos educacionais e agências de consultorias desenvolvam projetos escolares para suprir falhas e lacunas estatais nas escolas públicas.

Uma das estratégias enfatizadas por Alckmin é a de oferecer cursos principalmente para diretores, supervisores e professores coordenadores voltados para disseminar uma perspectiva empresarial entre os profissionais públicos. Tal perspectiva se debruça sobre a gestão por desempenhos, ou seja, a preocupação com a eficácia e a eficiência em avaliações e metas. Segundo Mesko,

Em 2016, corroborando com a nossa investigação, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em conjunto com os Parceiros da Educação iniciou um projeto-piloto chamado 'Gestão em Foco', cujo objetivo é a melhoria dos resultados das escolas públicas paulistas sobre o IDESP no ensino médio e ações na gestão escolar. A experiência deste projeto, segundo a pasta, ocorreu em 77 escolas na diretoria de ensino Leste 4, na cidade de São Paulo, que registrou um crescimento de 15% no resultado do indicador de qualidade (IDESP).

(...)

O projeto utiliza-se do Método de Melhoria de Resultados (MMR), elaborado pela Falconi⁴⁷ em parceria com os Parceiros da Educação com mais de dois mil modelos (planos) de melhoria adequados aos resultados educacionais, pedagógicos e de gestão a cada realidade para atingir as metas determinadas anualmente pelo IDESP em afliência com os resultados da Avaliação de Aprendizagem mensurados pelos docentes das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática por meio da tecnologia da plataforma Foco e Aprendizagem. (ibidem, p. 93)

O programa “Educação – Compromisso de São Paulo” intensifica a gestão por desempenho através de avaliações de larga escala aplicadas em toda a rede estadual. Em 2012 foi criada a Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP), aplicada bimestralmente a todas as séries. A avaliação era composta por questões de português e matemática, elaboradas a partir das habilidades previstas para terem sido apreendidas no bimestre. A aplicação da AAP oscilou conforme o ano: houve momentos em que ela foi aplicada semestralmente e houve momentos em que ela foi aplicada bimestralmente. Independente dessas oscilações de um ano para outro, o

que merece atenção na criação da AAP consiste na maneira como ela passou a influenciar o trabalho pedagógico docente.

Semestralmente ou bimestralmente o objetivo da avaliação era aferir as habilidades de português e matemática desenvolvidas pelos alunos no semestre ou bimestre anterior. A partir dos resultados obtidos, os professores deveriam elaborar planos de intervenção para melhorar os índices e sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos. Nesse sentido, destaca-se que as respostas dos alunos para todas as questões deveriam ser tabuladas. Após esse processo, os professores poderiam obter informações pontuais referentes às questões em que os alunos não tiveram um bom desempenho e, conseqüentemente, quais habilidades eles não demonstravam domínio. A intervenção deveria ser realizada a partir desses dados.

A busca pela eficácia e desempenho dos alunos em avaliações revela uma redução do trabalho que a Educação, a escola e o professor possuem. Todo o labor se reduz a índices expostos em planilhas que apontam metas estabelecidas. Essa dinâmica afeta toda a escola e a todos os professores e não apenas as disciplinas de português e matemática. Afinal, embora as avaliações sejam dessas disciplinas especificamente, todas as outras ficam responsáveis em desenvolver projetos de ações que possam ajudar na melhoria dos índices abaixo do básico ou mesmo colaborar com suas aulas para alcançar as metas pré-estabelecidas no IDESP.

Em 2016 as APPs adquirem ainda mais importância no programa educacional “Educação – Compromisso de São Paulo”. Nesse ano, a SEE-SP lançou uma plataforma virtual chamada “foco aprendizagem”, cujo principal objetivo era aperfeiçoar o aproveitamento dos dados obtidos nas APPs. Afinal, após o lançamento das respostas dos alunos, questão por questão, a plataforma gerava um mapa de habilidades que expunha quais delas os alunos tinham conseguido desenvolver, quais não tinham e quais poderiam ser melhoradas.



Imagem 27: Extraída do documento “Tutorial foco aprendizado”.

O mapa auxiliaria o professor a criar um plano de intervenção mais apurado e que tivesse como foco a aprendizagem do aluno. O suposto auxílio pedagógico que ele traria aos professores encobre uma nova realidade educacional estruturada a partir de princípios neoliberais. O foco escolar não é mais o conhecimento como algo construído pela humanidade e que tem como finalidade a emancipação do aluno, segundo os moldes humanistas. O foco escolar a partir do neoliberalismo consiste no domínio de habilidades que sejam úteis para tornar o aluno um sujeito empregável. A escola deve propiciar aos estudantes o desenvolvimento dessas habilidades e competências como prioridade, afinal são esses os novos requisitos exigidos pela nova organização mundial do trabalho, sujeitos que garantam sua empregabilidade.

Alinhados a essa nova funcionalidade, o espaço escolar deve enfatizar a importância do domínio de habilidades e competências. Nesse sentido, as avaliações cumprem uma dupla função: 1) revelar o que não foi dominado pelos alunos; 2) impor à escola uma nova dinâmica pautada em índices e metas que estimulem a busca pela eficiência. Entretanto, o que é eficiência no interior de uma sala de aula com diversos e variados alunos, cujos ritmos e interesses são tão singulares? Quão padronizador é o termo eficiência quando aplicado a essa diversidade toda? Nesse formato que a escola pública do Estado de São Paulo vai adquirindo, o que resta ao professor? Aliás, o que significa ser professor? Um mero gestor de aprendizagens que tem nas avaliações o pilar do seu de trabalho?

As questões lançadas acima servem para alimentar uma reflexão acerca dos caminhos que a educação e o papel do professor adquirem com o avanço do neoliberalismo na sociedade. Aqui interessa mais tentar estabelecer uma associação entre o avanço neoliberal na escola e os embates com o sindicato APEOESP. Retomemos o caminho realizado na primeira parte desse capítulo sobre uma crise sindical e como o neoliberalismo apresenta pautas relacionadas ao mundo do trabalho que visam à diminuição de direitos trabalhistas. A justificativa comumente usada pauta-se no crescimento econômico do país a partir do interesse em investir de novos empreendedores, mas que não o fazem num cenário em que haja direitos trabalhistas, pois direitos custam caro. A diminuição do crescimento resultaria em mais empreendedores e, conseqüentemente, em mais ofertas de trabalho. Nesse sentido, é necessária a flexibilização dos direitos trabalhistas para o bem econômico do país.

Devido aos interesses opostos, a expansão do neoliberalismo observa os sindicatos como uma ameaça ao seu projeto. Afinal, sindicatos existem para garantias de direitos e consolidação de leis trabalhistas, algo que deve ser suprimido em uma sociedade neoliberal. Destruir as instituições sindicais é uma meta ideológica neoliberal. Em um cenário de crise de representatividade dessas instituições, que coincide com o sonho do empreendedorismo, isso se torna algo possível. Sindicatos cujos trabalhadores estão desarticulados são mais vulneráveis a ataques e não conseguem aglutinar força suficiente para impedir mudanças legislativas que só beneficiam empresários e prejudicam o trabalhador. Foi isso que observamos com a reforma trabalhista ocorrida em 2017. Os sindicatos não conseguiram mobilizar forças capazes para barrar a flexibilização das leis trabalhistas³⁷.

Não se trata de responsabilizar essa instituição pela aprovação de um projeto de governo tão cruel aos trabalhadores do país, mas a aprovação de um conjunto de reformas trabalhistas – tidas como nefastas para defensores de direitos trabalhistas – indica uma fragilidade sindical. Estudos sobre essa fragilidade - e até mesmo sobre os impactos que esse conjunto de reformas terão nos sindicatos - estão sendo feitos e talvez aumentem nos próximos anos. Para nós, tais informações são importantes

³⁷ A reforma trabalhista, materializada pela Lei 13.467/2017, foi promulgada assim que o ex-presidente Michel Temer deixou o posto de vice-presidente e assumiu o cargo de presidente interino, após um golpe político-midiático-religioso-elitista destituir a ex-presidenta Dilma Roussef. Como presidente e contando com o apoio da elite brasileira, passou a impor o seu projeto de governo, nomeado como “Ponte para o futuro”, em que o principal objetivo pautava-se na diminuição do papel do Estado e no incentivo para o mercado através do estímulo ao empreendedorismo.

para observamos o sindicato de professores APEOESP no interior dessa dinâmica de avanço neoliberal.

Segundo dados apresentados por Cardoso (2003), os sindicatos docentes são os que mais crescem no país desde os anos 90. Esse crescimento é seguido por um decréscimo no número de filiados em sindicatos de outras categorias. Nesse contexto, pontua-se que a APEOESP é o maior sindicato docente da América Latina e que no ano de 2015 contava com 180 mil filiados. Tais informações são expressivas e sinalizam uma importância dos sindicatos para os professores.

Entretanto, em um cenário de avanço de medidas neoliberais, sindicatos não são bem-vindos. Principalmente quando eles possuem uma atuação ativa tanto na categoria como na sociedade. Lembramos que a ação sindical da Apeoesp é ampla e contínua: são realizados congressos, palestras públicas até atos com paralisação docente que são rotineiros ao longo do ano. Ou seja, sindicatos docentes, além de terem como característica uma taxa de filiação maior que instituições de outras categorias, também possuem como característica serem ativos socialmente.

Existe um agravante no sindicato docente que faz com que eles sejam um empecilho a mais para o avanço do neoliberalismo: eles defendem a educação pública como direito. Essa característica aumenta ainda mais os atritos com neoliberais e suas propostas políticas que também incluem a educação e o espaço escolar. Isso faz com que a escola seja alvo de disputas ideológicas políticas. O fato de a escola ser uma instituição que recebe inúmeros indivíduos diariamente e que estes estão submetidos a um processo de formação faz com que setores empresariais e políticos alinhados aos ideais elaborem políticas educacionais e queiram aplica-las na escola. O objetivo de disseminar e inculcar nos alunos valores sociais que norteiam uma sociedade neoliberal (competitividade, empreendedorismo, valorização pelo mérito, eficácia, desempenho, diminuição estatal, liberdade de escolha, soberania do consumidor, individualismo, entre tantos outros) faz com que eles se interessem pela escola, pelo currículo e pelo processo pedagógico.

Em resumo, para o avanço neoliberal no mundo do trabalho é necessário enfraquecer os sindicatos; para o avanço neoliberal na educação é necessário enfraquecer os sindicatos docentes. O sindicalismo docente, por ter seu papel ativo e por materializar esse duplo obstáculo, é constantemente atacado. Ataca-se também

a imagem do professor, alegando que os professores são malformados, que são doutrinadores, que são esquerdistas e que só fazem greves. Os ataques visam deslegitimar a figura docente perante a sociedade. Talvez, para os que fomentam os ataques e alimentam uma espécie de ódio, a deslegitimação do professorado reverbere na capacidade de mobilização sindical dos professores. Afinal, diante de um cenário de crise sindical qual é a categoria que consegue permanecer em greve por 92 dias? Qual a categoria de trabalhadores que consegue realizar mobilizações com mais de 60 mil pessoas em uma sexta-feira? Além disso, a atuação professor permite que ele atinja inúmeras pessoas ao longo da semana, permite que ele crie contrapontos sobre notícias e projetos políticos.

CAPÍTULO 03. Micropolítica: professores e suas trajetórias

Análises sobre greves são recorrentes na literatura acadêmica, principalmente quando o foco consiste no movimento operário brasileiro. As greves de professores também são alvo de pesquisas, não de modo tão recorrente como a do operariado, mas possuem uma bibliografia ampla que permite possibilidades de diálogos e confrontos científicos. Entretanto, a intenção desse trabalho não é a greve, mas o que ela mobiliza nos grevistas no que concerne aos processos de subjetivação.

Para compreender esses possíveis processos é necessário mapear o movimento. Por isso a elaboração do primeiro capítulo, uma tentativa de mapear um movimento e expor ao leitor as tensões que se criaram nele. É necessário também compreender o que significa uma guerra em um contexto neoliberal e qual é o projeto dessa ideologia para a educação. Por isso a organização do segundo capítulo foi uma tentativa de expor ao leitor o repertório teórico utilizado para interpretar a greve, o sindicato, o neoliberalismo e a escola.

O terceiro capítulo também se materializa como uma tentativa de escrita acerca de processos de subjetivação e micropolítica ocorridos em grevistas. Como colaboração para a construção desse capítulo, quatro professores que participaram ativamente da greve (frequentavam reuniões, atos, faziam comando de greve, panfletavam, etc) relataram suas experiências durante a paralisação. A média de duração das conversas foi de aproximadamente 50 minutos - o tempo sinaliza a quantidade de histórias, experiências e impressões que eles descreveram. Os relatos tratam sobre como eles chegaram ao magistério, como se filiaram, as suas trajetórias no magistério e sobre a greve.

A presença desses professores na partilha de suas vivências e da exposição de suas trajetórias no magistério propicia novas formas de leitura da realidade sobre a educação pública no estado de São Paulo. Como salientado anteriormente, a educação é um tema muito abordado no âmbito de disputa política, porém mesmo sendo assunto recorrente e de importância sempre enfatizada, os professores muitas vezes não participam do debate. Sua seriedade e seus fazeres são sempre pautados por indivíduos que se baseiam em dados gráficos sobre violência escolar, baixo rendimento escolar, evasão escolar, adoecimento do professorado, entre outra diversidade de assuntos.

O fato da opinião de professores não ser recorrente em discussões relacionadas à escola talvez seja um indicativo de uma estratégia de silenciamento, cujos motivos são de múltiplas ordens e vinculados aos mais variados interesses. Pontuar que docentes possuem leitura, interpretações e opiniões sobre a educação pública e permitir que eles possam expô-las é tido como uma forma de reconhecer a sua importância por meio do interesse em escutá-los.

O presente trabalho nunca teve a pretensão de realizar uma abordagem que se debruçasse apenas sobre a perspectiva do evento greve em uma dimensão macro. A proposta era observar a greve no magistério como um evento que desencadeou inúmeros processos de subjetivação nos docentes, ou seja, o objetivo central é de tentar compreender o que aconteceu com o corpo do professor-grevista que se lançou a esse movimento marcado por conflitos.

Nesse sentido, não se trata de uma abordagem que queira constatar a consciência política dos professores a partir do enaltecimento de sua adesão ou não a greve. Muitos professores não aderiram ao movimento por uma gama de fatores – que abrange a não compreensão do que seria uma greve até a necessidade econômica que o impossibilitou de se submeter a uma situação em que houve corte salarial e consequências materiais – que podem estar ou não vinculados ao seu grau de instrução política. O foco consistiu em tentar observar o que a participação em uma greve mobiliza em um indivíduo e como essas mobilizações desencadeiam mudanças que fogem da racionalidade por serem inesperadas.

A existência de uma instituição sindical por trás de uma greve e o estabelecimento de um conflito com outra instituição – seja pelo duelo da narrativa do movimento ou mesmo em busca da conquista de reivindicações – não remove do movimento greve a característica básica de ser uma ação coletiva. Nesse sentido, Cláudia Vianna aponta que:

o conceito de ação coletiva supõe, também para o caso da categoria docente, uma relação de pertencimento que não se restringe à sua entidade ou sindicato. Trata-se de um processo muito mais amplo, relacionado, sobretudo, à ideia de um 'nós' professorado, um 'nós' magistério, o qual pode indicar, eventualmente, uma aliança com os demais atores da escola pública e um pertencimento ao sindicato, se este espelhar o 'nós' magistério. (VIANNA, 1998, p. 71).

Uma greve é sempre uma ação coletiva, ou seja, feita a partir de indivíduos que, por interesses diferentes e visões de mundo diferentes, a compõem. O sindicato

é uma instituição importante para a defesa, garantia e ampliação de direitos e condições de trabalho, mas para ele possuir qualquer ação reivindicativa é necessário ter uma grande capacidade de agregar diferentes indivíduos. Um sindicato sem indivíduos não existe, torna-se uma instituição sem capacidade de construir mobilização ou mesmo reivindicar pautas. Logo, a estratégia retórica de empregar frases de efeito como “o sindicato somos nós” em seus impressos, utilizada pela Apeoesp durante o início da greve, pode ser lida como uma tentativa que reafirmava a necessidade de indivíduos para legitimar a greve, as reivindicações e até mesmo o próprio sindicato.

A investida, para além das relações de poderes presentes em duelos entre as narrativas, se estenderá também para analisar o professor-grevista no decorrer de todo o evento, ou seja, analisar como esse movimento de reivindicação coletiva, que por si só é intenso, incide sobre tais atores e quais são os processos de subjetivação que eles podem ter desencadeado. Talvez com tais pretensões estejamos lidando com um trabalho que tenha traços de uma pesquisa de micropolítica. Segundo Rolnik, uma das características deste ramo é se ater à “questões que envolvem os processos de subjetivação, em sua relação com o político, o social e o cultural, através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação” (2006, p. 11).

A greve aqui é compreendida como um evento da ordem das intensidades múltiplas. Não há nela apenas os objetivos almejados pelo sindicato, ou as críticas tecidas pela mídia capitalista, mas há os sujeitos que a sentem, que se deixam ser afetados, que afetam os outros, há múltiplos fluxos de desejos. E por desejo somos tributários a uma concepção criada por Deleuze e Guattari. Sobre ela, Savazzoni observa que para a dupla de pensadores o desejo consistiria em:

‘própria’ vontade de potência enquanto ‘princípio diferenciante’ e propulsor da vida (devir ativo da força= ‘plus’ de potência). Esta é a ‘positividade’ do desejo de que falam Deleuze e Guattari. No desejo não há bem em mal, mas fluxos de ‘potência’. A ideia consiste em liberar o desejo dos estratos, ou seja, ultrapassar as representações familiares e pessoais, operando uma abertura para pensar o desejo como fenômeno vital positivo. Afirmção da vida, eis o princípio do desejo entendido como devir ativo da força expresso através de um ‘plus’ de potência. (SAVAZZONI, 2012, p. 86).

Nesse sentido, uma greve é: coletiva na sua composição, múltipla na sua intensidade e pode ser revolucionária na potencialidade do devir – seja para o grupo ou para cada indivíduo e seus processos singulares de como vivenciar o movimento

–, que é propulsora de fluxos de desejos não capturados pelo mundo capitalístico. Por tais características se compreende como um evento que pode possibilitar processos de singularização em professores que a aderiram e participaram de seus atos.

A concepção de subjetividade abordada neste projeto é alinhada a perspectiva de Suely Rolnik e Felix Guattary (1996). Segundo eles,

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. Se aceitamos essa hipótese, vemos que a circunscrição dos antagonismos sociais aos campos econômicos e políticos – a circunscrição do alvo de luta a reapropriação dos meios de produção ou dos meios de expressão política – encontra-se superada. E precise adentrar no campo da economia subjetiva e não mais restringir-se ao da economia política. (GUATARRI e ROLNIK, 1996, p. 33).

Com base no descrito no trecho acima, indaga-se: quais foram as possíveis linhas de tensões que professores em greve sentiram que acarretaram neles próprios processos de singularização? Para além disso, acredita-se que no transcorrer da greve foram tecidas narrativas sobre o evento, porém estas composições carregavam consigo uma abordagem representativa, quase sempre maniqueísta, do professor (da sua importância na sociedade como um agente educacional). Tais representações, tanto as tecidas pelos boletins informativos do sindicato Apeoesp como as elaboradas pelo Jornal Folha de São Paulo, são compreendidas aqui como um dispositivo de captura de indivíduos, no caso professores (pois as representações são sobre eles), que ocasionam um estancamento em possíveis processos de singularização.

Afinal, na medida em que os professores em greve podem não só ter acreditado, mas também terem se alinhado aos pressupostos daquilo que foi representado como professor nas narrativas desses impressos, os indivíduos estancaram os processos criativos (entre a relação com ele, com o mundo e com os outros) de si mesmo, ou seja, eles se fecharam a processos de singularização que permitiriam reconhecer outras potencialidades de si como professor, como humano, como cidadão. Os impressos carregam em si um potencial de alienação e opressão na medida em que oferecem ao indivíduo como ele deve ser.

Ao propor uma reflexão operando com processos de subjetivação ocorridos em professores grevistas durante uma greve, enfatiza-se a potencialidade do encontro com o Outro. Acredita-se que esse movimento de encontro propicie rupturas aos grevistas no que tange ao que é produzido pela subjetivação capitalística. Para Rolnik e Guattari, tudo o que chega até nós resulta dessa produção capitalística, logo possui em sua composição interesses capitalísticos. Como vimos, a escola tem se tornado palco para o avanço do receituário neoliberal; Isso implica que até mesmo a figura do docente constantemente é alvo de reconfiguração daquilo que se espera de um docente e o que é considerado como bom docente.

Talvez as inúmeras mudanças que a escola e o papel do professor passam implique em estancamento da produção de subjetividade no docente. Afinal, ao delimitar o que o professor deve ou não deve fazer, ou mesmo ao se criar uma atmosfera policialesca sob a atuação docente – como se criou a partir da proliferação da ideia de professor doutrinador tendo como base o projeto “Escola sem Partido” – há uma diminuição na liberdade da prática docente e nas possibilidades do ser professor.

O espaço de uma greve implica não apenas o questionamento de todas essas reformas neoliberais na escola e que afetam a figura do professor, mas também propicia uma atmosfera de debates com múltiplos pontos de vistas sobre os mais variados assuntos relacionados à educação. A efervescência de uma greve reside no fato dela propiciar a criação de encontros que eventualmente não ocorreriam, o encontro entre indivíduos que pensam diferente, por exemplo. Logo, o que ocorre num movimento grevista talvez seja algo que propicie o oposto ao que ocorre com o avanço neoliberal: enquanto uma greve seja mais propensa a desencadear inúmeros processos de subjetivação no indivíduo grevista, o avanço neoliberal interrompa e estanque esses processos de subjetivação.

Abaixo será iniciado o acompanhamento das falas partilhadas por 4 professores através de uma conversa. Os temas da conversa abrangem desde a chegada deles ao magistério, sua trajetória no sindicato, a percepção que possuem sobre a relação do sindicato com sua categoria, a sua vivência na greve de 2015, a maneira como observam a greve hoje e, por fim, suas projeções para o sindicato e magistério para os próximos anos. Os professores que participaram da conversa e dispuseram seu tempo para partilhar suas experiências na greve possuem uma

relação com o sindicato, em sua subsede na cidade de Limeira- SP. Pontua-se que como modo de preservar suas identidades não utilizaremos seus nomes verdadeiros, portanto serão nomeados de maneira fictícia nesse trabalho como Leila, Jaqueline, Valéria e Pedro. O percurso traçado aqui consiste em expor a trajetória de cada um até ao magistério. Em seguida, expor a relação de cada um deles com o sindicato APEOESP. O passo seguinte será pautado sobre a participação de cada um deles na greve e a impressão que carregam do acontecimento hoje.

3.1. A chegada ao magistério.

A chegada de cada um ao magistério aponta trajetórias únicas vivenciadas por cada professor. Ao longo de suas experiências, cada um desses docentes foi se constituindo, forjando maneiras de atuar e significando sua função. Expor essas trajetórias de modo individualizado nos permite visualizar esse processo que é tão único e nos ajuda a compreender o ser professor como parte de um processo, contínuo e inacabado.

Leila

Filha de mãe analfabeta e de pai letrado que frequentava circo e gostava de declamar poesias, se formou com bolsa de estudos em um colégio católico tradicional de Limeira/SP. Em seguida, realizou o curso de magistério que a permitiu ingressar na docência. Antes mesmo de completar dezoito anos já lecionava para crianças, alfabetizando-as.

Dois anos após concluir o magistério tornou-se professora efetiva, tanto na rede municipal de ensino na cidade de Limeira - SP, como na rede estadual de São Paulo. Seu interesse pela carreira se aprofundou com seu ingresso no curso de licenciatura em Letras-Ingês, realizado na Universidade Puc-Campinas/SP. Depois de concluído esse curso, realizou outro concurso público da rede estadual de São Paulo para o cargo de professora de Língua Inglesa. Sua admissão permitiu que ela declinasse do cargo de professora infantil da rede estadual e assumisse o cargo de professora de Língua Inglesa da mesma rede.

Mesmo com a conclusão do curso de Letras-Ingês e sendo professora concursada em duas redes ela não encerra sua trajetória na formação docente. Buscando aperfeiçoar o seu trabalho, Leila cursou uma especialização em Alfabetização, realizado pela Unesp *campus* Rio claro/SP e a faculdade de Pedagogia pela mesma instituição. Aliás, o percurso que a leva para a formação como pedagoga deve-se em muito a sua sobrinha.

Quando sua sobrinha terminou os estudos no ensino médio fez sua inscrição para realizar o vestibular do curso de Enfermagem da Unesp. Embora o curso não fosse do *campus* Rio Claro/SP, a prova foi realizada ali. Leila se disponibilizou a levá-la para a realização do vestibular e esperá-la. Devido ao compromisso de ter que esperar pela sobrinha, decidiu realizar o vestibular para o curso de Pedagogia da Unesp *campus* Rio Claro/SP. Ambas foram admitidas, o que incentivou Leila a realizar o curso durante o período noturno.

Sua atuação profissional ocorreu simultaneamente em duas redes de ensino públicas, porém lidando com faixas etárias distintas. Ao longo de mais de 25 anos lecionou em diversas unidades escolares, o que possibilitou conhecer a variedade de escolas existentes no interior de uma mesma rede. Essa diversidade não está apenas vinculada aos diferentes alunos e suas condições socioeconômicas, mas se relaciona também com as estruturas prediais, as diferentes diretoras e uma infinidade de professores que conheceu.

Leila ingressou na profissão sob circunstâncias delimitadas pelo período, portanto não considerou ter feito uma opção pelo magistério. Segundo ela, as possibilidades de escolhas profissionais para mulheres ao longo dos anos oitenta, no interior de São Paulo, não eram tantas, principalmente para as mulheres advindas de famílias pobres. Sua realidade disponibilizou as possibilidades de seguir pela enfermagem, via escola técnica profissionalizante, ou seguir seus estudos no curso de magistério, oferecido na escola católica que ela estudou, permanecendo assim com a bolsa de estudos. De acordo com ela, “terminando o ensino fundamental, prestei o COTIL para fazer enfermagem, lógico que dentro da coerência católica eu tinha que seguir o magistério porque na época ou você fazia magistério ou você fazia magistério, não tinha muita... Não tinha outra profissão” (APÊNDICE, p. 169).

Apesar de ingressar no magistério a partir de um processo de escolha limitado, isso não foi um entrave para que ela desenvolvesse uma relação afetiva com a docência. Como revelado em sua fala, “eu gostei e gosto de trabalhar com criança. Para mim é uma coisa fantástica, você chega estressada e com dois minutos você consegue na educação infantil chegar e dar risada, apesar das mazelas da vida você consegue dar risada. É muito bacana!” (ibidem, p. 170).

A maneira como a profissão a envolveu ao longo da vida é sentida no seu interesse em continuar se formando, mas também por meio de sua vivência no movimento sindical e nas discussões que travou ao longo de sua vida considerando política educacional e precarização do trabalho docente.

Jaqueline

A conversa com Jaqueline aconteceu em novembro de 2017, e durou quase uma hora. Jaqueline tem formação em Licenciatura em Química pela Uniararas. Seu último ano de faculdade, 2005, coincide com a data em que ingressou ao magistério. Seguir carreira na docência sempre foi um sonho para ela e tinha como objetivo atuar na rede pública de educação.

Iniciou sua atuação como professora na cidade de Limeira/SP, município que atua até hoje. Seu ingresso foi por meio de contratos, cuja condição permaneceu até o ano de 2012, quando foi chamada para assumir a vaga de professora em um concurso público que prestou em 2010. Foi a partir de 2012 que passou a ser professora efetiva da rede pública de São Paulo.

O fato do primeiro concurso público ocorrer depois de ter atuado quase 5 anos como professora contratada serviu como um desestímulo para a Jaqueline. Segundo ela, ao saber sobre o concurso ficou bem resistente em se inscrever. No mesmo ano, mesmo na condição de professora contratada, ela havia aderido à greve de professores, cujos resultados não foram tão positivos. Nesse sentido, quando foi iniciado o processo de inscrição para o concurso público ela possuía vários ressentimentos e dúvidas quanto à profissão e sua continuidade nela.

Aliás, a sua adesão em greves é algo que se destaca ao longo de sua trajetória enquanto professora. Desde o momento em que iniciou a carreira no magistério participa do movimento grevista. Sua primeira greve foi a ocorrida em 2008, mas nos

anos anteriores aderiu às paralisações trabalhistas orquestradas pelo sindicato de professores Apeoesp. Foi por meio do sindicato e das atividades em que se envolveu ao longo desse tempo que passou a se interessar por assuntos sobre política e por debates sobre política educacional. Esse tipo de discussão não foi estimulado nela durante a sua formação universitária. De acordo com ela, “Na minha **[formação universitária]**³⁸ para ser sincera não houve nenhuma. Porque a minha área é de exatas, até se a gente for... No máximo que eu tive foram algumas disciplinas falando da didática, dos pensadores, mas bem assim enxugado, não tive nada, nada” (ibidem, p. 188).

O fato de a professora Jaqueline querer estar por dentro das discussões acerca da política estadual adotada na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, somado à sua insatisfação com as condições de trabalho, permitiu que ela se aproximasse do sindicato de professores APEOESP. Mais adiante veremos um pouco dessa relação.

Pedro

Pedro é professor da rede estadual desde 2005. Ser professor era um sonho nutrido desde a época em que realizava o ensino Médio em uma Escola Estadual, na cidade de Bragança Paulista, interior do Estado de São Paulo. Sua formação é licenciatura de História pela Unesp *campus* de Franca, com Mestrado em História pela mesma instituição. Como recebeu bolsa de estudos, concedida pela CAPES, ingressou no magistério depois de muita imersão teórica. Sua atuação como professor começa nos últimos meses do mestrado, em véspera da defesa da dissertação, e assim mesmo foi na condição de professor eventual³⁹.

Após ser aprovado em concurso público para admissão de professor, Pedro se mudou para o município de Limeira/SP, pois em sua cidade não havia vagas disponíveis para professor de história. A partir de 2006, passou a residir em Limeira onde está até os dias atuais. Essa não foi a única novidade em sua vida: como professor de história de uma escola localizada em região periférica da cidade, ele

³⁸ Trecho em negrito foi inserção nossa.

³⁹ O professor eventual não possui o compromisso de estar na escola porque possui uma sala de aula atribuída, ele é procurado pelas secretarias das escolas para substituir professores que faltaram naquele dia. Embora não haja garantias salariais, pois ele recebe de acordo com a quantidade de aulas que substitui, também não há compromissos com horários.

passou a conhecer de outro ângulo a realidade educacional no estado de São Paulo. O que passou a ser vivenciado no cotidiano da profissão possui diferenças com a que aprendeu por meio das leituras que fez durante sua trajetória acadêmica. Segundo ele, foi somente quando começou a trabalhar como professor que pode observar:

Os problemas existentes em uma escola, que são vários né, vários. Vai da questão estrutural até formação profissional e o que a gente vivencia, o dia-a-dia, o que a gente vê... porque a escola não está desassociada da sociedade, ela é parte da sociedade e a gente dentro da escola enfrenta uma série de problemas, que vai desde a violência a lidar com casos que extrapolam totalmente a nossa governabilidade, vamos dizer assim: a sua governabilidade, sai totalmente fora. Têm algumas coisas que às vezes deixam você até abalado emocionalmente, né? Sua estrutura fica meio abalada (ibidemE, p. 207).

Em seu relato Pedro demonstrou ser um professor que possui consciência dos limites do conhecimento acadêmico acerca do cotidiano da escola que não consegue ser transformado em dados e só pode ser constatado por quem vivencia a realidade. Aliás, essa vivência com o espaço e o conhecimento que você consegue produzir sobre a realidade é variável. Pedro, antes de ser professor e estudante universitário, foi aluno de escola pública, ou seja, já havia tido um contato com a educação pública anteriormente, mas as percepções que possuía foram construídas enquanto aluno e não professor, isso implica em menos maturidade, menor capacidade de estabelecer relação com questões mais complexas como política educacional, história da educação, etc. Logo, quando Pedro iniciou sua atividade, ele já não era o Pedro-aluno-de-escola-pública, mas Pedro-professor, que também não é mais o Pedro-acadêmico.

Pedro trabalhou durante um ano nessa escola da região periférica de Limeira e, em 2007, conseguiu transferência para outra escola estadual, situada na região central da cidade. A mudança permitiu que ele conhecesse mais professores e observasse, por exemplo, que muito dos alunos matriculados na nova escola habitavam nas regiões periféricas da cidade e que não conseguiam vagas nas escolas próximas de suas casas.

Ao longo do seu percurso no magistério, Pedro passou em outro concurso público para professor da rede estadual e assumiu mais um cargo como professor de história na mesma escola em que possuía o primeiro cargo. Após tantos anos na docência, o próprio Pedro consegue apontar como houve mudanças em si, mudanças que o deixam distante do Pedro que era em 2006, ano em que se mudou para Limeira

em decorrência de ter tomado posse de seu cargo de professor. Conforme nos diz, sobre as perspectivas do Pedro de 2006 e o Pedro atual acerca da educação:

[Em 2006] eu estou chegando e ainda eu tinha algumas ilusões de professor que está começando e que... Não que eu seja totalmente pessimista hoje tá, mas eu estou dizendo assim, eu achava ainda que eu poderia ir, talvez fazer alguma coisa diferente, então você chega, você entra no magistério de uma forma, mas o sistema vai destruindo, vai te desintegrando, aqueles seus ideais vão sendo desintegrado conforme você vai... Hoje já faz 13 anos que eu estou dando aula, então algumas coisas daquilo que eu pensava em 2005, elas já foram desintegradas. Já ficou para trás. Enterrado... Bem enterrado! (ibidem, p. 208)

A fala de Pedro possibilita observarmos as mudanças que ocorreram nele enquanto profissional e como essas mudanças vinculadas às situações concretas que são vivenciadas na realidade escolar o moldaram. A realidade escolar e a maneira como o “sistema” se concretiza e se impõem sobre o docente remove dele “ilusões” e desejo “de fazer alguma coisa diferente”. Esses desejos e a vontade de mudanças passam a ser tratados pelo “Pedro do presente” como achismo e ilusões que são nutridos por professores que, da mesma maneira que ele em 2006, estão iniciando sua carreira no magistério. Mesmo tendo passado por mudanças e enterrando várias “ilusões”. Pedro participa das reuniões feitas pelo sindicato de professores, bem como adere a paralisações organizadas pela APEOSP. Talvez sua continuidade no sindicato possa ser compreendida como um indício de que algumas “ilusões” acerca do magistério ainda são carregadas por Pedro.

Valéria

Valéria é professora de História da rede estadual desde 2004, na cidade de Limeira/SP. Ela não é natural desse município, sua relação com esse local foi criada por conta do trabalho. Se mudou para a cidade em 2004 para assumir a vaga no concurso público que havia prestado anos antes. Esse ano foi um marco em sua vida devido às novidades que passou a vivenciar: a mudança de cidade e o ingresso na profissão.

Tornou-se professora depois de cursar Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). No entanto, esse curso não foi sua primeira opção. Ela chegou à universidade como estudante de economia e, a partir da convivência com outras estudantes universitárias com quem dividia uma casa, decidiu

migrar para o curso de História. Segundo ela, a alteração para esse curso está relacionada a uma questão de identificação, algo que não existia com Economia.

Filha de um pequeno agricultor, ou como ela diz “um homem da roça”, e de mãe que professora – devido a um curso de magistério que realizou – não se recorda de ter desejado ser professora durante sua infância ou em sua adolescência. Aliás, a preocupação com o que se dedicaria profissionalmente veio muito tempo após ter ingressado na universidade. Na UFU realizou também o curso de mestrado em História. Foi no final do mestrado que ela se recorda de passar a pensar em qual rumo profissional adotaria. Juntamente com outros amigos universitários, decidiu se inscrever no concurso público para professor no Estado de São Paulo. A ação coletiva foi fundamental para que ela se inscrevesse, pois como morava no Estado de Minas Gerais viriam juntos, o que tornaria os custos da viagem mais baixos, além de servir como mais um motivador.

Em sua trajetória na universidade não obteve muito referencial teórico sobre temáticas referentes à educação no Brasil. Nas palavras dela,

Na verdade, o curso de História, ele... O meu curso ele é Bacharelado e Licenciatura, quando eu fiz esse curso, ele ainda era muito voltado para a questão acadêmica. Então a discussão de licenciatura era bem rasa e existia certa discriminação por parte dos professores gerais, que não valorizavam a carreira da educação (ibidem, p. 192)

Embora houvesse pouca ênfase nas discussões sobre temáticas educacionais, ela aponta que ao longo da sua formação acadêmica se formou uma “consciência política” e, conseqüentemente, sempre reforçava a importância da educação e do acesso ao conhecimento. Mesmo os professores universitários não valorizando a carreira no magistério, ela se recorda de sempre ter discutido “a importância da boa formação e como que a educação tem esse lado transformador, lá na linha Paulo Freire e tudo mais”. Mas foi por meio do seu ingresso na rede estadual de São Paulo, como professora, que ela passou a obter mais conhecimento sobre a profissão. Ela aprendeu a atuar como professora na medida em que se imbricava na sala de aula.

3.2. A trajetória com o sindicato.

A trajetória de cada docente no sindicalismo possui características próprias que apontam para a singularidade de cada encontro com a instituição sindical e as relações que são desencadeadas a partir disso. Entender como cada um desses professores conheceram a Apeoesp são informações que permitem mapeá-los melhor

e termos mais facilidade na compreensão das suas falas. Ressalta-se que o objetivo aqui não é analisar palavra por palavra dita pelo professor grevista na conversa.

Leila

A professora Leila não pertencia a uma família que possuía como a hábito discussão política ou mesmo relacionada à política trabalhista. Essas discussões passaram a ser vivenciadas por ela após um período já ingressado no mundo do trabalho como professora após ter se tornado docente concursada na rede estadual, “de namoro”, entre ela e a Apeoesp. Segundo ela:

Então, eu comecei a entrar no movimento e em 1989 teve uma greve muito grande, eu trabalhava em uma escola que tinha uma diretora que chamou a atenção da gente: ‘nós vamos fechar a porta da escola’, foi um movimento inverso e ali eu comecei a entender o que era a APEOESP, o que era o sindicato, o que era o movimento dos professores (ibidem, p. 170)

A vivência política da professora Leila surgiu em um período de reabertura política, ou seja, em que os sindicatos e os partidos políticos gozavam de uma liberdade de mobilização que lhes havia sido ceifadas nos anos ditatoriais. Foi um período efervescente para a história política brasileira e também para a história sindical do país. Toda essa atmosfera criou um cenário ímpar para a trajetória e formação sindical da professora.

A partir de 1989, na cidade de Limeira, os próprios professores passaram a se mobilizar para criar um subsede do sindicato Apeoesp. Esse movimento teria um impulso maior ainda com a greve dos professores ocorrida em 1989, cuja mobilização durou 80 dias. Segundo Leila sobre sua participação nessa greve: “De 1989 eu ficava mais miúda né, estava fazendo letras eu ia estudar para aproveitar, meio que não participava, eu participava das assembleias não deixava de ir a nenhuma, teve muita assembleia no Trajano Camargo, no pátio do Trajano” (ibidem, 173). Mesmo não participando de todos os atos e reuniões ela havia aderido ao movimento e participava das assembleias deliberativas ocorridas na escola Trajano Camargo.

O interesse nas discussões sobre política trabalhista no campo educacional e sua proximidade com o sindicato de professores Apeoesp surgiu a partir da greve de 1989. Como apontado por ela:

É, eu não participava... Não ia à APEOESP com tanta frequência assim, mas o interesse surgiu daquela greve de 1989, eu ouvia todos aqueles discursos, como eu fiz hoje. Fiquei lá para prestar a atenção no discurso, porque eu

sempre gostei e surgiu dali, aí em 1992, eu era PEB II, não em 1994 eu viro PEB II, em 1992 eu era PEB I e me aproximei muito da APEOESP, fui ser RE, me candidatei, me filiei e a minha formação se deu dentro do sindicato, dentro da organização do sindicato a formação política (ibidem, p. 171).

Percebemos o quanto o sindicato e as mobilizações em prol de melhores condições de trabalho e mais investimento na educação foram determinantes para a trajetória profissional da professora Leila. Seu vínculo sindical foi criado em seus primeiros anos de docência e foi a partir dessa relação que ela amadureceu profissionalmente, por meio das formações que fora participando. Pode-se constatar essas mudanças na maneira como a própria professora menciona suas experiências. De acordo com ela, as lembranças que ela possui das assembleias ocorridas no pátio da escola:

(contava) com professores, estavam todos sentados, eu me lembro da Ana Teresinha, do Mauro falando no microfone, muito legal essa cena, não tenho foto disso e a gente já via uma a outra e dava um tchauzinho, mas assim bem miúda, bem pequena, em 1989. Agora a de 1993 não, de 1993 eu entrei de cabeça, não perdia São Paulo, ia fechar escola, entrava nos comboios de fechar escola, entrava na sala dos professores e falava já.

[...]

Sim. Foi um entusiasmo, um ânimo, um ápice. Em 1993 estoura uma greve gigantesca de 89 dias, se eu não me engano 89 dias. Foi uma greve que mobilizou muita gente, porque nós estávamos em um processo de municipalização do ensino, plano de decenal, meta a bater de 10 anos, o final da categoria essa discussão a gente fazia em 1992, 1996 a questão da categoria O, porque eles já tinham um projeto de terminar com o professor, então eu digo muitos professores que estão aí e que não são O e são F, se dá a luta de classe.

[...]

Isso, em 1993 a briga era essa, não tinha salário. Estava vindo um negócio que era futurista e que a gente estava falando vai acontecer, se a gente deixar acontece já. (ibidem, p. 172)

Os trechos da fala de Leila evidenciam as mudanças que houveram na relação da professora com o sindicato, transparecendo outra postura num momento de embate grevista entre o sindicato e a SEE-SP, como foi o caso de da greve de 1993. O ânimo que ela expõe na fala e que sentia no período revela o envolvimento afetivo-sentimental com o movimento grevista. Como a própria Leila ressalta, essas modificações que ocorreram nela devem-se muito à formação política ao qual foi submetida na medida em que frequentava e vivenciava o sindicato.

Ao longo da trajetória sindical de Leila, ela ocupou vários espaços na instituição Apeoesp. Desde sua filiação ao sindicato ela já foi Representante Estadual do Sindicato na escola em que lecionava, conselheira regional do sindicato pela subsede

de Limeira-SP e coordenadora geral da subsede do sindicato pela subsede de Limeira. Sua atuação fez com que ela se tornasse uma pessoa conhecida entre os demais professores do município, essa popularidade fez com que ela conseguisse obter um nicho de votos que a tornaram vereadora municipal da cidade de Limeira, pelo Partido dos Trabalhadores, entre os anos cuja principal bandeira e foco de atuação consistiam na Educação.

Entretanto, para além da característica formativa que o sindicato possui e que é considerada importante por Leila – ela participou de congressos da CUT, da APEOESP, de ações formativas –, há outra característica que o sindicato possui: de propiciar a aglomeração de pessoas. Nas palavras dela: “Eu digo que a formação sindical se dá, tanto na questão de lógica, tanto na questão de relação pessoal. Precisa ter relação pessoal para ter cumplicidade, eu sei o que você está passando e sei que você está duro e também te entendo, entendeu?” (ibidem, p. 173)

O sindicato como um espaço que aglomera pessoas e que cria laços de cumplicidade entre elas é uma das funções, para Leila, de qualquer instituição sindical. Aliás, o sindicato é formado por pessoas, por trabalhadores. São os trabalhadores que constroem o sindicato e não o contrário. Esses trabalhadores estabelecem relações de solidariedade, cumplicidade e amizade entre si por possuírem uma dada realidade laboral e material em comum.

Nesse sentido, ao longo da conversa Leila salientou que para ela há uma mudança na categoria de docentes, nas condições financeiras e de existência material. Essa modificação tem consequência no sindicato. Para Leila, não foi o sindicato que mudou, mas a categoria. Os baixos salários fazem com que os professores passem a trabalhar mais para aumentar sua renda. Ao aumentar a jornada semanal o tempo livre diminui e, conseqüentemente, diante da ausência de tempo o sindicato não é frequentado como um espaço de encontro da categoria, mas para solucionar problemas pessoais relacionados a judicialização de problemas trabalhistas.

Ítalo: você é referência da APEOESP, você sente mudança quando você inicia para a APEOESP de hoje em dia, do sindicato?

Leila: Eu sinto a mudança da categoria.

Ítalo: A categoria reflete no próprio sindicato.

Leila: É. Se não tiver categoria não tem sindicato, então quando o professor passa a ganhar muito pouco, ele tem uma jornada extensiva, ele passa a trabalhar manhã e noite, sobra pouco tempo para ele frequentar o sindicato,

sobra pouco tempo para ele ler alguma coisa, sobra pouco tempo, sobra pouco tempo para fazer o que nós dois estamos fazendo hoje (ibidem, p. 177)

As péssimas condições de trabalho e os salários precários acabaram diminuindo o tempo livre de professores. Afinal, o tempo livre que poderia ser utilizado para estudar, refletir sobre a profissão, passou a ser utilizado para aumentar sua renda econômica, resultando na falta de tempo. Diante desse cenário, o sindicato dos professores passa a ser menos frequentado por seus afiliados. Entretanto, mesmo diante desse cenário Leila consegue ter uma visão otimista quanto ao futuro do sindicato.

Para ela o sindicato é formado pelos trabalhadores, nesse sentido, mesmo que a instituição sindical feche suas portas ainda haverá trabalhadores lançados em condições trabalhistas. Como Leila mesmo ressalta sobre as mobilizações docentes numa eventual falência da Apeoesp: “Elas irão se dar do mesmo jeito. A APEOESP não habita em um prédio, a APEOESP está dentro de você” (ibidem, p. 182). Além disso, ela acredita que para o futuro, embora haja uma piora nas condições de trabalho, uma degradação da imagem do professor o sindicato vai seguir existindo:

O sindicato vai ter um esforço danado para de novo fazer o professor entender que aquele espaço é dele, apesar de que eu acho que haverá uma corrente inversa, muitos vão se aproximar do sindicato agora, muitos de nós. Eles vão tentar bater, matar, mas eu acho que vem uma leva que está meio distante, que ela vem e se apropria do sindicato. (ibidem, p. 184)

Através da trajetória sindical da professora Leila consegue-se observar como a vivência sindical promove modificações no indivíduo, não apenas propiciando um espaço formativo sobre questões relacionadas às políticas educacionais ou ao mundo do trabalho, mas permite a criação de laços afetivos a partir dos encontros desencadeados com companheiros de profissão que partilham os mesmos anseios e angústias e por isso se reconhecem, se solidarizam, criam uma cumplicidade.

Jaqueline

A professora Jacqueline, ao ingressar no magistério, tinha pouco conhecimento sobre o sindicato dos professores ou mesmo sobre assuntos relacionados à política educacional. Seu conhecimento sobre política era resultado de “uma coisa lida aqui, outra ali”. Nem mesmo durante seu curso universitário de graduação em Química esse aprofundamento foi intenso. Ela atribui a pouca discussão sobre educação e política em sua graduação ao fato de seu curso ser da área de ciências exatas. Segundo ela,

“Porque a minha área é de exatas, até se a gente for... No máximo que eu tive foram algumas disciplinas falando da didática, dos pensadores, mas bem assim enxugado, não tive nada, nada” (ibidem, p. 188).

O conhecimento que adquiriu sobre esse assunto se deu através do contato com outros professores e da relação que criou com o sindicato. Conhecer a Apeoesp foi adentrar a um mundo novo, cujos assuntos abordados ali não faziam parte do seu cotidiano. Esse contato foi possível após começar a lecionar em uma escola da região central de Limeira e conhecer professores, qualificados por ela mesma como “engajados”. Como essa escola possuía em seu corpo docente bastante “professores engajados” ela passou a aderir às paralisações trabalhistas com eles. Conforme dito por ela:

Então foi assim, na escola Brasil tinha uns professores lá bem engajados, aí eles falaram ‘vamos participar dessa greve’, aí eu falei: ‘mas como que é?’ Eles disseram: ‘vamos lutar pelos nossos direitos lá, depois a gente repõe’. Aí eu falei: ‘então tá’. Assim, sem ter muito conhecimento, só por saber de estar lutando por algo, eu falei ‘vamos’. Aí nas primeiras vezes que eu não fui pra São Paulo, porque eu tinha medo, porque antes eu fazia paralisação, mas não tinha tido greve, foi quando eu estava dando aula lá no Brasil (escola), eu participava. ‘Ó, vai paralisar?’ ‘Vamos para São Paulo?!’ Mas eu não ia porque tinha receio, isso em 2007, segundo ano que eu estava na sala. Eu falava: ‘ir lá, não irei’; não conheço São Paulo direito aí eu tinha receio. Mas, depois que você vai uma vez... você vê aquele monte de professor lutando, aí você quer ir sempre. (ibidem, p. 186)

Foi a partir de sua atuação nessa escola que sua relação com o sindicato passou a ser criada e que ela passou a compreender melhor suas condições de trabalho por meio de uma discussão política. Até o imaginário da cidade de São Paulo, antes preenchido com medos e receios, foi substituído pelas sensações e sentimentos que vivenciou nos atos ocorridos nas paralisações sindicais.

Estar lutando, ou seja, em meio a um movimento em prol de mudanças e de defesas foi o que despertou o interesse de Jaqueline em se aproximar do sindicato. Nesse sentido, não se sentir só foi algo que a fez se aproximar do sindicato. Novamente, pode-se elucidar a abordagem do sindicato como ponto de encontro do trabalhador. No sindicato se encontram pessoas que estão em certa medida lançadas em situações similares e por isso se entendem.

A proximidade com a Apeoesp fez com que ela adquirisse um conhecimento sobre política que ela não possuía. Essa trajetória no sindicato vai sendo construída por ela através dos atos em que ela decide participar ativamente com o sindicato. Uma

dessas decisões, por exemplo, consiste em suas idas para a Brasília em ônibus fretado pelo sindicato. Essas decisões são tomadas por gosto, segundo ela:

J: Olha, eu gosto, participo. A gente não ganha nada, as pessoas pensam que ganham, eu já fui para Brasília, né.

Ítalo: Já foi para Brasília?

J: Já, já. Acho que em 2010 a do pré-sal, aí nós fomos quando a Dilma ia votar uma MP que era da previdência, mas acabou não votando e depois uma outra agora... a última...

Ítalo: Doze horas daqui até Brasília?

J: Sim, doze horas, batidão vai e volta. Mas voltado sobre a minha relação com o sindicato, eu participo porque eu gosto, nós não somos remunerados nem nada 'ah vocês estão ganhando para ir lá?', não! É por gosto mesmo (ibidem, p. 186).

O envolvimento de Jaqueline com o sindicato é repleto de sentimentos e uma disposição em estar presente. Além das viagens até Brasília, ela é representante do sindicato em sua escola, ou seja, atua como porta voz da instituição na escola em que trabalha. Assumir essa posição e desenvolver as funções de transmissão de informes sindicais é algo difícil. A dificuldade consiste não no ato de falar, mas em conseguir mobilizar os professores ao processo de escuta, são muitos professores. Contudo, todo esse envolvimento não a atrapalha de ser uma “pessoa questionadora”, conforme sua própria descrição. De acordo com sua vivência e leitura de mundo, de modo geral, os professores estaduais não apreciam muito o sindicato Apeoesp, pois:

É porque assim, primeiro que os colegas não olham com bons olhos, até porque se a gente for vê, tem toda aquela coisa, o pessoal associou muito o Sindicato ao PT (Partido dos Trabalhadores) e o nosso, antes desse antipetismo que a gente está vendo né, que nós estamos vendo antes, o pessoal associava muito e, se a gente for vê, o nosso, da APEOESP tem uma influência grande, forte então assim o pessoal tem muito preconceito, pensa que é coisa de baderneiro, ah... o que eles pensam da esquerda... (ibidem, p. 187)

O trecho relatado por ela aponta para como a categoria docente observa o sindicato Apeoesp e seus vínculos com o Partido dos trabalhadores (PT), isso antes mesmo da onda antipetista que assolou o país pós eleições de 2014. Os rótulos atribuídos à instituição afastam o professorado de participar de um espaço que é seu, que funciona a partir das demandas dos trabalhadores e que só existe para proteger direitos. Entretanto, como desconstruir os rótulos, diminuir barreiras e trazer os trabalhadores para o espaço sindical não é apenas um problema vivenciado pela Apeoesp, mas por quase todas as instituições sindicais no país.

Uma constatação que a professora Jaqueline relata sobre a maneira como os professores se relacionam com o sindicato é interessante e nos possibilita mais informações para observar com cautela a complexidade dessa dinâmica. Segundo

ela, muitas vezes, “você vai falar, vai passar recado e eles [professores] acham que, se pagam o Sindicato, o Sindicato tem que fazer tudo, sabe assim ‘eu tô pagando, eu não preciso fazer nada, não preciso protestar, não preciso fazer nada, não preciso paralisar” (ibidem, p. 187).

A vivência partilhada pela docente evidencia que os professores possuem uma visão sindical pautada nas suas relações estabelecidas com o mercado. Percebemos que os professores estendem sua postura de consumidor de serviços ao sindicato. Nesse sentido, como cliente ele não tem que participar das decisões sindicais, ele não deve protestar por nada, afinal, ele paga e quer usufruir do consumo. Entretanto, o sindicato não é uma instituição caracterizada por prestar serviços, ele não funciona como um escritório de advocacia em que você recorre e paga por um profissional para desempenhar uma função. O sindicato e sua capacidade de conquistar direitos para os trabalhadores, ou mesmo sua capacidade de não perder direitos, advêm da presença e participação dos trabalhadores em mobilizações sindicais.

Para a professora Jaqueline há consequências em seu relacionamento com os outros professores. Por ser representante sindical algumas inimizades foram criadas entre ela e alguns professores que se limitam até em falar com ela. Ela justifica a postura que esses professores possuem sobre o sindicato apontado a falta de formação política dos primeiros e a falta de promoção de cursos formativos da instituição.

Esse distanciamento entre professores e sindicato é resultado, para Jaqueline, da falta de tempo na vida corrida dos professores. A própria jornada de trabalho semanal dela exemplifica essa falta de tempo disponível para estudar, se inteirar sobre política ou mesmo frequentar mais o sindicato. No ano de 2018 ela possuía 40 aulas semanais e 4 reuniões pedagógicas (ATPC) divididos entre três escolas distintas. Para além das horas trabalhadas, há o tempo de locomoção e de preparo para o trabalho, itens que diminuem ainda mais o seu tempo disponível para execução de outras atividades.

Embora Jaqueline não aponte que os professores trabalham mais para conseguirem aumentar os seus vencimentos tendo como consequência a diminuição do tempo livre, a ausência de momentos de reflexão oriundas pela jornada de trabalho é um componente importante, para ela, e que ajuda a compreender o distanciamento

da categoria do sindicato. Nesse sentido, até mesmo os cursos de formação ou atividades culturais do sindicato mobilizam poucas pessoas, pois ocorrem em momentos de tempo livre em que o professor exausto deve priorizar o que fazer.

O distanciamento da categoria do sindicato faz com que se popularize entre o próprio professorado a ideia de que a instituição é de cunho político partidária, ou seja, petista. Segundo Jaqueline, há uma relação de proximidade do sindicato com o PT, afinal “APEOESP é filiada à CUT, a CUT é petista, a ex-presidenta do nosso sindicato é filiada ao PT” (idem, ibidem). Os elos de proximidade existem, mas isso não significa que há um monopólio de ideia e que esse seja partidário. Conforme ela, “o pessoal não sabe que dentro do sindicato tem tendências, aí tem a parte partidária também, são pessoas que fazem parte de partidos políticos” (idem, ibidem).

O desconhecimento da maioria do professorado da própria dinâmica sindical e as disputas políticas que existem no seu interior é encarado por Jaqueline como uma alienação, gerada pelo distanciamento que existe entre sindicato e professores, consequência da falta de tempo dos trabalhadores. A perspectiva para as condições sindicais e docentes para o futuro não são positivas. Para ela, a extrema direita vive um momento de ascensão política que não é restrito ao Brasil, mas algo mundial. O crescimento desse movimento político e a chegada dele ao poder diminuirá ainda mais a capacidade de mobilização dos trabalhadores.

Valéria

A professora de história Valéria, antes de ingressar na rede, em 2004, já havia passado por outras organizações de militância política, ou seja, não foi o sindicato que a introduziu no debate político, mas o movimento estudantil do qual fazia parte enquanto foi estudante da Universidade Federal de Uberlândia. Lembrando-se de como se deu sua relação com o sindicato de professores, ela nos contou que se filiar foi uma das primeiras ações que fez após se mudar para a cidade de Limeira-SP e tornar-se professora.

Segundo ela:

Só sei que assim que eu cheguei uma das primeiras coisas que eu fiz foi me filiar ao sindicato porque eu achava que no sindicato... Porque aí eu ia deixar de ser estudante universitária de movimento estudantil, que era um movimento de segunda categoria na minha cabeça na época, aí sim ia ser uma trabalhadora, e, aí sim eu iria ter legitimidade na luta política, porque eu ia ser assalariada e tudo mais. Só que eu cheguei e na primeira assembleia da APEOESP, eu quase surtei, eu quase surtei, porque eu achei muito ruim

o nível da discussão, foi um choque. Porque aí, quando eu era estudante eu falava 'nossa, eu não sou nada, sou uma bosta porque eu não sou trabalhador e nem produzo, e, eu estou aqui fazendo o movimento achando que eu sou alguma coisa, não! O movimento é MST, movimento é os operários fechar a fábrica, isso que é movimento', mas quando eu cheguei no sindicato eu pensei 'nossa, agora eu vou militar', eu fiquei bem frustrada, achei o nível da discussão baixa, aquelas disputas no palanque, disputas das correntes dentro do sindicato que refletiam as disputas dentro do partido, principalmente o PT (APÊNDICE, p. 193).

O fato de já estar inserida numa organização em que há não só debate político, mas também disputa política, possibilitou que a professora tivesse uma ampla experiência com organizações políticas. Ao chegar ao sindicato com suas expectativas sobre sua futura militância houve uma frustração com o que encontrou e passou a vivenciar. A sua filiação à Apeoesp faz com que ela observasse uma realidade distante da que uma militante do movimento estudantil universitário, no Estado de Minas Gerais, havia imaginado.

A constatação de uma realidade sindical tão diferente fez com que a professora se lançasse em um processo de reflexão visando compreender o que ocorria. Para ela, há um distanciamento do sindicato de sua base, ou seja, dos professores. Esse distanciamento não é amenizado nem mesmo com o fornecimento de curso formativos feito pela instituição disponibilizados para a categoria. Segundo ela:

eu sinto muita carência daquela formação de curso mesmo, de oferecer cursos de acordo com as demandas, com as necessidades e ultimamente o sindicato, pelo menos aqui, eu sei que ele oferece curso, mas no sentido assim, vai ter um concurso, aulas para concurso coisas nesse tipo. E aí, rola uma cobrança no sentido de quando tem greve e paralisação rola uma cobrança de que as pessoas façam, simplesmente. Como se não houvesse que ter um trabalho de base, para que serve o sindicato sem as discussões? É lógico que eu sei também que tem o outro lado de pessoas que não se mobilizam para, né? Até porque, se existisse muitas pessoas mobilizadas para o sindicato mudar, talvez ele já estivesse mudado, então é uma falha de dois lados, não é uma coisa assim, mas eu vejo que da forma como o sindicato está hoje, eu cobro isso desde quando eu me filiei, curso de formação... São coisas recorrentes, sabe? Que a gente vive falando sempre que tem a oportunidade. (ibidem, p. 193)

O trecho acima soa como um desabafo da professora sobre o sindicato. A ausência da preocupação sindical em realizar um trabalho de formação em sua base incide diretamente na sua capacidade de mobilizar professores durante uma greve. O distanciamento da base não é algo notado apenas por Valéria, mas Jaqueline também apontou esse distanciamento e enfatizou o fato do sindicato não ser bem visto pelo professorado.

Embora Valéria realize inúmeros questionamentos ao sindicato, ela mantém uma relação de proximidade com a instituição. Participa de paralisações, já aderiu a três greves, vai às assembleias e mantém uma relação amigável com os indivíduos que administram o sindicato na subsede de Limeira. Mesmo a instituição não sendo da maneira como ela imaginava na época em que era estudante e se sentindo muitas vezes decepcionada, há ganhos nessa relação, como: amizades, conhecimento e amadurecimento do debate.

Ao longo dessa trajetória no sindicato e da sua atuação como professora, muita observação e reflexão foi realizada. Nesse processo, ela pode notar a relação que os demais professores possuíam com o sindicato. Na visão dela, inúmeros professores são filiados à Apeoesp como um modo de segurança para futuras eventualidades jurídicas, ou seja, muitos professores se filiam e ficam filiados ao sindicato para poderem usufruir dos serviços jurídicos garantidos pela instituição caso necessitem. Nesse sentido, o elo que prevalece e que é nutrido é estritamente individual. Sua característica de instituição feita para preservar e ampliar direitos para a categoria, enfatizando seu aspecto coletivo e agregador, é substituído pela redução do aparelho sindical a uma espécie de escritório de advocacia ou de assessoria jurídica, que cuida de particularidades na vida trabalhista do professor.

Para Valéria, o serviço de assessoria jurídica do sindicato seria um dos elos existentes na relação da instituição com o professorado. Mas há também, segundo ela, muita depreciação da instituição pelos professores. Em seu cotidiano, ela comenta:

Eu escuto muitas pessoas dizendo 'esse sindicato é uma vergonha', mas eu acho que essas frases estão muito ligadas a ideia de que o sindicato é um sindicato de esquerda, ligado ao PT e tudo mais, porque a grande maioria das pessoas que dirigem o sindicato hoje fazem parte do PT e, por uma questão de contexto político que existe essa demonização do PT, as pessoas colocam o sindicato nesse balaio aí. Mas a legitimidade do sindicato enquanto organização política para a categoria, eu acho que não, porque o sindicato não representa a categoria na maioria; por que que não representa? Porque o sindicato, ele tem uma vertente bem explícita, e muito explícita até, e a televisão mostrou que o sindicato está declaradamente apoiando o Lula, defendendo. Eu não estou discutindo o mérito da questão, eu estou dizendo que, declaradamente, ele está apoiando o Lula e o movimento Lula Livre e pela experiência que eu tenho com a categoria, a categoria em si não necessariamente defende isso (ibidem, p. 194).

A maneira como as discussões de cunho partidário político estão presentes no interior do sindicato, segundo a professora, afasta uma parcela do professorado. Seja

por não compactuarem com os ideais do partido ou por não concordarem que haja partidos na instituição. Nesse sentido, o sindicato agrega pessoas que possuem um pensamento, na medida do possível, convergente ao pensamento sobre a sociedade por um viés social de cunho político de esquerda. Logo, trabalhadores que por alguma razão não se identificam com esse pensamento acabam se afastando da instituição, se aproximando dela, quase sempre, por interesses particulares individuais, como ter acesso ao setor jurídico caso necessite. Para Valéria, o sindicato não possui legitimidade perante a base, pois a maioria dos professores que compõem a categoria docente possuem ideais que são opostos aos defendidos pela Apeoesp.

As observações apresentadas pela professora possibilitam outra entrada para compreender a relação entre professores e sindicato. O distanciamento entre ambos não se dá apenas pela falta de tempo, consequência da precarização da carreira docente e dos baixos salários, mas se associa a posicionamentos ideológicos-políticos que são opostos.

Diante deste cenário, os cursos formativos cumpriram, segundo a professora, uma dupla função: **1)** seria uma ação sindical que faria com que os professores passassem a frequentar o sindicato; **2)** os cursos propiciaram um momento de formação ao docente, o que possibilitaria o sindicato disseminar entre a categoria conhecimento sobre política, política educacional, história da educação.

Todas essas observações realizadas por Valéria são frutos de um processo no qual ela esteve lançada durante anos. Seja como professora na sala dos professores, seja como representante sindical na sua escola, ou mesmo participante das reuniões realizadas na Apeoesp. O atual cenário político do país lançou o sindicato dos professores a uma situação delicada, pois há um avanço do ideário neoliberal na educação e ao mesmo tempo inexistente uma discussão de cunho político e educacional entre os professores. Tal cenário faz com que a professora aponte que o sindicato – ao se posicionar sobre temas polêmicos como ser favorável ao “Lula Livre” – tem atuado de forma arriscada. Afinal, o posicionamento distinto da categoria tem como efeito aumentar o distanciamento entre ambos. A desfiliação, para ela, apenas não ocorre porque a grande maioria dos professores filiados, mesmo não concordando com os posicionamentos do sindicato e não partilhando dos mesmos ideais políticos, mantém a filiação para terem acesso ao serviço jurídico do sindicato, caso seja necessário.

Entretanto, mesmo sendo receosa com relação à postura do sindicato e os eventuais danos à entidade, ela o apoia. O contexto político atual é um cenário de “tudo ou nada”, pois há um interesse político na destruição da Apeoesp, por se tratar do maior sindicato de professores da América Latina. Conforme apontado por ela:

Ítalo: Qual é o interesse do PSDB no sindicato? Se é que existe algum?

Valéria: Não, ele não tem interesse no sindicato. Ele tem interesse em destruir o sindicato, porque o sindicato tem muita grana, primeiro lugar. Primeiro lugar é o maior sindicato da América Latina, eu não sei nem quanto eles arrecadam, então é uma máquina forte, e eu acho que o sindicato, como que ele está declaradamente nesse campo e... Talvez se eu tivesse na direção do sindicato hoje eu faria a mesma coisa tá, diante do contexto, eu não estou falando assim ‘ó como eles são’.

Ítalo: Você fala partir para a guerra, né?

Valéria: É, porque é tudo ou nada. Porque o que o sindicato faz hoje, é um risco muito grande para a entidade, se você... Eu tenho uma visão que a grande parte dos filiados, não tem o esse ideal político, se você explicitamente fala ‘estou desse lado’, o risco de desfiliação em massa é gigante, mas se não houve essa desfiliação em massa é porque isso confirma a hipótese de que as pessoas veem aquilo como um departamento jurídico apenas. Porque se fosse uma questão política, já teria desfiliado todo mundo, todo mundo, não! Pelo menos uns 40% (Ibidem, p. 198).

Ao expor suas observações a respeito do sindicato nota-se que foram construídas ao longo de toda sua relação com a entidade, que é concomitante ao seu ingresso no magistério, em 2004, após se mudar de Uberlândia-MG para Limeira-SP. Embora Valéria realize inúmeros questionamentos ao sindicato, ela mantém uma relação de proximidade com a instituição: participa de paralisações, já aderiu a três greves, vai às assembleias e mantém uma relação amigável com os indivíduos que administram o sindicato na subsede de Limeira. Mesmo a instituição não sendo da maneira como ela imaginava na época em que era estudante e se sentindo muitas vezes decepcionada, há ganhos nessa relação, como: amizades, conhecimento e amadurecimento do debate.

Pedro

Durante a faculdade de história, na Unesp *campus* Franca, Pedro já tinha ouvido sobre o sindicato de professores Apeoesp, mas nunca tinha participado de nenhum tipo de ato coordenado pela entidade. Sua relação com a Apeoesp foi criada após ele fazer amizades com um grupo de professores que trabalhavam com ele, em uma escola da região central de Limeira, e que eram filiados. Desde o momento em que se filiou, passou a atuar no sindicato. Já foi representante do sindicato em sua escola, também atuou como conselheiro sindical da subsede de Limeira-SP,

participou de inúmeras atividades sindicais e realizou algumas greves ao longo de sua trajetória pelo sindicato.

A vivência de Pedro tanto no sindicato como na sala de aula propiciou a ele um amplo repertório para refletir sobre a relação Apeoesp e professores. A reflexão de Pedro centra-se na maneira como os professores se veem e, a partir disso, travam sua relação com o sindicato. Para ele, a categoria não se vê como uma classe de trabalhador, mas como um profissional intelectualizado. A consequência dessa autoimagem no professorado resulta no afastamento deles do sindicato.

Para Pedro, um dos motivos que ajudam a compreender a não visualização dos professores como classe reside na divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal. Muitos professores, para Pedro, acreditam que são intelectuais e, por preconceito, se distanciam de tudo aquilo que remete ao trabalho braçal. Para o professor, além desses docentes terem “muito ego” e se denominarem como intelectuais, eles não percebem as condições de trabalho ou mesmo não se visualizam como um profissional que vende sua força de trabalho. Essas características dificultam que se vejam como constituintes de uma categoria.

Outra observação pontuada por Pedro diz respeito à maneira como uma parcela dos professores filiados ao sindicato agem. Assim como Valéria, ele também nota que uma parcela da categoria que é filiada ao sindicato reduz sua participação na entidade a efetivação da contribuição mensal. Segundo ele:

as pessoas acham que o único fato de fazer o pagamento da contribuição, contribuir mensalmente com o sindicato, só isso basta, que isso faz o sindicato. Uma fala que eu acho bem interessante é ‘olha o sindicato não é feito de paredes’, o sindicato somos todos nós. Se o sindicato não é feito de parede precisa contar com a força dos associados. Não adianta eu pagar a minha mensalidade, minha contribuição sindical todo mês e, quando o sindicato me chamar para uma assembleia, eu não vou, quando ele me chamar para uma manifestação, eu não vou, quando ele me chamar para uma greve, eu não vou. Então fica complicado, entendeu? O sindicato, ele consegue coisas quando ele tem força, e quem da força ao sidicato são os associados (APÊNDICE, p. 209).

A ausência de participação dos docentes na dinâmica sindical faz com que a entidade tenha dificuldades nas atividades que buscam reivindicar direitos. Afinal, como nem todos aderem aos chamados nas atividades do sindicato as mobilizações ficam com sua expressividade comprometida.

Nesse sentido, ele pontua que há uma divisão entre os professores que são filiados ao sindicato: os sindicalizados e os não sindicalizados. Nas palavras dele,

Mas, aí a gente tem que ver o seguinte: quantos por cento do professorado, não aquele que paga a contribuição sindical mensalmente porque pagar a contribuição sindical mensalmente não significa que você é sindicalizado, significa que você pode ter garantido alguns direitos dentro do sindicato, em lutas de causas trabalhistas, por exemplo, quando ela é judicializada, certo? Mas, isso não vai garantir para você, que você é sindicalizado. Quantos por cento da sua escola ou não, da sua escola, das escolas como um todo, da cidade de Limeira, é sindicalizado? Porque inclusive, eu vou falar para você, nem todos os professores que estão no sindicato e que participam das reuniões de RE e que são esclarecidas as pautas... Há uma tentativa de alguma formação nesses momentos, nem todos que estão lá dentro são pessoas que estão sindicalizadas, que são sindicalizadas (APÊNDICE, 211).

Ou seja, na perspectiva de Pedro, entre os filiados há os que participam mais do sindicato, interagem com nos debates propostos, compreendem os posicionamentos da entidade e aderem às atividades sindicais e os que, mesmo indo para as atividades como reuniões de professores representantes sindicais (RE)⁴⁰, não são sindicalizados. Mesmo existindo tentativas de formação política em algumas atividades sindicais, alguns professores mesmo estando de corpo presente não se deixam envolver.

Nesse sentido, o que Pedro aponta é que até entre os próprios filiados há uma parcela que não possui interesse com as questões levantadas pelo sindicato, porém nutrem essa relação por motivos particulares e individuais. Para o professor isso revela não apenas a falta de formação política de uma parcela da categoria, mas também como ignoram essas discussões e optam em não participar ou saber sobre. Nas palavras dele:

a questão da falta de formação, falta de entendimento, né, inclusive da classe, da categoria de professores, com relação a questão política, o entendimento político, o entendimento de como é a estrutura do estado, de como o estado funciona, muitos deles ainda não sabem e alguns nem querem saber. Vivem alienandos e gostam de viver em um mundo cor de rosa. Mas é assim que

⁴⁰ Os professores que são representantes do sindicato realizam reuniões propostas pelo sindicato. Nessas reuniões são transmitidos informes do sindicato e também é realizada uma análise de conjuntura política. Conforme exposto pela professora Jaqueline, em nossa conversa, muitos professores optam por ser RE para conseguirem abono de ponto no trabalho. Afinal, quando ocorrem as reuniões de RE os professores que cumprem essa função não precisam ir ao trabalho para poder ter tempo de participar desse encontro. Como a rotina de trabalho de um professor é exaustiva, muitos decidem ser RE para conquistarem o direito desse abono de ponto durante as reuniões sindicais de RE. Destaca-se que para ser RE, todo início de ano os professores interessados se candidatam em sua escola e passam por um processo de votação entre os professores dessa unidade. O mais votado torna-se professor RE. Entretanto, como são poucos os professores interessados em ser, muitas vezes, não é necessário nem mesmo votação. Isso implica que muitos professores acabam tornando-se RE interessados no abono de ponto e não por um comprometimento com o sindicato ou um envolvimento com as atividades que ele propõe.

funciona, assim como acontece na categoria dos professores, acontece no resto da sociedade. (ibidem, p. 211)

O fato de alguns professores optarem por não querer compreender as questões políticas que norteiam a educação na rede estadual é tratado pelo professor como uma opção para continuarem vivendo alienados. Entretanto, essa postura que uma parcela do professorado adota, segundo o professor, pode ser vista também no restante da sociedade.

A reflexão que Pedro estabelece sobre a relação do professorado com o sindicato sinaliza para o interesse que os docentes possuem em se envolver e compreender questões políticas. Afinal, o sindicato para ele é um espaço político e muitos professores não querem debater política. Logo, “como trazer para o debate alguém que não quer participar dele?” é uma questão que a fala de Pedro permite elaborar, mas que não é possível de se responder. Mas mesmo com essa visão ele carrega um pouco de otimismo com relação ao futuro da categoria e do sindicato: “Olha, ainda existe dentro da categoria muita gente que ainda tem capacidade para essa luta, para buscar isso, entendeu? Então eu quero acreditar que sim, mesmo o sindicato tendo saído enfraquecido da greve, porque isso é uma fato!” (ibidem, p. 217)

3.3. A greve de 2015

Nas linhas a seguir será exposto como os professores Leila, Jaqueline, Valéria e Pedro vivenciaram a greve, as lembranças que eles guardam do movimento e suas percepções hoje, passados alguns anos, sobre o significado do acontecimento.

Leila

Durante sua trajetória, Leila realizou inúmeras greves, sendo a primeira em 1989. Entretanto, nessa greve seu envolvimento foi apontado como tímido devido ao seu pouco envolvimento na mobilização. Afinal, nesse ano embora fosse professora da rede estadual ela também cursava a faculdade de letras. O tempo que permaneceu em greve durante o ano de 1989 foi utilizado para privilegiar os estudos. Contudo, ela frequentava as assembleias regionais ocorridas no pátio da escola Trajano Camargo.

A primeira greve em que ela participou ativamente, ou seja, participando de todos os atos, realizando comando de greve, indo para protestos, debatendo em assembleias, foi a de 1993. Essa greve permitiu que ela conhecesse várias pessoas que hoje são bem próximas à dela. Isso faz com que o evento seja lembrado sempre com um sorriso no rosto.

Por conta do seu envolvimento intenso com o sindicato, a professora consegue ter muitas impressões sobre o que é uma greve e os motivos que levam professores aderirem ao movimento. Para ela uma greve de professores é algo que não ocorre

só por questões salariais. Acho que é uma questão de sobrevivência tanto do professor quanto do aluno”, pois “a escola pública está sucateada, e professor tem outra coisa, ele não faz greve só por ele não, ele faz greve porque está enfurecido, porque não tem absolutamente nada para o aluno, ele está enfurecido porque a lousa está rachada, no município, por exemplo, quando a gente faz a greve é porque a merenda não está dando, você viu, tem muita coisa... (APÊNDICE, p. 179)

A fala da professora acena para características que a greve de professores e a própria adesão do grevista possui. A greve de professores não se reduz a questões que envolvem apenas o trabalho do docente, mas abrange assuntos mais amplos como, por exemplo, a defesa de uma educação pública de qualidade, ou seja, agrega bandeiras que deveriam ser empunhadas por todos os cidadãos da sociedade. Isso ocorre até mesmo porque o trabalho de um professor depende dos estudantes, mas qualquer variável pode comprometer o trabalho – seja número de alunos por sala, déficit de aprendizagem, etc. Além disso, a sociedade espera uma educação de qualidade, pois muitas vezes veem na educação a possibilidade de ascensão social. Logo, a greve de professor envolve muitas questões que extrapolam a sua atuação, mas que impactam nela diretamente.

Os diversos motivos que compõem uma greve faz com que ela seja um movimento de denúncia em que os professores evidenciam para a sociedade as condições em que se encontra a realidade educacional. Denuncia-se a falta de recursos, de materiais, as péssimas condições dos prédios escolares, a falta de funcionários, a superlotação das salas de aulas, a má qualidade da merenda escolar, os baixos vencimentos dos professores, entre outros tantos itens. Para Leila, uma greve de professores cria um espaço de discussão sobre educação na sociedade, segundo ela: “Abre um espaço mesmo, positivo ou negativo, mas existe uma discussão na mesa da casa, no sofá, no quarto, em um espaço ela existe, nem que for em uma roda de vizinhas, vizinhos na pracinha dos aposentados, tem discussão sobre educação” (ibidem, p. 180).

Mesmo criando esse espaço de discussão na sociedade, o movimento grevista ainda continua sendo um movimento de conflito. O opositor dos professores estaduais é o governador do Estado de São Paulo. Como se trata de um conflito, ambos os lados

querem vencer e para alcançar seus objetivos o uso de todos os recursos possíveis é feito. O sindicato busca mobilizar toda a categoria e a conquistar o apoio da sociedade; já o governante utiliza a força policial para contenção dos atos grevistas, conta com o apoio da grande mídia para realizar uma cobertura sobre a greve e escrever sobre os embates.

De acordo com Leila, em toda as greves da quais ela já participou houve a presença de policiais e ela foi submetida a muita bala de borracha, bomba de efeito moral e spray de pimenta. Além da presença policial, as greves de professores contavam com as narrativas criadas pela grande mídia apontando o professor grevista de modo pejorativo.

O fato de uma greve ser um conflito no qual os professores se lançam faz com que, para Leila, haja nessa mobilização muitos sentimentos que podem ser notados, por exemplo, em uma assembleia. Os corpos dispostos na multidão em meio à tensão do conflito e do encontro compõem um ato de greve em que a decisão da multidão é soberana. A importância de uma assembleia é tamanha que a Leila sempre convida professores a participarem de uma. Segundo ela, “eu quando vou visitar escola falo que todo mundo deveria parar e ir à uma assembleia para ver o que é, porque a partir do momento em que você foi em uma parece que dá um *start* em você, não estou sozinha” (ibidem, p 183).

A quantidade de indivíduos reivindicando por aquilo que acreditam e defendem é uma paisagem que cativa que nunca esteve em uma assembleia. As tensões e os sentimentos ali presentes agregam características únicas para cada grevista e em cada assembleia. O contato com o outro e ter de lidar com a opinião do outro é uma das características desse espaço. Entretanto, esse contato com o outro é o que perfura toda uma greve.

Para Leila, na correria do dia a dia os professores não encontram tempo para refletir e debater. Numa greve esse tempo existe e o sindicato passa a ser frequentado. Grevistas se encontram para discutir sobre suas angústias, experiências e desejos para a educação. A intensidade dos encontros vivenciados em uma greve faz com que uma assembleia tenha capacidade, por exemplo, de sensibilizar qualquer professor que nunca esteve em alguma, segundo Leila.

O encerramento de uma greve, para a professora, é sempre triste. Afinal, mesmo que a rotina de greve seja cansativa, devido às atividades e as tensões inerentes ao conflito, há muitos laços construídos e muita mudança vivenciada no grevista. Os encontros de debates, para discutir sobre a educação e a greve, são substituídos pela rotina apertada e corrida marcada pelos poucos espaços para reflexão sobre a profissão e condições de trabalho.

Jaqueline

Ao longo de sua trajetória enquanto professora, Jaqueline já havia realizado algumas greves antes de 2015, ou seja, possuía certa experiência pessoal com esse tipo de mobilização devido ao seu histórico de adesões. O cansaço por ter aderido à várias greves existe, mas segundo ela, realizar greves é algo que “fala mais alto” devido à importância que atribui à educação na sociedade.

Sua participação em várias greves fez perceber que “os itens são os mesmos: o excesso de alunos por sala, a falta de infraestrutura a valorização do professor, que ai vem o salário, a carreira” (APÊNDICE, p. 190). A permanência dos mesmos itens nas reivindicações grevistas aponta para uma perpetuação da realidade educacional e das condições de trabalho na rede estadual de ensino em São Paulo. Mesmo estando cansada de greves e sendo advertida pela própria família a não participar mais dos movimentos, ela aderiu à paralisação de 2015 em todos os dias e realizou os atos e atividades sindicais.

Ao se recordar da greve de 2015 Jaqueline nos disse:

no início toda semana eu indo para São Paulo, fazendo comando de greve, assim foi cansativo, mas bacana porque a gente estava lutando. No início tinha uma garra, né, o pessoal estava acreditando que ia conseguir, mas depois foi esvaziando, esvaziando, tanto é que no finalzinho foi, assim, bastante desgastante para nós que ficamos até o final e fizemos ela toda. Porque a gente já não aguentava mais e questão do salário, três meses era questão de você saber, que nesses três meses poderia ser prejudicado aí vem aquela ‘será que eu estou fazendo’... Você fica em uma situação tão complexa que, você fica ‘será que realmente eu estou fazendo a coisa certa?’ Porque você quer lutar, mas aí você pensa nos alunos, a fala que os outros falam porque é vagabundo, não está trabalhando é complicado e foi complicado essa última... foi... (ibidem, p. 190).

O trecho demonstra informações variadas sobre a maneira como a mobilização foi sentida pela professora. O corte no salário durante os três meses de greve foi um agravante significativo no desgaste vivenciado pelos grevistas no confronto com o Estado de São Paulo. As tensões que existem no movimento grevista se torna ainda mais sensível quando os grevistas passam a viver situações de privações materiais decorrentes do corte do seu salário. Uma dessas tensões diz respeito às dúvidas que

os grevistas possuem sobre a sua continuidade no movimento, ou no caso de Jaqueline, se ela estava correta em realizar a greve ou não. Toda essa situação faz parte da complexidade de uma greve e de certo modo estiveram presentes no pensamento de todos os grevistas ao longo do movimento.

Para além do corte de ponto existiu a atuação policial em todas as assembleias. Mesmo não havendo confrontos diretos com os manifestantes, a figura de policiais membros da tropa de choque, vestidos semelhantemente a um “robocop” em todas as assembleias aumentava a tensão dos grevistas. Embora a professora tenha percebido que alguns policiais apoiavam professores manifestantes e o movimento, mas que não podiam expor o apoio por questões relacionadas ao seu trabalho.

Outra presença que colaborava para o aumento da tensão do movimento consistiu nas abordagens que a grande mídia realizava da greve. A maneira como a paralisação era noticiada propiciava que a sociedade julgasse negativamente todo o movimento. Para ela:

Um pouco a mídia, eu acho que a mídia influencia, as falas dos telejornais que mostram que é manipulado. Eu lembro de quando a gente estava em greve... assim lotado na paulista, aí eles filmam bem na hora que tem um buraco e menos professores, eles filmam e assim, eles passam muito a questão de estar atrapalhando o trânsito, você está atrapalhando, você não quer trabalhar... então eu acho que a mídia distorce e isso é o jeito que chega para os nossos alunos, os pais na televisão é jeito que eles veem. (ibidem, p. 191)

Nesse sentido, foram vários pontos adicionais de tensão ao movimento que surtiram seus efeitos e sintomas nos corpos dos grevistas ao longo dos três meses de duração da greve. Contudo, mesmo sob circunstâncias adversas, os professores, como Jaqueline, permaneceram reivindicando. Embora a sensação de estar “nadando contra a maré” existisse, a própria Jaqueline não se deixou, e nem se deixa, levar por ele. Para ela, a greve tem como objetivo também expor para a população as condições da escola pública, ou seja, é um ato de denúncia.

Além desse caráter denunciativo, para Jaqueline uma greve pode desencadear mudanças em um grevista. Afinal, ao se colocar em um movimento coletivo o professor sai da sua redoma no qual se mantém afastado dos demais. O isolamento é substituído pelo convívio com outras pessoas que estão discutindo sobre Educação e condições de trabalho. De acordo com Jaqueline, uma paralisação faz com que o professor grevista perceba que não está só na luta e defesa de uma escola pública e de qualidade. Isso é bom para ela, pois “dá mais forças para você lutar e dá mais esperança para que a gente possa vir a mudar alguma coisa.” (ibidem, p. 190).

Os encontros proporcionados em uma assembleia são fortes. Além disso, há uma ampliação no conhecimento de quem frequenta uma assembleia durante uma greve, afinal, o fato de ser um espaço coletivo e democrático permite que várias opiniões sejam expostas e debatidas pela categoria. A própria Jaqueline apontou que já aprendeu muito ouvindo discursos em assembleias, algo que a fez criar um gosto por ficar na escuta durante as assembleias de greve ou paralisações.

A sua participação em greve a fez perceber que ela não está sozinha na luta por uma educação pública de qualidade, mas é um duelo que ela partilha com outros milhares de professores. Tal dado permite que ela seja esperançosa, mesmo a última greve não tendo resultado em grandes conquistas e o cenário da educação no contexto atual seja de avanço da extrema direita em nível mundial.

Valéria

A professora Valéria, assim como Jaqueline e Leila, ao longo de sua carreira docente realizou algumas greves, e na ocorrida em 2015 permaneceu paralisada os 92 dias. Sofreu como todos os outros docentes as consequências do corte de ponto e as tensões com relação às incertezas do movimento. A sua adesão à greve não foi motivada pela esperança em obter a conquista dos itens reivindicados, mas por uma decisão após refletir sobre a situação política do país no ano de 2015. Nas palavras dela:

Então a partir da segunda eu sabia... qual era a minha entidade, o que era o meu sindicato, e em 2015 eu entrei em greve, não porque eu achava que ia ter um sindicato que me representasse. Eu entrei em greve porque eu não conseguia, porque o contexto político do país, o contexto político educacional, ele precisava levar uma chacoalhão, mas é uma questão muito louca. Mais ou menos assim, é meio que um suicídio na verdade, porque uma coisa... Vamos pensar aqui em uma hipótese, você entra em uma greve sabendo/acreditando naquela entidade que vai te representar, aí eu falo 'porra! Vou entrar porque vale a pena!'. A outra coisa é você entrar por pura convicção de que você tem que entrar em greve, mais ou menos assim... Meu, eu falo para os meus alunos todos os dias das questões políticas, que tem que lutar sobre os seus direitos, fazer movimento bater a cara e ir atrás, aí eu vou ficar o que, uma hipócrita? Falando para as pessoas fazerem alguma coisa e eu mesmo não vou atrás? é fácil, né..., aquelas coisas assim. Eu entrei bem consciente, não é porque eu achava que o sindicato iria fazer alguma coisa de fato (APÊNDICE, p. 197).

É interessante também a maneira como a professora relaciona sua adesão à greve ao exercício de professora, ou seja, a adesão ao movimento se tornou uma espécie de lição de que a professora tenta transmitir para seus alunos uma coerência entre aquilo que é explorado durante as aulas, sobre participação do cidadão na

política, e a própria postura da professora. A participação da greve, nesse sentido, possui uma dimensão pedagógica na qual a professora tenta ensinar algo aos alunos por meio de sua postura. Um ensinamento que é feito mesmo ela sabendo das condições do movimento e possuindo pouca confiabilidade na vitória do sindicato.

Para ela a própria greve de 2015, embora tenha ocorrido como resultado de uma votação em assembleia sendo, desse modo, o desejo da categoria, não foi um movimento em que a diretoria administrativa do sindicato partilhava das mesmas intenções que a base. O que ela aponta é que a categoria possuía interesses que eram compartilhados pela direção sindical, porém essa tinha interesses com a mobilização que extrapolavam aqueles da categoria. Para ela, a direção sindical era um combate que media a força de dois partidos políticos: PT, representado pela APEOESP, e PSDB, representado pelo governo do Estado de São Paulo. Esse duelo partidário estava relacionado apenas aos interesses da direção sindical e não era partilhado por toda a categoria docente.

A greve de 2015 adquire contornos muito maiores do que uma simples greve, para Valéria se tratava, de certa maneira, de um duelo partidário que refletia o resultado das eleições presidenciais de 2014, em que o partido PSDB sofreu uma derrota para o PT. O resultado não aceito fez com que a disputa se disseminasse em todos os níveis da sociedade, não isentando para ela a greve dos professores do Estado de São Paulo. Destaca-se que esse estado é reduto psdbista, enquanto os indivíduos que compõem a direção sindical da APEOESP possuem filiações partidárias ao PT. Conforme ela aponta:

A gente tem que lembrar que em 2015 o PT estava no governo federal, a Dilma ainda estava no poder, certo? Então existia certo balanço, PT no federal e PSDB em São Paulo, então era outro contexto que a gente vive hoje, de lá pra cá tantas águas rolaram e mostrou o quanto nosso judiciário é parcial, totalmente parcial. Então o que aconteceu na greve de 2015, a meu ver, os professores tinham pautas mais do que justas, existia uma base pedindo greve do sindicato. O sindicato vai lá, declara greve o movimento começa como sempre, começa o movimento, ele vai se desenvolvendo só que o governo não senta para negociar, principalmente com esse sindicato, pelas questões partidárias e em três meses de greve, nós não conseguimos negociar nada politicamente falando, tudo que nós conseguimos foi através do jurídico e aí o que acontece? Vai ficar decidindo juridicamente quem tem razão de fazer greve, o governador pode recolher o salário, o governador tem que devolver o salário e assim sucessivamente, então a greve de 2015, foi uma medição de forças através do judiciário, através das questões políticas do país" (APÊNDICE, p. 200)

A professora Valéria faz uma análise da greve sempre considerando a disputa partidária que estava nas estrelinhas e perpassou todo o conflito, e também o papel

do judiciário na disputa, ou seja, embora haja uma mobilização empenhada pelos grevistas, o sistema judiciário atuava dando legitimidade ou deslegitimando as ações dos grevistas. O fato da greve tomar uma dimensão jurídica, inclusive a nível de uma decisão na mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal (STF), são evidências, para a professora, de uma disputa cujos interesses não eram apenas relacionados a uma disputada entre sindicato versus patrão.

Um dado que Valéria apresenta diz respeito a sua dúvida sobre quantos professores permaneceram em greve durante os 3 meses da mobilização. Afinal, o corte de ponto trouxe para muitos, inclusive para ela, algumas dificuldades materiais. Ela mesma só conseguiu permanecer os 92 dias em greve pois em abril recebeu da SEE-SP o pagamento de um bônus salarial devido à sua escola ter atingido a meta estabelecida no IDESP em 2014. A quantia recebida permitiu que ela continuasse em greve poupando economias e aumentando a renda com a venda de brigadeiros. Mas a questão que a professora levanta sobre a dúvida referente a quantas pessoas estavam em greve é oportuna.

Para ela, o próprio fato de a adesão ter diminuído e vários grevistas terem voltado ao trabalho fez com que se criasse uma atmosfera de normalidade nas escolas, mesmo estando em greve, ou seja, a greve não conseguia afetar como deveria o cotidiano nas escolas, além disso, a mídia não abordava o movimento como deveria, e quando abordava era para enfatizar negativamente. Essa dinâmica de pouca adesão e quase silenciamento midiático, para Valéria, fez com que a população debatesse pouco sobre a greve e os motivos que levaram os professores a cruzar os braços. Nesse sentido, para ela, o debate criado pelo movimento na sociedade foi pequeno perto da sua durabilidade.

Mesmo a greve tendo tido poucas conquistas em relação a sua lista de reivindicações há uma importância no movimento para os grevistas que se propuseram a participar dos espaços de discussões. Esses espaços, para ela, são enriquecedores, pois permitem que o grevista amplie e reflita sobre política ao conhecer outras pessoas, com visões que podem compactuar ou se diferenciar das suas. Nas palavras dela:

Para mim, todas as greves que eu faço isso, enquanto eu deveria estar trabalhando, que também é uma questão política, é um ato político, eu estava discutindo, trocando ideias, fazendo críticas ao sindicato, participando de mobilizações, aí a gente sai com aquela sensação, quando a gente vê as coisas acontecendo, a gente passa por várias crises, né, oscilações 'o que eu estou fazendo, gente? Eu nem sei o que esse povo está discutindo com o

governo, o que realmente eles estão colocando na mesa', mas, aí você tem pessoas que pensam igual a você, você cria ligações com essas pessoas, aí você cria um grupo ali dentro, onde você vai se sentir confortável naquele grupo e aquilo se torna uma questão importante para você, debater, defender suas ideias, lutar para que alguma coisa aconteça de verdade, aí eu não sei, se é uma questão de feeling ou se é apenas formação, eu não sei te dizer o que, que capta uma pessoa para o movimento político, eu não sei te dizer isso (ibidem, p. 202).

A fala da professora expõe como o corpo lançado de um grevista ao movimento coletivo pode desencadear encontros imprevistos e propiciar mutações impensáveis a partir do desencadeamento de um processo reflexivo sobre toda a mobilização.

Pedro

O professor já havia participado de outras greves quando resolveu aderir ao movimento de 2015. A partir de sua experiência em mobilizações anteriores e até mesmo pelo exercício da docência, já havia constatado a força que a máquina estatal possui, uma força que supera e ultrapassa a própria força que o sindicato tem. O Estado de São Paulo detém toda essa capacidade, pois há muitas empresas e indivíduos que colaboram para que os interesses políticos do governador se viabilizem. Podemos citar aqui a grande mídia e sua relação de proximidade com os governadores do Estado de São Paulo ao ponto de influenciar na publicação de reportagens sobre a greve. Para Pedro, no transcorrer da greve:

a gente vê uma grande manipulação das notícias por meio da mídia, isso quando ela não esconde os fatos, ela abafa o que está acontecendo para não chegar até a sociedade, então assim, durante algumas greves que eu já presenciei e pude perceber, existe uma grande manipulação do estado com relação à mídia. Eu não vejo a mídia cumprindo o papel dela de imparcialidade quando ela tem que dar as notícias, principalmente as que se referem às lutas da categoria, como estou dizendo para você, e que passou aí por alguns anos (APÊNDICE, p. 213).

Pedro sinaliza para a tomada de posição pelas grandes empresas de comunicação em prol da defesa de um projeto de governo neoliberal. Essas empresas deixam de propor à sociedade um espaço de diálogo e reflexão por meio de seus escritos. As denúncias realizadas pelo movimento sobre o descaso estatal com a escola pública passam a rivalizar com as narrativas produzidas por essas empresas de comunicação.

Infere-se aqui o questionamento sobre o que esse duelo de narrativas empenhados por pólos opostos estimula na sociedade. Será que propicia debates sobre a importância da educação ou cria uma atmosfera de batalha em que as pessoas se posicionam contra ou favor sobre a greve, impedindo a reflexão sobre as

causas que levam os trabalhadores da educação a criarem uma greve? Responder a essa questão demandaria uma análise própria e por isso não será possível fazê-lo, mas a deixamos aqui como propostas de novas pesquisas que tenham greves de professores como palco.

Para Pedro a grande mídia usa sua capacidade de alcance de milhares de leitores para mobilizar a opinião pública contra a greve. De acordo com ele,

Foram várias reportagens dessa grande mídia que você está falando, tanto da Folha quanto da revista Veja e como também das mídias dos telejornais, principalmente dos telejornais da rede Globo. A gente viu em vários momentos uma intenção clara de colocar a opinião pública contra a categoria que estava lutando por direitos trabalhistas. Inclusive não só por direitos trabalhistas, mas pelas condições de vida, de trabalho dentro das escolas e também por uma melhoria da questão da educação. Porque a maioria desses movimentos não tinha a intenção só de lutar com relação à melhores condições só de salário. Era também para lutar por melhores condições estruturais dentro escola, que atinge diretamente a sociedade, mas a mídia as vezes ela acaba colocando a opinião pública, a sociedade, contra os professores, muitas das vezes influenciada pelo estado, que a gente sabe que tem controle desses grandes jornais por conta da questão financeira (ibidem, p. 213).

Para o professor a grande mídia, que são grandes empresas privadas de comunicação, ao narrarem sobre a greve buscam defender seus interesses, que por motivos financeiros estão alinhados com a proposta governamental. Esses interesses impedem que tais veículos de comunicação tenham narrativas explorando os motivos que levam professores à greve. Conseqüentemente, nesses grandes jornais as reivindicações dos grevistas são quase sempre reduzidas à questões salariais, sendo inexplorada as reivindicações sobre questões mais amplas e que estão relacionadas ao espaço escolar como, por exemplo, a estrutura dos prédios escolares, fechamento de sala de leituras ou violência nas escolas.

A greve de 2015 foi um movimento muito angustiante para esse professor. O fato de ter durado tantos dias e ter imposto conseqüências materiais aos grevistas, por conta do corte de ponto, fez com que ele passasse a refletir e observar a categoria de professores marcada pela ausência de reflexão sobre suas condições de trabalho. Além disso, ele questiona a eficácia da greve quanto as conquistas referentes às reivindicações na pauta do movimento. Segundo relatado por ele:

Era uma coisa angustiante, porque volta tudo aquilo que a gente acabou de falar agorinha mesmo, a respeito da falta de consciência de classe dentro da categoria do magistério, porque tinha dias que eu estava em casa e muitos desses dias eu estava no sindicato, estava fazendo assembleia ou estava fazendo alguma manifestação no sentido que você participou, e eu via que a maioria dos meus colegas estavam em sala de aula dando aula. O que dava

um gás maior, para a gente lutar e ir pela greve é perceber que você não está sozinho, quando você vai nas assembleias, que eram as assembleias que aconteciam em São Paulo. Aí você vê 'eu não estou sozinho nessa luta, então eu vou continuar', mas era muito angustiante você vê a falta de consciência de classe, inclusive de professores de categorias diferentes da sua categoria, que ia para a sala de aula para substituir às suas aulas. Em algumas escolas aconteceu isso, a minha escola aconteceu isso, o diretor disse que segurou até quanto pode, mas teve professores que foram lá dar as minhas aulas, enquanto eu estava paralisado. Então foram momentos bem angustiantes nesse sentido, né, e uma greve de 92 dias que nós saímos bem... Em uma questão de conquistas mínimas. Nós conseguimos muito mais direitos para quem não estava na luta, e estava substituindo você na sua sala de aula, do que para minha categoria que era categoria de efetivo. Então nós conseguimos o que na greve de 2015? Saímos dessa greve com o quê? Saímos super endividados, porque nós ficamos sem salário. Depois teve toda aquela questão judicial e conseguimos receber nossos salários atrasados, e foi uma luta assim 'agora paga; agora não vai pagar; agora vai pagar mais; agora tem que esperar o STF; bom, agora o STF decidiu, vai pagar' e nós no meio disso aí tudo esperando cair nosso salário, porque a gente vive, sobrevive disso né, Ítalo? Então assim, foi um momento bastante crítico. Não sei se eu respondi à sua questão (ibidem, p. 215).

Para Pedro, a greve não trouxe muitas conquistas considerando sua lista de reivindicações, mas o importante no trecho consiste na seriedade atribuída à assembleia. Afinal, em meio ao desgaste e à angústia o que o fortalecia era ir para as assembleia em São Paulo. O atos reuniam milhares de grevistas das mais diversas regiões do Estado e que talvez estivessem passando pela mesma situação emocional. O fato de encontrar e ver inúmeras pessoas juntas pelo mesmo propósito o fortalecia a seguir na greve até o último dia. Contudo, o saldo da greve foi o endividamento pessoal.

O professor percebeu um enfraquecimento do sindicato com a greve. Afinal, a ausência de conquistas significativas e até a adesão do movimento pela categoria ter se tornado emblemática e constituem indícios de um enfraquecimento na capacidade de mobilização da instituição sindical. Como possibilidade de reverter esse cenário talvez o sindicato devesse repensar suas estratégias de mobilização e reivindicação. Entretanto, Pedro também defende que no interior da categoria docente há muitos professores que possuem capacidade de seguir atuantes na mobilização e na luta em prol de uma educação pública de qualidade em que há condições de trabalho boas para o professorado.

3.4. As trajetórias e seus processos

Os quatro professores são totalmente diferentes entre si e possuem trajetórias distintas no interior no magistério e seu encontro com o sindicato Apeoesp. Essas

diferenças nos reportam para a singularidade de cada processo constitutivo desses indivíduos. O ponto de encontro para esses professores, diferentes em suas singularidades, pode ser apontado pela greve de 2015. Como imbricaram seu corpo nesse movimento, cada um deles carrega marcas e leituras do que viveu e de como interpretou a própria greve.

Nesse sentido, o perceptível nas conversas com cada um dos quatro professores é a ênfase em aspectos distintos da greve. Cada um deles possui uma leitura e tece interpretações sobre o movimento cujo foco não é igual em nenhum. Entre todos eles é possível perceber semelhanças na interpretação, mas o que sobressai, e é evidente, são as linhas distintas que cada um acessa ao movimento greve e fala sobre ele.

Destaca-se que os professores, ao se lançarem em um movimento de greve, não sabiam como ela acabaria. A imprecisão faz parte de uma greve, tornando-se um aspecto de tensão a mais. Entretanto, não são apenas as imprecisões que estão presentes em movimentos de conflito, mas há um processo de desterritorialização que ocorre no corpo imbricado no movimento. Essa desterritorialização significa um processo de mudança na subjetividade do professor grevista.

O ato de participar de uma greve, mesmo que ela acabe sem grandes conquistas quanto a pauta de reivindicações, é passível de desencadear microrevoluções moleculares nos corpos por se tratar de um ponto de encontro que instaura o debate. Ressalta-se que uma greve é um ponto de encontro em que as pessoas que compõem o movimento reivindicam mudanças, obviamente que não de modo idêntico, mas o desejo pela mudança as une. Logo, é um ponto de encontro compartilhado por milhares de professores que possuem diferentes trajetórias formativas e que possuem visões e interpretações sobre a sociedade, a escola, o processo de ensino que são diferentes entre si, mas que de alguma forma reivindicam mudanças.

Essas mudanças devem-se sobretudo ao tipo de escola e de modelo de educação que vem sendo implantada. O avanço do neoliberalismo não isenta a escola, pelo contrário: a escola é uma instituição central para a disseminação dos valores morais do neoliberalismo. Essa expansão do neoliberalismo na escola inclui lógica avaliacionista, elaboração de diretrizes curriculares comuns, apostilas e uma definição do que seria a função de um professor. Um professor seria um profissional

que através das apostilas, no caso da educação paulista os “cadernos dos alunos”, ensinaria aos alunos o que provavelmente seria avaliado pela prova SARESP. Os resultados do Saresp são as bases para a elaboração das metas de aprendizagem para o ano posterior, o IDESP. Ou seja, a atuação do professor foi reduzida a um profissional cuja principal função é ser um “gestor da aprendizagem” que é anualmente aferida por uma avaliação em larga escala encomendada pelo Governo de São Paulo.

O neoliberalismo na escola também avança sobre a atuação do professor e instaura um novo modo de atuar em sala de aula, consequências existem e podem ser sentidas pelos professores no adoecimento psíquico⁴¹. Destaca-se que essas novas exigências aplicadas ao professor encontra uma resistência central em sua instauração: os próprios professores. A rede estadual do ensino público contabilizava, em 2015, 230 mil professores cujas trajetórias formativas eram distintas e a maneira como chegaram ao magistério singular. A instauração dessa prerrogativa neoliberal de professor pautada em um gestor da aprendizagem não é engolida pelos professores de modo dócil.

A recusa da redução do professor a um gestor da aprendizagem deve-se a inúmeros fatores dos quais existe e talvez se sobressaia a pressão escolar em busca de resultados sobre os professores e a culpabilização dos docentes quando as metas de aprendizagens não são alcançadas. O debate sobre resultados de aprendizagens muitas vezes desconsidera as condições de aprendizagens que, no caso paulista, a própria lista de reivindicação da greve apontava como caótica: salas superlotadas, ausência de água em prédios escolares, violência escolar, entre outros tantos pontos que não foram elencados, mas que faziam parte do desejo de mudança dos grevistas.

Nesse sentido, o avanço do neoliberalismo sobre o papel e a atuação do professor se confronta com uma categoria composta por 230 mil docentes e que possui uma visão sobre seu papel e atuação construída não somente na sua formação, mas também por meio da sua atuação. Por exemplo, a professora de história Valéria nos contou que aprendeu a ser professora lecionando.

⁴¹ Realizar uma pesquisa sobre o adoecimento psíquico docente decorrente da pressão dessa lógica avaliacionista, ou mesmo de uma possível culpabilização de metas de aprendizagens não alcançadas, seria interessante para dimensionarmos os efeitos no corpo do professor do neoliberalismo na escola.

Destaca-se que estabelecer o que se espera de um professor não é algo incomum na sociedade. Por exemplo, no nosso imaginário social há inúmeros personagens fictícios que são professores (do professor Girafales até a professora Helena), e que faz com que os indivíduos criem expectativas sobre a figura e atuação do professor. Num viés mais legalista, no Estado de São Paulo existe o Estatuto do Magistério, datado de 1971. Em plenos anos de ditadura militar, o documento postula em seu artigo 63 o seguinte: “O integrante do Quadro do Magistério tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional” (ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, 1971).

As cobranças ou mesmo os imaginários sociais sobre o que se espera de um professor não são uma novidade na vida social. Afinal, professores trabalham em um espaço significativo na sociedade que é a escola. Mas talvez o diferencial desse novo papel do professor, enquanto gestor da aprendizagem, consista em que ele se dá como resultado do avanço do neoliberalismo na escola que, por sua vez, faz parte de um avanço dessa ideologia na sociedade como um todo. Através do alinhamento dos professores a nova definição daquilo que se espera dele, o gestor da aprendizagem, os riscos de vozes dissonantes no processo de formação cidadão neoliberal são diminuídos.

É necessário atuar na subjetividade de cada docente e aprisioná-la na função de gestor da aprendizagem e enfatizar, sempre que possível, a existência de um sistema de avaliação que aferirá o quanto você se enquadrou na função e como é o nível de atuação nesses moldes. Lembra-se, como bem salientou Felix Guatari, que as forças sociais que administram o capitalismo “entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias” (p. 26). O neoliberalismo, como estratégia de perpetuação de sua ideologia, atua na esfera da macropolítica (ou seja, produção industrial e comércio financeiro), mas também no campo da micropolítica por meio da produção da subjetividade, no campo da micropolítica.

A pesquisadora Suely Rolnik sobre a conjuntura atual sinaliza o seguinte:

“É inegável o grande perigo que representa a atual derrocada mundial das esquerdas e a ascensão ao poder de forças macropoliticamente reacionárias e micropoliticamente reativas e conservadoras. Entretanto, é precisamente a gravidade dessa experiência que nos leva a perceber que não basta atuar macropoliticamente. Porque, por mais que se faça no plano macropolítico,

dentro e fora do Estado, por mais agudas e brilhantes que sejam as ideias e as estratégias, por mais corajosas que sejam as ações, por menos autoritárias e corruptas que sejam e por mais êxito que tenham em estabelecer menos desigualdade econômica e social e expandir o direito à cidadania, elas resultam numa reacomodação da cartografia vigente se não se acompanham de um deslocamento no plano micropolítico”. (ROLNIK, 2017, p. 06-07)

O trecho de Rolnik sinaliza para um cenário contemporâneo em que há um avanço do neoliberalismo no plano macropolítico, apontado por ela como reacionário, e no plano micropolítico, tratado por ela como reativo e conservador. Destaca-se que a autora enfatiza que um projeto político deve ter projeto de atuação considerando tanto a dimensão macro como a dimensão micro. Um projeto que apenas atua na dimensão macropolítica e deixa de lado o micropolítico não está operando na subjetividade das pessoas, não está sendo sentido no corpo dos indivíduos. Se o neoliberalismo avança no Brasil e no mundo, e apresenta um projeto político na dimensão micro cujos contornos sejam reativos e conservadores, devemos compreender que tipos de subjetividades são estas.

Segundo ela, o neoliberalismo produz subjetividades reativas que se definem pela:

“desativação da potência que o corpo tem para decifrar o mundo a partir de sua condição de vivente – ou seja, o saber-do-corpo, neste caso, encontra-se inacessível. Por estar bloqueada a experiência fora-do-sujeito – composta pelos efeitos do mundo no corpo -, esse tipo de subjetividade vive o mundo como se estivesse fora dela e passa a existir e a se orientar somente a partir de sua experiência como sujeito”. (ROLNIK, 2017, p 16)

O aspecto reativo aparece aqui como um projeto político que estanca processos de subjetivação a partir do engessamento das experiências do corpo no e com o mundo, ou seja, as definições de padrões para que os indivíduos se enquadrem interrompem e estancam outras experiências do indivíduo e sua interação no e com mundo. Nessa subjetividade reativa importa apenas o enquadrar-se.

No cenário educacional neoliberal o projeto de micropolítico talvez seja o estrangulamento das diversas formas de ser professor e desempenhar suas ações. O estabelecimento do professor como um gestor da aprendizagem, cujas atividades visam alcançar às metas de aprendizagem nas avaliações de larga escala, talvez seja a dimensão do neoliberalismo atuando micropoliticamente na produção de subjetividades reativas do professorado.

Apesar dos professores com que conversamos não terem mencionado em suas falas as cobranças que cada vez mais são realizadas pela SEE-SP a respeito da

atuação e da função docente, elas existem e avançam na rede estadual. Além disso, embora as reivindicações existentes na greve não abordem diretamente sobre as exigências e cobranças acerca do papel docente, ressalta-se que de modo indireto a recusa ao neoliberalismo e os seus avanços na educação estavam presentes. Uma greve é um movimento que reivindica mudança daquilo que é apresentado na realidade, no caso um projeto de educação que adquire contornos cada vez mais alinhados ao neoliberalismo.

Talvez seja preciso tratar os espaços criados pelas mobilizações grevistas como um ponto de encontro que possibilite aos professores conhecer não apenas outras pessoas com suas leituras de mundo e desejos relacionados à educação, mas também conhecer indivíduos que possuam suas próprias trajetórias no magistério. Cada trajetória permitiu que cada indivíduo desenvolvesse uma maneira de ser professor, de atuar e de atribuir sentido ao exercício da função. Uma greve torna-se então um espaço em que um professor pode acessar toda variedade de perfis dos professores, essa multiplicidade de modos de atuar e os inúmeros sentidos que se atribui à função.

Uma greve, por permitir que o grevista se defronte com outros tantos indivíduos, cria uma atmosfera de transgressão. Afinal, instaura e dissemina uma espécie de oposição ao projeto educacional paulista e suas ações voltadas para o processo de padronização do professorado referentes à sua atuação e a sua função, ou seja, contra a padronização em um movimento que torna visível uma diversidade na maneira de ser docente, de atuar e atribuir sentido a função.

O fato de uma greve exibir para a sociedade toda a diversidade de uma categoria pode desencadear inúmeros processos de subjetivação, principalmente no corpo de quem compõem o movimento. Destaca-se que como consequência da pauperização da categoria às jornadas de trabalho tornaram-se maiores aos professores. O resultado imediato é a falta que esses profissionais possuem devido ao excesso de trabalho para aumentar a renda salarial. A ausência de tempo pode acarretar em ausência de reflexão sobre si e a profissão que possui.

A ausência de tempo e a longa jornada de trabalho faz com que os professores fiquem mais vulneráveis aos avanços neoliberais na educação empenhadas pelo governo estadual. Nesse sentido, uma greve torna-se um espaço não apenas para reivindicações, mas para professores se perceberem como pertencentes a uma categoria plural em sua composição.

Desse modo, uma greve propicia uma reação contra os avanços neoliberais e suas investidas na política educacional na dimensão da micropolítica. Afinal, ela pode propiciar inúmeros processos de subjetivação nos professores opondo-se à padronização neoliberal, pautada no ideal de gestor de aprendizagem. Além disso, o espaço de uma greve, os encontros e a reflexão que ela desencadeia permitem que os docentes se atentem para que não há uma maneira correta de ser professor e atuar como tal. Outro dado que pode ser constatado é que até a maneira como a atuação e os sentidos que são vinculados ao ser professor não são fixos e fechados, mas há possibilidade de ressignificação do indivíduo quanto ao que faz.

Acreditamos que independentemente dos resultados da greve quanto as suas reivindicações, ou mesmo dela ter sido utilizada em prol dos interesses de cunho político partidário, ela pode ter desencadeado inúmeros processos de subjetivação no corpo do professorado. É impossível compreender o que uma greve mobiliza no corpo de um grevista, mas aposta-se que há efeitos, resultados de diversos encontros e tensões e, conseqüentemente, fluxos de devires incontáveis e incontroláveis.

Acreditamos que embora uma greve seja um movimento único, pode desencadear inúmeros processos de subjetivação no corpo de um grevista. Esses processos são mais uma consequência do que é uma greve – o encontro de inúmeros trabalhadores que resolvem interromper seu ofício e cruzar os braços para reivindicar algo – do que um objetivo intrínseco ao movimento. A dimensão da micropolítica em uma greve talvez seja um processo espontâneo que é sentido pelos grevistas e suas relações com o mundo, com os outros grevistas, com o sindicato, com as narrativas dos grandes veículos de comunicação, entre tantas outras.

As falas dos 4 professores evidenciaram que a formação como professor é uma ação contínua e pautada na vivência cotidiana da escola e de sua interação com os alunos. Os encontros que vão vivenciando são fertilizantes para a constituição do perfil de cada um deles, da maneira como atuam e significam sua função. Os encontros com a escola, com o sindicato fizeram com que os professores que participaram da pesquisa conhecessem a realidade educacional (a escola) e passassem a refletir sobre ela num espaço coletivo da categoria (o sindicato). Essas vivências nesses locais propiciaram mudanças em seus corpos e ajudaram na constituição de um modo de ser e exercer a função professor.

Os quatro professores apontaram a importância de uma greve, não apenas devido aos seus objetivos macropolíticos, mas salientaram os encontros e as

reflexões em que se lançam. Ir até as Assembleias, em São Paulo, encontrar milhares de pessoas permitiu que eles continuassem engajados na greve. Um corpo lançado num movimento composto por milhares de outros corpos que reivindicavam mudanças e expunha uma diversidade de ser professor. Talvez seja esse o grande feito dessa greve, desencadear inúmeros processos de subjetivação nos corpos dos grevistas a partir dos encontros, das reflexões e dos embates que estabeleceram na relação com o Outro. Processos que permitiram criar pontos de distanciamentos e oposição com a padronização da ação e função do professor que se aplica com o avanço do neoliberalismo na educação paulista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que se apresentou acima consiste numa tentativa de pesquisa cartográfica. Nele o cartografo realizou uma exploração da greve de professores da rede de ensino pública do estado de São Paulo, no ano de 2015. Contabilizando 92 dias de paralisação e possuindo inúmeros atos, essa greve foi o maior movimento grevista do vivenciado pela categoria docente e pelo sindicato Apeoesp. Aliás, a Apeoesp é uma instituição importante para a docência brasileira, afinal é a maior entidade sindical de professores da América Latina.

Por ser uma greve longa, envolver grandes instituições (Apeoesp e Secretária da Educação do Estado de São Pulo) A abordagem não ficou pauta apenas enfatizando uma perspectiva macro do evento. Mas se preocupou também em escutar professores grevistas que participaram dos atos propostos pelo sindicato. Essa escuta permitiu acessarmos trajetórias únicas que desencadearam modos de ser e exercer a docência singulares.

A greve de professores de 2015 possuía uma ampla lista de reivindicações que pautavam sobre aumento salarial até diminuição de alunos por sala de aula. A durabilidade da greve contou com inúmeros episódios. Através da leitura das reportagens de jornais e dos boletins informativos da Apeoesp foi possível visualizar que as preocupações sindicais com relação a greve modificavam-se ao longo do tempo.

Nesse sentido, apontamos como preocupações do sindicato, no período de março até meado de abril, em aumentar o número de professores em greve. Panfletagens, comandos de greve e visitas às escolas foram citados com maior recorrência nos boletins sindicais nesse espaço de tempo. Nota-se que, concomitante à preocupação referente ao número de professores em greve, há o interesse sindical com relação à visibilidade que a greve possuía na sociedade. Realizar atos que fossem noticiados em grandes jornais proporcionaria visibilidade ao movimento. Esses atos seriam necessários, segundo o sindicato, para romper o bloqueio midiático imposto pelas grandes empresas de comunicação, como os jornais “O Estadão” ou “Folha de São Paulo”, que abordavam pouco o movimento em seus periódicos.

A ocupação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo feita por professores grevistas, em 15 de abril de 2015, insere-se nessa preocupação sindical

de realizar atos que seriam noticiados pelos grandes veículos de comunicação, rompendo assim o bloqueio midiático. Além da ocupação, o acampamento montado na Praça da República, em São Paulo, defronte à SEE-SP pode ser visto como uma estratégia do sindicato em tornar a greve visível.

Com a greve ficou evidente uma fragilidade sindical com relação ao papel e participação dos filiados. Afinal, se a Apeoesp é o maior sindicato docente da América Latina é emblemático que, durante um período considerável da greve, vários atos tenham sido feitos objetivando que professores aderissem ao movimento. Acrescenta-se que antes da greve ser deflagrada o sindicato desde fevereiro daquele ano emitia recados expondo um indicativo de greve. Nesse sentido, questiona-se não apenas o motivo dos professores que eram filiados à Apeoesp não aderirem de imediato ao movimento, mas indaga-se por qual razão o sindicato, mesmo após tendo permanecido cerca de um mês emitindo recados sinalizando que uma greve poderia ocorrer, teve que em sequência da deflagração fazer atos para aumentar a adesão? Em resumo, quais são atividades desenvolvidas pelo sindicato para conscientizar a sua base em épocas fora de greve?

Se no transcorrer de março e de abril o que prevaleceu nas deliberações das assembleias estaduais de professores, ocorridas semanalmente em São Paulo, foram preocupações referentes à adesão de professores ao movimento e romper o bloqueio midiático, no mês de maio a greve adquire um caráter judicial. O corte de ponto imposto aos grevistas desde o primeiro dia da greve resultava no não recebimento dos salários, criando assim uma dificuldade material aos grevistas de continuarem na greve. A dificuldade existia porque a grande maioria dos docentes em greve tinham como fonte de renda o salário que recebiam, com o não pagamento implicava também no acúmulo de contas e na necessidade de comprar mercadorias para garantir a alimentação e a higiene. O corte de ponto será um dos principais assuntos debatidos pelos grevistas e pelo sindicato a partir do final de abril. Principalmente, porque através dele a discussão da greve adquiria um caráter judicial.

Logo, após abril o sindicato viu o número de grevistas diminuir drasticamente. Muitos professores em greve voltaram ao trabalho a contragosto, mas por necessidade financeira. Percebe-se assim que o corte do ponto é uma estratégia que o patronato, no caso aqui o Estado de São Paulo, usou para enfraquecer a greve. De certa forma essa estratégia foi válida para ele, pois serviu para que vários professores

nem mesmo cogitassem a hipótese de aderir ao movimento, como também ao longo do tempo fazia com que aquele professor que havia entrado em greve deixasse-a e voltasse ao trabalho.

O sindicato temendo os efeitos do corte de ponto por volta do final do mês de março aciona a justiça para impedir que o governo estadual efetivasse essa ação. A justificativa que eles usavam para solicitar que o ponto não fosse cortado era pautada basicamente na alegação de que os dias parados seriam repostos no final da greve. O interessante é visualizarmos que desde seus primeiros dias a greve possuía também uma dimensão de conflito judicializado. Ressalta-se que a dimensão judicial da greve não foi apenas sobre o corte de pontos, mas abrange outros processos que reivindicados ora pela Apeoesp ora pelo Estado de São Paulo. Por exemplo, o Estado de São Paulo no início de abriu acionou a justiça para proibir que a Apeoesp emite mensagens em seus informes incentivando os pais a não mandarem os filhos à escola.

Em maio em quase todas as oportunidades que o sindicato tinha ele mencionava que o corte de ponto seria revogado via decisão judicial. Nesse sentido, os grevistas sentiam literalmente na pele as consequências de uma greve. O longo desse mês principalmente. Afinal, o conflito sobre se o corte de ponto era algo que poderia ser feito ou não envolveu todos os níveis das instituições jurídicas do país. Envolveu o colegiado do Tribunal Justiça de São Paulo, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Todas essas instituições com suas decisões judiciais sobre o assunto fizeram com que o pagamento dos dias parados se tornasse a principal pauta da greve nesse mês.

A greve terminou no dia 12/06/2015 após decisão de assembleia estadual de professores. A batalha judicial sobre o pagamento dos dias parados ainda não havia terminado e a greve contava com cada vez menos grevistas e adquiria cada vez menos visibilidade no noticiário. Os efeitos da greve ainda se estenderam por alguns meses aos grevistas, pois tiveram que repor os dias parados além das contas que se acumularam durante o tempo sem pagamento.

No segundo capítulo o objetivo se centrou numa análise acerca do neoliberalismo e suas implicações no sindicato e na escola. No início do capítulo, considerando a adesão de professores à greve exploramos a possibilidade de uma

crise sindical na Apeoesp. Os estudos realizados apontaram que o sindicalismo docente é o sindicato que apresenta o maior número de filiados considerando sua categoria. Talvez por ser o sindicato com mais trabalhadores filiados é que apresente uma capacidade de ação mais constante. Contudo, a filiação não significa que os filiados conhecem e que participem das suas atividades.

Conhecer e participar do sindicato é algo que uma minoria do conjunto de professores filiados fazem. Esse distanciamento da categoria da instituição sindical possui consequências que são sentidas, sobretudo, em épocas de greve. Certamente é difícil criar uma pauta que unifique e atraia uma categoria de trabalhadores tão diversa como a de professores. São mais de 240 mil professores que possuem trajetórias, ambições, perspectivas educacionais e condições de trabalho diferentes. Essa diversidade toda deve ser compreendida como um elemento que cria dificuldades na elaboração de pautas que atraiam.

A dificuldade que a Apeoesp passa tendo em vista a relação que nutre com a categoria também tem vínculos com a atmosfera política que o país vivencia desde 2013, no movimento de rua conhecido como Jornadas de Junho. Após esse junho de 2013 o país mergulhou numa crise política, cujos interesses e interessados ainda serão pesquisados futuramente, em que o principal alvo foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Todas as instituições que nutriam um certo grau de proximidade com esse partido sofreram os efeitos da perseguição instaurada pelo antipetismo. Os efeitos foram sentidos inclusive pela Apeoesp, cuja história se mistura com a história do Partido dos Trabalhadores (PT). Os vínculos de proximidade são tão grandes que durante a greve as empresas de comunicação acusavam o sindicato de ser um braço do PT e que a greve teria interesses petistas por trás.

Toda essa atmosfera favoreceu para que uma parcela da categoria docente se distanciasse ainda mais do sindicato e passasse a vê-lo com pé atrás. Ou seja, o sindicato vivenciava uma crise de autoridade perante a categoria, que não o com legitimidade para depositar confiança em sua atuação. As consequências dessa crise foram sentidas durante a greve e a questão da adesão. É difícil dizer se essa situação foi sanada pela instituição atualmente, o mais provável é que a crise ainda persista e que talvez nem mesmo a diretoria do sindicato saiba lidar com ela. Entretanto, é necessário reiterar que os motivos que levaram os professores à greve não têm relação com interesses de cunho partidário, mas se relaciona a angústia de cada

trabalhador que vivencia diariamente a ausência de boas condições de trabalho ao passo que é cobrado tendo como foco metas e índices.

A crise que o sindicato passa o torna mais vulnerável aos ataques e ofensivas feitos pelo avanço do neoliberalismo no país. Afinal, quanto mais frágil o sindicato menor sua capacidade de mobilização e mais fácil o avanço de pautas que suprimem o direito trabalhista. Talvez a instituição que confronte diretamente o neoliberalismo seja o sindicato. Afinal, a ideologia neoliberal parte do pressuposto de que o Estado não deve intervir na relação funcionário e patrão através de uma legislação trabalhistas. Por outro lado, a legislação trabalhista é defendida pelos sindicalistas que apontam que um ambiente sem lei, seria um ambiente com maiores índices de acidente de trabalho.

Nesse sentido, aponta-se a Apeoesp como um sindicato importante para o cenário político. Afinal, diante do avanço do neoliberalismo no Brasil em todos os setores da sociedade, inclusive educação, há um sindicalismo docente que é expressivo. O fato da Apeoesp ser o maior sindicato de professores da América Latina a torna um grande obstáculo para o avanço do neoliberalismo, principalmente no campo educacional. A destruição desse sindicato possui um interesse político partilhado pelos empresários da educação.

A escola é um importante espaço para a sociedade, pois ela possui como um dos objetivos centrais a formação de indivíduos para viver em sociedade. Essa característica faz com que a escola dissemine e cultive valores que são moralmente e culturalmente aceitos. Esses conjuntos de valores também estão associados a uma perspectiva ideológico-político. Devido a essa importância social que o neoliberalismo avança cada vez mais para a educação.

No Brasil podemos perceber que o avanço se dá de forma lenta, mas ocorre. No estado de São Paulo esse avanço é mais perceptível. Nota-se que toda a organização educacional é pautada em um processo de ensino norteado por metas e índices alcançados pelas escolas em avaliações externas. A partir dos dados dessas avaliações se elaborou um currículo aplicado a toda rede, um conjunto de material didático e cada vez mais há um debate sobre a função e atuação docente.

Além da organização da rede pública do ensino estadual patada em metas e índices há também um avanço do empresariado no meio escolar. Não é raro vermos

a presença de projetos de grandes empresas serem desenvolvidos no ambiente escolar. O fato das escolas não terem boas condições prediais e contarem com um quadro deficitário de funcionários faz com que os projetos de empresas sejam bem acolhidos. Nas escolas eles desenvolvem seus projetos e disseminam valores e pensamentos que estão alinhados aos seus interesses políticos e econômicos.

Diante desse cenário educacional no Estado de São Paulo a Apeoesp, que é o maior sindicato de professores da América Latina, torna-se um grande alvo. Afinal, essa instituição possui um posicionamento contrário a maneira como a política educacional estadual organiza a rede de ensino e impõe seus ideais aos professores e alunos. Cogita-se aqui que destruir a Apeoesp, ou mesmo diminuir sua força de mobilização consolide-se como um plano do governador do estado de São Paulo.

O terceiro capítulo foi construído através da conversa com quatro professores que realizaram a greve, em 2015, e residem na cidade de Limeira. O propósito das conversas era perceber possíveis processos de subjetivação ocorridos nos docentes durante a greve. A partir das conversas o professor expunha como chegou ao magistério, sua trajetória na profissão, seu encontro com o sindicato, sua leitura da greve de 2015.

A partir disso dos diálogos travados percebemos uma variedade de trajetórias que levaram os indivíduos a ingressarem no magistério. Mas mesmo diante dessa diversidade de causas e razões percebemos que há pontos que todos concordam: o ser professor é um processo de constituição a partir da sua relação com o trabalho. Nesse sentido, ao longo do trajeto de cada um deles houve ressignificações sobre o que significa ser professor, a ação docente e sua função para a sociedade.

A singularidade de cada história evidencia também as diferenças que levaram cada um deles até ao sindicato Apeoesp. Frisa-se que qualquer sindicato só possui sentido de existir quando consegue tornar-se um local em que o trabalhador identifique como sendo seu lugar. Um sindicato sem a presença dos trabalhadores é apenas um prédio. Nesse sentido, esses quatro professores ao encontrarem o sindicato encontraram com outros professores. Os encontros desencadeados ali proporcionaram novas leituras sobre o mundo, sobre a docência, sobre si, sobre a escola e as políticas educacionais.

Nesse sentido, observar o sindicato como um ponto de encontro de trabalhadores que partilham suas trajetórias, medos e desejos permite enxergarmos as mudanças que ocorrem nos indivíduos no interior do sindicato. Ao encontrar o Outro os docentes estão propícios a se lançar a modificações em si. Além disso, ao frequentarem o sindicato e nutrirem uma relação de proximidade os quatro professores apontaram que aprenderam muito sobre política educacional e a complexidade da rede pública de ensino do estado de São Paulo.

Cada um desses professores já havia participado de outras greves e, portanto, possuíam um conhecimento sobre o assunto devido as marcas que carregam. Entretanto, o fato de terem vivenciado outros movimentos grevistas não implica que os reduza a uma mesma interpretação e sentido. Todos eles apontam que embora a pauta de reivindicação das greves que já realizaram seja muito similar – isso inclusive indica a incapacidade governamental em escutar os professores e também aponta para indagarmos sobre a capacidade de mobilização da Apeoesp – as greves são distintas. Não apenas pelos atos, ou mesmo pelo período, mas por aquilo que cada professore que se lança na greve vai descobrindo a partir do contato com o outro, seja numa condição de discordar ou concordar.

Uma greve é uma manifestação em busca de direitos e melhores condições de trabalho. Uma greve na educação também se constitui como uma espécie de denúncia em que os grevistas e o sindicato expõem para a sociedade as condições reais da escola. Uma sociedade que por inúmeros motivos permanecem distantes do cotidiano escolar por inúmeros motivos. A greve é uma forma de instaurar o debate na sociedade sobre a educação que queremos. Logo, para além das conquistas dos itens reivindicados pelos professores grevistas e pelo sindicato, uma greve deve ser analisada também considerando os debates sobre a escola que ela desencadeia e sobre sua capacidade de incluir cada vez mais indivíduos nessa discussão. Afinal, se a escola é pública o debate sobre ela também deve o ser. Uma greve exitosa, nesse sentido, é aquela que consegue a partir das denúncias que expõe suscitar debates que incluam diferentes sujeitos.

Uma greve também é um espaço de encontro entre diferentes indivíduos que partilham de alguns anseios em comum e possuem pontos que os conectam. Por possuir uma atmosfera de debate e de reivindicação uma greve propicia a troca de experiências entre os indivíduos, propicia a reflexão sobre si e sua atuação. Tais

processos podem acarretar em modificações nos grevistas. Por exemplo, os professores que conversamos apontaram que a maneira como saem de uma greve é diferente da maneira como entraram. Seja porque criaram novas amizades, ou descobriram novas leituras de mundo, se frustraram ou se recarregaram suas energias. Uma greve modifica o grevista que se lança aos seus fluxos de movimentos.

O fato de ser um movimento composto por diversos professores que são diferentes em si pode propiciar ao professor grevista uma possibilidade de reflexão considerando a padronização do professor e da função dele, por parte do Estado. Destaca-se que há um avanço na rede de ensino estadual paulista a perspectiva de que o professor deve ser um gestor da aprendizagem que realiza seu trabalho com base na análise de dados resultados de avaliações externas. Essa padronização do que é ser professor propagada pelo Estado de São Paulo pode desencadear várias formas de adoecimento no professorado, principalmente, porque aliado ao discurso padronizador há a responsabilização e culpabilização quando as metas avaliativas não são alcançadas.

Esperamos que esse trabalho tenha possibilitado ao leitor não apenas pistas e interpretações sobre a greve dos professores da rede estadual de São Paulo, ocorrida em 2015, mas que o tenha lançado a um processo de reflexão sobre a disputa de narrativas entre sindicato e grandes empresas de comunicação. Espera-se também que o mergulho na escrita tenha tornado compreensível o avanço do neoliberalismo na sociedade, seu interesse na escola e na destruição dos sindicatos, sobretudo na destruição do maior sindicato de professores da América Latina.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1999.
- ANTUNES, R.. **A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário No Abc Paulista: As Greves de 1978/80)**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1988.
- BACELLAR, C. A. P.. Uso e mau uso dos arquivos. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARCELOS, Tânia Maia. **Re-quebras da subjetividade e o poder transformador do samba**, Tese de Doutorado, Psicologia, PUC-SP, 2006
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. In: Tese – Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (3),, jan-jul/2005, pp. 68-80
- BRITO, M. R.. **Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada**. Alegrear (Campinas), v. 9, p. 1-26, 2012.
- BUDE, Heinz. **La sociedade del miedo**. Tradução de Alberto Ciria. Barcelona: Herder, 2017.
- CAMPANA, Priscila. **O impacto do neoliberalismo no direito do trabalho**. Gênesis. Revista de Direito do Trabalho, v. 15, p. 00-00, 2000.
- CARDOSO, A. M.. **A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003. v. 1. 327' p.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobrânszky. Campinas: Papirus Editora, 1995.
- CORREA, M. D. C. **A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência**. EMANCIPAÇÃO (ONLINE) (PONTA GROSSA), v. 15, p. 317-335, 2015.
- COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Greve na Cobrasma – uma história de luta e resistência**. SP: Editora Annablume, 2003.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **La pesadilla que no acaba nunca**. Tradução de Alfonso Diez. Barcelona: Editorial Gedisa, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FILIFE, Fabiana Alvarenga. **A Concepção de Qualidade Educacional Induzida pelas Avaliações em Larga Escala: Análise de Documentos Oficiais do Estado de São Paulo (2008-2014)**. Dissertação de Mestrado. Unesp, Rio Claro, 2016;

FIORI, Losé Luís. **O poder global**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Educação & Sociedade. (Impresso), v. 35, p. 1085-1114, 2014.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GEROLOMO, Amilton Carlos. **Trabalhadores do Ensino e Sindicato: uma relação de conflito. Os professores da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo e a APEOESP de 1978 a 1987**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2007.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HIDAKA, Renato Kendy Hidaka. **As políticas neoliberais dos governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo**. Mestrado em Ciências Sociais, Unesp, 2012.

JIMÉNEZ, Christina Martín. **Los amos del mundo están al acecho**. Barcelona: Editorial Planeta, 2017.

KASTRUP, V. (Org.); ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa - intervenção e produção de subjetividade**. 02. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. v. 1. 207p.

LAMOSA, R. A. C.; Loureiro, C. F. . **Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica**. Ensaio (Rio de Janeiro. Online), v. 22, p. 533-554, 2014.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros. História (s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, v. 4, p. 11-29, 2016.

LAVALL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LECHNER, Norbert. **Los patios interiores de la democracia. Subjetividad y política**. Chile: Fonde de Cultura Economica, 1990.

LEWKOWICZ, Ignacio, CANTARELLI, Mariana e Grupo Doce. **Del fragmento a la situación. Notas sobre la subjetividade contemporánea**. Buenos Aires: Altamira, 2003.

LIRIA, Carlos Fernández, FERNÁNDEZ, Olga Gracia, FERRÁNDEZ, Enrique Galindo. **Escuela o barbárie. Entre el neoliberalismo salvaje y el delírio de la izquierda**. Madri: Ediciones Akal, 2017.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCKESI, C. C.. **Filosofia da Educação**, Cortez Editora, SP. 3a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MARECO, R. T. M. ; PASSETTI, M. C. C. . **Greve dos professores do estado de São Paulo: efeitos de (im)parcialidade em manchetes de dois jornais paulistas**. Revista NUPEM (Online), v. 2, p. 119-131, 2010.

MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e história: imprensa e construção da realidade**. 1. ed. São Paulo: Villipress, 2001.

MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. **O Programa Educação Compromisso de São Paulo e as Estratégias de Implementação das Políticas Empresariais na Gestão Escolar**. Dissertação de Mestrado em Educação. UNICAMP, 2018.

NUSSBAUM, Martha. **Fronteiras da justiça. Deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie**. Tradução de Suzana de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

PAULA, Ricardo Pires de. **Entre o Sacerdócio e a Contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989)**. Tese de Doutorado. Departamento de História Unesp; 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso. Uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi... et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PELBART, Peter Pál. **Carta aberta aos secundaristas**. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016. v. 1. 22p.

PINTO, Marcio Alexandre Ravagnani. **Política Pública e Avaliação: O saresp e seus impactos na prática profissional docente**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Unesp - Franca. 2011.

ROLNIK, S.. **A hora da Micropolítica**. 1. ed. são paulo: N-1, 2016. v. 1. 13p.

ROLNIK, S.. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2006. 247p.

ROLNIK, S.; GUATTARI, Félix. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Petrópolis: vozes, 1996. v. 1. 437p.

SANTANA, M. A.. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo - Rio de Janeiro: Boitempo - MMSD/UNIRIO, 2001.

_____. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Revista Política & Sociedade**, v. 1, p. 269-309, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma pedagogia do conflito” In.: SILVA, Luiz Heron, AZEVEDO, José Clóvis de e SANTOS, Edmilson Santos dos. **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996. Págs.: 15 – 33.

SAVAZZONI, César Augusto. **Subjetividade e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma psicologia**, Dissertação de Mestrado. USP-SP, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é a subjetividade?** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SETTON, M. G. J. ; GOMES, E. E. . **Marketing e educação política: um estudo sobre agentes, estratégias e interpretações da cultura**. Educacao e Realidade, v. 1, p. 1, 2016.

SILVA, Juan Carlos. **A política educacional do Governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP**. Dissertação de Mestrado em Educação. UNICAMP. 2013.

TEDESCO, S. ; VASCONCELOS, C. S. ; CALIMAN, L. V. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer**. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Silvia Tedesco. (Org.). *Pistas do método da cartografia*. 1ed.Porto Alegre: Sulina, 2014, v. 2, p. 23-47.

TOLMASQUIM, A. T.; PIMENTA, R. M.; OLINTO, G.. Entre a memória e a informação: cientistas perseguidos na ditadura militar. In: **Anais XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014. p. 5037-5049.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.47, p. 15-28, 2004.

VIANNA, Cláudia. **Os nós do “nós” – Crise e perspectivas da ação coletiva em São Paulo**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin. Mobilização e visibilidade: o movimento reivindicatório do magistério paulista e a imagem pública dos docentes (1963-1979). In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004, Curitiba. Curitiba: PUC-PR, 2004, p. 1-15

REPORTAGENS DE JORNAIS

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, Professores da rede Estadual de SP decidem entrar em greve na 2ª, São Paulo, 14/03/2015, Cotidiano, C3. : Dls.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20163&anchor=5983804&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=7df665bf5f2a196c55368fc71dc819be

_____, 1º Dia de Greve não paralisa aulas em SP, São Paulo, 17/03/2015, Cotidiano, C1. : Dls.: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20166&anchor=5984126&origem=busca&pd=4fcc83eba7cdf414ad013884dcbace2d>

_____, Professores de São Paulo mantem greve; até pais de alunos tem sido afetados. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 abril de 2015, Cotidiano, C6, Disp.: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20191&anchor=5987034&origem=busca&pd=68f25b370fecc31964a740ee8fa192c5>

_____, Editorial: “Deseducação pela greve”, São Paulo, 26/03/2015, Editoriais, A2. Dls.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20175&anchor=5985063&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=a1b3ebda5c2aa2f404e15d92da8a1538

_____, Painel do Leitor, São Paulo, 27/03/2015, Painel do Leitor, A3. Dls.: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20176&anchor=5985318&origem=busca&pd=8b9c9f5e0b31db3fa957ecf7255b47f9>

_____, Professores estaduais fecham rodovia de São Paulo em Protesto, São Paulo, 10/04/2015, Cotidiano, C3. Dls.: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20190&anchor=5986770&origem=busca&pd=ee858073c3ed61eb810f37c9550a74f8>

_____, Professores estaduais fecham rodovia de São Paulo em Protesto, São Paulo, 11/04/2015, Cotidiano, C6. Dls.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20191&anchor=5987028&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1

_____, Greve em SP afeta 12 das 20 melhores escolas no Enem, São Paulo, 17/04/2015, Cotidiano, C6. Dls.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20197&anchor=5987477&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=80125b11e3156e45ea6ec8f812f83a05

_____, Professores devem manter greve após quebra-quebra, São Paulo, 24/04/2015, Cotidiano, C6
<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20204&anchor=5988242&origem=busca&pd=816c6b72371f8b70fccb8412d74686c1>

_____, Editorial "Mestres Indisciplinados", São Paulo, 25/04/2015, Painel do Leitor, A2. Dls.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20205&anchor=5988353&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=bdea31149b205531c2331c440e98d7fd

_____, Painele do Leitor, São Paulo, 25/04/2015, Painele do Leitor, A3. Dls.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20205&anchor=5988353&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=bdea31149b205531c2331c440e98d7fd

_____, Protestos de professores acaba em tumulto, São Paulo, 25/04/2015, Cotidiano, C5. Disp.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20205&anchor=5988405&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=d34de08cfae50a00b1ef19a6427478e9

_____, Painele do Leitor, São Paulo, 26/04/2015, Painele do Leitor, A3. Dls.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20206&anchor=5988414&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=25958fa07579c2ec58103a2602bb1209

_____, Greve tem baixa adesão em grandes escolas, São Paulo, 07/05/2015, Cotidiano, B6. Dls.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20217&anchor=5989437&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=95949cd21503e30c2b5dff404dc2a01

_____, Professores decidem manter greve e fecham marginal, São Paulo, 07/05/2015, Cotidiano, B5. Dls.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20219&anchor=5989707&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=b29bde1ffd304d89166930bb8b2e3461

_____, Sindicato de docentes é multado por fechar rodovias paulistas, São Paulo, 20/05/2015, Cotidiano, B4. Dls.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20230&anchor=5990687&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=5bbe5f16c654e9cd46f35dcae891222d

_____, Ensino fraco faz estudante da rede pública buscar cursinho mais cedo, São Paulo, 24/05/2015, Cotidiano, S37. Dls.:
<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20234&anchor=5991135&origem=busca&pd=4b78299b929c1ebe5c0c3d9e50e875d6>

_____, Greve dos professores esfria e pais já cobram aulas repostas, São Paulo, 29/05/2015, Cotidiano, B1. Dls.:
https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20239&anchor=5991559&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=58a38c2a549f08de61f845b6750d5d84

_____, Greve de professores completa 81 dias rachada, São Paulo, 04/06/2015, Cotidiano, B3. Disp.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20245&anchor=5992147&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=3812b0787b0763cf0af2bde3589df670

_____, Painel do Leitor, São Paulo, 05/06/2015, Painel do Leitor, A3. Disp.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20246&anchor=5992156&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=75551aa3ca8637b28e764fc5315ce42e

_____, Editorial: "Dividir e Subtrair", São Paulo, 08/06/2015, Painel do Leitor, A3. Disp.: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20249&anchor=5992521&origem=busca&pd=ef677ff676a54996938403f86544f8a8>

_____, Derrotados, professores encerram greve mais longa da categoria em SP, São Paulo, 13/06/2015, Cotidiano, B1. Disp.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20254&anchor=5993224&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=8255e7412e29f717662b0de56d3238a2

_____, Reposição de aulas poderá ocorrer até janeiro de 2016, São Paulo, 13/06/2015, Cotidiano, B4. Disp.: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20254&anchor=5993260&origem=busca&_mather=57fa832028f474a1&pd=c2bfcc4d6a8d41e9bfdfc006f59f35d5

LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES

BRASIL, Lei 7783, DE 28 DE JUNHO DE 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Disp.: <https://www.google.com/search?q=Lei+7783%2C&oq=Lei+7783%2C&aqs=chrome..69i57j0l5.327j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

BRASIL, LEI Nº 13.429, de 31 de março de 2017, Altera os dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disp.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm

SÃO PAULO, DECRETO Nº 61.132, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015, Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, na forma que especifica. Disp.: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61132-25.02.2015.html>

SÃO PAULO, LEI COMPLEMENTAR Nº 1.078, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008, Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação. Disp.: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1078-17.12.2008.html>

SÃO PAULO, LEI COMPLEMENTAR Nº 1.093, DE 16 DE JULHO DE 2009, Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. Disp.: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/lei.complementar-1093-16.07.2009.html>

SÃO Paulo, LEI COMPLEMENTAR Nº 1.143, de 11 de julho de 2001, Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Disp.: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2011/lei.complementar-1143-11.07.2011.html>

SÃO PAULO, Resolução SE 75/2013, de 28 de novembro de 2013, Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério. Disp: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/75_13.htm

_____, LEI COMPLEMENTAR Nº 444, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985, Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas. Disp.: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/legislacaocenp/LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20444%20DE%2027%2012%201985.pdf>

APÊNDICE: CONVERSA COM PROFESSORA LEILA

A conversa com a professora Leila ocorreu em sua casa no final de uma manhã ensolarada no dia 07/02/2019. A conversa ocorreu com muito café e água. Para facilitar a transcrição não escrevemos os nomes antes das falas, mas apontamos de quem é a fala através da letra inicial do nome maiúscula e em negrito.

Legenda

I: Ítalo

L: Leila

I: Leila como que você chegou ao magistério?

L: A minha formação, primeiro eu estudei em um colégio católico, com três anos fui levada ao colégio católico, porque minha irmã trabalhava lá, eu sempre fui bolsista e terminando o ensino fundamental, prestei o COTIL para fazer enfermagem, lógico que dentro da coerência católica eu tinha que seguir o magistério porque na época ou você fazia magistério ou você fazia magistério, não tinha muita... Não tinha outra profissão.

I: Ou professorinha ou dona de casa.

L: Ou dona de casa ou professora, tinha secretariado, mas secretariado era para quem já tinha feito... Era outra opção, então eu voltei para o colégio e ali terminei meus estudos no magistério. Terminando o magistério eu entrei... Antes de entrar no magistério eu comecei na escola de educação, estadual no morro azul numa classe de reforço e os meus alunos eram alunos ciganos, porque ali tinha uma comunidade de ciganos muito grande, então eu dava aula para essas crianças, dava aula; mais ou menos sabia fazer essa função né, e ali comecei, depois logo terminando o magistério eu ingressei no município, eu prestei concurso no município pela fundação educar que era o projeto... O antigo Mobral que depois virou fundação educar, quando virou fundação educar, eles abriram algumas pré-escolas isoladas.

I: Então você já saiu do magistério do trabalho, empregada?

L: Antes de sair do magistério, eu já estava empregada.

I: Com vinte?

L: Com vinte não. Com dezessete. Eu tenho uma carta que minha mãe assinou para eu poder dar aula, com dezessete anos, porque precisava da autorização da mãe para poder trabalhar né, e ela assinou para mim para eu poder trabalhar. Então eu saí do magistério já com um emprego. No ano seguinte teve concurso tanto no estado, no seguinte ou dois anos depois, eu não me lembro bem, tanto no estado quanto na prefeitura, eu ingressei na prefeitura e ingressei no estado como PEB, aí com o PEB I fui trabalhando nos dois espaços e fazendo a faculdade a noite, porque eu fiz PUC, fiz letras em Campinas, fazendo faculdade a noite, logo terminando a faculdade passei no concurso de PEB II e desisti de ser PEB I no estado e continuei com as duas funções, tanto o PEB I no município educação infantil e fui para o estado como PEB II, mas foi só uma mudança de cargo porque eu já era efetiva nos dois espaços.

I: Seu ingresso na rede se deu antes daquela reorganização escolar?

L: Isso, exatamente.

I: Você viu toda a bagunça?

L: Eu vivenciei, porque eu estava no município e para mim... A gente já tinha começado um movimento dentro do município, junto comigo entraram muitas amigas, muitas pessoas da mesma idade que eu, e, a gente ganhava muito pouco na fundação educar, a gente tinha, por exemplo, o salário que era menos que o mínimo, que era um repasse. Era um repasse...

I: Meio que de caridade né?

L: Era um negócio estranho, depois que eu me efetivei a coisa mudou um pouco de cara, porque eu deixei de ser da educação educar e passei a ser da prefeitura mesmo. Eu comecei a entrar dentro do espaço de organização do trabalho mesmo, comecei a organizar os professores.

I: Logo de cara?

L: Não demorou um tempinho, houve uma paquera minha com a APEOESP comigo e eles diziam “olha lá na escola, fulana x tem uma professora super novinha que precisa de orientação, é legal bater um papo” e assim foi se dando uma...

I: O magistério não foi uma escolha sua então ou você foi construindo essa escolha?

L: O que eu posso fala para você? Tinha outra opção?

I: Então foi algo meio que imposto e que você aprendeu a gostar?

L: Eu gostei e gosto de trabalhar com criança. Para mim é uma coisa fantástica, você chega estressada e com dois minutos você consegue na educação infantil chegar e dar risada, apesar das mazelas da vida você consegue dar risada. É muito bacana. Então, eu comecei a entrar dentro do movimento em 1989 teve uma greve muito grande, eu trabalhava em uma escola que tinha uma diretora que chamou a atenção da gente “nós vamos fechar a porta da escola”, foi um movimento inverso e ali eu comecei a entender o que era a APEOESP, o que era o sindicato, o que era o movimento dos professores.

I: Em 1989?

L: Em 1989.

I: Você como profissional do trabalho, você surge naquela onda do nascimento quase do PT, na década de 80, quando está no ápice...

L: Do mundo do trabalho, revolução do trabalho... Não é revolução do trabalho, mas eu surjo ai e o PT era do lado da minha casa, ainda tinha isso.

I: O PT era aqui?

L: Era a onde eu morava.

I: Onde você morava?

L: Na Dr.Trajano.

I: Sei, sei.

L: O PT era grudado com a minha casa, a Erundina veio aqui.

I: Você conheceu a Erundina também?

L: Sim.

I: Mas você veio de família que tem formação política ou não?

L: Minha mãe é analfabeta, meu pai uma pessoa letrada, mas sem formação acadêmica, mas é poeta, é uma família... Meu pai gostava muito de circo de declamar poesia na praça entendeu?

I: Mas nada de analisar conjuntura política em casa?

L: Não, não.

I: Mesa de jantar recheada de discussão política nenhuma?

L: Não. Tinha era discussão de briga mesmo.

I: Briga familiar.

L: Como dizia minha mãe era assim “senta que nós vamos conversar, mas nós vamos brigar almoçando”.

I: Sua formação se dá enquanto você está trabalhando?

L: Isso. Formação política todinha.

I: No trabalho?

L: No trabalho. E, muito legal que foi junto com a APEOESP.

I: Em 1989 já tinha APEOESP aqui na cidade, como que era esse processo?

L: Estava começando né, para montar uma subsede na época, já tinha todo um processo de montar um subsede nessa regional aqui.

I: Região que abrange Limeira?

L: Cordeiro e Iracemópolis.

I: Então você foi uma das pioneiras assim?

L: É eu não participava... Não ia à APEOESP com tanta frequência assim, mas o interesse surgiu daquela greve de 1989, você ouvia todos aqueles discursos, como eu fiz hoje. Fiquei lá para prestar a atenção no discurso, porque eu sempre gostei e surgiu da li, aí em 1992, eu era PEB II, não em 1994 eu viro PEB II, em 1992 eu era PEB I e me aproximei muito da APEOESP fui ser RE, me candidatei, me filiei e a minha formação se deu dentro do sindicato, dentro da organização do sindicato a formação política.

I: Que legal.

L: É uma história bem... Eu falo um pouco disso também em um trabalho que eu fiz na UNESP, que eu falo como que seu deu esse processo de formação né. Então, na época nós tínhamos muita formação dentro da APEOESP, tinha uma ligação tem uma ligação com a CUT lógico, filiada à CUT. A CUT dava muita formação para o trabalhador, inclusive eu fiquei acho que uma semana, minha mãe pirou na batatinha né, ficou louca, porque eu fiquei uma semana com uma amiga minha, a Rosinha, aqui perto, em um convento que tem aqui perto, praticamente internada só com formação sindical e aí vem história, Paulo Freire aí você começa a ler e vai.

I: Você leu Paulo Freire?

L: Li tudo.

I: Tudo do Paulo Freire? Leila quando você diz que fez formação no magistério, depois você foi para letras e aí você acabou de falar da UNESP, o que você fez na UNESP:

L: Eu fiz... Eu terminei letras e continuei trabalhando, fiz uma especialização na UNESP em alfabetização nessa época eu me afastei do município para fazer especialização, e eu fui mandada para o Pinóquio e terminei a especialização tudo bem. E aí minha sobrinha foi prestar vestibular e, eu tinha que ficar com ela né, ficar esperando. Aí eu falei “eu também vou fazer em pedagogia” e passei.

I: Noturno?

L: Noturno aí eu trabalhava de manhã e tarde e fiz pedagogia à noite na UNESP. Ao invés de procurar um curso vago de pedagogia, eu fui fazer na UNESP, aí eu falei “eu já passei né”. Passei eu e minha sobrinha, ela foi fazer enfermagem e, eu fui fazer UNESP pedagogia.

I: É muita formação, porque você tem duas faculdades?

L: E a especialização.

I: A especialização, um curso técnico que é de magistério, além da formação política.

L: É. A formação política eu falo que está na raiz do negócio.

I: É o começo de tudo?

L: Sim. Foi um entusiasmo, um ânimo, um ápice. Em 1993 estoura uma greve gigantesca de 89 dias, se eu não me engano 89 dias. Foi uma greve que mobilizou muita gente, porque nós estávamos em um processo de municipalização do ensino, plano de decenal, meta a bater de 10 anos, o final da categoria essa discussão a gente fazia em 1992, 1996 a questão da categoria O, porque eles já tinham um projeto de terminar com o professor, então eu digo muitos professores que estão aí e que não são O e são F se dá a luta de classe.

I: Você viu o começo do projeto neoliberal?

L: Isso, em 1993 a briga era essa não tinha salário. Estava vindo um negócio que era futurista e que a gente estava falando vai acontecer, se a gente deixar acontece já.

I: E no magistério quando você tem a formação política, você começa a ir para as greves como é que é? Você lembra-se da primeira greve que você fez?

L: De 1989 eu ficava mais miúda né, estava fazendo letras eu ia estudar para aproveitar, meio que não participava, eu participava das assembleias não deixava de ir a nenhuma, teve muita assembleia no Trajano Camargo, no pátio do Trajano.

I: Com professores?

L: Com professores, estavam todos sentados, eu me lembro da Ana Teresinha, do Mauro falando no microfone, muito legal essa cena, não tenho foto disso e a gente já via a outra e dava um tchauzinho, mas assim bem miúda, bem pequena, agora a de 1993 não, de 1993 eu entrei de cabeça, não perdia São Paulo, ia fechar escola, entrava nos comboios de fechar escola, entrava na sala dos professores e falava já.

I: Como comando de greve?

L: Isso, comando de greve já fazia bem tímida.

I: Em 1993 ainda era tímida?

L: Timidíssima, nossa senhora! Mas falava, mas já... Ali foi apaixonante, veio Rosinha, Veio Nelson, surge o Reginaldo.

I: Você vê várias pessoas?

L: Isso vem Gislaíne, vem Marziluco tinha outro emprego e era professora à noite era uma loucura, mas estava em greve também. Eu digo que a formação sindical se dá, tanto na questão de lógica, tanto na questão de relação pessoal. Precisa ter relação pessoal para ter cumplicidade, eu sei o que você está passando e sei que você está duro e também te entendo, entendeu?

I: Sim, sim.

L: Aí vem essa turma e aí vai. 1995 eu fui fazer esse curso de formação pela CUT, depois comecei a participar dos congressos maiores, fui em um congresso em Araçatuba em 1994, se eu não me engano, foi o primeiro congresso assim grande que eu participei.

I: Congresso da APEOSP?

L: É. Teve um menor, que eu participei e a gente dormiu em escola, alojamento, campo de futebol hoje que o congresso é mais estruturado porque não tinha, a gente pega mesmo o ápice da formação do sindicato né junto, com a formação da gente.

I: Leila de lá para cá, como que você sente a escola pública estadual?

L: Nós passamos por um período de transição muito grande, eu acho que a escola é para o filho do trabalhador não tem jeito. Existia uma estruturação familiar diferente do que tem hoje, sistema patriarcal muito arraigado, na época as pessoas que estudavam no colégio particular não eram boas para a escola pública.

I: A escola pública não tinha qualidade?

L: Sim, não era... Quem estava no Trajano, no Brasil (Escola) tinha um renome, tanto que aqui em Limeira se você pegar uma boa parte de pessoas hoje que são médicos,

advogados, professores estudaram no Brasil (Escola), no Castelo Branco, no Trajano Camargo, a formação é pública.

I: Tinha qualidade, mas não tinha acesso?

L: Tinha qualidade, mas não tinha acesso isso aí e quem reprovava na escola pública ia para a particular, eu nunca reprovei de ano, eu estudei na escola particular porque meu pai morreu de doença crônica do coração, eu tinha três anos e minha irmã me levou para lá, então eu fui assistida pelo colégio.

I: Pelo São José?

L: Aí dentro da minha formação teve a teologia da libertação que eu me apaixonei, aí eu comecei a ler texto do Leonardo Boff e fiquei apaixonada.

I: Católica?

L: Queria ser missionária, uma loucura de formação.

I: Leila então o acesso à escola é um avanço?

L: O acesso é. Um avanço gigantesco, o governo deu acesso e não deu para os professores e para a escola o que precisava ter dado para atender todos os alunos.

I: Mas, mesmo assim o acesso ele ainda continua sendo....

L: Ele é um avanço. Bom, eu e você nós vemos alunos nossos se destacando em tudo, não tem aonde uma pessoa que tem formação que não dê frutos, se ele é bem formado, eu acho que a formação é muito do caráter do professor também, hoje nas condições atuais, a formação do professor influencia na aula que ele vai dar.

I: Você pegou também essa questão, dessa mudança da rede que vai introduzindo um processo neoliberal ao acesso à educação e um sucateamento na profissão?

L: Isso, exatamente. Aí nós fomos fatiados, eu uso o termo “fatiado”, primeiro nós tivemos a escola padrão, não é da sua época com toda certeza, minha irmã trabalhava na escola padrão, então a escola padrão ela tinha um recurso a mais, como um tipo de escola integral, só que o aluno não era integral, quem era integral era o professor, então o professor ficava na escola para fazer formação. Então, nós tivemos a escola padrão e a escola conhecida nos dias de hoje, depois nós tivemos a divisão e a primeira divisão que ocorreu, foi quando separou ensino fundamental PEB I, que é o começo do processo de municipalização, em 1993 a gente gritava isso, “vão separar a gente, vocês não estão vendo que isso vai acabar na municipalização”, é o futurístico. Daí eles separaram a gente em escola padrão, escola normal, depois separaram escola de primeira à quarta e depois de segundo ciclo para o médio, depois houve uma terceira divisão. Era tudo separadinho, cada um na sua caixa, tudo lógico preparando para o processo de municipalização já pensando na municipalização que viria. Aí houve a separação do professor, porque além de estar separado dentro da escola, porque hoje nas escolas que é um trauma para o aluno que sai da rede municipal e vai para a estadual, do mesmo jeito que sai da rede estadual do nono ano e vai para uma escola de período do ensino médio, ele sofre outra vez. O aluno também vem sofrendo isso, porque a escola também não tem continuidade, você não

vê sempre as mesmas pessoas, muda de escola, muda de bairro, aí foi separando a gente, foi fatiando a gente. Aí vem à separação mais brusca, porque vem o professor categoria efetivo e o categoria F e naquele dia mesmo, além da gente salvar o F, o movimento salva uma parcela dos professores como categoria F.

I: Em 2007, 2009?

L: Em 2008.

I: Era o Serra governador?

L: Isso, e separa a gente em três e ele consegue agora nos últimos tempos, temos efetivo, O, F, o ano passado S, V, SI.

I: Isso na rede estadual?

L: Na rede estadual.

I: Você fazia parte de duas redes, da rede municipal trabalhando no ensino infantil. As professoras do ensino infantil geralmente elas são chamadas de “professorinha”, o que você acha desse rótulo de “professorinha”? Porque você estava nas duas redes, no rótulo de “professorinha” e de “professorona” de que dava matéria específica, é uma diferença que se instituiu?

L: Ele consegue apesar de tudo fazer essa diferença, na própria formação de PEB I de pedagogia tem essa diferença.

I: De professorinha para professorona?

L: É. Então, a gente passou a ser professorinha há pouco tempo, porque antes a gente era tia, nem nome da profissão a gente exercia nem a função, professora sim, tia não. Depois Paulo Freire vem dizendo isso, chamando “olha isso é uma categoria, é uma profissão vocês não são tia de ninguém” não tem diferença, tem engajamento. Lógico que é completamente diferente você trabalhar com criança de três anos e trabalhar com menino de dezesseis, não tem diferença, mas tem a questão...

I: Tem diferença, mas não tem diferença.

L: É o mesmo profissional.

I: Você está ali ensinando né?

L: Você está fazendo seu papel, mas o cuidado com a criança de três anos é muito maior e o cuidado com o jovem também é grande, mas você vai influenciar muito mais no caráter do jovem, do que na formação da criança, é o primeiro passo dela, é o primeiro medo dela, é a primeira vez que ela fica sem a mãe. É o primeiro contato dela sem a presença dos pais, pois, se vai à igreja vai com o pai, se vai a uma festa vai com o pai, existe uma ruptura entre a família e a escola.

I: É engraçado quando você pega a divisão que existe, para além, da divisão que o estado criou entre letras que você vê a professorinha está lá na base, tem o professor de ensino fundamental, professor do ensino médio e depois o professor universitário, é meio que uma hierarquia. Nenhum consegue se ver unificado enquanto uma categoria, voltado para o ensino e também humana.

L: Essa confusão para mim existia dentro do sindicato, porque “elas são PEB I”, aí alguém gritou uma vez “para com isso, porque tudo aqui é professor”, aí ele parou, porque tudo era professor, você não estava na rede ainda quando a gente fazia às reuniões da APEOSP unificadas, PEB I com PEB II, a gente fazia as reuniões unificadas, a pauta é completamente diferente até por conta da municipalização do ensino, porque ele conseguiu fazer isso, a mesma categoria em diversas redes.

I: Que não se conversa?

L: Não.

I: E não sabe o que uma faz, o que ensina.

L: Aqui em Limeira, nós paramos de fazer unificado, primeiro porque a reunião tinha 130, 140 professores e a rede municipal, por exemplo, nós temos 70, 80 representantes de escola, na rede estadual nós temos o tanto que você conhece e a pauta é muito diferente, então eu procuro fazer enquanto coordenadora da APEOSP destacar um momento para falar da rede municipal para o estado, destacar um momento para falar da rede estadual para o município, porque não dá mais para fazer unificada a reunião.

I: Hoje você consegue ver tendo vários anos de experiência algum tipo de possibilidade para essa divisão ser rompida, seja a divisão entre letras que o estado criou ou essa divisão entre redes criadas pela municipalização?

L: Eu vejo uma possibilidade única que é, se o professor se entendesse como proletário, nada disso ia acontecer, não teria essa divisão, mas infelizmente categoria não se entende como proletário. Só com uma pauta unificada, por exemplo, previdência que é uma pauta que mexeria com todos, o fim da escola pública isso é uma pauta que mexe com todos, aí mexeria com universidade, com a rede municipal, rede estadual tem que ser uma pauta federal, uma pauta unificada mesmo, que abalaria todo mundo, o fim da previdência.

I: Você acha que em algum momento nesse processo do sucateamento do professor, da categoria se perdeu a ideia de formação de professor, de formar professor para saber o que ele faz?

L: O sucateamento da educação vem de todos os lados né? Tanto no ensino universitário também, tem um sucateamento bravo, se pega hoje quem tá fazendo formação para virar professor são poucas pessoas, nós estamos meio que vivendo o início do processo da extinção do professor, olha o que nós já temos hoje de ensino a distância? Nós temos uma gama de ensino à distância gigantesca, está no poder uma pessoa que prega o ensino a distância desde a educação infantil e agora pregando a educação domiciliar, em um país onde nem todo mundo sabe ler, a responsabilidade de educar/ensinar vira para o pai, não tem... Eu acho que de uma forma geral a educação foi bombardeada de sucateamento não tem jeito. Vem da formação do professor, vem da pré-escola, vem da educação infantil, vem da educação básica como um todo.

I: Leila você é uma pessoa conhecida aqui em Limeira, você é referência da APEOESP, você sente mudança quando você inicia para a APEOESP de hoje em dia, do sindicato?

L: Eu sinto a mudança da categoria.

I: A categoria reflete no próprio sindicato.

L: É. Se não tiver categoria não tem sindicato, então quando o professor passa a ganhar muito pouco, ele tem uma jornada extensiva ele passa a trabalhar manhã e noite sobre pouco tempo para ele frequentar o sindicato, sobra pouco tempo para ele ler alguma coisa, sobra pouco tempo, sobra pouco tempo para fazer o que nós dois estamos fazendo hoje.

I: Por que é importante frequentar sindicato, você como uma trabalhadora, para além, da formação política você vê mais alguma contribuição?

L: Porque se não tiver o sindicato que defenda o interesse da classe, pessoas que lutam pelo o interesse da classe como um todo, como estaríamos nós? Será que nós iríamos nos conhecer? O sindicato ele tem o papel formador e fundamentalmente do trabalho, de alertar muitas vezes a gente... Tem uma pessoa que hoje não está mais entre a gente mais, mas ela dizia assim “às vezes a gente tem o papel infeliz de salvar o trabalhador dele mesmo, porque quando vem uma MEI e dizem a você abre uma MEI e vem da aula, você não fica pensando a eu vou abrir então assim eu tenho trabalho”, mas pera ai, uma MEI você vai receber só um salário mínimo quando você aposentar, você vai pagar pelo seu encargo, você é dono da sua firma, mas que dono é esse que vai vender sua força de trabalho a troco de que preço? Então o sindicato tem esse papel fundamental, tem o papel fundamental de fazer a unificação da classe, tem o papel fundamental no trabalho, no campo do trabalho, papel fundamental de proteger o professor, porque se a coisa continuar do jeito que eu tenho percebido, nós vamos sofrer muito em sala de aula, filmar professor pode processar professor pode, tudo pode agora. O professor virou meio que um demônio.

I: Pensando na ideia de que a categoria mudou, a categoria deixou de refletir sobre o que é educação, o que é escola?

L: Categoria não tem tempo! Categoria não tem nem tempo, ela ganha pouco.

I: E, ela tem que trabalhar e aí não refletem?

L: Ela tem que trabalhar, reflete, mas ela não tem tempo, as reflexões vêm em momentos iguais a esse de estar junto e o sindicato tem esse papel de unificar, de trazer para perto.

I: Ponto de encontro?

L: Ponto de encontro de reflexão, no ultimo RE você está, na última reunião do ano passado; você percebeu quanto às pessoas se olharam, se falaram e algumas vezes se agrediram? A gente tem esse papel, hoje em dia você tem, pega, por exemplo, uma pessoa que você conhece, uma mãe doente, dando aula dois períodos que tempo existe?

I: Inexiste tempo.

L: Inexiste tempo, não que existisse tempo quando eu me formei, é que eu encarava, por exemplo, as minhas faltas, eu encarava greve e tinha um suporte familiar que tinha o que comer, vamos dizer assim. Não faltava comida, mas não fica pensando que a gente tinha tempo, tinha carro o consumismo faz esse papel desgraçado.

I: A sim, o homem endividado, eu consumo tenho um monte de contas tenho que trabalhar para pagar essas contas.

L: Isso daí. “Eu tenho dois filhos eu e minha mulher somos professores e a gente ganha R\$ 1.300,00 por mês” e toca o barco.

I: Nesse sentido, a última greve que durou 95 dias, ela teve uma super adesão, qual a importância da greve para você, o ato de uma greve?

L: Se o professor para de ensinar, simplesmente eu não vou dar aula, está fazendo um bem para o governo, como que professor chama atenção, ele só chama atenção paralisado, ele só chama atenção quando ele deixa de atender o filho, o pai que precise que o filho vai para a escola, de atender o pai, de atender uma necessidade da sociedade de uma forma geral, a gente só chama atenção no momento de paralisação e foi nos momentos de paralisação que minha formação maior se deu?

I: No momento de paralisação por quê?

L: Porque existia um tempo, porque existia reflexão, porque existia assembleia, porque você podia de expressar, porque você podia, você estava com os seus, você discutia abertamente o problema do seu salário.

I: Porque para além da greve e ela tem muita... Cheia de coisa, eu digo assim, tem reunião, tem ata para fundo de greve, tem comando de greve, tem assembleia...

L: Eu digo que a gente fica mais cansada na greve, do que quando a gente dá aula.

I: É muito ponto de encontro.

L: Eu saio 06H00 da manhã, porque você tem que estar na escola antes das 07h00 da manhã para poder convencer seu colega que esta vendado que ele não pode trabalhar e tem que vir com a gente. E, a gente às vezes se reúne 21h15 da noite para pode conversar com aquele colega que está sozinho na escola, mas que não quer parar.

I: Uma greve ele propicia muito encontro, é muito cansativo.

L: E, além de ser cansativo tem uma coisa que eu acho fundamental na greve, que é olhar o outro como igual “nossa como será que está o Ítalo tão duro quanto eu”. Ele não é diferente de mim, nós estamos no mesmo barco, você olha a outra professora que às vezes acha engraçada, você olha como igual “estamos no mesmo barco”, aí você se encontra como classe na greve, eu acho que é na greve.

I: Você fez greve e acho que essa de 2015 ela teve esse negócio da mídia, mídia virtual, internet, talvez tenha sido a greve mais virtual ocorrida, do mesmo jeito que a última eleição. Você sabe dizer ou sentir se foi mais difícil ou menos difícil, se foi mais

agressiva ou menos, o que a mídia virtual trouxe de novidade tanto positiva quanto negativa?

L: Para o professor acho que novidade nenhuma, nós levamos muito pau da mídia também!

I: Na verdade foi ruim?

L: Foi ruim. Não se faz greve sem comando de greve, não se faz. Não se faz greve pela mídia “olha vamos para hoje pelo WhatsApp” ou pelo facebook “pessoal vamos parar amanhã” não existe isso ou você vai corpo a corpo com pensamento positivo de mostrar sua cara, sua aparência de mostrar seu sapato, sua calça, sua camisa e vai para cima no bom sentido, você não vai pela mídia, tirando essas eleições a nossa greve não teve avanço.

I: Mas a mídia teve presença ali?

L: Presente o tempo inteiro, mas para a gente levar “pau”.

I: Campo positivo é...

L: Nenhum professor chegou para mim e disse “eu vim aqui, porque eu vi no facebook que estava em greve”, à greve é convencimento, você tem que ir à escola convencer o outro que ele precisa parar, porque nós estamos ganhando mal, porque a escola pública está sucateada, e professor tem outra coisa ele não faz greve só por ele não, ele faz greve porque está enfurecido, porque não tem absolutamente nada para o aluno, ele está enfurecido porque a lousa está rachada, no município, por exemplo, quando a gente faz a greve é porque a merenda não está dando, você viu tem uma coisa...

I: Uma porção de coisas que empaca no seu trabalho?

L: Exatamente! Às vezes não tem monitor no município.

I: Não é só por questões salariais?

L: Greve do professor não é só por questões salarial. Acho que é uma questão de sobrevivência tanto do professor quanto do aluno.

I: Tem o Cortela acho que em uma entrevista que ele deu para a rádio bandeirantes na época da greve de 2015, ele falava que “a greve dos professores é fundamental, porque para além de ser uma reivindicação do trabalhador para a categoria é um ato de denúncia”.

L: É uma denúncia da escola pública, do sucateamento porque não tem... Não é possível você pegar uma escola com três mil alunos e ter três inspetores, não é possível você pegar uma escola com 680 alunos à noite e um coordenador e um vice, cadê os outros profissionais que são essenciais, porque a escola não se dá só pelo professor e aluno. Ela precisa do auxiliar geral, ela precisa do goi, ela precisa de uma comunidade inteira, ela precisa de uma merendeira como é que você atende 680 alunos com uma única merendeira? O cara que chegou do trabalho faz? Quando a gente faz à greve a gente já vai com tudo isso na goela entendeu? Denunciar tudo mesmo.

I: Essas denúncias você acha que elas conseguem mobilizar ou criar um espaço de debate com a sociedade? A sociedade debate? Educação? A greve ela abre um espaço?

L: Abre um espaço mesmo, positivo ou negativo, mas existe uma discussão na mesa da casa, no sofá, no quarto em um espaço ela existe, nem que for em uma roda de vizinhas, vizinhos na pracinha dos aposentados tem discussão educação.

I: Sobre, porque aquele lá está fazendo greve?

L: Porque aquele lá está parado “é um bando de vagabundo, daí vem outro que fala não é vagabundo, porque a minha neta a minha filha, vocês não viram o salário”...

I: Não é um espaço ainda criado né, não é um espaço que se deseja que se cria, no desejo de sentido proporção deveria ser muito maior?

L: Lógico! O debate da educação deveria acontecer conseqüentemente.

I: Não somente em uma greve né?

L: Não. Mas, qual é o espaço? Se a gente chegar à sala de aula e não fazer nada, a gente está fazendo meio que um tirano, uma sociedade que não pensa. Nós temos que trabalhar e trabalhar bem, mas a gente não impacta se não parar. É isso que muitas vezes eu sinto que a categoria não enxerga, tem alguns que são relutantes, porque a igreja diz que fazer greve é pecado ou na minha família ninguém faz greve, “eu trabalhador honesto”, mas olha seu trabalho não vai durar muito tempo, qual é a força do trabalho do professor? É ele mesmo, é ele e o aluno. A força é ele mesmo, nós não dependemos de uma máquina, a gente depende da gente, se a gente não tiver bem como é que a gente trabalha? Se a gente ganha R\$ 1.200,00 como é que você estuda? Como é que você compra um livro? Eu lembro de uma postagem que você fez “agora já estou tranquilo, comprei tantos livros e vou ficar quatro anos enclausurado e já armazenei, vou ficar preso aqui quatro anos” eu pensei: investiu para ficar preso!

I: Na última greve, nessa de 2015, eu não sei se nas outras existia/havia jogo midiático da grande imprensa para queimar professor?

L: Todas elas tinham.

I: Todas elas tinham?

L: Em 1989, 1993 então...

I: Queimavam?

L: A globo então, a vida da globo era falar de professor.

I: Antigamente você tinha a ideia que professor era esquerdista? Porque essa de 2015 era muito clara, assim do tipo, professor petista, esquerdopata as outras já tinham também esquerdista, professores são esquerdista, esquerdopata é porque tem um editorial da greve de 2015 da folha, onde esse rotulo assim “os professores grevistas, são petistas, esquerdopatas, por isso, que a educação não avança” desde 1993 já tem o rotulo, a caça às bruxas?

L: Sempre. Polícia, muita polícia envolvida em 1993, nós apanhamos muito 1993.

I: Levaram muita bomba?

L: Sim, muita bomba. Chegava em casa toda estropiada, machucada.

I: Leila e o judiciário? O judiciário também teve uma atuação na última greve, com relação, por exemplo, ao julgamento dos dias, a proibição de ato, proibição do fechamento de rodovia, você acha que o judiciário desde seu ingresso com participação em greve...

L: O judiciário atua mais forte.

I: O judiciário está politizado?

L: O judiciário atuou mais forte agora.

I: Muito mais forte?

L: Muito. Mas a gente sempre teve muita negociação com o judiciário, isso aí não adianta, muitos dias de greve parado todo esse processo se dá muito com o judiciário e as negociações que é um lance, que ali se joga as cartas e tem que ser dali mesmo. Mas o judiciário julga as greves, todas as greves são julgadas né, não existe greve que não fosse julgada. Ilegal, legal e a gente tem um caráter diferenciado ainda, porque mesmo que a greve seja ilegal a gente continua, “foi julgada ilegal” agora a gente vai continuar. Em 1993 foi muito difícil o encerramento da greve.

I: Tem isso né, professor não quer....

L: Não vai abandonar nunca... Foi muito difícil, doloroso a ruptura, a gente chorava muito 1993, em 2015 a gente ficava com saudades, dando tchau um para o outro voltando sem grandes conquistas, porque a gente sabe que se conseguiu 1% foi por conta da greve, não é porque ele deu, porque não vai dar nada e a gente já tem isso no sangue se a gente não fizer greve não tem aumento, não tem melhoria.

I: A APEOESP é o maior sindicato de professores da América Latina, acho que ela tem, se a gente pega a taxa de filiação por categoria, ela também é o maior sindicato com categoria filiado, se a gente pega a taxa de metalúrgicos filiados ao sindicato é muito menor que a própria proporção entre a APEOESP, ela é uma mega entidade. Você acha que existe uma disputa... Como você vê a disputa no cenário político, macropolítico mesmo para quebrar, por exemplo, a greve de 2015 ela foi caracterizada uma greve para petista, para salvar o PT, a APEOESP vem com esse rótulo de ser um satélite do PT, mas eu digo pensando que a APEOESP seria os últimos dos moicanos, a última. Você enxerga isso?

L: Acho que a APEOESP tem uma atuação muito grande dentro dos movimentos e tem que ter, porque onde tem professor e tem aluno é nosso dever estar lá, então a APEOESP não é petista, no seu bojo. Eu Leila sou petista, você é o que? Esquerdista, psicopata, você pode ser de direita, mas é filiado a APEOESP. Mas, eu acho... Nós sofremos grandes críticas nos últimos momentos porque o povo da APEOESP está em todo lugar, mas onde estiver professor e aluno tem que ter o sindicato. Dentro da APEOESP a gente vê a quantidade de grupos que tem de esquerda e de direita

também, tem a esquerda que é tão esquerda que se aproxima da direita e tem um grupo de direita querendo tomar o sindicato, isso é fato.

I: Tem a esquerda que a direita gosta, ela é real. Em 2015 já havia um debate sobre a reforma da presidência, já tinha lá uma conjuntura pró-impeachment e não foi só São Paulo, mas vários estados estavam ocorrendo greve de professores.

L: Articulado pela CNTE, pela confederação e houve greve de professores.

I: Isso. E aí, eu lembro que no discurso da greve São Paulo tinha como referência, talvez porque tenha sido o primeiro estado a aderir à greve e o último a terminar. Nas assembleias sempre tinha o informe de tipo, Mato Grosso continua em greve, Ceará continua em greve, a greve da educação. E, em um dado momento se tentou chamar outras categorias para deflagrar uma greve geral só que não deu certo, você vê... E aí quando a gente pega esses dados e analisa com a taxa de filiação e desfiliação você vê ainda que os professores são a categoria talvez mais politizada sindicalmente falando. Você acha que existe uma perseguição aos professores, ao fato de ser sindicaliza, politizado?

L: Sim lógico. Porque se você não tem condição de trabalho, como é que você para o mínimo que você pode fazer em sala de aula, o mínimo que você para a sua aula de português e vai ensinar Marx dentro de um texto de português você vai falar dele, mas você não vai ficar parado lá, até porque não condiz. Essa ideia que eles criaram, porque a gente ainda é o ponto forte de mobilização, a gente ainda consegue ter acesso ao livro, por mais sucateado que a gente esteja, a gente ainda consegue.

I: Você acha que o sindicato de professores, até mesmo no estado de São Paulo a APEOESP falir, o plano governamental conseguir destruir a APEOESP as mobilizações?

L: Elas irão se dar do mesmo jeito. A APEOESP não habita em um prédio, a APEOESP está dentro de você.

I: Mas assim, para outras categorias serve para chamar para as grandes mobilizações assim.

L: Vou dar um exemplo bem ridículo “se o motorista de ônibus parar, a empresa corre negociar, porque para... Se os caminhoneiros param correm negociar” a gente não, com a gente é diferente, nós temos uma pauta extensa e mexemos com o intelecto do outro.

I: Instala um debate?

L: Instala um debate, e daí o debate da pracinha dos aposentados eles estão jogando domino com 80 anos e falando “nossa os professores estão parados, você viu aquele professor que levou aquela bomba? ”, se você pegar em 1993 tem bastante arquivo disso, de muitas fotos sangrentas mesmo, muito sangue, cavalaria em cima de professor, então a nossa greve é de pancada, e se bater em um professor a categoria de mobiliza mais ainda.

I: É em 2015 teve o negócio no Paraná.

L: Aí chegava na escola e nem precisava de falar nada, vamos parar!

I: Como que você vê o espaço da assembleia durante a greve?

L: A assembleia para a gente é soberana, mas é uma disputa.

I: Tem emoção nessa disputa?

L: Tem muita emoção. Tem muita, ali você identifica tudo, quem é contra, quem quer parar...

I: Existe paixão ou ódio?

L: Tem muita paixão, tem muito ódio. Eu gosto de ir à assembleia. Assembleia lotada então... é apaixonante, você perde seu povo, a gente organiza laranja para levar, pauzinhos para se identificar, tem subsedes que se organiza para não se perder, tem os blocos dos azuis, amarelos, verdes, vermelhos, os independentes.

I: Você acha que existe diferença entre professor que vai a assembleia e professor que nunca foi em assembleia?

L: Eu quando vou visitar escola falo que todo mundo deveria parar e ir em uma assembleia para ver o que é, porque a parti do momento em que você foi em uma parece que dá um start em você, não estou sozinha.

I: É importante não ser sozinha?

L: Muito importante. Importante é café da tarde, importante um leva o outro, pega o celular do outro e ele ligar, antes a gente mandava sinal de fumaça. Em 1993, por exemplo, a subsede não fechava, tinha almoço, tinha janta, tinha tudo, porque ninguém tinha carro, ninguém tinha celular; visitava escola a pé.

I: Como que você vê a formação sentimental, humana do professor?

L: Com relação ao sindicato?

I: Com relação à educação ao sindicato, ao outro, ao aluno? Você acha que existe esse sentimento hoje?

L: Tem. Se não deixa de existir professor, não tem lógica se você não for apaixonado você não vai só quem gosta continua, quem não gosta vai para outro lugar, quem não tem vai para outro local de trabalho. Porque na escola ou você é humano com raiva, com ódio, com fúria com tudo mistura ou você não vai para a escola.

I: Então existe sempre um sentimento.

L: Tem, e às vezes é o avesso ou é muito amor ou está com ódio. A gente lida com ser humano e não com máquina, a gente não aperta botão para sair um monte de gente igual. A gente, por exemplo, não troca o cheque, o carinho não chega para você com cheque de R\$ 190,00 e você troca sem dizer bom dia, não. A gente pega o aluno enraivecido, a professora com raiva às vezes porque a gente é gente, então você vai com dor, vai com fúria, eu sempre falo não esquece que aqui tem gente falando com vocês, sempre falo isso para eles e eles falam “nós trabalhamos o dia inteiro” e vocês acham que eu fiz o que até agora? Vocês acham que eu estou fazendo o que agora?

Eu estou trabalhando também! Qual a força do trabalho do professor hoje? Uma lousa, um giz e uma saliva, GLS: giz, lousa e saliva.

I: Leila qual sua projeção para a educação, para os próximos 25 anos? Para educação, para o professor?

L: Você quer que eu fale dentro do cenário atual?

I: Sua projeção, o que você lê do mundo e projeta.

L: Nós não vamos acabar. Vai ser difícil acabar com o professor, porque a gente brota/nasce, mas nós viveremos tempos mais difíceis, a tentativa de acabar com a categoria vai ser um impedimento, será uma tentativa gigantesca.

I: Você acha que haverá em relação ao acesso à escola?

L: Vai. Se na projeção, em uma ideia que é minha, de um cenário ocupado por militares de 10 anos minimamente a educação será para criar o bom técnico, para criar o técnico, para criar o trabalho mínimo, para criar o trabalhador à escola pública, a escola particular terá uma ascensão para os grandes intelectuais de direita, então eu acho que nós viveremos em tempos áridos, bem pesados, eu espero estar errada.

I: E o sindicato?

L: O sindicato vai ter um esforço danado para de novo fazer o professor entender que aquele espaço é dele, apesar que eu acho que haverá uma corrente inversa, muitos vão se aproximar do sindicato agora, muitos de nós. Eles vão tentar bater, matar, mas eu acho que vem uma leva que está meio distante, que ela vem e se apropria do sindicato.

APÊNDICE: CONVERSA COM JAQUELINE

A conversa com a professora Leila ocorreu em minha casa no final da manhã do dia 17/11/2018. Mesmo com o sábado cheio de programação a professora se permitiu compartilhar suas vivências e impressões sobre sua trajetória no magistério. Para facilitar a transcrição não escrevemos os nomes antes das falas, mas apontamos de quem é a fala através da letra inicial do nome maiúscula e em negrito.

Legenda

I: Ítalo

J: Jaqueline

I: Qual é seu nome?

J: Jaqueline

I: Você atua na rede há quanto tempo?

J: Bem deixa eu ver, faz treze anos.

I: Nossa quanto tempo.

J: Treze anos

I: Treze anos no governo do PSDB.

J: É tudo, eu peguei tudo né.

I: Jaqueline você começou como efetiva?

J: Não, eu comecei no primeiro ano como eventual, foi um ano só que eu fiquei como eventual. Nesse primeiro ano eu estava no último ano da faculdade, eu consegui no segundo semestre uma salinha. Uma sala eu consegui como aula atribuída livre, e isso no primeiro ano, e, eu estava no último ano da faculdade, aí depois no ano seguinte eu já consegui pegar aula livre.

I: Todas as escolas em Limeira Jô?

J: Não, primeiro vamos dizer assim: primeiro ano que eu tive aulas livres foi em Itacemópolis e eu ia de ônibus.

I: Eventual?

J: Não, aula livre já.

I: Muitas aulas.

J: Eu tinha uma carga completa, porque a professora era coordenadora, quer dizer coordenadora não, na verdade ela era professora e saio para assumir a coordenação. Aí quando eu fui era a carga dela completa. Eu ia de ônibus tinha que acordar cinco horas da manhã.

I: Aí você efetivou em 2012?

J: Foi do concurso de 2010. Foi em 2012, teve a primeira chamada eu fui na segunda chamada.

I: Então foi em 2012? Você entrou no Estado quando?

J: Em 2005, que eu estava no último ano da faculdade, como UFA. Ai em 2010, depois de cinco anos foi o primeiro concurso que teve, eu o prestei e passei. Eu não ia fazer o concurso, porque eu estava muito decepcionada por causa da greve que teve.

I: A greve que teve em 2010?

J: Foi. Foi bem assim, eu não sei se você estava no Estado?

I: Em 2010 não.

J: Mas, você lembra? Não se você vai lembrar. Quando você sabe dessa greve, que foi lá no Morumbi, a tropa de choque que, o governador no caso era o Serra ele jogou a tropa de choque, eu vi professor sair ensanguentado, eu estava muito revoltada. Ainda mais a gente sabendo o salário e tal... eu falei como eu tinha pago vou fazer esse concurso. Foi o meu primeiro aí eu fiz e passei.

I: E você está no Estado há treze anos?

J: Treze anos.

I: Nesses treze anos todo você fez greve?

J: Sim, desde 2008 dois anos depois.

I: Você entrou no Estado fazendo greve?

J: É, porque assim eu entrei em 2005, mas até então eu estava escolas que não tinha gente engajada. Ai quando eu comecei a ouvir o pessoal falando assim, a me inteirar, porque eu nem sabia sobre sindicato; eu não sabia de nada ai a primeira em 2008 eu participei.

I: Você fez a de 2008, 2010?

J: Todas elas, todas.

I: Você estava no palácio do planalto, no Morumbi no tinha que a tropa chegou?

J: No Morumbi eu estava aí depois na outra greve, nós fomos ao Palácio dos Bandeirantes só que aí era o Alckmin e ele não chegou a jogar.

I: Que aí foi em 2015?

J: É, foi a de 2015?

I: Foi a que lotou o Morumbi.

J: A eu sei que fui a várias. Todas elas eu participei.

I: Você já cansou de fazer greve?

J: Aí já viu. Assim, pela família: "A não vai você não ganha nada só perde". Mas, fala mais alto que eu.

I: O Jô, como você começou sua relação com o sindicato?

J: Com o sindicato? Então foi assim, na escola Brasil tinha uns professores lá bem engajados, aí eles falaram vamos participar dessa greve, aí eu falei: mas como que é? Eles disseram: "vamos lutar pelos nossos direitos lá, depois a gente repõe". Aí eu

falei: então tá. Assim, sem ter muito conhecimento só por saber de estar lutando por algo, eu falei vamos. Aí foi quando foram as primeiras vezes que eu fui a São Paulo. Porque eu tinha medo, porque antes eu fazia paralisação, mas não tinha tido greve, foi quando eu estava dando aula lá no Brasil (escola), eu participava. “Ó vai paralisar? Vamos para São Paulo?” Mas, eu não ia porque tinha receio disso em 2007, segundo ano que eu estava na sala. Eu falava: ir lá, não irei; não conheço São Paulo direito aí eu tinha receio. Mas, depois que você vai uma vez...

I: Você começou a discutir política depois que você começou no magistério, ou antes, você já discutia?

J: Foi mais depois, eu lia uma coisinha ali, mas foi depois.

I: Depois do Sindicato?

J: Sim, depois do Sindicato.

I: Você sempre foi RE?

J: Não, depois que eu participei da greve de 2008 que eu estava lá no Brasil (escola), em 2009 eu também estava lá e como lá sempre tinha já tinha os RE. Aí quando eu sai de lá e fui para o Ruth Ramos (escola) que não tinha RE, eu falei: não, vou querer ser RE. Desde 2009 estou como RE.

I: É difícil ser RE?

J: É difícil.

I: O que você acha que é difícil?

J: É porque assim, primeiro que os colegas não olham com bons olhos, até porque se a gente for vê, tem toda aquela coisa, o pessoal associou muito o Sindicato ao PT (Partido dos Trabalhadores) e o nosso, antes desse antipetismo que a gente está vendo né, que nós estamos vendo antes, o pessoal associava muito e se a gente for vê o nosso da APEOESP tem uma influência grande, forte então assim o pessoal tem muito preconceito pensa que é coisa de baderneiro, a o que eles pensam da esquerda...

I: Até o professor.

J: Professor sim nossa, e, você vai falar, vai passar recado eles acham que se pagam o Sindicato, o Sindicato tem que fazer tudo, sabe assim “eu tô pagando eu não preciso fazer nada, não preciso protestar, preciso fazer nada, não preciso paralisar”, então assim como RE o pessoal tem essa visão, de certa forma criei inimizades por causa disso. Vamos dizer assim pessoas que aquele “Oi”, “ Bom dia e boa tarde” que já vê com maus olhos, só que em contrapartida, toda dúvida vem perguntar para mim, até coisa que eu não sei explicar, mas vem perguntar.

I: Você virou referência?

J: É isso, de certa forma vira, não tem como.

I: Enquanto você, você sempre quis ser professora?

J: Sempre, sempre quis.

I: Atuar no setor público?

J: No privado não.

I: Na rede pública?

J: Isso.

I: E você sente que na sua formação, por exemplo, existia pouca discussão sobre política?

J: Na minha para ser sincera não houve nenhuma. Porque a minha área é de exatas, até se a gente for... No máximo que eu tive foram algumas disciplinas falando da didática, dos pensadores, mas bem assim enxugado, não tive nada, nada.

I: Então você conhecer a política educacional pelo sindicato e das pedradas que você levou.

J: Sim, sim e assim não... Quando eu brinco com os meus colegas de humanas eu digo que eles têm toda uma bagagem, vocês sabem falar com argumentos e eu não sei, eu sei um pouquinho que eu leio e ultimamente eu não ando lendo nada, porque na nossa vida corrida eu falo assim: o pessoal tem todo um argumento, tem uma base né. O meu curso não gente, o meu curso não teve uma disciplina para poder falar.

I: Você é formada em quê?

J: Sou formada em Química, licenciatura plena em Química, então não tem nada, só a parte pedagógica, não tem nada.

I: Você acha que o Sindicato se deu a relação através das greves de um modo geral dos professores de uma escola que já tinha RE?

J: Já, que já tinha RE.

I: E você acha que falta, por exemplo, o Sindicato ser mais presente entre a base dele em épocas que não são de greves ou épocas que não são de paralisação?

J: Eu acho que a questão não é ser presente, falta formação, só que também a nossa vida é tão corrida como professor que você vê o sábado às vezes eu vejo que está tendo umas coisas legais, mas vou para casa (até semana passada o Fabio foi) eu não podia porque minha correria. Igual hoje era para eu fazer... Nesse meu horarizinho e outra tô em casa, porque é um dia de feriado, por isso, que a gente... Mas a nossa vida é tão corrida sério que, parece uma coisa assim fútil, mas se tá com o horário ali, esse período é isso e isso aqui. Então eu acho assim, que falta mais questão de formação, não questão de não estar presente, porque nós como RE, assim como têm as reuniões a gente passa as informações uma vez ou outra eles vão, o pessoal que é conselheiro, os conselheiros eles vão. Eu acho que falta é formação para nós.

I: Formação política mesmo?

J: Formação política, formação política totalmente não sei, se é porque eu sinto em mim essa falta eu não sei o que pode ser, mas o que a gente não vê né assim.

I: Com relação ao Governo do Estado de São Paulo, com relação à educação, relação dele com a educação, a proposta dele para à educação o que você fala? Você está há treze anos.

J: Totalmente desfavorável, não vê a educação como prioridade, nunca viu. Assim a um descaso com os professores, infraestrutura, tudo é só a gente visitar a escola pública, o Estado, escola estadual que a gente vê tudo, falta e ele não investe e não dá valor em nada, a não ser o que vai fazer parte do programa político dele que, é a escola integral e essa eles investem para ter como modelo e mostra uma coisa como se fossem todas e não é. É para enganar.

I: Você como professora de Química já passou por várias escolas, treze anos no Estado, em alguma delas existia laboratório de Química?

J: Laboratório? Vamos ver espaço, coisas pequenas não se fala um laboratório, salinha com reagentes, com algumas vidrarias isso sim teve, mas assim você falar um laboratório mesmo com bancada do jeito que é para ser, não. E também a gente não tem estrutura, porque a quantidade de aluno que se tem por sala de aula no laboratório para você fazer isso, as experiências você tem que ter uma quantidade máxima de aluno quinze ou vinte no máximo, se você vai entrar com um grupo a gente precisaria de um monitor, teria que ter horas antes para eu preparar para depois aplicar nos alunos, então assim, falta bastante coisa.

I: Quantas aulas você está dando hoje?

J: Hoje eu estou com... No primeiro semestre eu estava com quarenta e duas ou quarenta e quatro, agora estou com quarenta. É quarenta, quarenta aulas semanais.

I: Você tem dois cargos?

J: É dois, isso.

I: Dois de vinte?

J: Um de vinte e o outro reduzido de dez metade, eu completo, então são dois de vinte vamos dizer assim. Mas, como cargo é um de dezenove e outro de dez que eu completo.

I: Duas escolas diferentes?

J: São três escolas, porque uma escola minha não deu para completar a carga de dezenove, que é a básica né, são iniciais. A básica são vinte e quatro e nem isso deu, porque está fechando sala, a gente tirou turno, tirou o período noturno. Então nem isso.

I: Você pode trabalhar com o ensino fundamental ou não?

J: Posso matemática, mas não é meu objetivo.

I: Jô você vê que falta também profissionalismo na gestão da escola, muita gente que está lá e que caio de paraquedas ou que está lá apenas para ganhar dinheiro?

J: A falta sim, em uma das escolas em que eu estou é complicado a incompetência é grande mesmo. Sem entrar em muitos detalhes, mas é questão de incompetência.

I: Mas falta de formação ou falta de vontade mesmo?

J: Olha eu acho que formação teórica a pessoa tem até, ela não tem pulso firme e na educação tem que ter pulso firme e não tem, sabe assim ser mais enérgica, ser mais enérgica nas atitudes e aí os alunos percebem e os alunos que dominam infelizmente.

I: Jô fala para mim uma coisa, você participou de várias greves e dentro várias greves elas apoiam com certa frequência, isso significa que várias coisas são deixadas e não são conquistadas?

J: Não, a pauta já faz tempo... Os itens são os mesmos o excesso de alunos por sala, a falta de infraestrutura a valorização do professor, que aí vem o salário, a carreira.

I: A greve de 2015, a última que teve você participou?

J: Participei todos os dias

I: Todos os noventa e dois dias, do começo ao fim, você acha que foi a maior greve, não de tempo, mas de mobilização?

J: De mobilização? Deixa-me ver, não acho que de mobilização se eu não estiver enganada, uma anterior a gente colocava mais professores na rua.

I: A de 2010?

J: Deixa-me ver a de 2010 ou a de 2013? Foi uma anterior lembra?

I: Que durou pouquíssimo tempo?

J: Não, acho que foi... Não foi pouco tempo acho que durou um mês, mas ela foi encerrada porque no finalzinho não estava tendo... Foi em 2010 ou 2013? Eu não lembro, mas a gente chegou a levar cinquenta, sessenta mil (pessoas/professores). Essa última, eu não sei foi igual, você quis dizer se foi a mais forte de mobilização é isso?

I: É de mobilização.

J: Eu acho que não viu, eu acho que não chegou a ser, a gente estávamos mais cansados, é tanta bordoadada que o governo deu, que eu acho assim que a gente tinha mais motivos ainda para lutar, mas de mobilização a de 2010 ou de 2013 tinha mais.

I: O que você lembra da greve de 2015 Jô?

J: A no início toda semana eu indo para São Paulo comando de greve, assim foi cansativo, mas bacana porque a gente estávamos lutando. No início tinha uma garra né o pessoal estava acreditando que ia conseguir, mas depois foi esvaziando, esvaziando tanto é que no finalzinho foi assim bem bastante desgastante para nós, que ficamos até o final e fizemos ela toda, porque a gente já não aguentava mais e questão do salário, três meses era questão de você saber, que nesses três meses poderia ser prejudicado a vem aquela será que eu estou fazendo... Você fica em uma situação tão complexa que, você fica será que realmente eu estou fazendo a coisa certa? Porque você quer lutar, mas aí você pensa nos alunos, a fala que os outros falam porque é vagabundo, não está trabalhando é complicado e foi complicado essa última foi.

I: Como que os alunos encaram a greve? Eles conseguem compreender?

J: Não, o todo não. Têm os poucos que falam: professora você estava lutando pelos seus direitos para melhorar; a grande parcela acha bom porque está ficando em casa, está perdendo aula infelizmente é isso. Falta conscientização, quando a gente retorna é claro que a gente fala, for por causa disso, tal, mas assim não vejo assim eles tendo essa noção.

I: Por que você acha que a sociedade julga tão mal as pessoas que fazem greve? Da tanta bordoadá?

J: Por que será? Um pouco a mídia, eu acho que a mídia influencia, as falas dos telejornais que mostram, que é manipulado eu lembro de quando a gente estava em greve assim lotado na paulista, aí eles filmam bem na hora que tem um buraco e menos professores eles filmam e assim eles passam muito a questão de estar atrapalhando o trânsito, você está atrapalhando você não quer trabalhar, então eu acho que a mídia distorce e isso é jeito que chega para os nossos alunos, os pais na televisão é jeito que eles veem.

I: A mídia, qual o papel que ela cumpre em uma greve? A mídia como ela é no estado de São Paulo?

J: Olha o papel? É de transmitir informação claro, mas de uma forma não correta, não real tanto é, que foi nessa última nossa que o governador falou que o salário nosso era de quatro mil e pouco reais, aí não sei se a folha que publicou a fala dele e ele estava no interior, eu não lembro onde ele estava era por aqui por perto, aí ele falou isso, não sei se foi a folha, mas publicou. Depois teve que fazer uma retratação porque os professores pegaram os holerites “Ó isso é mentira olha o tanto do nosso salário”, aí foi perguntar para ele, ele desconversou então assim o papel da mídia... é informar, mas assim ao mesmo tempo informa, mas não os fatos reais.

APÊNDICE: CONVERSA COM VALÉRIA

A conversa com a professora Leila ocorreu em minha casa na noite do dia 25/07/2018. Para facilitar a transcrição não escrevemos os nomes antes das falas, mas apontamos de quem é a fala através da letra inicial do nome maiúscula e em negrito.

Legenda

I: Ítalo

V: Valéria

I: Valéria por que, que você entrou para o magistério?

V: Entrei para o magistério porque inicialmente por uma questão de identificação com o curso de História. O primeiro curso universitário que eu iniciei foi curso de economia, só que eu era muito imatura e aí foi indo, eu fui conhecendo outros cursos da universidade, ingressei no movimento estudantil no curso de economia. Eu morava com muitas meninas em uma república que faziam o curso de História, aí eu fui conhecer o curso de História, enfim, acabei abandonando o curso de economia e fui fazer História, e, primeiro veio a identificação pessoal e depois o que fazer com esse curso? Não foi assim “eu quero ser professora e vou fazer um curso de licenciatura” foi ao contrário. Foi realização pessoal, porque eu me apaixonei pelo curso, lá eu me envolvi mais ainda no movimento estudantil, aí terminei o curso, e aí aquela coisa trabalho, o que eu vou fazer da minha vida? Prestei um concurso como vários outros colegas na época eu fiz a faculdade na Universidade Federal de Uberlândia, passei e vim, eu nem sabia onde era Limeira, cheguei nessa cidade vim e assumi o cargo e comecei a trabalhar, estou aqui até hoje. Comecei em 2004.

I: Quando você chegou na educação você já tinha uma concepção de educação ou foi mudando essa concepção?

V: Na verdade o curso de História, ele... O meu curso ele é Bacharelado e Licenciatura, quando eu fiz esse curso, ele ainda era muito voltado para a questão acadêmica, então a discussão de licenciatura era bem rasa e existia certa discriminação por parte dos professores gerais, que não valorizavam a carreira da educação. Mas, o curso como um todo e o próprio movimento estudantil traz uma consciência política para a gente, da importância da educação, então a gente sempre... No curso a gente sempre discutiu a importância da boa formação e como que a educação tem esse lado transformador, lá na linha Paulo Freire e tudo mais. Mas, eu vim trabalhar por uma questão de necessidade e falei “vamos ver qual lhe que é”, não vim com expectativas do que era, do que não era. Só sei, que assim que eu cheguei uma das primeiras coisas que eu fiz, foi me filiar ao sindicato porque eu achava que no sindicato... Porque aí deixar de ser estudante universitária de movimento estudantil, que era um movimento de segunda categoria na minha cabeça na época, aí sim ia ser uma trabalhadora, e, aí sim eu iria ter legitimidade na luta política, porque eu ia ser assalariada e tudo mais. Só, que aí eu cheguei e na primeira assembleia da APEOESP, eu quase surtei, eu quase surtei, porque eu achei muito ruim o nível da discussão, foi um choque. Porque aí, quando eu era estudante eu falava “nossa, eu não sou nada, sou uma bosta porque eu não sou trabalhador e nem produzo, e, eu estou aqui fazendo o movimento achando que eu sou alguma coisa,

não! O movimento é MST, movimento é os operários fechar a fábrica, isso que é movimento”, mas quando eu cheguei no sindicato eu pensei “nossa, agora eu vou militar”, aí eu fiquei bem frustrada, achei o nível da discussão baixa, aquelas disputa no palanque, disputa das correntes dentro do sindicato que refletiam as disputa dentro do partido, principalmente o PT.

I: Então você se formou professora, e você aprendeu sua profissão na sala de aula?

V: Foi. Foi bem assim mesmo.

I: Acho que todo mundo é assim mesmo, a sala de aula que ensina.

V: Eu tinha um ideal, eu tinha que ser assim, não posso cair nesse erro aquela coisa... Mas, o aprender mesmo foi no dia-a-dia dentro de sala de aula.

I: O sindicato te agregou nessa formação?

V: O sindicato...

I: O que você acha do sindicato na educação, a APEOESP?

V: Então, eu me aproximei do sindicato, assim como eu disse, quando eu cheguei me aproximei do sindicato, todas as atividades que o sindicato chamava eu participava, mas eu não sei se é uma questão local ou se é uma questão do sindicato como um todo, o sindicato ele é muito.... Eu percebi isso desde cedo, o sindicato ele é muito afastado da sua base digamos assim, no sentido de formação, eu não sei, se é uma questão local, de repente até é. Porque a agente sabe que existem várias correntes dentro do sindicato, tem a oposição, mas o que o sindicato me agregou? Ele agrega, ele agrega conhecimento sim, à medida que você se aproxima, as greves que eu participei foram momentos importantes de discussões, de debates, de entendimento, eu considero importante sim, mas eu me decepciono muitas vezes, desde quando eu cheguei, eu nunca me desfilei do sindicato, por mais que eu tenha críticas a essa entidade, eu ainda reconheço como importante.

I: Quando você fala de formação, que tipo de formação se espera que o sindicato forneça?

V: A, eu sinto muito carência daquela formação de curso mesmo, de oferecer cursos de acordo com as demandas, com as necessidades e ultimamente o sindicato pelo menos aqui, eu sei que ele oferece curso, mas no sentido assim, vai ter um concurso, aulinhas para concurso coisas nesse tipo. E aí, rola uma cobrança no sentido de quando tem greve e paralisação rola uma cobrança de que as pessoas façam, simplesmente. Como se não houvesse que ter um trabalho de base, para que serve o sindicato sem as discussões? É lógico, que eu sei também, que tem o outro lado de pessoas que não se mobilizam para né? Até porque, se existisse muitas pessoas mobilizadas para o sindicato mudar, ele talvez já estivesse mudada, então é uma falha de dois lados, não é uma coisa assim, mas eu vejo que da forma como o sindicato está hoje, eu cobro isso desde quando eu me filiei curso de formação... São coisas recorrentes sabe? Que a gente vive falando sempre que tem a oportunidade.

I: Você acha que o sindicato, a APEOESP ela tem legitimidade diante da categoria?

V: Difícil essa pergunta. Se ele tem legitimidade diante a categoria? É uma questão interessante, porque eu não sei realmente...

I: O que é o sindicato para a categoria?

V: O que faz as pessoas se filiarem ao sindicato, eu imagino e, é uma suposição que a maioria das pessoas que são sindicalizadas é por uma questão jurídica, no sentido de ter um respaldo jurídico, para quando eles precisarem disso. É muito mais uma questão legal, “a se acontecer um problema, eu vou ter um respaldo jurídico”, do que uma questão política no sentido de movimento político. É como se fosse escritório de advocacia, eu imagino é uma suposição. Porque muita gente só vê o sindicato nesse sentido “a o que se fez? O que deu?”, sabe aquela coisa assim bem... Eu escuto muitas pessoas dizendo “esse sindicato é uma vergonha”, mas eu acho que essas frases estão muito ligadas a ideia de que o sindicato é um sindicato de esquerda, ligado ao PT e tudo mais, porque a grande maioria das pessoas que dirigem o sindicato hoje, fazem parte do PT e, por uma questão de contexto político que existe essa demonização do PT, as pessoas colocam o sindicato nesse balaio aí. Mas a legitimidade do sindicato enquanto organização política para a categoria, eu acho que não, porque o sindicato não representa a categoria na maioria; por quê que não representa? Porque o sindicato, ele tem uma vertente bem explícita, e muito explícita até, e a televisão mostrou que o sindicato está declaradamente apoiando o Lula, defendendo. Eu não estou discutindo o mérito da questão, eu estou dizendo que, declaradamente, ele está apoiando o Lula e o movimento Lula Livre e pela experiência que eu tenho com a categoria, a categoria em si não necessariamente defende isso.

I: Você acha que ela... Crise, crise no sindicato, a partir do momento em que seus afiliados ou a sua categoria, seus filiados ela só te vê como acessória jurídica e não como uma instituição política é uma crise?

V: Se isso existe? Se essa é a hipótese, se a gente confirmar essa hipótese o sindicato perde o sentido, ao meu ver.

I: Existe sindicato?

V: Nesse sentido não. Porque se as pessoas e isso é uma hipótese que estou levantando, se as maiorias delas não estão filiadas ainda, para ter uma acessória quando precisar “aí eu vou me aposentar daqui 5 anos, não vou me desfiliar do sindicato, porque eu vou precisar, paguei tantos anos”... Sei lá de repente eu estou falando besteira, mas é porque o meio que eu convivo é esse... Eu tenho um grupo, eu sou representante RE de uma das escolas que eu trabalho, eu fiz um grupo para passar informação do sindicato, teve um dia que eu fiz um post, não lembro exatamente do que se tratava, e uma professora escreveu assim “esse sindicato é uma vergonha” e saiu do grupo, mas eu tenho quase certeza que ela não desfilou-se, então porque ela não vai lá e desfilia-se, entendeu?

I: Se você acha que é uma vergonha.

V: Então porque você continua filiada a uma coisa que você não acredita, eu levanto essa hipótese porque só pode ser isso.

I: Essa professora, por exemplo, Valéria quando ela fala “esse sindicato é uma vergonha”, você acha que ela tem no imaginário dela, na cabeça dela uma referência da atuação sindical, daquilo que não seria um sindicato vergonhoso ou é um jargão que ela falou por falar, um jargão comum que todo mundo fala?

V: Eu não sei. Eu acho que têm pessoas... No caso dela essa pessoa em específico, eu posso dizer que ela não é uma pessoa desinformada, eu posso te dizer... Ela não é uma pessoa desinformada, ela tem conhecimento, porém, a base do conhecimento dela é totalmente o contrário do que a gente acredita, a gente que eu estou falando do campo da esquerda, sabe uma vertente que existe hoje no mundo e não é só no Brasil, existe uma outra história que não foi contada e que toda história que foi contada em algum momento foi pelos comunistas, mas temos uma outra história e temos que reescrever essa história, ela faz parte desse... Ela tem um discurso bem convincente, é uma pessoa muito influente, e aí quando eu acho que ela fala “esse sindicato é uma vergonha”, ela está jogando do roll da esquerda, que faz conchave com o PT, deve estar envolvido na tal da corrupção, então é nesse sentido, mas eu acho muito estranho ela continuar filiada, é uma incógnita, é a preguiça de ir lá desfiliar-se?

I: Você acha que o sindicato, por exemplo, com a tecnologia que se tem, que deu voz a para várias pessoas e se mudou a maneira de fazer política, você acha que ele conseguiu acompanhar ou ele está parado e só usa essas ferramentas quando interessa?

V: É porque assim, eu ainda acho que a forma de... eu sei que uma das formas de fazer política é através dos meios de comunicação e não tem como fugir disso, só que essas informações elas só fazem sentido e tem respaldo e são absorvidas digamos assim, por pessoas que estejam antenadas as coisas. Então qualquer coisa que você divulgue, seja na área da cultura, da política, da religião os interessados naquilo, só irão pegar aquela informação desde que já estejam conectados com aquilo e se o sindicato não está conectado politicamente com seus filiados, ele pode jogar todas as informações necessárias, ele pode pagar como já fez, por exemplo, pagar anúncio na rede globo de que vai haver uma assembleia da APEOESP, isso não vai conectar aquele que não está conectado com o sindicato, acho que o buraco é mais em baixo. Por exemplo, ele consegue? Ele acompanha? Ele tem dinheiro, ele tem uma máquina para acompanhar toda essa mudança no meio de comunicação? Tem, mas ele está desconectado da base, então eu acho que por mais que ele invista, por exemplo, ele tem página, tem várias mídias, tem um canal e se você quiser entrar, você começar a entrar no site têm várias palestras, tem o boletim que a gente recebe no email, tem disponível na página tudo isso a gente tem, as informações estão aí, mas o que faz uma pessoa buscar essas informações se ela não está conectada com a discussão do sindicato?

I: Quando você fala que o sindicato está desacreditado, ele está desacreditado porque a base não entende qual é a função do sindicato e o sindicato também não consegue reafirmar essa função perante a base ou porque a base não entende de política, as pessoas que trabalham com educação elas discutem política? Elas entendem política para além daquilo que é divulgado na mídia?

V: Não. As pessoas que estão na educação, as que eu convivo lógico a maioria delas...

I: Desde as faxineiras até os diretores, você acha que eles convivem tem discussão política? Formação política?

V: No sentido amplo não, talvez para a maioria das pessoas política seja uma questão apenas de eleição, a política talvez para essas pessoas esteja restrita ao campo das eleições, de partidos políticos, eu não sei se elas entendem política no sentido de movimento social, sindicatos, discussões com organizações institucionalizadas ou não. Não sei, provavelmente elas não entendam isso como política e o sindicato, eu acho que para a maioria dessas pessoas serve como, eu te falei mesmo, a questão jurídica e talvez a questão de lazer, por exemplo, que têm vários sindicatos oferecem colônias e etc. Mas eu não vejo a maioria das pessoas entendendo o sindicato como espaço político não e nem a educação.

I: Como algo político?

V: Não. A educação talvez esteja relacionada para elas como informação, conhecimento e ascensão social, mas com conhecimento a gente sabe que é político, mas eu não se as pessoas relacionam o conhecimento a questão política, eu acho que talvez não.

I: Você acha que as pessoas que estão na educação não conseguem perceber que o projeto político pedagógico é político?

V: Não consegue. Muitas delas não. Sabe por quê? Porque nessa convivência de pessoas que estão na educação a mais tempo do que eu, passaram por transformações muito mais do que eu, porque a questão da educação é essa, talvez a cada um ano, dois anos aí, eles dizem “vai mudar tudo, vai haver uma nova...mudou o gestor, mudou aquilo outro, então vai haver uma mudança”, que mudança? Aí você vai ver não tem mudança, é só uma questão administrativa, enfim o que, que eu percebo, eu vejo gente falando assim “gente o que eles querem?”, sabe para elas ficam uma coisa sem sentido, aí elas falam assim “perai, então eu não posso falar mais tal palavra, eu tenho que usar outra palavra para a mesma coisa que eu faço, é professora ou professor?”. Então assim, para mim é o não entendimento de que todas essas relações são relações políticas mesmo sabe? Então, muito provavelmente as pessoas se perdem aí, quando elas não relacionam o conhecimento a política, quando elas não relacionam conteúdo à política, quando elas não relacionam política salarial à política né e aí vai.

I: No começo você falou que você foi aprender a ser professora em sala de aula, formando e tal. E agora você está falando que vários professores, várias pessoas que trabalham na educação não tem conhecimento político, conhecimento no sentido de associar, de perceber que tudo é uma questão política, tudo é política, isso também é uma ausência da formação universitária. A universidade você acha... Pensando nos três momentos da educação, pensando no processo educacional, você acha que a universidade também não discute política, não forma professores para discussão política?

V: Bom, ai é uma coisa assim, é uma pergunta abrangente no sentido de como a universidade pelo menos quando eu fiz universidade né, porque logo que eu sai, eu lembro que houve uma grande reestruturação do curso de historia, a onde eu estudei, onde a carga horária para discutir licenciatura ampliou muito, mais foi muito mesmo. Eu não se de fato foi quantitativo ou qualitativo, mas houve uma ampliação. É indiscutível que a universidade, pelo menos a que eu conheci, ela discute política sim, dentro de um curso de história, mas ainda é uma questão muito isolada dentro de um contexto muito mais amplo dentro da sociedade, então como são formados os matemáticos? Não sei. Como são formados os físicos? Não sei. Eu sei que na sociologia se discute política, eu sei que na história sim, dependendo do curso de geografia sim, como é que você vai ser um professor em sala de aula, essas coisas são colocadas para gente, mas quando você chega em uma escola de ensino fundamental e médio, você encontra outros profissionais de outras áreas, e a escola é formada por todos eles, então sempre tem esse choque não adianta, a gente não pode lógico generalizar, não é porque a pessoa fez história ou filosofia que ela ama política e gosta, entende de política, mas ainda a gente vê essa diferença. Então a universidade ela tem... ela teria que mudar muito...

I: Falta de debate político na formação de professor de modo geral?

V: Na pedagogia mesmo eu também não sei como que é feito a discussão política.

I: Nesse cenário de um sindicato que ele é mais associado a uma assessoria jurídica, em um contexto onde a base tem uma discussão política onde é fraca, uma greve, o que é uma greve para você?

V: Para mim?

I: Isso para você. Vamos pensar uma greve, em um contexto de greve.

V: Da segunda em diante, porque a primeira eu ainda não conhecia direito o sindicato. Da segunda em diante e a ultima que eu fiz foi em 2015 que foi a maior delas.

I: Você fez quantas?

V: Acho que foi umas três.

I: Três greves. O corpo já está marcado.

V: É. Então a partir da segunda eu sabia... Qual era a minha entidade, o que era o meu sindicato e em 2015 eu entrei em greve, não porque eu achava que ia ter um sindicato que me representasse, eu entrei em greve porque eu não conseguia, porque o contexto político do país, o contexto político educacional ele precisava levar uma chacoalham, mas é uma questão muito louca. Mais ou menos assim, é meio que um suicídio na verdade, porque uma coisa... Vamos pensar aqui em uma hipótese, você entra em uma greve sabendo/acreditando naquela entidade que vai te representar ai eu falo "porra! Vou entrar porque vale a pena" a outra coisa é você entrar por pura convicção de que você tem que entrar em greve, mais ou menos assim, meu eu falo para os meus alunos todos os dias das questões políticas, que tem que lutar sobre os seus direitos, fazer movimento bater a cara ir atrás, ai eu vou ficar o que, uma hipócrita? Falando para as pessoas fazerem alguma coisa e eu mesmo não vou atrás?

é fácil né..., aquelas coisas assim. Eu entrei bem consciente, não é porque eu achava que o sindicato iria fazer alguma coisa de fato e a gente vive em uma situação também, que isso é uma questão nacional que é a uma antiga rinha entre PT e PSDB, em 2015 não foi uma greve de professores reivindicando condições de trabalho, aumento salarial, foi uma greve de medição de força entre PT e PSDB pra mim. Então, não era uma questão da categoria, era uma questão política mais ampla, onde a direita e a esquerda estava medindo poder.

I: Isso para você se relaciona com a questão da derrota de Aécio nas eleições em 2015?

V: Você está perguntando assim: se essa categoria de professores ou você está falando da categoria de professores ou PT e PSDB?

I: A greve de 2015, eu estou pensando no contexto da greve de 2015, você acha que vai ser uma continuidade das eleições de 2014, aqui em São Paulo, entre Dilma cai e Dilma não cai e Aécio assumi ou Aécio não assumi.

V: Eu acho que está relacionado. Relacionado está, eu não sei te dizer com mais clareza de que forma isso se conjuga, mas que está relacionado está.

I: Qual é o interesse do PSDB no sindicato? Se é que existe algum?

V: Não, ele não tem interesse no sindicato. Ele tem interesse em destruir o sindicato, porque o sindicato tem muita grana, primeiro lugar. Primeiro lugar é o maior sindicato da América Latina, eu não sei nem quanto eles arrecadam, então é uma máquina forte, e, eu acho que o sindicato, como que ele está declaradamente nesse campo e... Talvez se eu tivesse na direção do sindicato hoje eu faria a mesma coisa tá, diante do contexto, eu não estou falando assim "ó como eles são".

I: Você fala parti para a guerra né?

V: É, porque é tudo ou nada. Porque o que o sindicato faz hoje, é um risco muito grande para a entidade, se você... Eu tenho uma visão que a grande parte dos filiados, não tem esse ideal político, se você explicitamente fala "estou desse lado", o risco de desfiliação em massa é gigante, mas se não houve esse desfiliação em massa é porque isso confirma a hipótese, de que as pessoas veem aquilo como um departamento jurídico apenas. Porque se fosse uma questão política, já teria desfiliação todo mundo, todo mundo não! Pelo menos uns 40%.

I: Você acha que há uma parte de idealização dentro do sindicato? (27:48- não entendi a questão direito)

V: Acho.

I: E, essa parte de idealização ela influenciou a greve de 2015, foi uma greve político-partidária dentro daquela rinha?

V: Que se juntou... Existia uma cobrança de uma base para que houvesse greve. Eu não estou falando que não existia um movimento de base, mas no momento que essa greve se consolida e depois as negociações acontecem e quem senta para discutir

que são determinadas pessoas, digamos assim a ala mais a esquerda do sindicato, ela é colocada de lado e a majoritária que faz as negociações.

I: É muito louco isso né? Porque quem deflagra a greve é o sindicato, mas o sindicato vai deflagrar a greve em uma assembleia?

V: É. E quem vai à assembleia?

I: Quem vai à assembleia, mas teve assembleia que teve muitos professores.

V: Sim, mas a parte mais de esquerda sempre quis greve.

I: Mas, teve assembleia que teve mais de 80 mil pessoas teoricamente. Nessas assembleias de 80 mil pessoas, você acha que, por exemplo, lá em abril quando a greve estava dando um mês de greve teve 80 mil pessoas, você acha que essas 80 mil, elas queriam greve com um propósito totalmente diferente daquele propósito que a direção do sindical queria? Ou convergia de certa forma? Pensando assim, que existia uma greve e aí o sindicato que a greve por um motivo, que é o motivo briga partidário, briga política pensando nisso e aí a base ela aderiu a greve durante um certo tempo é muita coisa. Você acha que os interesses eram oposto-antagônicos?

V: Não. O fundo ideológico é o mesmo. Não, eu vou mudar não é o fundo ideológico, os objetivos são os mesmos, porque para grande maioria das pessoas que estavam paralisadas, porque eu vou colocar aqui, o fato de ter 80 mil pessoas em uma assembleia, não quer dizer que elas estivessem em greve, isso é muito importante, porque nós sabemos até por uma questão material, as pessoas elas não fazem greve, elas fazem paralisações. Então, por exemplo, 80 mil pessoas em São Paulo, quantos professores existem só na grande São Paulo? Se, só os professores da grande São Paulo parassem naquele dia porque... Isso é uma coisa muito recorrente, porque têm pessoas que fazem assim, elas dão aula de segunda à quinta, chega na sexta elas paralisam e voltam a dar aula de segunda à quinta, então elas vão na assembleia apenas na sexta, entendeu? O fato de ter 80 mil pessoas, não significa que tinha 80 mil pessoas em greve. Então, isso é complicado, é uma coisa assim que a gente sabe que a greve tem picos, à medida que cai o salário, a pessoa recebe R\$ 100,00 reais de salário, ela volta para sala de aula, entendeu? Então é assim. Agora o que eu posso dizer com certeza, aquelas 80 mil pessoas que estavam lá queriam aumento de salário, o sindicato tinha isso na pauta? Tinha, então é uma confluência, o objetivo é o mesmo. Mas, quando eu digo da questão partidária, não é que o sindicato não vai lutar pelas nossas pautas, é que não é isso apenas, existe uma lei, é óbvio que o sindicato só vai conseguir mais filiados e mais pessoas a medidas que ele vai tendo conquistas né? E, a greve de 2015 mesmo, nós não tivemos nenhuma conquista política, nós tivemos apenas conquistas jurídicas.

I: Então... O judiciário na greve ele se intrometeu?

V: Sim.

I: Porque você acha que isso acontece?

V: Porque não tem força política. Porque o que aconteceu...

I: Também aconteceu do jurídico se intrometer para castigar, em forma de multa e tal.

V: Então, a gente entra em uma outra questão, que são as instituições brasileiras que elas não exercem o papel que não deveriam exercer. A partir do momento que o jurídico... A gente tem que lembrar que em 2015, o PT estava no governo federal, a Dilma ainda estava no poder certo? Então, existia certo balanço, PT no federal e PSDB em São Paulo, então era outro contexto que a gente vive hoje, de lá pra cá tantas águas rolaram e mostrou o quanto nosso judiciário é parcial, totalmente parcial. Então o que aconteceu na greve de 2015 a meu ver, os professores tinham pautas mais do que justas, existia uma base pedindo greve do sindicato. O sindicato vai lá, declara greve o movimento começa como sempre, começa o movimento, ele vai se desenvolvendo só que o governo não senta para negociar, principalmente com esse sindicato, pelas questões partidárias e em três meses de greve, nós não conseguimos negociar nada politicamente falando, tudo que nós conseguimos foi através do jurídico e aí o que acontece? Vai ficar decidindo juridicamente quem tem razão de fazer greve, o governador pode recolher o salário, o governador tem que devolver o salário e assim sucessivamente, então a greve de 2015, foi uma medição de forças através do judiciário através das questões políticas do país.

I: Você acha pesando na questão do judiciário, mas a partir do momento em que o sindicato ele recorre ao judiciário para conquistar algumas coisas e não recorre a base para conseguir as coisas, é um atestado de falência, é um atestado de crise?

V: É, porque ele sabe que não tem base e ao mesmo tempo, ele tem uma base que financia ele, é contraditório demais, porque para mim... Nesse momento eu vejo essa hipótese “eu os deixo fazerem a greve e se eles conseguirem alguma coisa, boa, se não conseguirem”, entendeu? E, o mais louco de tudo é que quando você precisa recorrer ao departamento jurídico do sindicato, quando eu precisei, eu fui até o sindicato para conversar com o advogado, o advogado não é de esquerda, você não sabe se ele está defendendo o estado ou você, é muito louco, porque as pessoas que pagam o sindicato achando que tem uma boa defesa, elas não tem noção de que não é bem assim, talvez seja uma questão local, porque o sindicato está no estado inteiro, mas é muito louco, então eu acho realmente que a base política do sindicato talvez tenha se perdido na década de noventa, sei lá.

I: O Valéria, mas como que uma greve que durou 90 dias, mais de 90 dias sem base, só nessa batalha jurídica?

V: Aí eu não sei, se você tem esses dados, mas quantas pessoas ainda estavam em greve depois de três meses? Porque de novo eu venho no micro, nas minhas relações, as pessoas que estavam em greve aqui, eram pessoas que tinham algum respaldo econômico, fora do seu salário, que elas não dependem desse salário para viver, então eu não sei quem estava em greve, quem ficou três meses de greve, eu fiz uma pergunta, porque você sabe que eu fiquei porque eu tinha recebido bônus e aí eu fui economizando dinheiro para sobreviver, arrumei uns bicos para fazer, mas eu sou uma pessoa sozinha, não tenho filhos né? Aqueles gastos que a maioria das famílias tem. Então eu realmente não sei quem estava fazendo greve, quantas pessoas, porque greve é greve, quantas pessoas fizeram greve três meses, eu não sei. Eu sei que, aqui na nossa cidade deve ter tido umas 10, 15 que fizeram greve, isso incluindo

peças da direção do sindicato, porque você espera isso delas né? Que elas façam. Então, eu não sei quantas pessoas fizeram a greve, três meses.

I: Além da mídia, além da mídia não. Além do jurídico a mídia participou da greve de alguma forma. Para você qual foi o papel da mídia na greve, a mídia eu falo a folha de São Paulo, o Estadão, a TV local, qual foi o papel que ela desempenhou?

V: A, ela não fugiu muito do que ela costuma fazer né? Eu não lembro muito assim, como que eram as manchetes, eu lembro que se demorou a fala da greve né? Eu lembro que existiam algumas distorções, porque a mídia, a grande mídia diga-se assim, ela tem um lado, aquela velha discussão a mídia ela tem um lado, poder de funcionamento, mas ela não fugiu muito do que ela costuma fazer que é não pegar as divergências, que de repente sei lá que uma mídia... Se a mídia conseguisse mostrar as próprias divergências no próprio movimento, as críticas ao próprio sindicato isso não acontece. As condições reais de trabalho dos professores, a mídia talvez ela não tenha dado o destaque, o fato de não falar muito da greve, que é o que geralmente ela faz, já coloca a greve, já não mostra a greve, então as pessoas não pensam sobre isso. E, eu imagino que na grande parte/maioria das escolas estavam tendo aulas, mesmo com três meses de greve, eu imagino que as maiorias das escolas estavam com aulas. Quantas escolas estavam paradas? Então a mídia não divulga, as escolas estão funcionando, professores estão substituindo, a população não vai nem prestar atenção na greve, então a mídia falando ou não falando. Porque uma coisa é assim, quando a mídia esconde um fato e as pessoas estão vendo no seu dia-a-dia acontecer, as pessoas vão falar "poxa, mas não estão falando nada no jornal", mas como a greve era uma greve meio capenga, então o que a mídia falava, deixava de falar talvez não influenciasse na opinião pública.

I: E, para você como que a greve influencia na atuação de um professor, por exemplo?

V: Professor que faz greve? E, professor que não faz greve?

I: É, vamos pensar nos dois.

V: A nossa pode influenciar de várias formas, eu já vi professor fazendo greve uma vez e acharem horrível e achar que não tem nada de bom e nunca mais fazer greve e aconselhar ninguém a fazer greve, e eu já vi professor que fazem todas as greves, mesmo que dure uma semana, duas semanas, três meses e tem... As pessoas que fazem greve por diferentes motivos também, nem sempre é uma questão política.

I: Você acha que no chão, ali no chão da greve na base, existem vários motivos, interesses, várias pessoas, diferentes pessoas também, mas existe ali um espaço para amadurecimento de ideia, amadurecimento no debate político, mudança de perspectiva sobre política, sobre economia, sobre o papel da escola?

V: As pessoas que utilizam esse tempo durante a greve para ir ao sindicato ou para sei lá, para discutir política que não precisa ser no sindicato necessariamente é óbvio que ela vai ter, vai entrar em uma greve de uma forma e vai sair da greve de outra forma, mas é aquela questão, muitas pessoas fazem greve e mantêm seu cotidiano, continua em casa e não necessariamente vão discutir política, quem discute política com certeza vai ampliar seus horizontes, vai vivenciar na prática outras questões, mas

muitas pessoas não fazem isso, muitas pessoas é o que eu falo, não tem a base política do sindicato. Porque o que seria o ideal, das pessoas que estão fazendo a greve vai discutir política, vai pro sindicato, vai em algum outro espaço, para discutir política, vai fazer o movimento em outras escolas, conversar com outros professor, mas isso é uma coisa que óbvio, que em algumas cidades acontece com mais intensidade em outras menos, mas eu não sei quanto por cento, das pessoas que fizeram a greve fizeram movimento político nesse momento ou elas apenas ficaram esperando alguma coisa acontecer.

I: E para você?

V: Para mim, todas as greves que eu faço isso, enquanto eu deveria estar trabalhando, que também é uma questão política, é um ato político, eu estava discutindo, trocando ideias, fazendo críticas ao sindicato, participando de mobilizações, aí a gente sai com aquela sensação, quando a gente vê as coisas acontecendo, a gente passa por várias crises né, oscilações “o que eu estou fazendo gente? Eu nem sei o que esse povo está discutindo com o governo, o que realmente eles estão colocando na mesa” mas, aí você tem pessoas que pensam igual você, você cria ligações com essas pessoas, ai você cria um grupo ali dentro, onde você vai se sentir confortável naquele grupo e aquilo se torna uma questão importante para você, debater, defender suas ideias, lutar para que alguma coisa aconteça de verdade, aí eu não sei, se é uma questão de feeling ou se é apenas formação, eu não sei te dizer o que, que capta uma pessoa para o movimento político, eu não sei te dizer isso.

I: Existe uma apatia à política?

V: Olha hoje no Brasil, por bem ou por mal na verdade, as pessoas querem discutir política, não necessariamente sabendo o que estão dizendo, mas se a gente for comparar a 15 anos atrás, hoje muitas pessoas discutem política, nem que seja para falar alguma coisa relacionada a direita, sei lá. Eu percebo que existe... Por mais que as pessoas critiquem “tudo é corrupto”, a gente está vivendo essa coisa de que tudo é corrupção, nem que seja para falar da direita estão falando. Eu não me lembro das pessoas discutindo sobre política, CPI e sei lá, eu não me lembro das pessoas discutindo assim, com tanta frequência como em relação a 15, 20 anos atrás. Aí tem a questão qualitativa, qual é a qualidade dessas conversas né? Porque antes elas não falavam, agora elas falam, qual é a qualidade dessas conversas?

I: Outra coisa que teve na greve foi à presença de policial. Como que você lê a presença da polícia militar nas assembleias que ocorreram?

V: Assim, essa ultima greve não me lembro, a gente viu coisas acontecendo com companheiros nossos, eu acho que a mais tensa que eu vi, que eu estava presente, foi que a gente entrou na assembleia legislativa, foi a assembleia legislativa que a gente ocupou? Foi. Talvez tenha sido o momento mais tenso, que o pessoal fez pressão para entrar e nós entramos e dormimos lá dentro, mas eu já vivenciei outras greves, onde eu tive que correr mesmo, extremamente desnecessário, desnecessário. Porque é aquela coisa, a gente sabe que todas as vezes que tem manifestações nas ruas e que existe um grupo de pessoas mais afoitas, mais aguerridas digamos assim

e acabam acontecendo um conflito, muitas vezes esse conflito acontece e muitas vezes esse conflito é provocado não pelas pessoas e sim pelos policiais.

I: Infiltrados ali?

V: Infiltrados tem, com certeza tem pessoas infiltradas, tem as pessoas que normalmente se exaltam e vão lá que fazem parte do movimento mesmo e causam lógico que tem, mas não precisa daquele arsenal todo, é muito arsenal para pouco risco digamos assim, é ostensiva a presença dos policiais.

I: Valéria pensando na questão do... Existem pautas que são além de propostas pelo sindicato que eles não abrem para a base, durante a greve você conseguiu ver um contra censo da base com relação ao sindicato, divergências de ideias ali com relação à própria direção do sindicato propunha; Uma insatisfação da base com relação ao sindicato, como que você lê isso?

V: Em relação à pauta não. Mas em relação à condição da greve sim então, por exemplo, uma assembleia está lá e sobe aquelas varias linhas para fazer a proposta lá, vamos fazer a passeata por tal rua, “nós queremos ir para a outra rua”então assim, as divergências pelo menos nas greves, na de 2015 que foi a mais recente elas não pareciam no ponto de pauta, porque o ponto de pauta era o que todo mundo queria aquilo, primeiro item, segundo item, terceiro item, era aqueles pontos de pauta mesmo isso não havia muito divergência, o que havia de divergência mesmo era o como, temos que partir por essa estratégia, por aquela estratégia então tinha um pessoal que era um pouco mais radical, queria fazer um ato talvez mais imprevisível que a policia não estivesse esperando, e aí vem a direção e fala isso “não faça isso, porque se nós formos por tal caminho eles vão dar uma multa de não sei quanto”, e isso acontecia, então uma base que estava lá na assembleia querendo votar uma proposta, sempre teve muito conflito e foi o que me chocou quando, a primeira assembleia que eu participei no sindicato, que é umas pessoas lá no palanque falando e as pessoas que estavam assistindo divergindo, você um momento que eles vão se pegar.

I: Vão pra cima?

V: Vão pra cima.

I: A base vai pra cima.

V: É. Então ai é muito louco, porque aquela base que vai a assembleia, que digamos assim é mais de esquerda, ela está ali para contrapor quem está na direção, mas essa que está mais a esquerda é a minoria dos sindicalizados, então talvez ela não faça tanta diferença ali no geral. O momento que aparece mais divergência é no como fazer e não nas pautas, porque as pautas são muito convergentes.

I: Você acha que essa não escuta da direção do sindicato para essas pessoas que não pensam da mesma forma que elas como fazer, cumpre um papel? Qual papel você cumpre? Esta vinculada a que? Vincula-se a que e por que o sindicato não escuta? Essa pequena parcela da esquerda, sindicalizada que vai às assembleias e que apresenta uma contra proposta e demonstra uma insatisfação.

V: A, sei lá. De repente eles acham que é uma visão política infantil sabe? Porque os radicais em qualquer movimento eles são vistos como as pessoas que são meio suicidas politicamente, então são as pessoas que não serão ouvidas nunca, vamos supor alguém que é candidato a um cargo dentro do sindicato, na assembleia legislativa seja a onde for. Você olha para a pessoa e fala “mas, essa pessoas não vai conseguir para negociar, então nem compensa votar nela”, então talvez essa minoria mais radical é vista pelo sindicato, como aqueles que não vão agregar, mas na verdade ou eles tem medo de serem tirados do caminho que eles acham que tem que seguir, não estou disposta a mudar o caminho, não sei te dizer necessariamente, acho que são vários fatores, talvez se a gente traz essa galera radical para dentro do sindicato, a gente vai ter que fazer o que eles querem.

I: Na greve qual foi o papel do conselho nacional de educação, conselhos escolares, teve papel?

V: Não me lembro.

I: Por que se a gente pensa na ideia de política participativa, o conselho estadual de educação, o conselho nacional de educação deveria ter uma autonomia, talvez muito maior que o próprio governador, porque é uma questão política, essa ausência deles significa o que? Significa que ele já tem um lado, significa que ele não tem um lado ou que...

V: Talvez eles não tenham, não sejam efetivos, talvez não seja uma questão só de interferir ou não na greve, estar próximo ou não na greve, talvez não tenha atuação nenhuma em nenhum campo, que existe até com uma instituição ali. Não parei para pensar nisso não, mas talvez seja isso, porque fora isso qual o papel dessas instituições? Quando elas as vê atuando? Sei lá, de repente eles estão fracos mesmos, talvez nem seja uma questão de ter um lado.

I: Qual sentimento de uma greve? Você que participa, participou dessa ultima? Um sentimento positivo ali, o que se sente ali participando de uma greve, fazendo assembleia? Um sentimento positivo ou negativo?

V: É mais positivo, mas é porque eu gosto muito de política entendeu? Talvez se eu entrasse na greve com objetivo de conseguir uma coisa, de conseguir tal coisa, talvez fosse muito frustrante e eu nem tivesse feito essa. Mas, para mim foi assim, é um momento de reflexão, de testar, de me testar como um ser político, rever a minha visão sobre educação talvez. É uma coisa de formação eu acho; necessidade de formação, de reflexão, para mim é positivo, sempre foi positivo participar, por isso, que eu falo que eu entrei com convicção e não necessariamente por acreditar nas instituições.

I: Na sala de aula, como é voltar para a sala de aula depois de uma greve?

V: É interessante, porque assim o professor querendo ou não é uma referência, não adianta ele não querer ser, porque ele é. E, aí quando a gente vai convivendo com os alunos né, seja qualquer idade, eles percebem as nossas diretrizes, é a gente não precisa falar “eu defendo tal pessoa, tal partido”, não precisa falar isso para eles, eles entendem mais ou menos como... Eu quero falar tal coisa, com qual professor eu vou

falar? “A, com ele, com ele ou com ela”, porque eles percebem o seu perfil, entendeu. Então, voltar de uma greve para os meus alunos, os que foram sempre meus alunos é mais do que normal e mais do que normal é, eu estar fazendo greve, seria estranho se eu não tivesse fazendo, então é isso. É poder não só voltar para a sala de aula, mas na minha convivência é o firmamento das convicções, reafirmar ou criar mais dúvidas. É o pensar, talvez seja o momento em que a gente fala “agora eu vou fazer greve, então eu vou parar para pensar as coisas que eu não tenho tempo enquanto estou trabalhando, porque o trabalho suga a gente”, voltar para a sala de aula é voltar oxigenada politicamente, eu acho.

I: Legal, muito obrigado Valéria. Valéria só para terminar, quantos anos que você está no magistério?

V: Eu entrei em 2004.

APÊNDICE: CONVERSA COM PEDRO

A conversa com o professor Pedro ocorreu em sua casa no final de uma manhã ensolarada no dia 20/11/2018. A conversa ocorreu com muito café e água. Para facilitar a transcrição não escrevemos os nomes antes das falas, mas apontamos de quem é a fala através da letra inicial do nome maiúscula e em negrito.

Legenda

I: Ítalo

P: Pedro

I: Pedro como que você chegou ao magistério?

P: Como eu cheguei ao magistério? Eu busquei a minha formação como professor, porque era uma coisa que desde da adolescência eu tinha vontade né; eu não fui por falta de opção, eu fui porque eu quis!

I: Foi uma decisão?

P: Foi uma decisão. Eu estava no ensino médio e já falava que eu iria fazer curso de história, e, eu vou para a questão... Eu queria dar aula mesmo, nem imaginava que poderia fazer pesquisa ou ir para outro lugar, outro caminho da história, eu queria ir para a sala de aula, eu queria dar aula.

I: No setor público?

P: Eu não se eu pensei sempre no setor público, mas eu... Como eu vinha de uma escola do setor público e nunca estudei em uma escola particular, então eu acreditava que sim, seria setor público, tanto que até hoje eu nunca trabalhei fora do setor público.

I: Vários professores que eu falei, e, eu falei com seis até agora eles falaram também que foi uma decisão consciente. Então você já conhecia a realidade, o sucateamento, o descaso com a educação ou para você a realidade era outra antes da escolha?

P: Antes da escolha, quando eu fiz a escolha olhava para a escola do... A partir do olhar do estudante, do aluno né. Sem ter essa noção do sucateamento da escola, dos problemas referentes questão da à estrutura e que a gente vai depois vivenciar e perceber de uma forma diferente daquela forma que a gente via enquanto aluno.

I: Aí ao longo da sua formação enquanto professor você já foi passando por escolas ou não você chegou à escola só no final da graduação ou só para dar aula mesmo?

P: Não. No período em que eu estava na graduação o único contanto que eu tive com a escola foi estágio, depois quando eu terminei a graduação e os dois anos de pós-graduação, porque eu emendei uma coisa na outra e durante a pós-graduação eu não trabalhava porque eu tinha bolsa da CAPES, então eu fiz sem ter que trabalhar. Quando eu estava no último ano da pós-graduação, nos últimos meses para defender a dissertação é que eu comecei a trabalhar como eventual na rede pública.

I: Então quando você começa a atuar na rede pública, já tem uma leitura sobre políticas educacionais, educação no Brasil e tal, tem alguma coisa?

P: Eu tenho a leitura da academia, mas totalmente diferente da realidade.

I: Qual realidade?

P: Eu tinha uma professora que dava aula de didática na faculdade e ela dizia para a gente assim “olha, nós não podemos ser totalmente pessimistas, nós vivemos em um país de 500 anos, e, para ser assim otimista mais uns 500 anos para haver alguma melhora na questão de educação”. Então, a leitura que a gente tinha... Mesmo quando a gente fazia o estágio e a gente via algumas coisas diferentes daquilo que a gente via na academia e a gente trazia para a sala de aula, ela falava isso, “vamos ser otimistas que daqui 500 anos talvez a gente vai ver uma melhora”. Então assim, a visão da academia é muito diferente da realidade, de quando você começa a trabalhar obviamente. Ai quando eu fui no primeiro ano de professor; o primeiro ano que eu fui dar aula foi em 2005. Aí, eu fui com o eventual, aí você consegue perceber todos os problemas existentes em uma escola, que são vários né, vários. Vai da questão estrutural até formação profissional e o que a gente vivência, o dia-a-dia, o que a gente vê... porque a escola não está desassociada da sociedade, ela é parte da sociedade e a gente dentro da escola enfrentamos uma série de problemas, que vai desde a violência a lidar com casos que extrapolam totalmente a governabilidade, vamos dizer assim: a sua governabilidade, sai totalmente fora. Têm algumas coisas que às vezes deixam você até abalado, emocionalmente, né? Sua estrutura fica meio abalada.

I: Você acha então que mais 500 anos?

P: Isso era na visão da professora Célia.

I: Quanto você acha? Na visão de Pedro?

P: Vamos acreditar na professora Célia e vamos esperar mais 500 anos quem sabe.

I: Pedro nessa questão, você está na rede desde 2005 então você já passou por várias mudanças do currículo, São Pedro faz escola feita... Começada pela Alckim e terminada pelo Serra.

P: É, eu passei. Quando foi implantado o currículo eu dei aula de eventual um ano só. No final de 2005 eu fui chamado e como eu já tinha prestado concurso quando eu ainda estava fazendo a faculdade, eu fui chamado e daí eu assumi um cargo como professor efetivo em 2006, lá na escola Leontina, periferia de Limeira, que tem uma série de problemas também e você sabe como é escola de periferia. E passei sim, pela mudança, pela implantação do currículo. Desse currículo unificado? É, acho que é isso.

I: O Pedro, e quando você chega na sala de aula, você se espanta com aquilo que você encontra? Com a escola assim, você lembra qual foi a sua primeira impressão? Porque quando você chega enquanto professor mesmo, dando aula na periferia de Limeira, você tem um choque de realidade ou não, você já esperava por tudo aquilo que você fosse encontrar?

P: Olha, quando eu cheguei na escola em 2006 na periferia de Limeira para começar a trabalhar.

I: Você mudou de cidade?

P: Mudei, mudei. Eu morava em Américo Brasiliense e mudei aqui para Limeira porque eu tinha assumido o cargo aqui né, na região em que eu morava não tinha cargo. A não sei, eu acho sabe o que aconteceu Ítalo, porque assim, eu estou chegando e ainda eu tinha algumas ilusões de professor que está começando e que... Não que eu seja totalmente pessimista hoje tá, mas eu estou dizendo assim, eu achava ainda que eu poderia ir talvez fazer alguma coisa diferente, então você chega, você entra no magistério de uma forma, mas o sistema vai destruindo, vai te desintegrando, aqueles seus ideais vão sendo desintegrado conforme você vai... Hoje já faz 13 anos que eu estou dando aula, então algumas coisas daquilo que eu pensava em 2005, elas já foram desintegradas. Já ficou para trás. Enterrado... Bem enterrado!

I: Enterradas?

P: Sim, enterradas.

I: O Pedro quando você... Você já conhecia o sindicato antes de você ingressar no magistério, já tinha ouvido falar ou você conheceu o sindicato?

P: Eu ouvi falar sim, até mesmo pela formação, a gente sabe o que um sindicato, mas eu não estava integrado ao sindicato ainda, aqui em Limeira. Foi em Limeira que eu comecei a participar do sindicato como representante de escola e nem foi no primeiro ano, foi a parti do segundo ano, quando eu mudei de escola. Que eu saio da periferia e venho para o centro.

I: E nessa mudança, você sente mudança no perfil do aluno?

P: Não! Porque o aluno do centro é o aluno da periferia.

I: Então tudo isso é mentira, é ilusão. Acreditar que existe diferença?

P: Não tem diferença porque... No entorno na escola central não existe comunidade para ser atendida pela escola, então todos os alunos que vem estudar na escola central, são os alunos dos bairros do entorno do centro, e, a grande maioria são os alunos da periferia, que não tem escola suficiente para atende-los.

I: O Pedro o que, que te moveu a ir para o sindicato, para a APEOESP você se lembra? Foram questões trabalhistas mesmo? Busca pelos direitos trabalhistas?

P: Principalmete. Assim, quando eu fui para a segunda escola, era uma escola que tinha professores sindicalizados. Tinha o professor Antonio de História que também conhecia da faculdade, onde nós tínhamos feita a mesma faculdade. Tinha a Erica, professora Erica que era coordenadora do sindicato. E daí assim, a gente começa a entrar em contato com pessoas, que são mais sindicalizadas e que já tinham participação mais efetiva no sindicato, e, ai eu acabei indo para o sindicato assim dessa forma. Então é lógico que quando você vai para o sindicato, você vai em busca de direitos trabalhistas, você não vai para o sindicato por nada. Você vai em busca de

direitos trabalhistas, e, eu acho que é onde você encontra pessoas que pensam um pouco mais parecido com você, na questão de formação.

I: A APEOESP tem uma trajetória política significativa, que se confundi com a história do país, da redemocratização do país e que também se mistura com a história do PT (Partido dos Trabalhadores), principalmente essa nova APEOESP que está aí desde da década de 80. E pela sociedade está em um movimento de antipetismo, esse antipetismo também recai sobre o sindicato dos professores, sobre a APEOESP. Você acha que existe entre os professores, uma má impressão entre os membros em relação ao sindicato, sobre a atuação sindical e tal?

P: Olha, tanto você, quanto eu e uma grande parte das pessoas que estão no sindicato, que fazem parte do sindicato de alguma forma, eu acho tem muito claro essa associação do sindicato com questões partidárias.

I: É, por exemplo, para mim não é claro que, como existe um PT, PSOL, um PCdoB é claro que existem outros ali. A ideia que eu fico pensando, é a ideia de que, que impede um professor de não se ver como parte do sindicato e acaba achando... E a gente vê a APEOESP, talvez seja o sindicato que tem mais filiados por categoria, acho que entre os professores 70% dos professores, entre 60%, 70% são filiados. Por exemplo, você vai para outras categorias a gente não consegue estrapolar 30%, 35%, 40% dos trabalhadores filiados ao sindicato.

P: Eu acho que, o professor primeiro não se vê como operário, não se vê como trabalhador. A partir do momento em que o professor começar a se ver como trabalhador, como operário porque ele não nada mais que isso operário; ele vende a força de trabalho dele para o Estado, na hora em que ele começar a perceber isso talvez a gente tenha professores que sejam mais sindicalizados e que sejam mais abertos para a questão do sindicatos. Agora essa questão, se a associação do sindicato ao Partido dos Trabalhadores, ao PT poderia ser... E, a gente sabe que na base do sindicato existe outras oposições a essa diretoria e tal... E a gente sabe que as outras diretorias também são partidárias. Elas são do PCdoB, do PSOL, do PSTU entendeu? Então assim, se o professor ficar vendo a que partido a diretoria está ali na posição, está apoiando e não se integrar, e não lutar pelos direitos, então nós não iremos ter professores que, irão lutar nunca pelos direitos em momento nenhum Italo.

I: Ao longo dos jornais da greve, alguns comentários de professores que eram feitos, até mesmo no facebook em algumas postagem lá de 2015, muitos diziam o seguinte “eu pago a APEOESP, então ela tem que brigar por mim”.

P: Então, é que as pessoas acham que o único fato de fazer o pagamento da contribuição, contribuir mensalmente com o sindicato, só isso basta, que isso faz o sindicato. Uma fala que eu acho bem interessante é “olha o sindicato não é feito de paredes”, o sindicato somos todos nós. Se, o sindicato não é feito de parede precisa contar com a força dos associados. Não adianta eu pagar a minha mensalidade, minha contribuição sindical todo mês, e, quando o sindicato me chamar para uma assembleia eu não vou, quando ele me chamar para uma manifestação eu não vou, quando ele me chamar para uma greve, eu não vou. Então fica complicado entendeu? O sindicato

ele consegue coisas quando ele tem força, e quem da força ao sindicato são os associados. Se, eu não me sinto operário, se eu não me sinto trabalhador e não do força ao sindicato, como é que o sindicato vai ter força?

I: Por que você acha mesmo sinto uma profissão sucateada, pouco valorizada salarialmente, por que professor ainda não consegue se vê como um trabalhador, que vende sua hora de trabalho e se não vende, não ganha. O que impede o professor se ver como trabalhador e de vê como um trabalho que tem, que agir coletivamente para conquista de direitos?

P: Talvez seja pela questão, e daí eu não quero ser machistas e nem sexista, mas talvez seja pela questão de que, a maior parte do professorado é formado por mulheres e muitas mulheres elas trabalham para uma complementação de renda. Eu não sei se você esta entendendo? Eu não estou querendo associar a minha fala, além de uma questão de machismo. Como elas trabalham para uma complementação de renda, e a maioria são casadas e contribuir com a renda, que é a renda... E, existe outras que eu conheço que sustentam a casa mesmo sendo casadas tá. Então assim, isso foge um pouco a regra, mas eu acho que a grande maioria, a regra geral talvez esbarre nessa questão. Quando você chama uma pessoa para a luta, e, eu não consigo entender como a pessoa cruza os braços. E, além de ter essa questão, que eu não quero coloca-la como principal, tem a questão também do professor se achar... As vezes o professor tem um ego muito grande né? “Eu sou o intelectual, o intelectualizado, eu não sou operário, não sou trabalhador”, ai acha que...

I: E vezes ganhando um salário bruto menos que de um operário. E sobre a história de mulher, é muito comum estar na sala dos professores e escutar uma professora falar que “escolheu ser professora por conta da flexibilidade do trabalho, flexibilidade do horário”.

P: Tem toda essa questão. E assim, eu tenho que me ver como operário, como trabalhador que, eu vendo a minha força de trabalho e não faço bico entendeu? Enquanto o professor tiver se vendo como um intelectual e que não é o operário né? Porque o trabalho não é braçal, ele acha que não é operário, e acha que é intelectual, ai a gente vê muitos desses professores, principalmente em sala de professores que a questão da intelectualidade está bem longe. Então assim, enquanto ele não se ver como operário, como trabalhador e não fazedor de bico e se integrar ao sindicato.

I: É engraçado, porque as vezes os professores não conseguem comparar a sua profissão como, por exemplo, a profissão de uma pessoa que trabalha em uma indústria, eu acho muito mais cansativa a realidade de um professor e tal... Não que a realidade de quem trabalha na indústria não seja cansativa, mas, por exemplo, tem semanas que eu não quero ver ninguém no final de semana, eu quero ficar apenas quieto no silêncio, recluso e se possível sem ver sol. Então, eu percebo que muitos professores não conseguem fazer essa comparação de como o trabalho docente em sala de aula, as péssimas condições de trabalho criam para gente uma realidade que talvez seja muito pior do que uma realidade de um trabalhador que trabalha em uma indústria, enquanto um torneiro mecânico que tenha um curso técnico, e, que ganha um piso salarial muito maior que o nosso. Você acha que existe na história, apensar da historia ser um curso diferenciado falando na questão política, mas entre o restante

dos outros professores, você acha que existe uma má formação ou uma má percepção sobre política e eles encaram a profissão com hignuidade?

P: Eu acho que sim. É bem por ai mesmo, bem nessa linha, você lembra quando eu conversava com você exatamente sobre isso, a questão da falta de formação, falta de entendimento né, inclusive da classe, da categoria de professores, com relação a questão politica, o entendimento politico, o entendimento de como é a estrutura do estado, de como o estado funciona, muitos deles ainda não sabem e alguns nem querem saber. Vivem alienandos e gostam de viver em um mundo cor de rosa. Mas é assim que funciona, assim como acontece na categoria dos professores, acontece no resto da sociedade.

I: Porque assim, falta muita leitura para tentar entender ou tentar traçar alguma coisa. Mas, uma coisa é você ter uma formação, ser formado, ser licenciado para ser professor e chegar na escola sem nenhum tipo de formação política ok! Ninguém vai te matar por isso. Mas uma coisa é você continuar na profissão, ai passou 5 anos, só que a sua profissão tem o maior sindicato da América Latina, ela tem o maior número de filiação por categoria, e, esse sindicato que é grande é atuante, a APEOESP talvez tenha uma paralisação mesal, a cada mês.

P: Vou fazer uma pergunta para você. Você acha que essa deficiência poderia ser suprida pelo sindicato?

I: Não, não. Eu, acho que, eu estou tentando entender que é muito louco a ideia do tipo, não o sindicato supriria essa deficiência política, mas como que... A questão é muito mais complexa do que a gente imagina, porque mesmo você chegando mal formado você encontra... É um professor que chegou mal formado politicamente falando, ele chegou numa situação que é precária de trabalho, sucateado e existe uma instituição que é sindical e mensalmente te chama para uma paralisação, esclarece pautas e você continua na sua hignuidade, diante do seu mundo de Alice, mesmo você se considerando um intelectual. Entende o que eu estou dizendo? É muito louco isso, porque existe assim no sindicato. O sindicato não é um sindicato que não atua, ele atua.

P: Mas, ai a gente tem que ver o seguinte: quantos por cento do professorado, não aquele que paga a contribuição sindical mensalmente porque pagar a contribuição sindical mensalmente não significa que você é sindicalizado, significa que você pode ter garantido alguns direitos dentro do sindicato, em lutas de causas trabalhistas, por exemplo, quando ela é judicializada, certo? Mas, isso não vai garantir para você, que você é sindicalizado. Quantos por cento da sua escola ou não, da sua escola, das escolas como um todo, da cidade de Limeira é sindicalizado? Porque inclusive, eu vou falar para você, nem todos os professores que estão no sindicato, e, que participam das reuniões de RE e que são esclarecidas as pautas como você bem disse... A uma tentativa de alguma formação nesses momentos, nem todos que estão lá dentro são pessoas que estão sindicalizadas, que são sindicalizadas. Nós vimos isso muito bem, um exemplo muito claro na ultima reunião de RE, que nós tivemos e você estava presente.

I: Isso é muito louco. É para pirar mesmo, você pensa em uma categoria que se diz intelectualizada e não consegue ter o mínimo de compreensão política ai vira as costas para a instituição, e critica a categoria, é bizarro Pedro.

P: É uma coisa muito contraditória, eu ainda não tenho capacidade para ter entendimento sobre isso ainda não.

I: Porque uma coisa é você chegar lá na sua profissão com o mundo criado na sua cabeça, outra coisa é mundo te dar um tapa na cara, e você virar a cara para a instituição que está ali de portas abertas e te mostrando assim... Você está lutando por isso, por isso e você se fechar. Isso é muito louco, e mesmo assim você continuar se achando um intelectual.

P: Mas é assim que acontece, por enquanto é assim. Como é que eu posso fazer? Como é que você pode fazer? E como o sindicato, enquanto entidade desta categoria de trabalhadores pode atuar, entendeu?

I: Eu não sei assim. As vezes eu tenho a impressão que existe, até mesmo entre os professores uma ideia que não se vê, como ator político, agente político a ideia que a política se diz apenas a quem ocupa um cargo político, enquanto cidadão não é político.

P: Mas, se não consegue entender que ele... Se ele não consegue entender que ele faz parte de uma sociedade, que não existe como ele ser apolítico, e que ele tem que lutar por alguma coisa; se ele não consegue entender isso, como que ele vai conseguir ser o agente político. Se ele não consegue entender... O cerne na sua questão é esse né? Por que ele não se ve um cidadão político? Volta tudo aquilo que a gente acabou de falar agora. A pessoa vive alienada, ela é alienada e como ela não tem conhecimento critico sobre o momento politico e não sabe como é a estrutura... Eu volto a bater nessa tecla, se não souber como é a estrutura do estado e como é o funcionamento do estado, como que se dá o funcionamento do estado, se ela não souber isso, ela nunca será um cidadão capaz de ser agente político.

I: Você acha que... A escola ela cumpri um papel social que vai além da leitura, da escrita e da soma. Você acha que se banalizou Pedro, a ideia de que o papel da escola, de formar cidadãos com senso critico, assim se colocou isso como um jargão "o papel da escola é formar aluno com senso critico" e ai em nenhum momento os professores entre si pararam para se questionar: O que é um cidadão com senso critico?

P: Exatamente! Será que eu sei? Eu quero formar um cidadão com senso critico, que seja politizado, que seja capaz de fazer uma boa escolha e fiscalizar essa escolha que ele fez. Será que eu sei o que é um cidadão crítico e politizado para eu poder ensinar? Eu não quero generalizar e também não quero... Da impressão de que eu estou sentando o pau na categoria, mas não é essa questão.

I: Mas, as vezes eu acho que falta não só na.... Falta essa percepção;O que a gente quer formar? O que é um cidadão? O que é um cidadão com senso critico? O que é senso critico? E, ai até mesmo por faltar essa dimensão boa parte, não a maioria; não sei a maioria; não consegue perceber a ideia de que existe uma guerra envolta da

escola, uma guerra, por exemplo, entre o sindicato e as políticas educacionais brasileira. O sindicato tenta na medida do possível, impedir retrocesso, tenta criar melhores condições de trabalho, enquanto a política educacional, a intenção governamental vem no sentido totalmente oposto. Toda essa ideia “eu não consigo enxergar isso” o fato dos professores não conseguirem enxergar que é uma guerra por trás de toda organização escolar, e, toda a maneira como a estrutura está feita, talvez seja ausência de reflexão de como é a organização da escola, de como é a escola, sobre quem é o aluno, o que eu tenho... Sobre a pessoa que entrou aqui e o que ela tem que sair daqui. Eu não sei se você concorda comigo?

P: É uma questão assim eu acho Italo. Eu não consigo formar alguém para ser alguma coisa, que eu não sou!

I: Entendi. O Pedro enquanto a mídia, você percebe... Os jornais, os grandes jornais, por exemplo, como que você percebe os grande jornais inserido nesse contexto de disputa que é a educação?

P: Olha, eu vou para você a respeito da nossa ultima greve, nem foi a última porque a de 2015 não foi a última. Porque depois de 2015 nós tivemos uma outra. Mas, a greve de 2015 e assim como outras greves o que, que a gente percebe... como que o Estado é uma máquina muito mais poderosa do que o sindicato, a gente vê uma grande manipulação das noticias por meio da mídia, isso quando ela não esconde os fatos, ela abafa o que está acontecendo para não chegar até a sociedade, então assim, durante algumas greves que eu já presenciei e pude perceber, existe uma grande manipulação do estado com relação a midia. Eu não vejo a midia cumprindo o papel dela de imparcialidade quando ela tem que dar as noticias, principalmente as que se referem as lutas da categoria, como estou dizendo para você, e que passou ai por alguns anos.

I: Quando o Estado tem essa parceria, contratos com a Folha de São Paulo que são milionários, era né porque agora foram rompidos, mas eram milionários os contratos que existiam entre o governo de São Paulo, a Veja e a Folha de São Paulo. É uma tendência de criar uma narrativa que você acaba falando mal de quem se impõe ao Estado... (O final ficou meio confuso. Não compreendi 36:14)

P: Foram várias reportagens dessa grande mídia que você está falando, tanto da folha, quanto da veja e como também das mídias dos teles jornais, principalmente dos telejornais da rede Globo. A gente viu em vários momentos Italo, uma intenção clara de colocar a opinião pública contra a categoria que estava lutando por direitos trabalhistas, inclusive não só por direitos trabalhistas, mas pelas condições de vida, de trabalho dentro das escolas e também por uma melhoria da questão da educação. Porque, a maioria desses movimentos não tinham a intenção só de lutar com relação a melhores condições só de salário. Era também para lutar por melhores condições estruturais dentro escola, que atinge diretamente a sociedade, mas a midia as vezes ela acaba colocando a opinião pública, a sociedade contra os professores, muitas das vezes influenciada pelo estado, que a gente sabe que tem controle desses grandes jornais por conta da questão financeira.

I: É muito louco isso! Vamos imaginar, você tem um filho e você coloca ele na escola e você conhece a escola.

P: Não conhece! Eu tenho um filho na escola só! Porque a grande maioria dos pais eles não vão à escola, eles nem entram na escola para saber como ela é; eles entram na escola quando são chamados porque teve algum problema que estrapou totalmente a governabilidade ali da sala de aula e da direção. Mas, o pai vai até a sala da direção, ele não sabe o que é uma escola, o que é dentro da escola.

I: Isso é ruim?

P: Isso é muito ruim. Isso é muito porque se ele realmente soubesse como é a escola que o filho estuda, talvez ele não se deixasse influenciar tão facilmente por jornais, telejornais, revistas.

I: Falta uma plenária, uma assembléia geral dentro da escola.

P: Falta uma participação maior da comunidade, dos pais. Por que na escola particular é diferente, na escola privada é diferente?

I: Até na educação básica, fundamental um, por exemplo, você vê aqui em Limeira no caso a educação meio que não funciona as escolas, segundo as professoras as PEB I elas falam que os pais são participativos na vida escolar do filho e que de repente chega no... To falando isso lá da escola onde eu estou, no Gustavo tem aqui e do lado Gustavo tem PEB I, automaticamente os alunos saem daqui e vão para lá, nessa escola os pais participam, interagem com a escola e tal, quando chega no Gustavo tchau filho, e, leva no máximo no portão da escola no sétimo ano e depois nunca mais vou. Ai acabo não participando mais da vida escolar do meu filho. Não sei, você acha a ideia que existe no Brasil um abandono escolar, uma hignuidade acreditar que a criança não precisa mais ser acompanhada, porque agora está grandinha e agora chegou no sexto ano, já chegou no primeiro ano do ensino médio, e já está geande o suficiente e não precisa mais de babá?

P: Então, eu acho que assim, os pais quando eles colocam as crianças no sexto ano, por exemplo, eles já deixam elas mais soltas, mudou o ciclo, mudou a escola e ela vai ficar um pouco mais solta, não acho que isso seja ruim, porque ela precisa sair um pouco da super proteção, mas eu não sei se isso... Eu não sei responder isso para você.

I: É muito louco! Porque as vezes eu acho que...

P: Que acontece um abandono escolar acontece. Porque assim, quando acontece uma reunião de pais, que você convida todos para a reunião e aparece meia duzia em cada sala, e isso vai piorando conforme você vai indo para o Ensino médio.

I: Teoricamente, o mundo é mais perigoso na faxetária do ensino médio, em relação a uma criação de quatro anos, pois, no ensino médio existe contato com drogas, criminalidade, violência do que para uma criança, por exemplo, de 7 a 10 anos. Ai no fundo a gente fica a mercê dessa narrativa que é construída por uma mídia, que é bem paga pelo estado de São Paulo. E, dentro dessa mídia toda se constrói uma narrativa sobre a última greve, a última greve não, a greve de 2015. Como que você

entende essa greve Pedro? Que foi a maior da história da APEOESP, que teve maior durabilidade, que teve vários confrontos com o estado direto e indiretamente como que você... A leitura que você faz da greve de 2015?

P: Então, a greve de 2015, foi uma greve para mim que foi angustiante. Porque você participou né Ítalo? De todo o processo, você ficou os 90 dias né?

I: Sim.

P: Era uma coisa angustiante, porque volta tudo aquilo que a gente acabou de falar agorinha mesmo, a respeito da falta de consciência de classe dentro da categoria do magistério, porque tinha dias que eu estava em casa e muitos desses dias eu estava no sindicato, estava fazendo assembléia ou estava fazendo alguma manifestação no sentido que você participou, e, eu via que a maioria dos meus colegas estavam em sala de aula dando aula. O que dava um gás maior, para a gente lutar, e, ir pela greve é perceber que você não está sozinho, quando você vai nas assembléias, que era as assembléias que aconteciam em São Paulo. Ai você vê “eu não estou sozinho nessa luta”, então eu vou continuar, mas era muito angustiante você vê a falta de consciência de classe, inclusive de professores de categorias diferente da sua categoria, que ia para a sala de aula para substituir as suas aulas. Algumas escolas aconteceram isso, a minha escola aconteceu isso, o diretor disse que segurou até quanto pôde, mas teve professores que foram lá dar as minhas aulas, enquanto eu estava paralisado. Então foram momentos bem angustiantes nesse sentido né, e uma greve de 92 dias que nós saímos bem... Em uma questão de conquistas mínimas. Nós conseguimos muito mais direitos para quem não estava na luta, e estava substituindo você na sua sala de aula, do que para minha categoria que era categoria de efetivo. Então nós conseguimos o que na greve de 2015? Saímos dessa greve com o quê?

I: Olha uma conta na farmácia.

P: Saímos super endividados, porque nós ficamos sem salário. Depois teve toda aquela questão judicial e conseguimos receber nossos salários atrasados, e foi uma luta assim “agora paga; agora não vai pagar; agora vai pagar mais; agora tem que esperar o STF; bom, agora o STF decidiu, vai pagar” e nós no meio disso ai tudo esperando cai nosso salário, porque a gente vive, sobrevive disso né Ítalo? Então assim, foi um momento bastante crítico. Não sei, se eu respondi a sua questão.

I: O que você acha, por exemplo, foi a greve mais longa teve um custo financeiro muito elevado, acho que a APEOESP paga até hoje o...

P: Eu não sei informar o que, mas uma greve sempre custa muito caro.

I: As multas eram extremamente altas. Você acha que depois dessa greve, por exemplo, que é onde a... Embora tenha tido adesão ela foi alta, mas também não foi tenha se perdido ao longo dos três meses... Você acha que isso de certa forma enfraquece o sindicato, eles saem mais forte ou mais fraco?

P: Completamente, eu acredito nisso. Eu acho que o sindicato sai fraco quando você chama uma categoria para a luta e a categoria não aderi. Então, se nós tivéssemos tido um índice de adesão mais alto desde o começo da greve, nós teríamos conquistado coisas melhores que nós conseguimos, isso é ponto. Nós vimos as

adesões dessa última greve também assim, mas adesões no final de semana. Muitos professores aderiam o dia da... Paralisam as atividades no dia da assembleia e participavam da assembleia. Talvez, isso também contribuiu para confundir um pouco o número de professores em greve realmente, e que estavam mesmo paralisados, que estavam em casa durante esses 92 dias. Nós vimos que tinha uma organização muito grande nas assembleias, e as manifestações que aconteciam pós assembleia eram imensas, tinha um número muito grande de professores, que talvez, não fosse o número real de professores em greve. Talvez alguns paralizaram o dia da manifestação, paralizaram o dia da assembleia e depois na segunda-feira volta novamente para a sala de aula, isso é arrumar uma complicação. Volta naquela questão que nós estávamos conversando antes, é a falta de pertencimento à categoria.

I: Isso é muito louco, porque você lembra aqui no sindicato durante a greve que teve uma professora, que ela ia no sindicato em todas as... Que nós fazíamos reuniões na época da greve semanais aqui, e ela ia em todas. Falava, dava palpite e a impressão que eu tinha que ela estava em greve, afinal ela ia nas reuniões semanais que existia toda semana e ela palpitava em toda semana. Teve um dia depois de um mês e meio de greve, eu descobri que essa professora não estava de greve, ela só ia nas reuniões, aí depois eu fui falar com essa professora. Qual é o sentido, a lógica de você vir ao sindicato nas reuniões que falam sobre greve e você não fazer greve? Aí ela olhou pra mim e falou assim “é porque eu tenho conta, não dá para eu fazer greve” aí eu lembro que na hora eu estava do lado da Jô, aí ela virou e falou assim: “professora, mas eu também tenho conta”, ela falou isso, aí a professora nunca mais apareceu. Mas, essa ideia de como os professores não conseguem se ver pertencendo a algo coletivo, a algo muito maior e não consegue se ver enquanto pertencer ao sindicato, porque a ideia que eu tive para aquela professora que, estava tudo ótimo, porque assim, ela está vendo que existe uma greve, e de pessoas que estão fazendo a greve por ela e isso já está bom...

P: “É porque eu estou vindo aqui para dar um apoio moral para eles” é isso será que ela pensava?

I: Então tem uma outra... Então eu não sei se você passo por isso, mas assim, quando acaba a greve, e eu volto para a escola, quando eu chego na escola existe aquele clima que existe pós greve, quando a gente volta para o trabalho. As pessoas não sabem muito bem como te encarar.

P: É porque elas têm vergonha.

I: Exato. A vergonha existe ali, mas assim, teve dois professores que romperam a vergonha e vieram falar comigo, vieram oferecer algo, o mais bizarro que eu já vi em toda minha vida, aí eles falaram “a você ficou três meses de greve, então você não deve ter salário, e se você quiser a gente te ajuda a pagar a conta de água e luz da sua casa”, sabe do tipo “eu pago a sua conta afinal você estava lutando por mim”. É muito bizarro. É sinal de tudo aquilo que a gente está comentando sobre não pertencimento, sobre consciência de classe. Você acha que isso se agravou de 2015 para 2018? O que você sente? Alguma coisa você sente?

P: Nossa Ítalo. Porque assim olha, nós estamos vivendo tempos bem tenebrosos, então eu não sei. E, nesses tempos tenebrosos que estou falando para você, acho que a questão do acentuamento do ódio contra o PT, talvez tenha contribuído ainda mais... Já que nós sabemos que a atual diretoria do PT tem uma forte ligação... Desculpa, a atual diretoria da APEOESP tem uma forte ligação/atuação dentro do partido dos trabalhadores, talvez tenha se intensificado.

I: Mas é louco, porque esse movimento antipetista existe a tempos. Mas, ao mesmo tempo atual presidenta do sindicato ela foi eleita deputada estadual pelo PT. Em uma votação expressiva.

P: E numa esperança da categoria, que ela faça alguma coisa pela categoria, já que ela é altamente capacitada para lutar pela categoria.

I: Quando eu fico observando eu acho muito bizarro, tipo...

P: Eu não vejo resposta para esse seus questionamentos.

I: É muito bizarro né? Porque ao mesmo tempo que existe o antipetismo, a presidenta do sindicato foi eleita com uma votação expressiva, só não foi mais expressiva porque ela não tem o papel de Janaina Pascoal em rede social, de ficar fazendo vídeos, lives. Mas, se tivesse talvez seria mais, porque a bebela tem um debate político que ela conhece a máquina estatal, toda estrutura por de trás, não é uma inocente chegando...

P: Isso é verdade, então assim é isso que eu estou falando para você, têm algumas perguntas que você me faz, que eu não tenho a resposta para você. Mas eu acho que elas são provocativas, são interessantes e a gente pode começar a pensar a respeito. Talvez eu não tenha a leitura suficiente.

I: Eu fico pensando, como assim existe... O Pedro que o sindicato sai fragilizado da greve ele sai. A leitura que eu tenho com relação ao sindicato, é uma leitura de guerra, a educação é algo disputada, não é por acaso, não é crise, não é projeto. Você acha que essa fragilidade da greve ela diz algo, é uma resposta, pro exemplo, para o governo do estado de São Paulo, com relação a capacidade de mobilização que o sindicato tem. A maior folha de pagamento do estado de São Paulo é na educação. E com o sindicato fragilizado, com pouca capacidade de mobilização, teoricamente ele tem maior capacidade de avançar com suas políticas educacionais, que sucateiam nossa realidade. Você acha que nós enquanto categoria mesmo, enquanto profissão tem algum espaço para reverter qualquer tipo de cenário?

P: Eu quero acreditar que sim. Porque ainda tem... Olha Ítalo, ainda existe dentro da categoria muita gente que ainda tem capacidade para essa luta, para buscar isso entendeu? Então, eu quero acreditar que sim, mesmo o sindicato tendo saído enfraquecido da greve, porque isso é um fato! Porque quando você não consegue mobilizar, talvez tenha que haver uma mudança na estratégia no sindicato para uma tentativa diferente de mobilização da categoria ou também essa categoria só vai se movimentar na hora que ela perceber realmente que, ela foi atingida de cheio e que o prejuízo está ali na cara dela, entendeu?

I: Eu entendi Pedro, mas assim eu acho estranho... Eu entendi o que você quer falar, mas assim professor sofre mais violência que policial.

P: Todo dia, toda hora, a todo momento!

I: É violência para todo lado, o salário já é baixo, o adoecimento esta ai, o professor é a categoria que mais adocece, a frustração também existe, a falta de tempo também existe, o que mais a gente espera? O que mais vai piorar Pedro?

P: Olha o que pode acontecer e piorar mesmo e nós estamos assistindo isso dia-adia, é o professor ficar desempregado. Porque Ítalo, quando eu falo que ele vai sentir o prejuízo na cara, eu estou dizendo sobre o prejuízo financeiro, sua subsistência, porque eu acho que a única coisa que traz o povo para a revolução, é a falta de meios de subsistência. Então, o professor ele não percebeu ainda que tudo caminha para que ele perca o emprego dele. Você até comentou comigo hoje, um caso, de que não tem que ter, educação gratuita no ensino médio, então não tem que ter educação gratuita no ensino médio? Se, eu apoio isso, significa que eu estou apoiando menos emprego para mim, e, faço na ingnorância de não saber o que eu estou falando, fazendo. Então, na hora que a pessoa começar a sentir esses prejuízos, porque hoje você está desempregada porque não tem mais ensino médio para você dar aula, não comporta mais todos os professores no ensino básico, apenas no fundamental II e I. Então você está sem emprego. Então não sei Ítalo.

I: Essa perspectiva de que, talvez aconteça mesmo, de que a situação vai piorar e várias pessoas irão perder o emprego, ela também tem uma outra que existe, que existe não, claro que o magistério não uma carreira atrativa.

P: Não, não é. Hoje eu estava lendo, e, ai eu vi não vou saber citar o nome dela agora, mas é uma especialista em educação da FGV, e, ela estava falando que a carreira do professor, ela passa a se tornar menos atrativa a partir do momento que o professor passa a ser perseguido. Quando nós temos uma deputada, que fala para os alunos que peguem os celulares em sala de aula para filmar/gravar, denunciar o professor, então é uma forma de perseguição do professor, uma forma de fazer com que a carreira, se torne menos atrativa do que ela já é. Porque ganhar pouco já ganhamos mesmo, não ser reconhecido pelo seu trabalho você já não é mesmo, nem financeiramente e muito menos na questão de apoiar/ ajudar o processo de ensino e aprendizagem do aluno. O professor já é... A profissão já sofre um grande sucateamento, a gente já falou sobre isso, e todas essas questões e mais essa novidade agora que é dentro do tema de dias tenebrosos.

I: Essa perseguição esse ódio ao professor.

P: Então essa questão de perseguição ao professor está ligado ao projeto da escola sem partido, então uma professora que se diz historiadora, pelo menos tem formação em história, com ideias bastantes fascistas, porque ela apoia tudo que tem de mais ruim no governo que foi eleito. Então, esse projeto do escola sem partido, ele piora ainda mais a questão da atratividade/atração das pessoas para fazerem o magistério. Ninguém quer mais o magistério, porque que eu vou para uma profissão, onde eu vou ser perseguido o tempo todo, então piora bastante a situação. E, depois...

I: Eu não tinha perspectivas de que as coisas pudessem piorar em relação... Nunca imaginei a ideia de ser perseguido, eu já tinha imaginado um país onde não existe

aposentadoria, por exemplo. Tipo uma censura, uma atmosfera de censura eu não imaginava. Não sei se você vislumbrava isso?

P: A questão da aposentadoria, o magistério se sofrer alguma modificação/mudanças e há indícios de que sim, se sofrer não vai ser muito diferente das outras categorias, dos outros operários que também sofrerão modificações, então nesse ponto da questão da previdência, vai sentir os que estão na rede. Porque os novos que vão entrar, vão entrar sabendo sobre um novo sistema de previdência, de aposentadoria os que já estão vão sentir o baque, mas a questão do salário é evidente e todo mundo sabe que o professor não é bem remunerado. A questão da perseguição política dentro da escola, é uma coisa muito louca, que realmente quem é vai querer fazer uma faculdade de quatro anos para depois ir trabalhar e ser vigiado pelos olhos e celulares? Pelas câmeras dos celulares? E pior, vigiado por quem? Por alunos que tem o cérebro nas pontas dos dedos, que não consegue pensar sem a ponta dos dedos.

I: É um cenário triste. Quando você pega e analisa o que está acontecendo, e você não consegue ver, pelo menos eu não consigo ver tipo sinais de melhoras e nem mesmo assim, se fosse uma grande greve e que reunisse 80% da categoria e com apoio da sociedade, não de toda sociedade, mas de uma parcela da sociedade, mas eu não consigo ver não. Porque inclusive os jornais, eles não se colocam contra a escola sem partido, os jornais eles assistem calados.

P: Então, são coisas que causam perplexidade na gente, eu fico perplexo com algumas coisas que acontece, e a mídia se faz de cega, surda e de muda principalmente, não fala, não divulga e não toma partido do lado do professor, mesmo que ela... A mídia ela é a maior combatente da censura e quando ela vê um projeto que vem para censurar, o professor dentro da escola, ela não toma um partido, ela não se posiciona. Ela não mostra o que realmente está acontecendo para a sociedade. É triste.

I: Pedro, a conversa é isso. Você tem mais alguma coisa a falar ?

P: Eu acho que já falei demais.

I: Você falou muito Pedro.